Conjuntura
Brasil e EUA têm cenários similares para queda dos juros, com 'desancoragem de horizontes mais longos', diz Silvia Matos A4



Saneamento
Sem taxa de lixo, mais de 90% dos municípios não podem receber recursos federais para gestão de resíduos sólidos B5



Arábia Saudita
Neom, maior projeto de construção do mundo, desperta ceticismo com contratempos, atrasos e custos faraônicos A16

Quarta-feira, 22 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6006 | R$ 6,00
www.valor.com.br



Imposto Seletivo sobre extração mineral deve arrecadar R$ 8,7 bi

Fiscal Essa é a receita estimada com o tributo em 2027, quando começará a ser cobrado sobre petróleo, minério de ferro e gás; em 2033, pode chegar a R$ 10,8 bi

Marta Watanabe
De São Paulo

A tributação do Imposto Seletivo (IS) sobre a extração de produtos minerais poderá render à União receita extra de R$ 8,7 bilhões em 2027, quando começará a ser cobrada, chegando a R$ 10,8 bilhões em 2033. Conforme a proposta do governo, o tributo deverá ser cobrado sobre petróleo, minério de ferro e gás natural, mesmo que destinados à exportação, o que tem despertado críticas ao que se considera como intenção "arrecadatória" da iniciativa. Os cálculos são de Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O Imposto Seletivo deve ser cobrado a partir de 2027, com o objetivo de desestimular o consumo de bens e serviços nocivos à saúde (como bebidas alcoólicas e cigarros) e ao meio ambiente. A cobrança sobre bens minerais foi estabelecida na emenda da reforma tributária, assim como a alíquota máxima de 1% neste caso.

Os itens que ficarão submetidos ao imposto estão em ascensão na pauta exportadora e contribuem com mais de 20% do total dos embarques brasileiros. A expectativa é a de que, com aumento de volume de produção, se tornem ainda mais importantes na pauta exportadora nos próximos anos. De janeiro a abril deste ano, o minério de ferro e o petróleo foram responsáveis por 24,1% das exportações, mais que os 20% do mesmo período do ano passado. Pelos cálculos de Borges, a arrecadação de tributos federais no setor extrativo mineral deve atingir R$ 52,7 bilhões em 2027 e chegar a R$ 63,5 bilhões cinco anos depois.

Para Rinaldo Mancin, diretor de relações institucionais do Ibram, que representa as empresas de mineração, a cobrança do Imposto Seletivo no setor é uma "anomalia". Ele diz que o tipo de tributo de outros países que inspirou o IS (o "excise tax") não costuma focar em um setor, mas em produtos, para desestimular o consumo de tabaco ou álcool, por exemplo. Mancin afirma, ainda, que um dos problemas é que a medida desincentiva a mineração, num momento em que o mundo vai precisar mais da atividade, devido ao uso de alguns minerais na transição energética, como o alumínio, cobre e nióbio. **Página A7**

Arrecadação federal alcança nível recorde no 1º quadrimestre

Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta
De Brasília

A arrecadação federal alcançou R$ 228,9 bilhões em abril, alta de 8,26% em relação ao mesmo mês de 2023. O resultado foi puxado pelo desempenho das receitas relacionadas a consumo e mercado de trabalho. Foi o quarto mês com a arrecadação crescendo em ritmo superior a 5%, já descontada a inflação. No ano, a receita somou R$ 886,6 bilhões, alta de 8,33%. Os resultados do mês e do ano são recordes na série histórica iniciada em 1995. Até aqui, a arrecadação se comportou como o esperado, dado o grande volume de receitas exigido para se atingir a meta de déficit zero em 2024. Há, porém, dúvidas se esse desempenho será mantido até o fim do ano, devido ao impacto da tragédia no Rio Grande do Sul sobre a economia gaúcha e à queda menor projetada para os juros. **Página A6**

De energia verde ao agronegócio, oportunidades para Brasil e EUA



De São Paulo

Brasil e Estados Unidos completam 200 anos de uma parceria marcada por ganhos na economia, como o recorde de exportações brasileiras no 1º trimestre. Especialistas, porém, afirmam que entraves tributários e diplomáticos limitam avanços nessa relação. O mundo verá nos próximos anos um crescimento cada vez maior dos investimentos ligados à transição energética. O Brasil, com quase 80% de sua matriz energética limpa, tem potencial para atrair grande parte desses investimentos e diversificar variados setores da economia.

Ao longo de 28 páginas de um caderno especial que circula hoje, o **Valor** aprofunda o debate sobre estes temas, assim como questões comuns aos dois países e que estiveram presentes na pauta do Summit Brazil-EUA, realizado na semana passada, em Nova York. Durante uma manhã, jornalistas do **Valor** e de "O Globo" conversaram com autoridades, especialistas e empresários sobre juros — em especial da economia americana, com reflexos sobre toda a economia mundial —, eleições nos EUA, economia verde, transição energética e oportunidades de negócios. **Caderno especial**

O caminho do Boticário



GABRIEL REIS/VALOR

O Boticário está ampliando a integração do canal de vendas físico com o on-line e, para isso, parcerias com influenciadores são importantes. Segundo o presidente do grupo, Fernando Modé, a principal aposta continuará nas lojas físicas no modelo de franquias, com a bandeira O Boticário somando sozinha mais de 4 mil unidades, e vendas em redes de farmácias e supermercados. Página B2

Americanas terá aumento de capital de R$ 12 bi

Adriana Mattos e Talita Moreira
De São Paulo

A Americanas deu mais um passo na tentativa de recolocar os negócios nos trilhos, com a aprovação, ontem, em assembleia geral extraordinária, de um aumento de capital de R$ 12,2 bilhões a ser feito pelos maiores acionistas da varejista — Carlos Alberto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles. Conforme pauta aprovada por 95,7% dos presentes, o aporte pode chegar a até R$ 40,7 bilhões. Com base em dados publicados pela empresa, sem o exercício do direito de preferência pela base de acionistas, o trio de referência deve passar de participação de 30,1% para 49,3%. Já os bancos credores, sem garantias, ficarão com 48,2%. A capitalização é resultado de quase um ano de negociações e acomodação de interesses, principalmente entre o trio e os grandes bancos. **Páginas B1 e B2**

Aéreas vão usar a Base de Canoas



Cristian Favaro
De São Paulo

Latam, Azul e Gol vão voar para o Rio Grande do Sul, a partir dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, no Estado de São Paulo, com destino à Base Aérea de Canoas. Os voos terão início na próxima segunda-feira, com 28 frequências semanais. Nos voos a partir da base aérea, o ponto de embarque será o ParkShopping Canoas. A operação será realizada pela Fraport, concessionária do Aeroporto Salgado Filho. O número de mortos na tragédia chegou a 161, e 85 pessoas seguem desaparecidas. **Página B5**

Destaque

TSE mantém mandato de Moro
Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem manter o mandato do senador e ex-juiz da Lava-Jato, Sergio Moro (União-PR). Todos os ministros seguiram o voto do relator, Floriano de Azevedo Marques. O placar foi 7 a 0. **A12**

STF anula atos da Lava-Jato contra Marcelo Odebrecht

Marcela Villar
De São Paulo

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou todos os atos praticados pela 13ª Vara Federal de Curitiba contra o ex-presidente do grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht, no âmbito da Operação Lava-Jato. A anulação, no entanto, não afeta a delação premiada firmada pelo empresário durante as investigações. De acordo com a decisão do ministro, houve "incontestável quadro de conluio processual em detrimento de direitos fundamentais" de Odebrecht, que foi condenado a 19 anos e 4 meses de prisão pelo ex-juiz Sergio Moro, em 2016. Com a delação, a pena passou a ser de dez anos e, em 2022, o STF a reduziu para sete anos. Em decisão recente, de fevereiro, Toffoli também suspendeu o pagamento das parcelas do acordo de leniência firmado pela Odebrecht, em 2016, no valor de R$ 8,5 bilhões. **Página A12**

Indicadores

Ibovespa	21/mai/24	-0,27 % R$ 19,8 bi
Selic (meta)	21/mai/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	21/mai/24	10,46% ao ano
Dólar comercial (BC)	21/mai/24	5,1031/5,1037
Dólar comercial (mercado)	21/mai/24	5,1156/5,1162
Dólar turismo (mercado)	21/mai/24	5,1439/5,3239
Euro comercial (BC)	21/mai/24	5,5379/5,5406
Euro comercial (mercado)	21/mai/24	5,5532/5,5538
Euro turismo (mercado)	21/mai/24	5,6120/5,7920



Abuhab, o "pai" do "split payment"



Lu Aiko Otta

Depois de dedicar toda sua carreira política pela aprovação da reforma tributária, o deputado Luiz Carlos Hauly (PODE-PR) estava fora do Congresso Nacional na atual legislatura. Numa reviravolta do destino, ganhou uma cadeira na Câmara dos Deputados em junho de 2023, quando o procurador Deltan Dallagnol perdeu seu mandato. Assim, pôde participar das votações históricas que mudaram o sistema tributário brasileiro.

As contribuições de Hauly, do já falecido deputado federal Mussa Demes (1939-2008) e do engenheiro Miguel Abuhab no debate da reforma tributária foram reconhecidas pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em audiência na Câmara dos Deputados no início deste mês.

Abuhab é o "pai" do "split payment", a base tecnológica em que se ancora toda a reforma dos tributos sobre o consumo que o Brasil adotará. É o sistema que vai recolher os tributos automaticamente, além de transformar o complicado sistema de créditos e débitos tributários em algo parecido com uma conta corrente.

"É super tech!", entusiasma-se Hauly. O novo modelo "rompe com o velho modelo de crédito escritural". E permite a cobrança eletrônica que, na visão do deputado, "é o coração do IVA".

Hauly é um antigo defensor do "sistema Abuhab", que agora será implementado com o nome de "split payment". A ferramenta estava presente na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 293, de 2004, e na PEC 110, de 2019, ambas relatadas por Hauly.

A PEC 293 foi aprovada em comissão especial em dezembro de 2018. Porém, o impulso da reforma se perdeu com o fim daquela legislatura. A PEC 110 foi fundida na PEC 45, aprovada no ano passado.

Além do "split", ambas as propostas de Hauly contemplavam o "cashback", também adotado na atual reforma.

O "sistema Abuhab" tem mais de 20 anos. À coluna Abuhab contou que a ideia surgiu em 2003, quando ele cuidava da escrituração fiscal de cerca de 4.000 empresas em Santa Catarina. O então governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (1940-2015), lhe pediu uma solução tecnológica para simplificar o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

"Se conseguirmos separar, no boleto, o valor da mercadoria e o valor do imposto, o valor da mercadoria vai para o fornecedor e o valor do imposto vai direto para o governo", conta. O sistema está descrito no livro "Devo, não nego, pago quando receber" (Livros de Safra, 2017), de autoria de Abuhab.

Empolgado com a ideia, Luiz Henrique levou Abuhab para conversar com o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A ideia também foi apresentada ao sucessor de Palocci, Guido Mantega. "Foram coisas muito dispersas e não deu certo", relata.

A ideia foi apresentada também ao sucessor de Mantega, Joaquim Levy. Esse encantou-se, mas não teve tempo de implementá-la.

Já fora do ministério, Levy ocupou o cargo de diretor financeiro do Banco Mundial. Levou Abuhab para expor sua ideia em Washington. "Ele me falou pela primeira vez em 2015 e vi que era o caminho", conta o ex-ministro.

Naquela mesma época, Abuhab foi levado por amigos para apresentar sua ideia no Centro de Cidadania Fiscal (CCif), criada por Appy para formular a reforma tributária.

Como mostrou este jornal, o sistema será pioneiro no mundo. Exigirá investimentos em adaptação nos bancos e nas operadoras de meios de pagamentos. Governo e setor privado discutirão os detalhes.

O próprio Abuhab está, pelo menos até agora, fora dos trabalhos de implementação do sistema. Isso, admite, o deixa "um pouco magoado".

Nos bastidores da Fazenda, o que se ouve é que os trabalhos de detalhamento da reforma estiveram a cargo do setor público: União, Estados e municípios. No entanto, outros participantes serão chamados.

A ideia de unir os meios de pagamento e o sistema eletrônico de cobrança de tributos, duas coisas que o Brasil faz bem, já poderia estar em operação, diz Abuhab. Não seria difícil, do ponto de vista tecnológico, colocar uma informação nos boletos para transferir de forma automática para os cofres públicos os impostos embutidos no valor pago.

É preciso que o "split payment" dê certo, pois toda a modernização e simplificação da reforma tributária depende dele. Os mais otimistas do governo veem nesse sistema uma inovação que poderá ser exportada e tornar-se uma referência global, como ocorreu com o Pix. Tomara que estejam certos.

Simulador

O Banco Mundial tornou público um simulador de alíquota da reforma tributária, o SimVAT. Mostra quanto a "bondade" de um lado resulta em "maldade" do outro.

Por exemplo: zerar a alíquota e acabar com o cashback, como quer parte dos parlamentares, elevaria a alíquota geral para 28,3%, se a ideia for não ter perdas na arrecadação. Atualmente, a alíquota está estimada em 26,5%.

A ferramenta permite calcular diferentes combinações. É uma aposta do governo para embasar tecnicamente os debates no Congresso . Pode ser acessada em datanalytics.worldbank.org/simvat/

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Clima Representantes de bancos públicos de desenvolvimento defendem protagonismo das instituições de fomento para financiar transição energética em países que integram o G20

Política fiscal precisa considerar riscos de desastres ambientais, defende Barbosa



Camila Zarur e Paula Martini
Do Rio

O diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa, disse nesta terça-feira (21) que a política fiscal precisa começar a calcular os riscos de futuros desastres ambientais e incluir, nas prioridades, gastos com prevenção. Barbosa fez a declaração ao fim do encontro com representantes de instituições de fomento internacionais que integram o G20, grupo que reúne grandes economias globais.

Segundo Barbosa, uma parte das regras de responsabilidade fiscal versa sobre riscos ambientais que podem ser quantificados a partir das hipóteses sobre a frequência dos eventos extremos, embora as medidas foquem mais no aspecto financeiro. Mas, no momento em que a ocorrência desses acontecimentos aumenta, o cálculo do riscos precisa ganhar mais peso dentro das questões fiscais, disse o diretor.

O argumento de Barbosa foi em resposta a jornalistas, quando o ex-ministro da Fazenda foi perguntado sobre a fala do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), de que o Estado recebeu alertas sobre as fortes chuvas que assolaram o território, mas o governo estadual priorizou a "agenda fiscal que se impunha".

"A política fiscal, ao levar isso [os eventos climáticos extremos] em consideração, pode chegar à conclusão de que se gastar R$ 1 bilhão agora estará economizando provavelmente R$ 15 bilhões com a probabilidade de um evento extremo acontecer no horizonte de tantos anos. Esse cálculo não é simples e é difícil de ser comunicado à população. Mas a transição climática chegou, e esse cálculo precisa ser feito e incorporado também nos riscos fiscais de todos os países", disse o ex-ministro.

Economistas têm destacado que, apesar da necessidade evidente de investimentos no Sul depois da tragédia, o governo deve ter cautela e evitar brechas que comprometam a agenda fiscal.

No evento, a diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Maria Netto, reforçou que o custo da inação e da recuperação após calamidades climáticas debilita ainda mais entes federativos. Netto endossou a fala de Barbosa de que os riscos de eventuais desastres e investimentos em prevenção e adaptação climática devem ser incluídos nas análises econômicas de Estados, países e cidades.

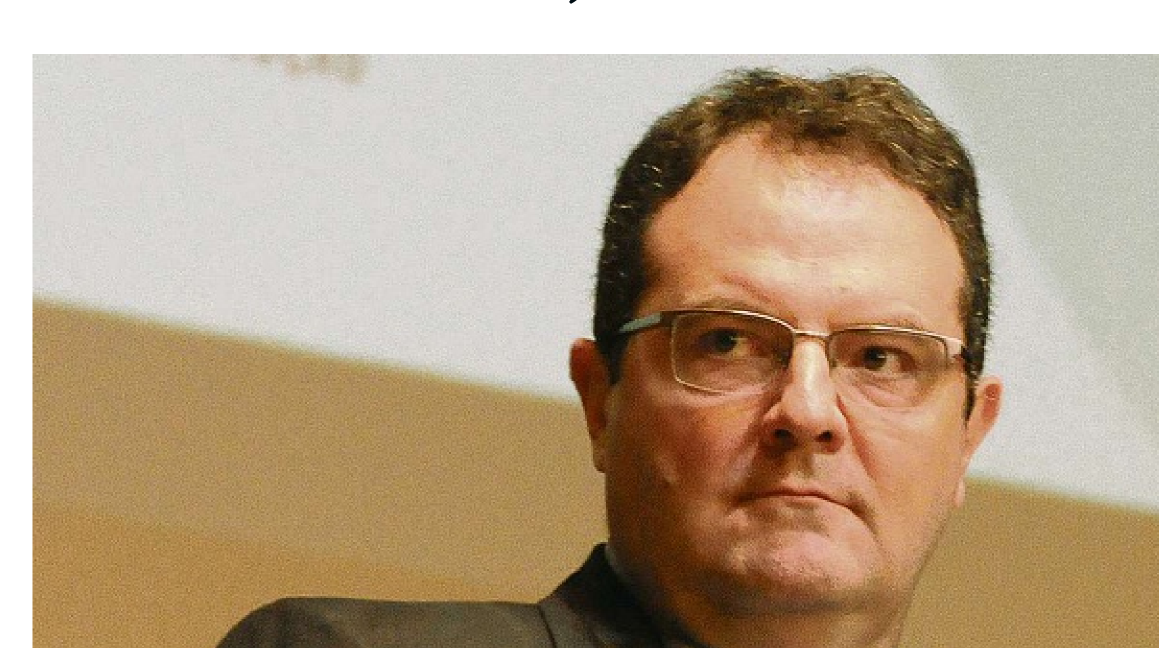
"O custo econômico de não ter planejado adaptar a mudança do clima e o custo cada vez maior da frequência e intensidade desses eventos fazem regiões e países vulneráveis ainda mais vulneráveis", disse Netto. "Essa questão fiscal é importante porque passa a ser uma discussão de como eu considero, no orçamento e no planejamento, medidas de ação que previnem o custo econômico da inação." Netto afirmou que o debate está no G20, puxado por países africanos.

Uma das prioridades da presidência brasileira do G20 é desburocratizar o acesso de países, sobretudo em desenvolvimento, a fundos internacionais. O coordenador do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20, Ivan Oliveira, disse que o GT trabalha sobre o primeiro relatório com recomendações nesse sentido. O documento será apresentado em julho, na reunião do grupo, em Belém (PA).

"A presidência [brasileira] do G20 é o impulso político que o grupo pode dar para que conselhos diretivos desses fundos iniciem processos de reforma. Estamos passando um pente-fino em todos esses fundos", afirmou.

Ele disse que os quatro principais fundos verdes do mundo somam carteira de investimentos que deve ultrapassar US$ 30 bilhões nos próximos cinco anos, mas que esse dinheiro não está sendo igualmente distribuído: "Esses recursos precisam chegar na ponta. O próprio BNDES não tem conseguido acesso por burocracia e excesso de critérios que dificultam os processos", ressaltou.

LEO PINHEIRO/VALOR



Nelson Barbosa, diretor do BNDES: transição climática chegou e o cálculo dos eventos extremos precisa ser incorporado aos riscos fiscais dos países

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Clima Prefeitura de Porto Alegre afirma que oferta de ajuda de pessoal caiu, mas ainda não há déficit

Após 2 semanas, voluntários dão sinais de desgaste



Fernanda Canofre
De Porto Alegre

Mais de duas semanas depois que enchentes em rios atingiram mais de 90% dos 497 municípios gaúchos, deixando pelo menos 161 mortos e 582 mil desalojados, voluntários que se mantêm na linha de frente de atuação em abrigos, doações ou resgates, lutam contra cansaço, desgaste físico e reestruturam rotinas.

Um desses voluntários é o socorrista e guarda-vidas Thyago Ferreira, 40, que decidiu se juntar a outros quatro colegas de profissão, com experiência em desastres. Depois de uma viagem de carro desde Recife que levou dois dias e dez horas, com revezamento entre três motoristas, os cinco chegaram a Porto Alegre, onde trabalham desde 6 de maio no resgate e no atendimento à saúde de pessoas atingidas pelas enchentes.

"Eu não penso em termos de querer aparecer, mas de querer ajudar o próximo", diz ele.

O local onde o grupo está hospedado tem psicólogo para atender e conversar com voluntários. Pessoas que vão para linha de frente, como eles, entrando em áreas devastadas e ainda inundadas, e costumam voltar à orla na usina do Gasômetro. Cartão-postal da capital gaúcha, o local se converteu em ponto de apoio para atendimentos de pessoas e animais resgatados, com circulação de servidores, forças de segurança e voluntários, desde o início de maio.

"É difícil, porque a gente vê muitas coisas. Quando deita, sente um pouco. Pela profissão, temos que ser frios, infelizmente, para ajudar quem está sofrendo. Mas quando para, a gente sente", diz outro socorrista voluntário pernambucano, George Gomes, 39.

Em Porto Alegre, segundo o secretário de Administração e Patrimônio do município, André Barbosa, o voluntariado começou de forma espontânea, na emergência da calamidade, quando muitas pessoas precisavam ser resgatadas e ir a abrigos, enquanto o nível do Guaíba subia. Alguns apareciam ajudar com seus próprios barcos e jet skis, sem muita organização, diz ele.

Responsável por gerir o voluntariado, a pasta dele criou um formulário na internet para que pessoas interessadas em atuar se inscrevessem. Em três dias, receberam cerca de 17 mil inscrições.

"O que tenho notado é que a gente convoca cem pessoas desse banco e vêm 20 ou 30 interessados. Antes, a gente fazia convocação e o aproveitamento era de 60%, 70%. Não é que haja desinteresse do voluntário, mas de repente as pessoas começaram a trabalhar, reconstruir suas vidas, há uma mudança natural de prioridade", avalia Barbosa.

Ainda assim, ele diz que não há déficit de voluntários na capital e que, depois de reabrir as inscrições, mais de 500 pessoas se cadastraram.

"De 17,6 mil cadastrados, mais da metade já foi acionada, e temos uma boa base de dados de voluntários que podem ser acionados", diz. "Não fossem os voluntários, nossa tragédia seria muito maior."

Priscila Esteves, 38, mora perto do Estádio Olímpico, antiga sede do Grêmio, lugar que virou ponto de recebimento e distribuição de doações de água, alimentos e roupas. O clube cedeu o espaço e está presente no local. Ajudando a gerenciar a operação, a rotina dela passou a girar em torno de demandas ali e das mensagens de pessoas que entram em contato para ter acesso aos itens.



FERNANDA CANOFRE/VALOR

Grupo de voluntários do Recife está em Porto Alegre desde 6 de maio para ajudar nos resgates

"Em casa, eu ficaria louca. Eu não acho que eu seja uma pessoa preparada psicologicamente para ser voluntária em um abrigo, porque ia sofrer muito, não consigo separar. Mas meu conhecimento em administração ajuda nesse sentido", diz ela.

Ludmilla Felipe, 44, está abrigada com o marido e nove filhos em um dos espaços disponibilizados pela Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre e um dos municípios mais atingidos no Estado. No local, ela ainda atua como voluntária, ajudando a receber e atender pedidos de outros abrigados.

"Não sei como seria aqui sem voluntários. A gente precisa trabalhar também, e é bom. Espairece um pouco a cabeça", diz.

Com experiência em trabalhos com trauma há 30 anos, o professor Christian Kristensen, da PUC-RS, alerta para importância de cuidados psicológicos diante da situação de riscos que o cenário atual do desastre pode representar aos voluntários.

Ele diz que o Conselho Regional de Psicologia no Estado fez orientações técnicas sobre intervenção psicológica para voluntários que estejam atuando. "O que a gente observa mais claramente é que as pessoas já estão apresentando desgaste emocional. Esse é um processo que, tecnicamente, a gente chama de estresse traumático secundário", explica ele.

Há riscos de exaustão e esgotamento — a chamada síndrome de burnout —, desgaste emocional por apoio a pessoas em sofrimento e trauma pelo impacto com relatos de resgatados e outras informações emocionalmente sobrecarregadas. Kristensen explica que reações agudas de estresse, que seriam até esperadas, podem ser manter ao longo do tempo, em vez de diminuir num cenário assim.

"Muitas vezes, a gente se lança como se fosse uma corrida de 100 metros rasos e tem que se dar conta que é revezamento. Tem que saber passar o bastão e sair de cena para o colega entrar", afirma ele. "Reconhecer seus limites pessoais e profissionais. Depois disso, é ter colega e entender que seu papel está em uma equipe e precisa saber o momento de passar o bastão e se reconectar com sua vida."

Voluntária atuando com animais, a estudante de psicologia Luisa Cigaran, 24, parece ainda resistir um pouco a isso. "Passei quase uma semana dormindo aqui, nos primeiros dias, que estava uma situação caótica. Eram 600 animais chegando por dia e não tinha pausa, não é um trabalho com carga horária, é 24 horas, todos os dias", conta ela.

Fora de casa, desde que a água inundou o bairro Menino Deus, onde vive, Luisa tem dedicado os dias a atuar no resgate de animais, indo a campo muitas vezes. Ela conta que encontrou animais trancados dentro de guarda-roupas, outros em situação crítica há dez dias sem água ou alimentação, um cavalo ferido pela madeira de uma charrete e um cachorro em cima de outro cavalo morto, no qual ele subiu para se salvar das águas.

"Todos os dias é um novo trauma, uma nova cena. Eu pausei minha vida, meu estágio, minha terapia para estar aqui, porque não tenho tempo. Se voltarmos para a normalidade, vai diminuir o número de vidas salvas. Eu vou cuidar de mim quando não puder mais cuidar do outro."

Fora do cenário do desastre, ela atua na causa animal como voluntária no Santuário Voz Animal, em Eldorado do Sul, município que ficou quase totalmente coberto pelas águas, exceto pela região onde fica o local, administrado pelo servidor público Fernando Simões Antunes Júnior, 44, e a esposa. Os dois também atuam agora com animais que precisam ser resgatados na região de Porto Alegre.

Fernando chegou a ter suspeita de leptospirose e precisou ficar uns dias de cama para se recuperar e voltar ao front. Agora, com o local mais estruturado, ele diz que o grupo organizou melhor escalas e dividiu tarefas.

"Fiquei 60 horas acordado antes de chegar o segundo temporal, desesperado tentando resolver a situação dos animais", diz ele. "De onde estou tirando energia? Não sei dizer. Desde que tudo começou, eu perdi seis quilos. Enquanto a gente estiver respirando e tiver bicho precisando, vamos estar aqui."

Conjuntura Piora do cenário externo e dados de atividade mais fortes que o esperado ajudam a explicar decisão do BC para Selic, aponta FGV Ibre

Brasil e EUA vivem cenário semelhante para queda nos juros

Marsílea Gombata
De São Paulo

Brasil e Estados Unidos compartilham um cenário semelhante no que diz respeito a expectativas e política monetária. Em ambos os casos, o clima é de "higher for longer", isto é, a perspectiva de juros em um patamar alto por um tempo maior do que se previa, afirma o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

No Brasil, a piora do cenário externo se combinou a fatores domésticos que corroboram a necessidade de se manter a taxa de juros mais elevada e por tempo maior. Por exemplo, os dados de atividade que vieram mais fortes no primeiro trimestre que o esperado, assim como dados de crescimento vigoroso de emprego e renda.

Com isso, o FGV Ibre revisou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5% para 0,7% no primeiro trimestre deste ano, ante o quarto do ano passado — e de 2,1% para 2,4%, na comparação com o primeiro trimestre de 2023. Também sofreu revisões para cima o PIB de serviços, de 0,4% para 0,7% (de 2,8% para 3,2% na variação anual). O de indústria teve seu crescimento reduzido de 0,3% para 0,2% (e 3,2% para 3,1%), devido ao desempenho mais fraco em fevereiro.

Pela ótica da demanda, a projeção de consumo das famílias sofreu forte revisão para cima, passando de alta de 0,9% para crescimento de 1,5% (de 2,6% para 3,3% na variação anual), assim como o consumo do governo de -0,6% para 0,1% (e de 1,7% para 2,7%).

As projeções para setor externo também foram alteradas: as exportações para 0,4% na variação trimestral (7% na anual), e as importações para 5,3% na comparação com o trimestre anterior (8,6% ante o primeiro trimestre de 2023). As de investimento foram rebaixadas para 3,7% no trimestre (ou 2,2% na variação anual).

Apesar do bom momento de atividade econômica, em sua edição de maio, o Boletim Macro lembra que tanto nos EUA quanto no Brasil o que se viu nas últimas semanas foi uma redução no otimismo sobre quão rápido e quão longe a autoridade monetária poderá avançar no corte dos juros.

"Nos dois casos, também, pela pressão advinda de uma política fiscal expansionista, que tem mantido a atividade crescendo em ritmo acelerado, e o mercado de trabalho aquecido, anulando boa parte do efeito que se busca atingir com a política monetária", afirma o boletim.

Projeções recalibradas
Em %

	1º tri. 2024 x 4º tri. 2023	1º tri. 2024 x 1º tri. 2023	Em 2024
PIB	0,7	2,4	2
Consumo das famílias	1,5	3,3	2,4
Consumo do governo	0,1	2,7	1,8
Investimento	3,7	2,2	3,9
Exportação	0,4	7	4,5
Importação	5,3	8,6	5,3
Agropecuária	8	-7,2	-3,4
Indústria	0,2	3,1	2,4
Extrativa	-0,6	5,6	4
Transformação	0,9	1,8	1,7
Eletricidade e outros	0,8	6,3	3,4
Construção civil	-0,7	1,8	2,9
Serviços	0,7	3,2	2,2

Fonte: Boletim Macro - FGV Ibre.

Tragédia no Rio Grande do Sul deverá afetar os preços nos próximos meses

Nos EUA, o Fed, o banco central americano, sinaliza que manterá as taxas elevadas por mais tempo, até estar confiante de que a inflação caminha em direção à meta de 2%, ante o atual patamar de 3,4%.

No Brasil, apesar da divisão entre os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) na decisão sobre o corte da taxa de juros na reunião de 7 e 8 de maio, a ata divulgada na semana seguinte mostrou que todos avaliam que a política monetária por ora deve seguir em terreno contracionista "diante do cenário global incerto e do cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas".

Em ambos os casos, não há indicações sobre os próximos movimentos. No Brasil, a deterioração das expectativas dos agentes de mercado ficou clara no Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira (20).

Ele trouxe a primeira queda em quase um ano da mediana de projeção para o PIB de 2024, de 2,09% na semana anterior para 2,05%, aumento da de inflação para 2024 de 3,76% para 3,8% e para 2025 de 3,66% para 3,74%. Além da perspectiva de uma Selic mais alta, terminando o ano em 10%, ante 9,75% esperados antes.

Parte dessa piora se deve à condução da política fiscal expansionista e ao mercado de trabalho aquecido, que contribuem para atividade e inflação resilientes. O Boletim Macro lembra ainda que desde outubro e 2023 tem havido aceleração no crescimento da renda disponível, impulsionado também pelo pagamento dos precatórios, aumento real do salário mínimo, assim como antecipação do 13º para beneficiários do INSS.

Essas medidas têm apoiado a expansão da atividade. Em março, a indústria cresceu 0,9%, em relação ao fevereiro. No varejo restrito e no ampliado, as variações mensais apresentaram relativa estabilidade, mas ambos acumulam crescimento de 2,5% nos últimos 12 meses. O setor de serviços cresceu 0,4% no mês, com destaque para os serviços prestados às famílias.

Somam-se a esse contexto de atividade e demanda surpreendendo para cima esforços fiscais do governo para ajudar o Rio Grande do Sul, o que adiciona nova camada de cautela na condução da política monetária. A tragédia, que começa a se refletir nos dados de atividade do segundo trimestre, ainda não foi incorporada na projeção de PIB para 2024 do FGV Ibre, mas pode levar à recalibragem de 2% para 1,7%, alerta o texto.

Ainda na seção sobre atividade, o boletim observa que o primeiro trimestre do ano foi marcado também por um crescimento expressivo do investimento, mas há dúvidas em relação à sustentabilidade disso.

"A manutenção da taxa real de juros em patamares elevados deve inibir uma aceleração mais expressiva do investimento neste ano", diz o boletim, ao prever crescimento de 3,9% neste ano, após queda de 3% em 2023.

"Essa composição de um PIB com taxa de juros mais altas acaba prejudicando o investimento e penalizando menos o consumo. Já vimos isso antes. Um mercado de trabalho que surpreende, com crescimento de salários, um lado positivo da renda, mas a preocupação com a inflação, em um contexto de câmbio mais desvalorizado por questões domésticas e internacionais e pelas expectativas", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, ao citar expectativas quanto ao cumprimento das metas inflacionárias ou mesmo à manutenção do regime de metas.

Na parte sobre política monetária, o boletim alerta para diferentes obstáculos enfrentados pelo Banco Central (BC) para trazer a inflação à meta: política fiscal expansionista, expectativas desancoradas, ambiente externo adverso, e variáveis como câmbio, juros préfixados, juros reais e inflações implícitas revelando preocupações com inflação e juros.

"Houvesse maior harmonia entre as políticas fiscal e monetária, no sentido de ambas privilegiarem o combate à inflação, seguramente teríamos avançado mais na busca da meta de inflação", escreve José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre.

Como indicativo de preocupação, ele cita as expectativas inflacionárias mais altas trazidas no Relatório Focus, em que expectativas para 2026 e 2027 permanecem em 3,5%, distantes da meta de 3%.

"O Banco Central, que até o último Copom considerava as expectativas apenas parcialmente ancoradas, já as considera desancoradas. O mais grave é que o BC não tem controle sobre o comportamento dessas expectativas, influenciadas, basicamente, pelo desconforto do mercado com a maneira como se conduz a política fiscal, e pelas incertezas associadas à troca de comando no BC na virada do corrente ano", afirma Senna.

Diante desse quadro, argumenta, não surpreende que o presidente do BC tenha anunciado, em 17 de abril, a possibilidade de descumprir o forward guidance de queda adicional da Selic em 0,50 ponto percentual e que em 8 de maio o Copom tenha optado por 0,25 ponto de queda.

"Talvez o justo seja parar [de reduzir as taxas de juros]. Podiam descer mais, mas deve-se ter em conta no balanço de riscos que a média das avaliações [sobre inflação] para 2026, 2027 e 2028 vem subindo, e é isso que chamamos de desancoragem de horizontes mais longos na política monetária", diz Matos, ao observar que a alta da média geralmente antecipa a da mediana e alertar para uma dispersão de expectativas maiores.

"Teria de haver um cenário muito otimista, de taxa de câmbio [mais apreciada], economia desacelerando e inflação mais próxima de 3,5% no ano que vem, para reverter isso. Mas não temos isso no radar. Tem espaço para um corte de 0,25 ponto? Vai depender muito dos dados. Por isso, tudo conspira no sentido de cautela maior na política monetária."

Na seção sobre inflação, o boletim alerta que a tragédia no Rio Grande do Sul deverá afetar os preços nos próximos meses, já que as enchentes afetaram cerca que o Estado responde por 70% da produção nacional de arroz. O Monitor da Inflação do FGV Ibre antecipa alta de 0,4% para o IPCA de maio.

Na parte do boletim que analisa o cenário internacional, Samuel Pessôa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do FGV Ibre, lembra que o componente internacional da piora dos mercados está associado a três leituras mais salgadas da inflação americana, que gerou forte reprecificação das taxas de juros no mercado interbancário americano, com impactos sobre a taxa de câmbio e a curva de juros local.

No fim de 2033, o mercado chegou a precificar sete cortes de 0,25 ponto cada da taxa básica de juros do Fed, lembra o economista. Hoje projetam-se dois cortes.

"A taxa terminal [de juros] será mais alta e deve ficar elevada por um tempo mais longo. A grande questão que se coloca, tanto nos EUA como no Brasil, é se é só uma questão de tempo ou se será de fato possível trazer a inflação para a meta sem mudar a postura que vem sendo adotada na área fiscal", questiona o boletim.



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro: talvez o justo seja o Banco Central parar de reduzir as taxas de juros

Petrobras deve atuar no escoamento de águas no Estado



Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu recorrer à Petrobras para tentar acelerar o trabalho de escoamento de água das cidades que continuam alagadas na região metropolitana do Rio Grande do Sul. A ideia é que a empresa estatal forneça força de trabalho para auxiliar as autoridades locais a fazer o bombeamento da água.

Segundo o ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), o assunto foi tratado ontem numa conversa entre os ministros da Integração Nacional, Waldez Góes (PDT), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD).

"O ministro Waldez Góes conversou com o ministro Alexandre Silveira para que a gente busque também o apoio da Petrobras para ampliar a capacidade de trabalho de retirada da água represada na região metropolitana, que é uma questão central hoje no nosso trabalho", afirmou Pimenta durante coletiva de imprensa no Sul.

De acordo com o ministro, vai levar "muito tempo" ainda para a água baixar em algumas das cidades gaúchas. "Infelizmente, por conta da violação do sistema de diques, essa água, por si só, vai levar muito tempo para baixar. Por isso precisamos de um trabalho muito intenso, queremos ampliar a capacidade de trabalho das bombas para que elas possam cumprir o papel de escoamento. Essa é a orientação do presidente Lula", complementou o ministro.

Ontem, Pimenta comentou também que o governo ainda está "iniciando o debate" sobre a possibilidade de famílias gaúchas serem recompensadas financeiramente pelo Estado por abrigarem pessoas que continuam fora de suas casas.

"Ainda estamos iniciando esse debate [sobre pessoas serem pagas pelo governo federal para abrigaram outras pessoas]. Estamos discutindo alternativas e há várias ideias sendo pensadas. Estamos pensando se é possível ou não [custear pessoas que recebem famílias desalojadas em suas casas], mas essa é uma discussão que está começando", explicou Pimenta.

A proposta surgiu em meio ao cenário conturbado que tomou conta dos abrigos públicos no Estado. Desde que o Rio Grande do Sul foi atingido por chuvas e enchentes, milhares de famílias gaúchas tiveram que abandonar suas residências e passaram a dormir em escolas, igrejas ou abrigos públicos que estão funcionando de forma improvisada.

IBGE antecipa dados de cadastro nacional para auxiliar na ajuda a RS

Alessandra Saraiva
Do Rio

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem, de forma antecipada, microdados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). A divulgação completa do cadastro será no dia 14 de junho. Mas o instituto fez antecipação dos microdados do levantamento, com objetivo de disponibilizar, de forma mais ágil, informações que possam auxiliar trabalhos de ajuda ao Rio Grande do Sul, atingido por fortes enchentes.

Os microdados contemplam informações completas, de endereçamento, dos mais de 106 milhões de endereços coletados no país pelo IBGE. Os dados incluem logradouro, número e modificador, complemento, localidade, CEP, espécie da unidade visitada, tipo de edificação, nomes dos estabelecimentos, entre outros.

Também foram disponibilizados uma espécie de dicionário de dados com explicações sobre o conteúdo; e documento com orientações de uso por causa dessa antecipação. Em fevereiro, o instituto já havia divulgado Coordenadas Geográficas das Espécies de Endereços, do Censo Demográfico 2022.

"A divulgação dos endereços coletados no Censo 2022 permitirá o georreferenciamento de cadastros oficiais que possibilitam a identificação, por exemplo, de populações vulneráveis, e auxiliam no apoio a reconstrução das áreas afetadas no Rio Grande do Sul", explicou a diretora de Geociências do IBGE, Ivone Lopes Batista.

Segundo Eduardo Baptista, gerente do CNFE, com os microdados, será possível fazer análise sobre o perfil dos endereços atingidos. Isso pode ajudar na prestação de apoio às pessoas atingidas; e no planejamento de restauração dos locais que precisarão ser reconstruídos, notou ele.

As informações poderão ser consultadas em arquivos de tabela ou plataformas de exploração de manipulação de dados geográfico, detalhou o gerente.

"Além da análise dos dados do próprio CNEFE, o usuário poderá cruzar os dados com outras bases existentes em instituições públicas e privadas, como cadastros de bairros e localidades atingidas oriundos das prefeituras e do governo do Estado", completou Baptista.

De acordo com o instituto, os dados poderão ser baixados ou explorados através das plataformas de visualização de dados do IBGE: no hotsite do Censo Demográfico 2022 e na Plataforma Geográfica Interativa (PGI).

O instituto pede que, em caso de dúvida sobre acesso aos dados, o atendimento por telefone (0800 721 8181) está disponível, bem como o Fale Conosco e demais canais encontrados na área de atendimento do site do instituto (www.ibge.gov.br).

Contas públicas Diferentemente do 1º tri, resultado do mês não teve ajuda de fundos exclusivos

Emprego em alta e consumo ajudam para arrecadação recorde em abril


DIOGO ZACARIAS/MF

Claudemir Malaquias, da Receita Federal: "Enquanto as águas não baixarem, é difícil ter uma estimativa econômica" do impacto do RS na arrecadação

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Puxada pelo desempenho das receitas relacionadas ao consumo e ao mercado de trabalho, a arrecadação federal somou R$ 228,9 bilhões em abril, alta real de 8,26%, em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo dados da Receita Federal divulgados ontem. É o quarto mês do ano com a arrecadação crescendo em ritmo superior a 5%, já descontada a inflação.

No acumulado do ano, a arrecadação atingiu R$ 886,6 bilhões, alta (sempre em termos reais e em relação ao mesmo período do ano passado) de 8,33%. Os resultados do mês e do ano são recordes na série histórica da Receita Federal, iniciada em 1995. Ou seja, são os maiores valores em 30 anos. Sem correção inflacionária, a arrecadação mostrou alta de 12,25% em abril, e de 12,85% no ano.

O resultado de abril é explicado, principalmente, pelo crescimento na receita com PIS/Cofins, que somou R$ 44,3 bilhões, uma expansão de 23,38%. Essa alta aconteceu devido à retomada da tributação dos combustíveis e ao menor uso de compensações tributárias oriundas de decisão judicial.

Outro fator que puxou a receita de PIS/Cofins foi a edição da Lei 14.592/23, que estabeleceu que, para apuração de crédito tributário nas aquisições, também deve ser expurgado o ICMS da base de cálculo desses créditos.

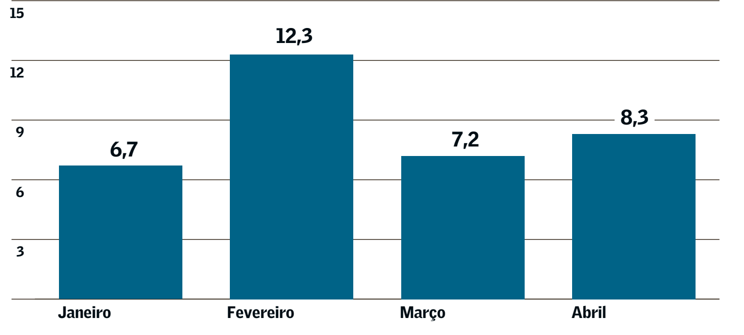
Pelo lado da atividade econômica, o destaque foi a arrecadação previdenciária, que totalizou R$ 52,8 bilhões em abril, alta de 6,15%. Esse resultado se deve à expansão de 5,11% massa salarial, sempre em comparação ao ano anterior.

Em relatório a investidores, economistas da Warren Investimentos destacam que abril foi o primeiro mês de 2024 que não contou com a entrada da tributação do estoque de rendimentos dos fundos exclusivos. Ainda assim, o crescimento da arrecadação foi superior ao observado em março (7,2%) e janeiro (6,7%) sendo inferior apenas à variação de fevereiro (12,3%).

No ano, o resultado também é explicado pelos mesmos fatores de abril, ou seja, mudanças na legislação que afetaram positivamente as receitas do governo e uma atividade econômica mais aquecida.

> Resultado forte é insuficiente para cumprir meta de resultado primário, afirma economista

Resiliência
Arrecadação federal segue crescendo em ritmo real superior a 5%* - em %



Fonte: Receita Federal *Percentual de crescimento real em relação ao mesmo período de 2023

Contou ainda para o resultado acumulado do ano o ingresso de R$ 11,44 bilhões de Imposto de Renda sobre o estoque de fundos exclusivos, receita atípica que acabou em março. Outro fator que contribuiu positivamente foi a redução em 46,05% das compensações tributárias oriundas de decisão judicial.

De acordo com os dados da Receita, as empresas compensaram de janeiro a abril deste ano R$ 16,9 bilhões em tributos devidos com créditos oriundos de decisão judicial, contra R$ 31,3 bilhões no mesmo período de 2023. Quanto menos as empresas usam créditos tributários, mais o Fisco arrecada.

Até o ano passado, não havia limite para uso de créditos judiciais para abatimento de tributos devidos. Neste ano, o limite entrou em vigor. A expectativa é de um incremento de R$ 24 bilhões na arrecadação em 2024 com o limite às compensações, número que pode ser revisado nesta quarta-feira, na divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento.

Em relatório a investidores, Fábio Serrano, economista do BTG Pactual, avalia que os dados divulgados até abril apontam para uma arrecadação mais forte do que a esperada inicialmente pelo mercado, mas ainda insuficiente para o cumprimento da meta de resultado primário, mesmo considerando a banda de tolerância que admite um déficit de até R$ 28,8 bilhões neste ano.

Serrano destacou que os dados de maio e de junho serão importantes porque trarão, respectivamente, impacto da tributação sobre o ganho de capital dos ativos offshore e informações sobre o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, além do come-cotas de fundos exclusivos.

"Em 2023, 5% da arrecadação federal teve origem no Estado [Rio Grande do Sul], equivalente a R$ 109 bilhões. Por ora, incorporamos um impacto primário das enchentes de R$ 35 bilhões para o setor público", diz Serrano.

Questionado sobre o impacto da calamidade no Rio Grande do Sul na arrecadação federal, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, afirmou que, neste momento, é difícil ter uma estimativa econômica.

"É claro que temos que acompanhar a avaliação dos reais prejuízos, porque só temos o prejuízo projetado. Enquanto as águas não baixarem, é difícil ter uma estimativa econômica", disse Malaquias. "O acompanhamento vai ser feito e, oportunamente, assim que tivermos as informações, podemos divulgar de maneira detalhada", completou.

Ele acrescentou que o diferimento de tributos anunciado até o momento não tem impacto fiscal, porque o recolhimento só foi postergado, mas será feito ainda no ano corrente.

RS é novo ingrediente nas dúvidas sobre ritmo no resto do ano

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

A arrecadação federal do primeiro quadrimestre de 2024 foi a maior já registrada para o período: R$ 886,6 bilhões. O monte arrecadado no mês passado, R$ 228,9 bilhões, é igualmente recorde para meses de abril.

Até aqui, a arrecadação se comportou como o esperado pelo governo — o que significa um desempenho muito forte, dado o alto volume de receitas exigidas para se atingir a meta de déficit zero este ano. Há, porém, dúvidas se o desempenho poderá ser mantido até o fim do ano.

Pelo menos dois novos fatores devem impactar a atividade econômica neste ano, com possíveis reflexos na arrecadação. O principal deles é a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul, um choque cujas repercussões na economia não puderam ainda ser dimensionadas. O outro é o reflexo de um cenário externo com juros mais altos, o que impacta nas taxas cobradas aqui e, consequentemente, no nível de atividade.

Há, além disso, dúvidas com as receitas não administradas pela Receita Federal. As receitas esperadas em 2024 com concessões e permissões, por exemplo, são alvo de questionamento do mercado e de alas do próprio governo.

Na semana passada, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda divulgou a estimativa de crescimento econômico no ano, que é utilizada pelo governo para ajustar as projeções de arrecadação. A expectativa de crescimento foi elevada de 2,1% para 2,5%.

O dado, porém, não considera os efeitos do desastre no Rio Grande do Sul, pois ainda não podem ser estimados. Leva em conta, porém, a piora em indicadores como expectativas de inflação e juros no Brasil, inclusive a perspectiva de a taxa Selic terminar o ano em um nível mais elevado que o esperado em janeiro.

O crescimento de 2,5% é a base da projeção de receitas que será divulgada nesta quarta-feira (22), no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. A publicação bimestral indica se será necessário conter despesas para cumprir as regras fiscais.

A SPE avalia que os impactos de curto prazo na economia gaúcha serão compensados ao longo dos próximos trimestres, com as medidas de reconstrução do Estado. Qual o balanço do ano, não se sabe ainda.

A arrecadação esperada para 2024 é pautada pela projeção da SPE, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. Ele acrescentou que, da parte da Receita, foram anunciadas algumas dilações de prazo para o recolhimento de tributos — medida que terá efeito neutro na arrecadação no ano.

A arrecadação recorde do primeiro quadrimestre do ano, disse Malaquias, é explicada sobretudo pelo efeito de medidas legais adotadas pelo governo.

Ele citou como exemplos: a reoneração dos combustíveis no início do ano, a mudança na tributação sobre fundos de investimento exclusivos (com recolhimento tributário sobre estoques) e a lei que limitou o abatimento, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos incentivos fiscais estaduais para gastos de custeio.

> Dúvidas sobre receitas não administradas pela Receita Federal ainda persistem

Outro fator que explica o bom desempenho das receitas é o mercado de trabalho. O desemprego em queda e o aumento da massa salarial levam a maiores recolhimentos de contribuições previdenciárias e Imposto de Renda sobre salários.

Também foi observado uma queda no volume de compensações tributárias, após o governo limitar o uso de créditos por parte das empresas.

A tributação de estoques dos fundos exclusivos rendeu R$ 11,4 bilhões em Imposto de Renda neste ano, mas é um efeito que já se esgotou. O valor ficou um pouco abaixo dos R$ 13,3 bilhões previstos no Orçamento.

Para maio, é esperado recolhimento de R$ 5,6 bilhões, com a tributação de estoques dos fundos investidos no exterior (offshore). É outro caso de arrecadação que só ocorrerá uma vez.

O governo ainda aguarda, até o fim do mês, o ingresso de recursos decorrentes do programa de autorregularização de empresas que utilizaram indevidamente benefícios tributários estaduais para reduzir a base do IRPJ e da CSLL. Elas já foram notificadas. Após o dia 31 de maio, estarão sujeitas a procedimentos de fiscalização.

Até aqui, os esforços da equipe econômica para ajustar as contas pelo lado das receitas têm mostrado resultados. A dúvida é se, diante de fatos novos como a tragédia no Rio Grande do Sul, o ritmo poderá ser mantido.

Brasileiro cai em ranking de confiança global

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A confiança do consumidor brasileiro caiu pelo terceiro mês seguido, conforme os dados do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do Instituto Ipsos. O indicador de maio apresentou redução de 1,6 pontos em relação a abril. No mês anterior a baixa foi de 3,5 pontos.

Em abril, o Brasil ocupava a nona colocação no ranking e em maio, caiu para o décimo lugar, com 51,7 pontos.

No acumulado dos últimos 12 meses, segundo o Ipsos, o índice brasileiro apresentou a quarta maior queda (-3,7), ficando atrás de Peru (-7,6), Malásia (-7,2) e Turquia (-5,2).

O impacto dos preços no bolso do consumidor brasileiro influencia nas quedas do ICC, pois o consumo fica mais pressionado. Segundo Marcos Calliari, CEO da Ipsos no Brasil, os principais grupos que têm influenciado essa pressão são alimentos, medicamentos e itens de higiene pessoal.

Em abril, a inflação fechou em 0,38% na comparação com março, quando houve alta de 0,16%. "Embora alguns indicadores continuem mais otimistas, como as novas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) que colocam o Brasil de volta como a oitava maior economia global em 2024, eles não se materializam na percepção das pessoas tão rapidamente", explica.

A queda de popularidade no governo, baixas consecutivas no Ibovespa e o dólar em alta também são fortes indicadores de que o "país permanece em um cenário ainda conturbado no âmbito econômico".

Outro problema observado no relatório é o desastre no Rio Grande do Sul, que, conforme Calliari, pode gerar uma apreensão dos consumidores em relação a possível escassez e aumento de preços do arroz. O Estado é o maior produtor do alimento no Brasil. "Embora o governo já tenha tomado medidas intervindo a respeito, a situação gaúcha está certamente longe de ser normalizada."

O índice brasileiro, mesmo com reduções seguidas, ainda mantém resultados positivos por estar acima da linha da neutralidade de 50 pontos. Entre os 29 países analisados, dois chamam atenção do CEO: EUA e Argentina.

Os Estados Unidos tiveram em maio um aumento de 0,9 pontos e fechou o mês em 54,3, maior número dos americanos nos últimos seis meses. Calliari avalia que essa notícia é boa para o presidente Joe Biden "já que a inflação segue sendo a maior preocupação dos americanos".

"Como a Ipsos apura no seu modelo preditivo eleitoral, o candidato que apresenta bons resultados no tema de maior preocupação da população tende a ter uma vantagem no pleito", diz.

O segundo é a Argentina, que em abril teve aumento de 3,7 pontos na confiança dos consumidores — em maio, o índice caiu 1,4 ponto no país vizinho, fechando o mês em 43,1.

A Índia também é destaque no levantamento. Segundo Calliari, o país segue no topo do ranking de confiança do consumidor por quase um ano. Os indianos tiveram a maior alta acumulada nos últimos 12 meses, de 9,1 pontos, encerrando maio com 68,7.

"O otimismo do país tem um motivo claro: o estrondoso crescimento do PIB e seu ótimo momento econômico."

Brasil

Tributação Para críticos, proposta que deve entrar em vigor em 2027 e inclui dois dos principais itens exportados pelo país tem intenção "arrecadatória"

Controverso, Imposto Seletivo no setor mineral pode gerar até R$ 10,8 bi

Marta Watanabe
De São Paulo

Controversa, a tributação do Imposto Seletivo (IS) sobre a extração mineral pode render à União receita adicional de R$ 8,7 bilhões em 2027, quando começará a ser cobrada, e chegar a R$ 10,8 bilhões em 2033. Pela proposta do governo o tributo deve ser cobrado sobre petróleo, minério de ferro e gás natural, mesmo que destinados à exportação, o que tem despertado críticas ao que se considera como intenção "arrecadatória".

Os itens que ficarão submetidos ao IS estão em ascensão na pauta exportadora e contribuem com mais de 20% do valor de todos os embarques brasileiros. No ano passado, somaram US$ 73,3 bilhões em exportações, o equivalente a 21,6% da receita total de embarques. A expectativa é que, com aumento de volume de produção, se tornem mais importantes na pauta exportadora nos próximos anos. De janeiro a abril deste ano somente minério de ferro e petróleo foram responsáveis por 24% das exportações ante 20% em iguais meses do ano passado. O petróleo, segundo especialistas, promete se tornar neste ano o principal item embarcado pelo país.

As projeções de arrecadação do IS são de Bráulio Borges, economista da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). As estimativas fazem parte de estudo em que Borges analisa o potencial de receitas que podem ser geradas pelo setor extrativo mineral até o início da próxima década. Atualizadas em fevereiro deste ano, as projeções consideraram alíquota do IS de 1%.

Pelos cálculos de Borges, a arrecadação total de tributos federais no setor extrativo mineral deve atingir R$ 52,7 bilhões em 2027 e chegar a R$ 63,5 bilhões cinco anos depois. As contas não incluem a contribuição previdenciária. O estudo tomou como base projeções de diversas fontes como ANP, Vale, Opep e PPSA. Os cálculos do economista consideraram, entre outras premissas, que o volume de produção de petróleo e gás vai crescer 50% até 2033 em relação ao observado em 2023. Para minério de ferro, foi considerada alta de 19% nos mesmos critérios.

Em entrevista ao **Valor** publicada no início de maio, Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária, disse que a arrecadação do Imposto Seletivo, da forma como proposta pelo governo federal, não deve ultrapassar total de R$ 50 bilhões.

O Imposto Seletivo deve ser cobrado a partir de 2027 e, segundo a emenda da reforma, tem como objetivo desestimular o consumo de bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente. Diferentemente de outras bases de incidência, como bebidas açucaradas e carros, a tributação sobre bens minerais não foi novidade do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 proposto pelo governo para regulamentação da emenda da reforma.

A cobrança do IS sobre bens minerais foi estabelecida na emenda, assim como a alíquota máxima de 1% para esse caso específico. O PLP especificou nos anexos que no caso dos bens minerais o alvo são petróleo bruto, minério de ferro e gás natural (liquefeito ou gasoso). Os produtos estão especificados por códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e ou do Sistema Harmonizado (SH).

> Para empresas de mineração, cobrança do imposto no setor é "anomalia"

Ao elencar o petróleo bruto e o minério de ferro nas bases da tributação do Imposto Seletivo , a proposta do governo abarcou dois dos itens que costumam estar entre os três principais da pauta exportadora brasileira.

Gabriela Faria, economista da Tendências, diz que em 2024 a expectativa é de destaque ainda maior para petróleo e minério de ferro, já que o desempenho agrícola, representado fortemente pela soja, não será tão forte este ano como foi em 2023. Embora tenha havido queda de preços do petróleo em relação a períodos mais recentes, diz ela, o aumento do volume deve fazer com que petróleo e minério contribuam para a balança comercial alcançar novamente um resultado robusto este ano.

Diferentemente dos demais tributos novos criados pela reforma tributária sobre consumo — a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será arrecadada pela União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido por Estados e municípios —, o IS não dará direito a crédito. Segundo o PLP, será cobrado uma única vez sobre o bem, o que deve acontecer na primeira comercialização pela empresa extrativista, ainda que destinada à exportação. Júlio de Oliveira, tributarista e sócio do Machado Associados, explica ainda que o IS, inclusive o cobrado na extração mineral, integrará a base de cálculo do IBS e da CBS.

Para Borges, no caso da extração mineral o Imposto Seletivo vai funcionar "na prática" como "um adicional de royalties, que ajuda a reduzir a alíquota-padrão da CBS e do IBS". "No caso de petróleo e gás, até poderia ser considerado como um 'upstream carbon tax', mas nos demais setores extrativos isso não faria muito sentido, a não ser que esteja sendo considerado que essas atividades causam muitos danos ambientais nas áreas de mineração."

Para Rinaldo Mancin, diretor de relações institucionais do Ibram, que representa as empresas de mineração, a cobrança do Imposto Seletivo no setor é uma "anomalia". Ele defende que os "excise tax", tributos que inspiraram o IS, não costumam focar em um setor, mas sim em produtos, para desestimular consumo de tabaco ou álcool, por exemplo.

Uma das polêmicas, diz, é que a medida desincentiva a mineração. "O mundo vai precisar de mais mineração, dentro da transição energética e energia renovável para os quais a mineração é essencial." Há, para ele, um "contrassenso" entre políticas públicas que eventualmente busquem a extração de minerais críticos e estratégicos, o que iria na contramão de um IS que desincentivaria a mineração.

Mancin diz que o governo tem intenção "arrecadatória" ao listar o minério de ferro entre as bases tributáveis pelo IS, já que o item, sozinho, foi responsável por 59,6% do faturamento de R$ 248 bilhões do setor mineral em 2023. Os dados são do Ibram. O setor, defende, Mancin, é favorável à reforma tributária, mas não quer a tributação de minerais estratégicos. A ideia, relata, é levar o tema para o Congresso nas discussões sobre a proposta de regulamentação do governo.

Para Tércio Chiavassa, tributarista e sócio do Pinheiro Neto, é importante assegurar que as exceções à tributação estejam claras na legislação. Ele lembra que o PLP 68/24 traz exceção expressa para gás quando utilizado no processo produtivo para empresas. "Por que somente o gás, e não outras coisas? Esta é uma discussão que terá que avançar no Legislativo."

No sistema atual, diz ele, as leis complementares estabelecem a incidência de ICMS e ISS e há conflitos sobre qual tributo incide em determinadas operações. Com a reforma a premissa é outra, observa. "O governo traz um conceito de operações muito amplo para dizer claramente que está tudo dentro e estabelecer as exceções. O que não for bem material, bem imaterial ou direito é serviço. Por definição se abre uma válvula e se abrange tudo. Isso vale para o Imposto Seletivo também. Se há exceções, o legislador precisa incluir agora." Caso contrário, destaca, será muito difícil alegar depois que algo é exceção se isso não estiver expressamente estabelecido.

Dependendo de como ficar definido o texto no legislativo, diz Chiavassa, é possível que haja uma discussão sobre a natureza jurídica do IS especificamente sobre extração mineral. Poderá haver espaço, afirma ele, para questionar se há outra incidência sobre o mesmo fato, já que o IS tem por finalidade proteger o dano no ambiente doméstico, algo que teria natureza indenizatória muito similar à já existente Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), considerada uma compensação ambiental sobre uso do solo.

Segundo dados do Ibram, o setor mineral arrecadou total de R$ 85,6 bilhões em tributos em 2023, incluído no valor R$ 6,9 bilhões com a Cfem.

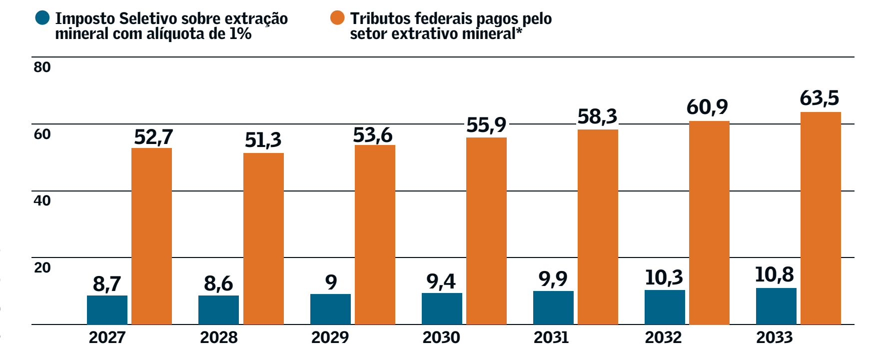
ANA PAULA PAIVA/VALOR



Bráulio Borges: cálculos consideraram que produção de petróleo e gás vai crescer 50% até 2033, e minério, 19%

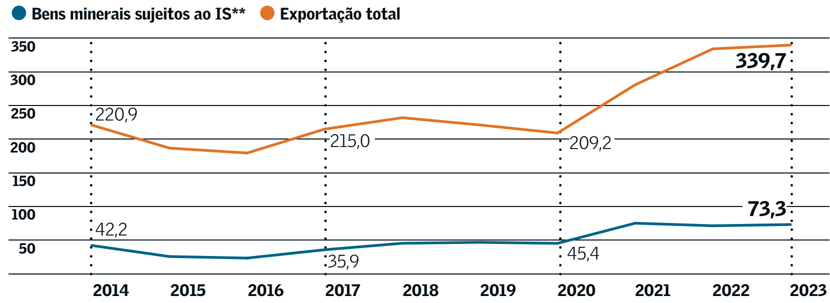
Potencial do Imposto Seletivo sobre extração mineral

Projeção de arrecadação em valores correntes - R$ bilhões



Bens minerais sujeitos ao IS são um quinto da exportação

Embarques brasileiros** - US$ bilhões



Participação dos bens minerais na exportação total** (%)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
19,1	13,8	13,1	16,7	19,6	21,2	21,7	26,8	21,4	21,6

O que o governo propôs para o Imposto Seletivo sobre extração mineral

- O tributo será cobrado sobre extração de minério de ferro, petróleo e gás natural
- A alíquota máxima é de 1%
- A cobrança do IS acontece na primeira comercialização pela empresa extrativista, ainda que a finalidade seja exportação
- Nos casos em que o gás natural seja destinado à utilização como insumo em processo industrial, a alíquota do IS é zero
- O IS incide uma única vez sobre o bem e não gera crédito

Fonte: Para projeções de IS e carga tributária, dados diversos com elaboração do economista Bráulio Borges. Para exportação, Secex/Mdic, com critérios do PLP 68/24. Para o que o governo propõe, PLP 68/24. *Exceto contribuições previdenciárias. Projeções de fevereiro de 2024. **Inclui minério de ferros, óleos brutos de petróleo, gás natural liquefeito e gás natural no estado gasoso (SH4 2601; NCMs 2709.00.10; 2711.11.00; 2711.21.00)

Tese de erro de cálculo em indenização ganha força na Aneel

Rafael Bitencourt
De Brasília

A tese de que houve "erro" no cálculo de indenização bilionária paga às transmissoras de energia ganhou o apoio de, ao menos, dois integrantes do comando da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os diretores Fernando Mosna e Hélvio Guerra votaram a favor da devolução de R$ 11,64 bilhões, até 2028, para consumidores e geradores. O julgamento do caso foi interrompido com pedido de vista da diretora Agnes da Costa.

Para Mosna, cabe à Aneel "corrigir seus próprios erros, seja por questões de legalidade, na hipótese de um ato administrativo que contenha vícios que o torne ilegal e sem efeito, seja por razões de conveniência ou oportunidade, quando a manutenção do ato já não se mostra mais adequada ao interesse público". Em preços de junho de 2023, o diretor prevê a redução do valor total da indenização de R$ 60,49 bilhões para R$ 48,84 bilhões, queda de 19,26%.

O julgamento do caso, iniciado pela diretoria da agência na noite de ontem, remeteu à controversa política de redução das contas de luz tomada pelo governo, em 2012. Na época, uma medida provisória (MP 579/12) propôs o corte na tarifa, com a drástica redução na remuneração de grandes geradoras e transmissoras, por meio da renovação antecipada das concessões.

No caso das transmissoras, houve um embate desde o início a respeito do cálculo das indenizações sobre os ativos existentes (a RBSE). Ao todo, nove transmissoras recebem a indenização e, agora, correm o risco de perder receita. São quatro subsidiárias da Eletrobras, ISA Cteep, Cemig-GT, CEEE-GT, Copel-GT e Celg-GT.

O suposto equívoco foi apontado por representantes de geradores, autoprodutores e consumidores, representados por entidades (Apine, Abiape e Abrace).

Logo após a edição da MP 579, o pagamento da indenização para as transmissoras foi judicializado. Depois de pacificado o tema na Justiça, o Ministério de Minas e Energia publicou portaria, em 2016, definindo que os consumidores pagariam cerca de R$ 40 bilhões em oito anos para as transmissoras. Em seguida, ainda na pandemia da covid-19, o repasse escalonado foi interrompido, como forma de aliviar as tarifas para os consumidores.

Com tantas idas e vindas no pagamento da indenização, mais de uma metodologia foi usada pelos técnicos da agência. Isso deu brecha para geradores e entidades de consumidores contestarem, nos últimos dois anos, a fórmula de repasse definida pela Aneel, alegando que foram aplicadas metodologias de cálculo diferentes num mesmo processo.

Geradoras e transmissoras de energia defenderam posições opostas em sustentação durante reunião pública da diretoria desta terça-feira. O diretor de energia na Abiape, Paulo André Sehn, defendeu que houve "erro material" com pagamento indevido de R$ 15,3 bilhões.

Como representante da ISA Cteep, o ex-diretor da Aneel Tiago Correia considera que houve uma "simplificação exagerada" no entendimento sobre a existência de erro de cálculo. Para ele, as geradoras usaram "ferramenta retórica" e "representação gráfica equivocada" para levar a agência a uma nova interpretação.

Juros mais baixos impulsionam intenção de consumo, mostra CNC

Alessandra Saraiva
Do Rio

Juros mais atrativos e melhora na renda do brasileiro impulsionaram a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na terça-feira (21), a organização informou alta de 1,3% no indicador em maio ante abril, para 102,9 pontos. Na comparação com maio do ano passado, a expansão foi de 6,4%.

Todos os sete tópicos usados para cálculo do indicador tiveram aumento, tanto na comparação com abril quanto em relação a maio de 2023. Um dos que mais contribuíram para o desempenho favorável foi a percepção de melhora no acesso a crédito, que cresceu 2,2% no mês e 6,6% frente a maio do ano passado. Quedas consecutivas da taxa básica de juros podem ter favorecido essa percepção, informou a confederação.

Além disso, em maio desse ano, 31,4% dos entrevistados na pesquisa da CNC consideraram mais fácil o acesso ao crédito. Esse foi o maior percentual, para esse tópico na pesquisa, desde abril de 2020.

O ICF aumentou em ambas as faixas de renda analisadas, mas a alta foi mais forte nas famílias com renda abaixo de dez salários mínimos (1,4%). Entre as famílias com renda acima de dez salários mínimos, o aumento do ICF foi de 0,7%.

"A melhora do crédito é percebida por todos os consumidores, mas as famílias com renda menor estão conseguindo se beneficiar mais das melhores condições de pagamento", afirmou, em nota, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

INÊS249


GUSTAVO WERNECK
CEO DA GERDAU E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

Uma fábula sobre a relação Lula-Centrão



Fernando Exman

A fábula "O homem e a raposa", de Esopo, poderia ter sido escrita sob a inspiração da relação do governo Lula com o Centrão. Diz que um homem estava possesso com uma raposa. Ele então pegou esse animal que vinha prejudicando-o e, como queria "infligir-lhe um bom castigo", amarrou à sua cauda uma estopa embebida de óleo e ateou fogo. Depois o homem a soltou em pleno campo, mas a esperteza da raposa a fez correr para a lavoura de seu carrasco.

Ao acompanhar os seus passos, o homem ia se lamentando diante da colheita perdida. A moral da história está no desfecho do pequeno texto, seguindo o padrão do célebre autor grego: "Calma! Não te deixes levar pela desmedida: tua raiva poderá te causar um grande mal".

Autoridades do governo Lula não confiam no Centrão. Acreditam que lá na frente, em 2026, as legendas que integram o grupo se aglomerarão em torno de uma candidatura de oposição. Acham que poderiam ter mais ajuda desses partidos no Congresso, uma vez que eles mantêm representantes na Esplanada dos Ministérios, e veem seu apetite pelos recursos do Orçamento como algo a ser combatido.

Do lado do Centrão, por seu turno, não é desprezível o incômodo com o que se considera uma espécie de "exumação" da análise do chamado "orçamento secreto" pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A ação era relatada pela ministra aposentada Rosa Weber. Em dezembro de 2022, a Corte declarou a prática, até então alicerçada nas emendas de relator, incompatível com a ordem constitucional. Um acordo durante a tramitação da PEC da Transição remanejou essas verbas para outras rubricas, como emendas individuais impositivas e mais verbas para os ministérios.

Desde então, observa-se um crescimento do volume das emendas de comissão e das "emendas Pix" — transferências especiais feitas diretamente pelos ministérios para prefeituras a pedido de parlamentares, as quais são consideradas pouco transparentes e menos conectadas com o planejamento do governo central para as políticas públicas.

Antes mesmo da aposentadoria de Rosa Weber, em setembro do ano passado, já havia um sentimento dentro do STF de que, na prática, o orçamento secreto acabara sobrevivendo, mas sob outros formatos. Porém, o assunto não havia sido recolocado sobre a mesa, até que o ministro Flávio Dino, que substituiu Rosa na Corte após deixar o cargo de titular da Justiça e Segurança Pública do atual governo, pediu explicações da Presidência da República e do Congresso sobre o cumprimento da decisão de 2022. Ele sempre foi um crítico do orçamento secreto.

Até agora, Lula não enviou comentários. As duas Casas do Legislativo já juntaram aos autos suas respostas. Ambas negam haver descumprimento da decisão. A Câmara, deve-se registrar conforme já detalhou o **Valor** há alguns dias, disse que cabe aos ministros de Estado dar publicidade aos critérios de distribuição que orientaram a execução desses recursos.

O acompanhamento da aplicação dessas verbas é, de fato, uma preocupação. Primeiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que, de acordo com a Constituição, a fiscalização do uso das "emendas Pix" enviadas para Estados, municípios e Distrito Federal cabe aos tribunais de contas locais. E na sequência aprovou uma instrução normativa para regulamentar os procedimentos de fiscalização das transferências especiais.

Os órgãos estaduais e municipais passaram a ter prazo de 60 dias para fornecer informações e documentos sobre a execução do dinheiro. Eles precisarão, por exemplo, apresentar descrição do objeto a ser executado, com as metas a serem alcançadas; estimativa dos recursos financeiros necessários à consecução do objeto; classificação orçamentária da despesa; e previsão de prazo para conclusão do projeto.

A norma também prevê a elaboração de relatório de gestão dos recursos, que deverá ser inserido em uma plataforma federal até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento da transferência especial. Mas a avaliação no TCU é que só uma mudança na Constituição seria capaz de fazê-lo ampliar sua atuação no controle desses mecanismos orçamentários. Ou uma mudança na interpretação da Carta Magna, a partir de alguma decisão do STF.

Ainda há dúvidas se o prosseguimento da ação relatada pelo ministro Flávio Dino, no STF, pode ter algum desses desfechos. Nos demais Poderes, a percepção é que ele está "tateando" o terreno para ver eventuais reações de seus pares no Supremo.

No Congresso, a iniciativa já gerou desconfianças entre aqueles que consideram a emenda parlamentar uma ferramenta fundamental para fazer política e reduzir a dependência do Legislativo em relação ao Executivo quanto ao envio de recursos para redutos eleitorais.

Essas raposas não estão dispostas a abrir mão da influência conquistada na gestão do Orçamento Geral da União, algo que Lula precisará considerar antes de se posicionar oficialmente a respeito. Até porque o presidente tem dito em seus discursos públicos que pretende transformar 2024 em um ano de colheita.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Governo Alvo de vaias e aplausos de prefeitos, presidente diz que manterá tributação sobre a folha de pagamentos dos municípios em 8%

Lula anuncia novas regras para cidades financiarem dívidas

Fabio Murakawa e Caetano Tonet
Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na terça-feira (21) que haverá novas regras para o financiamento de precatórios e dívidas previdenciárias dos municípios. O anúncio ocorreu durante a 25ª edição da Marcha em Defesa dos Municípios, conhecida como Marcha dos Prefeitos, onde também foi cobrado a respeito da desoneração da folha de pagamento dos municípios.

Vaiado por parte da plateia no início do evento, Lula acabou arrancando gargalhadas dos prefeitos e saiu aplaudido após discursar. Contou, para isso, com a ajuda do presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que pediu aos presentes que não vaiassem as autoridades presentes e mantivessem uma postura "institucional".

"Eu queria dizer que alguns anúncios que eu vou fazer aqui poderiam ser feitos pelo ministro da Fazenda, pelo ministro da Casa Civil. Mas vocês sabem que notícia boa quem dá são os prefeitos e aqui, é o presidente. Notícia ruim quem dá são os ministros", disse o presidente.

Lula chegou ao Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) acompanhado de 23 de seus 39 ministros. Em seu discurso, confirmou o acordo para manter a tributação sobre a folha de pagamentos dos municípios em 8% em 2024, ante um padrão de 20%. E pediu ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que trabalhe rapidamente, uma vez que a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu os efeitos da desoneração da folha expira em 60 dias a partir de 17 de maio. Wagner será o relator do projeto, simbolizando o governo dentro do acordo.

Lula não explicou quais serão as novas regras, mas afirmou que haverá um novo prazo para o financiamento dessas dívidas. Segundo ele, haverá renegociação de juros e teto máximo de comprometimento da receita líquida.

O governo apresentará um novo projeto para o pagamento de precatórios que leve em consideração as contas dos municípios e a facilitação do pagamento.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que está acompanhando com atenção as negociações com o governo federal sobre a desoneração da folha da pagamento dos municípios. E destacou que um Poder não pode se sobrepor a outro e que as "leis aprovadas e sancionadas devem ser respeitadas".

Ele defendeu que Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, busquem um consenso com o Congresso e as prefeituras com relação à tributação da contribuição previdenciária.

"É um problema sério, grave, que tem que ser tratado com uma mesa, tanto do Congresso Nacional, do ministro Haddad, do presidente Lula, do governo federal, e prefeitos e prefeitas para resolver esse problema previdenciário do país", afirmou.

Para Lira, é preciso chegar a um consenso que atenda tanto os interesses das prefeituras quanto do governo federal.

"Estou acompanhando de perto as negociações dos municípios com o governo federal sobre o assunto da desoneração da folha dos municípios em relação à contribuição previdenciária. Defendo, claro, que se deva chegar um consenso que permita, de um lado, que as prefeituras ganhem um fôlego maior para poder se recuperar dos custos pós-pandemia e, de outro, a necessidade do governo federal realizar o indispensável ajuste fiscal", pontuou.

O plenário do Senado deve votar nesta quarta-feira (22) o projeto, fruto de acordo do governo com Congresso, que mantém a desoneração dos municípios em 2024.

Anfitrião do evento, Ziulkoski, defendeu a desoneração. "Como é que um clube de futebol paga 5%, os filantrópicos não pagam, as igrejas não pagam nada e o município é uma empresa? Por que nós temos que pagar 22%?", disse.



CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Padilha (à esquerda) e Lira: presidente da Câmara defende acordo entre prefeitos e governo federal sobre tributação

CPI da Braskem aprova relatório, que irá à PGR

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem no Senado aprovou, nesta terça-feira (21), o relatório final do senador Rogério Carvalho (PT-SE) que sugere o indiciamento da empresa e de funcionários pelo desastre ambiental provocado pela extração de sal-gema em Maceió (AL). O parecer foi encaminhado a órgãos como a Procuradoria-Geral da República (PGR).

No documento aprovado, Carvalho alega que a Braskem tem responsabilidade por crimes ambientais. Ele sugere que a empresa deve ser indiciada por "causar poluição a níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora". A punição também se enquadra para a falta de medidas de prevenção. A penas é de reclusão, de um a cinco anos.

Outro crime citado por Carvalho é pela execução de lavra ou extração de recursos minerais em desacordo com as normas vigentes. A pena é de detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Apesar de ter incluído em parecer apresentado na semana passada que chegou à conclusão de que a Braskem tem responsabilidade pelo crime de falsidade ideológica dos relatórios encaminhados às agências reguladoras, Rogério não incluiu esse ponto na versão final. Segundo a assessoria do parlamentar, os órgãos competentes devem decidir o melhor enquadramento.

Carvalho também diz que os elementos reunidos não são suficientes para apontar a ocorrência do crime de corrupção ativa, mas sugere o "aprofundamento das investigações a fim de apontar a ocorrência deste delito".

A Braskem se manifestou reiterando mais uma vez que esteve à disposição da CPI "colaborando prontamente com todas as informações e providências solicitadas". A companhia ressalta que continua à disposição das autoridades.

Estados Entrevista de Leite ao 'Roda Viva' marca uma inflexão na postura do governador em relação à coabitação com Paulo Pimenta

Governistas atraem Leite para uma composição em 2026

DIVULGAÇÃO/ TV CULTURA



Leite: horas antes da entrevista à TV Cultura, governador recebeu Múcio

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Depois do mal-estar provocado pelo evento de quarta-feira passada em São Leopoldo (RS), transformado num grande palanque pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), mudou a postura em relação aos esforços do governo federal na reconstrução do Estado. Naquele dia, Leite falou durante 14 minutos sem mencionar o nome do ex-ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, que acabara de ser oficializado na Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS. No "Roda Viva" desta segunda-feira (20) foi diferente.

Depois de elogiar a "sensibilidade" do ministro Fernando Haddad e do presidente Lula, Leite emendou, sem que tivesse sido indagado, sobre Pimenta: "Sua indicação nos dá uma voz a mais. Alguns falam que isso pode ser uma interferência do governo federal. Vou preferir olhar por outro ângulo, de um Rio Grande do Sul com um assento privilegiado para resolver um problema como o da dívida".

A inflexão também fica clara quando se compara às entrevistas anteriores dadas pelo governador. A "O Globo", quando indagado sobre a coabitação com um ministro petista com pretensões eleitorais no Estado, Leite, sem citar Pimenta, fizera questão de demarcar as diferenças: "O presidente tem a legitimidade para poder apresentar o nome que ele entenda pertinente. Da minha parte, busquei um perfil técnico para a minha secretaria de reconstrução recém-criada".

Horas antes da entrevista ao "Roda Viva", Leite recebeu o ministro da Defesa. José Múcio tem ido ao Estado na companhia dos comandantes militares. Na segunda, esteve lá com o comandante do Exército, general Tomás Paiva, que tem coordenado a atuação de sua tropa na tragédia. No Palácio do Piratini, porém, a missão de Múcio era outra, a de apaziguar a relação de Leite com o governo federal.

Em 2022, Leite chegou a se licenciar do governo gaúcho para participar de prévias no PSDB para a escolha de um pré-candidato à Presidência da República mas a candidatura não se viabilizou. No segundo mandato como governador, uma das possibilidades para Leite, dada a resiliência da polarização entre o PT e o bolsonarismo, é a disputa pelo Senado. Na conversa com o governador, Múcio, sem negar as pretensões de Pimenta no Estado, lembrou-lhe que, em 2026, haverá duas vagas em disputa no Senado e que Leite não deveria descartar uma composição com Pimenta.

O governador confirma o encontro com Múcio mas se limita a dizer que, "embora o esforço de coordenação seja complexo, não há atrito" com o governo federal. Por ora, o governador se vale desta maior proximidade com Pimenta, a quem chamou de "embaixador do Rio Grande do Sul" para arregimentá-lo à pressão pela anistia total da dívida gaúcha, cuja amortização foi suspensa pelo Tesouro por três anos. "Espero que o ministro Pimenta nos ajude a convencer o governo federal de que não basta postergar essa dívida, precisamos ter a quitação dela (...) prefiro olhá-lo como embaixador do Rio Grande do Sul lá para poder convencê-los. Confio que o ministro Pimenta vai nos ajudar a resolver esse problema", disse Leite no "Roda Viva".

Sem uma terceira força viável, como Leite o foi em 2022, a tendência é que a política gaúcha se polarize entre as forças governistas e o bolsonarismo. Uma boa relação com o Palácio do Planalto pode lhe possibilitar recursos para que tenha um bom desempenho como governador da reconstrução.

Pimenta tem lembrado a importância do apoio do PT para que Leite derrotasse o ex-ministro bolsonarista Onyx Lorenzoni em 2022. O então deputado estadual Edegar Pretto, ex-presidente da Assembleia Legislativa e hoje presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), perdeu a vaga no segundo turno por apenas 1% dos votos e não titubeou em apoiar Leite contra Lorenzoni. Pimenta era o presidente do PT estadual.

Não se trata, porém, de uma opção fácil para o governador gaúcho visto que o ex-presidente Jair Bolsonaro venceu a eleição no Rio Grande do Sul tanto em 2018 quanto em 2022, mas hoje uma aproximação com os governistas parece ter ganhos mais concretos para Leite do que uma aliança com os franco-atiradores do bolsonarismo.

Secom deve se manter sob o controle de Pimenta

Andréa Jubé
De Brasília

Embora alvo de críticas de setores do governo e até de alas do PT, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) não consta dos planos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como parte de eventual reforma ministerial no início de 2025. O ministro licenciado Paulo Pimenta deverá reassumir o cargo em cerca de quatro meses, quando calcula-se que a crise no Rio Grande do Sul esteja controlada.

A indicação de Pimenta para o ministério extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul, a fim de representar o governo federal na linha de frente das ações de resgate das vítimas das inundações e recuperação do Estado, alimentou esperanças de adversários e o fogo amigo petista de que ele não retornasse ao comando da comunicação do governo.

Essa hipótese, contudo, é rechaçada por auxiliares do núcleo mais próximo de Lula e por aliados do ministro. O primeiro argumento é de que, embora formalmente licenciado da Secom, na prática, Pimenta não se afastou do controle da pasta. Há críticas no PT, inclusive, de que ele acumularia "duas pastas", no exercício direto da autoridade federal no Rio Grande do Sul, e indireto do comando da Secom.

O ministro interino da Secom é o jornalista pernambucano Laércio Portela, até então secretário-adjunto da pasta e um quadro da plena confiança de Pimenta, com quem se mantém em linha direta. Além disso, Pimenta conserva a estrutura do gabinete no segundo andar do Palácio do Planalto, bem como sua equipe de funcionários.

Em paralelo, Pimenta não está alheio às ações da Secom. Acompanha de perto as reações do governo ao bombardeio de conteúdos falsos disseminados nas redes sociais sobre a atuação do Executivo federal na crise do Rio Grande do Sul.

Igualmente, Pimenta monitora de perto o andamento do processo para contratação de quatro agências de publicidade que responderão pela comunicação digital do governo, alvo das críticas mais severas à atuação da Secom, até mesmo entre aliados.

No dia 24 de abril, a Secom revelou as quatro vencedoras da licitação no valor de R$ 197,7 milhões para a comunicação digital: BR+ Comunicação, Usina Digital, iComunicação Integrada e Clara Serviços. Ainda correm prazos de homologação, recursos, até o desfecho. Os contratos terão duração de um ano, cabendo prorrogação, e a verba milionária será distribuída entre as vencedoras, por demanda.

Uma fonte do palácio observou ao **Valor** que, internamente, refluíram insatisfações com a comunicação. Pesquisas internas encomendadas pelo governo indicam que a queda de popularidade de Lula verificada em março foi estancada. Nos bastidores, entretanto, o publicitário Sidônio Palmeira, marqueteiro da campanha de Lula em 2022, tornou-se conselheiro mais frequente das ações de comunicação.

Uma fonte do PT que frequenta o palácio admitiu que, no passado, Lula foi aconselhado a realocar Pimenta. Lula gosta do aliado, o quer no governo, e próximo do gabinete presidencial. Por isso, lhe foi sugerido remanejar Pimenta para a Secretaria-Geral da Presidência, cujo titular é o ex-tesoureiro da campanha presidencial Márcio Macêdo.

Nesse desenho, para o lugar de Pimenta na Secom iria o prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva, que foi um dos coordenadores de comunicação da campanha em 2022. Mas somente após a eleição municipal, porque Edinho tem a missão de eleger o sucessor. Essa ideia, contudo, nunca prosperou. Os planos de Lula para Edinho são que ele suceda a deputada Gleisi Hoffmann (PR) na presidência do PT em 2025.

Assembleia de SP aprova criação de escolas cívico-militares

Cristiane Agostine
De São Paulo

Sob a repressão da polícia contra protestos de cidadãos, a Assembleia de São Paulo aprovou na terça-feira (21) a criação de escolas cívico-militares no Estado. A proposta é um aceno do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ao bolsonarismo e foi aprovada por 54 votos a 21..

O projeto foi votado dois meses após ter sido enviado pelo governo, em março. Houve apenas uma audiência pública, na semana passada, que foi marcada por um embate ideológico entre a esquerda e a direita. Pouco foi discutido sobre o mérito do projeto e não foram apresentados estudos técnicos que justifiquem o modelo de ensino.

A proposta das escolas cívico-militares foi uma bandeira do então presidente Jair Bolsonaro (PL) no governo federal, mas o programa foi descontinuado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PL). No ano passado, Tarcísio anunciou a criação das escolas no Estado.

O governo estadual ainda não detalhou a proposta nem divulgou estudos que demonstrem que as escolas cívico-militares poderão apresentar melhores indicadores no ensino do que as demais. A gestão também não disse quantas escolas serão criadas nem quando. Segundo o governo, poderão ser criadas entre 50 e 100 escolas.

De acordo com o projeto aprovado, policiais da reserva farão atividades extracurriculares, geridas pela Secretaria de Segurança Pública. A diretriz dessas atividades será desenvolver "valores cidadãos, como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito". O objetivo é elevar a qualidade de ensino medida pelo Ideb.

Deputados da oposição criticaram a falta de detalhamento da proposta, acusaram a medida como "ideológica" e afirmaram que o governo deveria valorizar mais os professores e melhorar a infraestrutura das escolas. "Não há pesquisa séria mostrando que o investimento [nessas escolas] gerou melhora na qualidade do ensino", disse Marina Helou (Rede).

Já os parlamentares da base afirmaram que os policiais ajudarão as escolas a ter mais segurança e ordem. Para Paulo Mansur (PL), as escolas cívico-militares vão "acolher anseios dos pais que querem uma escola conservadora".

Durante a votação, a PM reprimiu o protesto de estudantes e movimentos populares. Policiais usaram escudos e spray de pimenta e bateram com cassetetes em adolescentes e jovens.

"Tarcísio quer aprovar o projeto de escola cívico-militar na Alesp com tropa de choque e spray de pimenta! É essa polícia que vai ensinar nas escolas?", criticou Carlos Giannazi (Psol). Os parlamentares da federação PT/PCdoB/PV também reclamaram da repressão. "O que vimos foi a imposição muscular da ordem e da disciplina debaixo de pancadaria", afirmaram.

Bolsonarista, Lucas Bove (PL) defendeu os policiais. "Policial está aqui para cumprir a lei e, se Deus quiser, num futuro próximo, teremos estudantes mais civilizados, com a aprovação desse projeto", disse Letícia Aguiar (PP) para quem a aprovação das escolas cívico-militares é "um sonho".

Emídio de Souza (PT) disse que a educação não vai melhorar com os policiais nas salas de aula. "Se a polícia quer ser útil à educação, deveria ficar na porta da escola", disse. Querem uma escola com partido, de direita", disse. "Tarcísio quer agradar Bolsonaro."

Judiciário Ministro do STF avalia que houve 'incontestável conluio processual' contra o empresário

Toffoli anula atos contra Marcelo Odebrecht

Marcela Villar
De São Paulo

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou nessa terça-feira (21) todos os atos praticados pela 13ª Vara Federal de Curitiba contra Marcelo Bahia Odebrecht, ex-presidente da empreiteira de mesmo nome, no âmbito da Operação Lava-Jato. A anulação não abarca o acordo de delação premiada firmado na investigação, que continua válido.

Para o ministro, houve um "incontestável" conluio processual "entre acusação e defesa em detrimento de direitos fundamentais" do empresário, que havia sido condenado a 19 anos e 4 meses de prisão pelo ex-juiz Sergio Moro, em 2016. O executivo reduziu a pena para dez anos com a delação e, em 2022, o STF reduziu para sete anos.

Toffoli ainda determinou o trancamento dos procedimentos penais contra Marcelo Odebrecht "para se evitar maiores prejuízos ao requerente". O ministro considerou que integrantes da Lava-Jato ignoraram o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. "Diante do conteúdo dos frequentes diálogos entre magistrado e procurador especificamente sobre o requerente, bem como sobre as empresas que ele presidia, fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático", afirmou Toffoli.

Segundo o ministro, a prisão do executivo, a ameaça dirigida a familiares e a necessidade de desistência do direito de defesa como condição para obter a liberdade "estão fartamente demonstradas nos diálogos obtidos por meio da Operação Spoofing". Para Toffoli, as informações obtidas na operação atestam que magistrado e procuradores de Curitiba agiram com parcialidade e fora da esfera de competência. Na visão do ministro, "o necessário combate à corrupção não autoriza o fiscal e o aplicador da lei a descumpri-la, devendo-se lamentar que esse comportamento, devidamente identificado a partir dos diálogos da Operação Spoofing tenha desembocado em nulidade".

O ministro citou relatório do Conselho Nacional de Justiça que indicou gestão "absolutamente caótica dos recursos" oriundos da Lava-Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba. Também afirmou que a Procuradoria-Geral da República e Ministério Público Federal, "como instituição, não tem se furtado a apurar o ocorrido" e que havia "interesse pessoal e político de poucos, que saíram do anonimato para ganhar projeção nacional".

A decisão de Toffoli atendeu a um pedido da defesa de Marcelo Odebrecht, que pediu a extensão as decisões proferidas em outro processo, que deu acesso aos diálogos da Spoofing a outros investigados pela Lava Jato. Na mesma ação, Toffoli declarou imprestáveis as provas fornecidas pela Odebrecht. Os advogados do executivo alegaram que o caso do empresário é semelhante a de outros réus que tiveram seus processos anulados por irregularidades nas investigações.

Outro beneficiado por uma decisão do STF nessa terça-feira foi o ex-ministro José Dirceu (PT). Por 3 votos a 2, a Segunda Turma do STF extinguiu a condenação por corrupção envolvendo o recebimento de propina de uma empresa que fechou contrato com a Petrobras em 2009. Com a decisão, Dirceu se livra de uma das duas condenações que ainda pesavam contra ele na Lava-Jato. O petista diz estudar concorrer à Câmara em 2026.

TSE absolve Sergio Moro em decisão unânime

Isadora Peron
De Brasília

Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu na terça-feira (21) manter o mandato do senador e ex-juiz da Lava-Jato, Sergio Moro (União-PR). Todos os ministros seguiram o voto do relator, Floriano de Azevedo Marques. O placar foi 7 a 0.

As ações contra Moro foram movidas pelo PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro. O ex-juiz era acusado de abuso de poder econômico e uso de caixa dois durante a pré-campanha eleitoral de 2022.

O principal argumento contra Moro era que ele se beneficiou do período em que cogitou disputar a Presidência, quando era filiado ao Podemos. Os eventos durante essa fase tiveram abrangência nacional, o que teria lhe garantido muitos recursos e visibilidade, desequilibrando a disputa estadual.

Sem conseguir viabilizar sua candidatura presidencial, Moro decidiu trocar de partido e tentar concorrer ao Senado por São Paulo, mas teve a mudança de domicílio barrada pela Justiça Eleitoral.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



O senador e ex-juiz Sergio Moro

Então, se lançou pelo Paraná, seu Estado natal, onde foi eleito com 1,9 milhão votos.

Ontem, em seu voto, que durou quase duas horas, o relator apontou que as regras sobre o que pode ou não ser feito durante a pré-campanha ocupam apenas uma "nota de rodapé" da legislação eleitoral.

Segundo ele, atualmente o período eleitoral ficou reduzido a apenas 45 dias, mas, antes desse período, "já há um pujante processo" e a "legislação é lacunosa".

Para Azevedo Marques, também não é "plausível" que Moro não quisesse se lançar como candidato a presidente e que tivesse feito isso só para se promover para, posteriormente, disputar um cargo no Parlamento.

O relator também minimizou os valores empregados por Moro durante a pré-campanha, dizendo que ele gastou R$ 777 mil, cerca de 17,5% do teto de gastos para a campanha ao Senado do Paraná. Para ele, não houve abuso de poder econômico.

Ao se manifestar, a ministra Cármen Lúcia afirmou que a postura de Moro durante a pré-campanha não foi um exemplo de "conduta ética", mas defendeu que para a cassação do mandato de um parlamentar é preciso de fatos mais graves. Além disso, apontou falta de provas.

Já o ministro Alexandre de Moraes, que preside a corte, também afirmou que são necessárias "provas cabais" para o TSE decretar a perda de um mandato e isso não ocorreu nesse processo. Ele apontou ainda que o tribunal afastou "números mágicos" em relação a gastos durante a pré-campanha e que cada caso deve ser analisado separadamente.

A possibilidade de Moro ser absolvido estava sendo apontada no mundo político como um gesto em direção ao Congresso Nacional, em meio a uma crise crescente entre os Poderes. Este deve ser o último grande julgamento de Moraes à frente do TSE. Ele deixa a presidência da corte em 3 de junho, daqui a suas semanas, quando será substituído por Cármen Lúcia.

O julgamento teve início na semana passada. Nessa terça, ao se manifestar sobre o caso, o vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre Espinosa, voltou a defender que não havia elementos para cassar Moro.

Já o advogado Angelo Ferraro, que representou o PT, defendeu da tribuna que o parlamentar deveria perder o mandato.

Em uma rede social, Moro comemorou a decisão: "Os boatos sobre a cassação de meu mandato foram exagerados. Em julgamento unânime, técnico e independente, o TSE rejeitou as ações que buscavam, com mentiras e falsidades, a cassação."

STF torna réus Zambelli e hacker por ataque ao CNJ

De Brasília

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e tornou réus a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti Neto por invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica.

Zambelli e Delgatti foram acusados de invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e expedirem, entre outros documentos, um falso mandado de prisão contra Moraes.

Agora, os dois vão responder a uma ação penal. Ao final do processo, o STF terá que decidir se eles serão condenados ou absolvidos.

Durante a sessão, a ministra Cármen Lúcia brincou dizendo que há uma grande preocupação com crimes praticados hoje através da inteligência artificial, mas que chama atenção a "desinteligência natural" do caso.

O ministro Alexandre de Moraes, então, disse que ela estava sendo gentil, e que a característica da dupla foi agir com "burrice".

Na denúncia, a PGR diz que Zambelli de "maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister". Já Delgatti foi o responsável por executar as ordens de Zambelli e invadir os sistemas. Os atos ilícitos ocorreram entre agosto de 2022 e janeiro de 2023.

Em nota, a defesa da deputada afirmou que irá requerer, novamente, acesso a todas as mídias da investigação para que possa tomar amplo conhecimento do material e submeter à perícia privada. O advogado Daniel Bialski disse ainda ter "a absoluta confiança de que a deputada não cometeu qualquer ilícito penal e tem certeza de que isso vai ficar comprovado durante o trâmite do processo".

O advogado de Delgatti, Ariovaldo Moreira, disse que ele confessou os crimes e que a decisão do STF era esperada. *(IP)*

Atividade econômica

Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**4,39**	**2,73**	**2,27**	**1,22**	**0,24**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**11,99**	**6,85**	**5,44**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mai/24	abr/24	2024	2023	12 meses	mai/24	abr/24	dez/23	mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	-	0,21	1,67	4,72	3,77	-	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	-	0,31	-0,60	-3,18	-3,04	-	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	-	0,29	-1,46	-5,60	-5,41	-	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	-	0,32	1,73	3,40	3,00	-	728,84	716,46	711,01
INCC-M	-	0,41	1,09	3,32	3,48	-	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana mai/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mar/24		fev/24		mar/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.741,7**	**61,14**	**6.693,6**	**60,90**	**5.788,9**	**55,97**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-29,1	-0,26	-28,1	-0,26	12,7	0,12
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-757,2	-6,87	-743,3	-6,76	-753,1	-7,28
Dívida fiscal líquida	**7.528,0**	**68,27**	**7.465,0**	**67,92**	**6.529,3**	**63,13**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.382,3	66,95	7.340,8	66,79	6.513,2	62,97
Dívida externa líquida	-640,7	-5,81	-647,2	-5,89	-724,4	-7,00
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.792,6	52,53	5.749,5	52,31	4.878,0	47,16
Governos Estaduais	843,0	7,64	841,2	7,65	812,5	7,86
Governos Municipais	55,9	0,51	53,5	0,49	38,4	0,37
Empresas Estatais	50,1	0,45	49,4	0,45	60,0	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**mar/24**		**fev/24**		**mar/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**998,6**	**9,06**	**1.015,1**	**9,24**	**618,9**	**5,98**
Governo Federal**	828,5	7,51	846,6	7,70	461,1	4,46
Banco Central	86,7	0,79	77,9	0,71	106,7	1,03
Governo regional	75,4	0,68	83,0	0,76	44,0	0,43
Total primário	**252,9**	**2,29**	**268,2**	**2,44**	**-74,8**	**-0,72**
Governo Federal	-37,6	-0,34	-28,6	-0,26	-299,9	-2,90
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-23,3	-0,21	-15,2	-0,14	-41,9	-0,40

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor****	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**670,3**	**615,6**	**8,88**	**198,8**	**183,3**	**8,48**
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,2	142,2	6,35	50,9	47,2	7,84
Receitas Não Adm. Pela RFB	75,9	73,5	3,40	25,9	25,1	3,26
Transferências a Estados e Municípios	**133,5**	**123,8**	**7,85**	**35,0**	**32,0**	**9,19**
Receita líquida total	**536,8**	**491,9**	**9,14**	**163,9**	**151,3**	**8,33**
Despesa Total	**516,7**	**458,4**	**12,70**	**165,4**	**158,6**	**4,27**
Benefícios Precidenciários	213,4	202,7	5,27	72,5	68,4	5,97
Pessoal e Encargos Sociais	87,9	85,1	3,23	28,2	27,5	2,39
Outras Despesas Obrigatórias	102,3	66,9	52,84	23,3	23,0	1,26
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,1	103,6	9,09	41,4	39,7	4,39
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,1**	**33,4**	**-39,77**	**-1,5**	**-7,4**	**-79,26**
Discriminação	**mar/24**		**fev/24**		**mar/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,2	1,55	-0,2	-	-0,1	-31,26
Discrepância estatística	-0,2	-	0,7	-37,44	-2,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-1,9**	**-96,72**	**-57,9**	**-**	**-10,1**	**-75,42**
Juros Noniminais	**-55,2**	**-3,14**	**-57,0**	**-21,18**	**-59,0**	**1,92**
Result. Nominal do Gov. Central	**-57,1**	**-50,29**	**-114,9**	**-**	**-69,1**	**-30,18**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Comércio Siderúrgicas chinesas estão enviando aos países da região o equivalente a US$ 8,5 bilhões em produtos de aço por ano

Inundação de aço chinês leva América Latina a elevar tarifas

James Attwood, Mariana Durão e Andrea Jaramillo
Bloomberg

Uma após a outra, nações latino-americanas seguem os passos dos EUA e da Europa ao impor tarifas elevadas às importações chinesas — um momento tenso em relações que há anos têm sido amistosas com a superpotência asiática.

Brasil, México e Chile aumentaram — e em alguns casos mais do que duplicaram — as tarifas sobre produtos siderúrgicos provenientes da China nas últimas semanas. A Colômbia pode estar prestes a seguir o exemplo.

As barreiras comerciais surgem depois de anos de consolidação da importância da China na América Latina. O país é o maior comprador de matérias-primas da região e um grande investidor. Ao mesmo tempo, a América Latina deu à China mais mercado para seus produtos, enquanto enfrenta duras tarifas nos EUA e Europa. Os chineses estão enviando quase 10 milhões de toneladas de aço por ano, avaliadas em US$ 8,5 bilhões, para a América Latina — um enorme salto em relação às 80,5 mil toneladas em 2000, segundo a associação siderúrgica regional Alacero.

Agora, essa relação está sendo testada por uma guinada protecionista global e por uma inundação de aço chinês que ameaçam siderúrgicas latino-americanas e 1,4 milhão de empregos.

"Este é um teste importante para os interesses e intenções da China", disse Margaret Myers, do programa para Ásia e América Latina da Inter-American Dialogue. É também um "teste da determinação da América Latina de enfrentar um parceiro econômico crítico".

O Brasil anunciou um sistema de cotas e imposto de importação sobre volumes excedentes para impedir preços predatórios. Embora o anúncio oficial não tenha mencionado a China, o aumento de 62% nos embarques chineses de aço para o Brasil no ano passado, para 2,9 milhões de toneladas, está por trás da medida, segundo pessoas a par do assunto.

"É um sinal para o mundo de que o Brasil tem regras — não é uma terra de ninguém", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Aço Brasil.

Mas reagir contra a China pode ser arriscado — em especial para as economias menores da região que dependem da demanda chinesa para suas exportações de matérias-primas, desde cerejas até cobre.

Há muitos casos em que a China suspendeu compras e investimentos em resposta a medidas que considerou injustas e unilaterais. Por um breve período, por exemplo, a China proibiu produtos de soja da Argentina em resposta a medidas antidumping. Após a prisão de uma executiva da Huawei em Vancouver, em 2018, a China bloqueou as importações de canola de duas empresas canadenses.

O Ministério do Comércio da China não respondeu a um pedido de comentário sobre as recentes tarifas impostas pelos países latino-americanos.

Para a China, autoproclamada líder do Sul Global, também existe um risco simbólico.

"De certa forma, estes países em desenvolvimento são os melhores indicadores do sentimento comercial global em relação à China", disse Christopher Beddor, vice-diretor de pesquisa sobre China na Gavekal Dragonomics. "Eles sugerem que os muros protecionistas contra os produtos chineses estão sendo erguidos em muitos lugares diferentes, não só nos países ricos."

Crise existencial.

A relação comercial da América Latina com a China também teve, em muitos aspectos, um impacto positivo na região.

A economia do Chile, por exemplo, se beneficiou muito do envio de matérias-primas para a China e da recompra de produtos processados ou manufaturados. A estratégia de livre comércio do país — incluindo acordos bilaterais com a China e EUA — abriu enormes mercados para suas uvas, vinhos, salmão, celulose e minérios, ajudando o país a se tornar uma das nações mais prósperas da região.

> Brasil, México e Chile aumentaram, em alguns casos duplicaram — as tarifas sobre o aço

Mas, assim como outras economias orientadas para a exportação de matérias-primas, o Chile tem dificuldades em competir na transformação de lítio em componentes de baterias ou de minério de ferro em produtos siderúrgicos.

Para o Brasil, ter as melhores jazidas de minério de ferro do mundo não é suficiente para tornar as siderúrgicas do país competitivas em relação às chinesas.

O minério de ferro produzido pela Vale viaja 16 mil km até o porto chinês de Qingdao e segue para uma das centenas de grandes usinas siderúrgicas do país, onde é derretido e transformado em produtos de aço.

Quando esse aço faz a viagem de volta, ele chega aos importadores brasileiros com um grande desconto em relação aos preços cobrados pelas usinas locais da Gerdau, CSN e ArcelorMittal.

Na Colômbia, onde os embarques chineses chegam com um desconto de 50%, a siderúrgica Paz del Río pediu ao governo que aumentasse as tarifas de importação e a ajudasse a retornar à lucratividade, disse o CEO Fabio Galán em entrevista no mês passado.

Ao mesmo tempo, os investidores chineses também têm sido parceiros fundamentais nos países latino-americanos. O país asiático investiu US$ 187,5 bilhões entre 2003 e 2022 na América Latina, em setores como energia, transporte e mineração, segundo um relatório da Inter-American Dialogue.

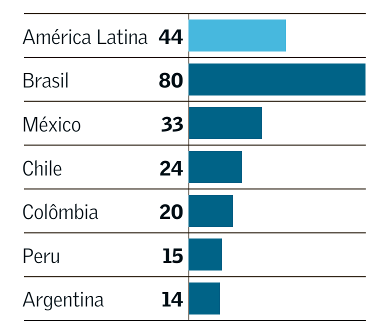
Embora os gastos chineses na região tenham desacelerado nos últimos anos, os investimentos continuaram em setores-chave. O Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) cresceu na Argentina. No Brasil, a gigante de carros elétricos BYD está construindo sua primeira fábrica fora da Ásia e planeja anunciar outra no México até o fim do ano. No Chile, a BYD e a Tsingshan estão desenvolvendo fábricas de cátodos de lítio. Desde 2005, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Importação e Exportação da China concederam US$ 136 bilhões em financiamento à região.

Com as tarifas impostas recentemente, os países latino-americanos podem estar apostando que a China está tão enraizada na região que Pequim não irá retaliar. O presidente Xi Jinping deverá fazer sua primeira viagem à América do Sul em cinco anos, para as cúpulas de líderes da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e do G20 (grupo das principais economias mundiais), colocando foco renovado nas relações com a região.

Além disso, embora o volume de aço chinês que entra na América Latina seja significativa para a região e prejudicial para as siderúrgicas locais, representa só cerca de 1% dos bilhões de toneladas que as siderúrgicas chinesas produzem todos os anos, e os países da região são mercados importantes para muitas outras mercadorias chinesas. Isso pode minimizar o risco de irritar Pequim.

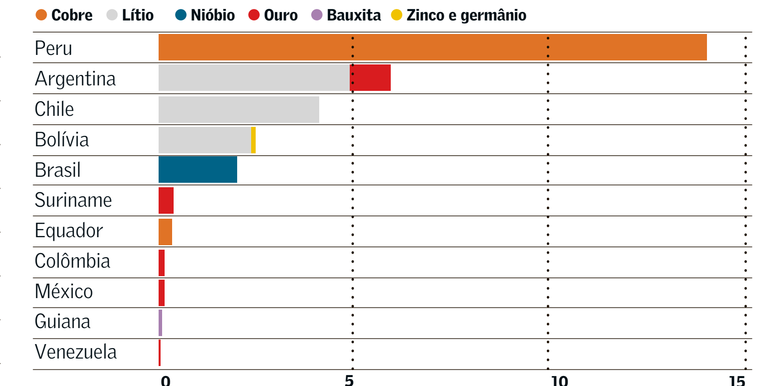
"Estes países têm potencialmente mais influência do que no passado porque são mais críticos como destino para muitos destes bens", disse Myers. "Dito isto, eles ainda dependem muito da China. Então todo mundo vai pisar em ovos."

Inundação de aço chinês
Salto nas importações, em %



Fonte: Alacero/TDM

Investimentos* da China em materiais
Na América Latina, em bilhões de US$



Fonte: The Dialogue *Investimento estrangeiro direto

Espanha retira diplomata



MANU FERNANDEZ/AP

A troca de insultos entre os líderes de Argentina e Espanha se intensificou ontem com a decisão do premiê espanhol, Pedro Sánchez, de retirar sua embaixadora em Buenos Aires. A ação se seguiu à recusa do presidente argentino, Javier Milei, a pedir desculpas por ter sugerido — num evento do partido de extrema direita Vox, no domingo em Madri (foto) — que a mulher de Sánchez, sob investigação, era "corrupta". Milei qualificou Sánchez de "um típico socialista arrogante".

Custo político baixo acirra crise entre Milei e Sánchez, diz analista

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

A agressividade de políticos contra líderes de campos opostos se tornou mais intensa nos últimos anos e é um fenômeno global, diz o presidente do centro de estudos de Washington Inter-American Dialogue, Michael Shifter. As ações são impulsionadas pela necessidade de interação desses com suas bases mais radicais, afirma.

Shifter diz que a escalada em casos como o que envolve o presidente argentino, Javier Milei, e o premiê espanhol, Pedro Sánchez, levam em conta o baixo risco político e econômico envolvido. "Esta crise não afetará nenhuma negociação importante entre os países."

Ele lembra que, apesar da retórica anticomunista e anti-China, desde a sua eleição, Milei passou a ter o cuidado de evitar uma escalada diplomática com Pequim, diante do potencial custo econômico de uma crise com os chineses.

Há também uma clara moderação em relação ao presidente dos EUA, Joe Biden — uma vez que o país é o maior acionista do Fundo Monetário Internacional (FMI) —, apesar de Milei "claramente" torcer pela volta de Donald Trump à Casa Branca, segundo ele.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao **Valor**.

Valor: *Javier Milei já esteve em eventos conservadores nos EUA, ignorando autoridades ligadas a Biden, por exemplo. Essa ação é politicamente sustentável para um governo que precisa de crédito de instituições multilaterais como o FMI?*

Michael Shifter: As figuras políticas, não só da direita, mas também da esquerda, se tornaram notavelmente menos cautelosas em relação a campos políticos opostos. Infelizmente, este é um sinal dos tempos, um fenômeno que ganhou força nos últimos anos e é global. Milei é destemperado em sua retórica agressiva dirigida aos adversários ideológicos. Alguma parte dessa sua combatividade poderia ser calculada, com o objetivo de energizar o seu eleitorado interno na Argentina. Mas a maior parcela dessa ação pode ser atribuída à sua personalidade e reflete emoções cruas e o seu desejo de fazer parte de um movimento global de extrema direita. No caso dos EUA, está claro que Milei quer que Donald Trump volte à Casa Branca. Mas há um movimento cauteloso. Ele tem tido cuidado para não antagonizar abertamente com Joe Biden e tem dito repetidamente que está alinhado com os EUA, independentemente de quem governa. Os EUA são importantes para ele, especialmente nas relações com o Fundo Monetário Internacional Ainda assim, o seu discurso ofensivo e o seu comportamento excêntrico podem custar caro em termos econômicos e fazer com que investidores e outros agentes fiquem desconfiados em relação a ele.

Valor: *Até que ponto ataques como o que Milei fez a Sánchez dificultam as negociações econômicas?*

Shifter: Os ataques de Milei poderão ter um impacto negativo em nível político e diplomático, mas a relação econômica entre Espanha e Argentina não deve se modificar e continuará no caminho em que está. Não há nada para negociar e nenhum dos lados tem nada a perder imediatamente. Um dos mais importantes contenciosos que envolvem os dois países é o acordo União Europeia-Mercosul, que está em sérios apuros por várias divergências, e não será por essa disputa que as negociações entre as partes serão afetadas.

Valor: *A China endureceu negociações sobre a renovação de uma linha de swap com a Argentina justamente por causa do comportamento de Milei. Qual seria o risco de isolamento para a Argentina?*

Shifter: A situação com a China, sim, é mais delicada. Milei precisará se tornar mais pragmático em relação a isso. Ao contrário do que está ocorrendo com a Espanha, as consequências para a Argentina em relação à China poderão ser graves — em razão da posição que a China ocupa como parceiro comercial dos argentinos. Embora o risco de isolamento internacional seja muito baixo hoje, o comportamento de Milei pode ser prejudicial para a Argentina. A China conseguiu domar Jair Bolsonaro, no Brasil, que também tinha uma arraigada posição anti-China baseada em dogmas ideológicos. Pela força da economia da China, o mesmo ocorrerá com Milei.

Valor: *Esse tipo de voluntarismo antiesquerda pode tomar forma e se espalhar por todo o continente, alimentada por uma eventual vitória de Trump nas eleições americanas?*

Shifter: Trump poderá vencer as eleições nos EUA em novembro, mas se isso ocorrer, não terá nada a ver com qualquer tipo de movimento antiesquerda do continente ou de qualquer parte externa ao território americano. Pelo contrário, será um produto das particularidades dos EUA e da natureza da campanha. Dificilmente uma vitória de Trump se tornará em algo que catalise movimentos políticos em outros países. Além disso, Milei [que seria um polo de difusão regional de uma onda antiesquerda] não apresenta um modelo político e econômico atraente para a região — a menos, talvez, que consiga produzir um milagre econômico na Argentina, o que parece até agora muito improvável.

Irã marca eleição presidencial para 28 de junho



GOVERNO DO IRÃ VIA AP

O Irã marcou para 28 de junho a votação para eleger o sucessor do presidente Ebrahim Raisi, morto em acidente de helicóptero no domingo, informou ontem a mídia oficial. Os candidatos poderão se registrar a partir de 30 de maio e as inscrições serão avaliadas pelo Conselho Guardião, um órgão de 12 membros composto por clérigos e juristas que administra as eleições. Até a posse do eleito, o vice-presidente Mohammad Mokhber exercerá o cargo interinamente. Não ficou claro se Mokhber será candidato em junho. Além de Raisi, morreram no acidente - atribuído ao mau tempo — o ministro das Relações Exteriores Hossein Amirabdollahian e outras oito pessoas. Na foto, multidão diante de caminhão com os caixões das vítimas.

Protestos desafiam planos de Macron na Nova Caledônia

Matthew Dalton e Sam Schechner
Dow Jones, de Paris

Antes dos violentos protestos que varreram a Nova Caledônia na semana passada, o presidente francês, Emmanuel Macron, pretendia colocar o distante território — e suas enormes reservas de níquel — no centro da ofensiva da França para garantir matérias-primas necessárias à transição do país para a energia limpa e para competir com a China na produção de veículos elétricos.

Esses planos bateram de frente com um movimento político linha-dura do território que busca a independência da França e se recusa a aceitá-los.

Os protestos explodiram depois que os parlamentares em Paris aprovaram uma lei que dá mais direitos de voto à população não indígena da Nova Caledônia e, portanto, dilui a influência do povo nativo kanak. Ao mesmo tempo, os partidos a favor da independência estão lutando contra uma proposta francesa de suspender as restrições à exportação de níquel não processado e dar prioridade a remessas para fábricas europeias de baterias para veículos elétricos.

"O níquel é uma riqueza para a Nova Caledônia", disse Macron no ano passado, em uma viagem ao arquipélago do Oceano Pacífico. "É também um recurso estratégico fundamental para a França e a Europa, em um momento em que levamos a cabo um esforço enorme de reindustrialização."

Macron viajou ontem para uma visita inesperada à Nova Caledônia para "estabelecer uma missão", segundo o porta-voz do governo, sem dar detalhes.

Curta

Natalidade cai na Turquia

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, expressou ontem preocupação com a baixa taxa de natalidade do país, que ameaça os esforços do governo para garantir um crescimento econômico sustentável por meio de uma população maior e mais jovem. No ano passado, a taxa oficial de natalidade caiu para 1,51 na Turquia, enquanto em 2001 o número foi de 2,38. "Esta é uma ameaça existencial", disse Erdogan.

INÊS249

Valor ECONÔMICO

Expectativas pioram e reduzem espaço para corte de juros

Mesmo após uma ata dura do Comitê de Política Monetária (Copom), afirmando que houve unanimidade de seus membros de que o cenário para a inflação havia piorado e o ritmo de corte teria de diminuir, as expectativas inflacionárias continuaram se deteriorando. Para este ano, o IPCA previsto no boletim Focus aumentou de 3,73%, há quatro semanas, para 3,80% agora. No período relevante para a política monetária, 2025, o índice subiu de 3,6% para 3,74%. Ao mesmo tempo, as perspectivas de avanço da economia no ano, que cresciam até a semana passada, tiveram sua primeira inflexão, de 2,09% para 2,05%. Em reunião com diretores do Banco Central, participantes do mercado indicaram que não veem mais espaço para redução de juros, que, pelas projeções de inflação, deveriam estacionar em 10,5% este ano.

Um dos principais motivos para a mudança foi a alteração feita pelo governo na meta fiscal de 2025, reduzida de superávit de 0,5% do PIB para zero, mostrando menor disposição para cumprimento das regras do novo regime fiscal que ele próprio havia proposto em substituição ao teto de gastos — e em seu primeiro ano de vigência. As previsões sobre as contas fiscais haviam melhorado um pouco e voltaram a subir em 2024 (de déficit de 0,64% para 0,7%). Também começaram a subir para o ano que vem (de 0,6% para 0,63%). Mesmo que não houvesse ajuste, os números novos e os anteriores reiteram a descrença de que as metas fiscais do governo serão atingidas em ambos os exercícios. Com resultados negativos maiores, os juros que o Tesouro terá de pagar para rolar suas dívidas tendem a ser maiores.

A divisão ocorrida no Copom, em linhas que opuseram os indicados pelo governo Lula e os que vieram do governo de Jair Bolsonaro, acabou introduzindo nas expectativas um fator de incerteza latente, mas que não estava plenamente incorporado às análises — a chance de a política monetária ser muito mais frouxa em um BC cujo presidente esteja alinhado com os desejos do Planalto. A inflação recua muito mais lentamente há meses porque a política fiscal não é restritiva o suficiente, tendo como resultado que a economia exibe um desempenho que não é compatível com a meta de inflação de 3%. Essa interpretação dos investidores fica mais clara no comportamento da inflação de serviços, que tem recuado, mas não a ponto de permitir a consecução da meta.

Cálculos da Instituição Financeira Independente (IFI) mostram que, retirando todos os fatores extraordinários ou não recorrentes de despesas e receitas fiscais, o governo central passou a ter um déficit estrutural de 1,3% do PIB. Vários analistas estimam que seria preciso um superávit primário de 1,5% do PIB para que a dívida pública em relação ao PIB se estabilizasse e depois começasse a cair. Pelos cálculos apresentados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 isso só vai ocorrer, se ocorrer, a partir de 2028, ano para o qual já estão instaladas armadilhas deixadas pelo novo regime que podem pôr o funcionamento do governo em xeque. Com despesas obrigatórias de saúde e educação avançando de acordo com o aumento de receitas, e não com o limite de despesas (máximo de 2,5%), os gastos discricionários do governo cairão a R$ 43 bilhões em 2028, e não haverá recursos para a máquina pública realizar suas tarefas.

As expectativas fiscais tiveram sua influência sobre a desvalorização do real, ainda que o fator preponderante para isso tenha sido o adiamento do início da redução dos juros pelo Federal Reserve americano. Este fator causou uma saída forte de recursos pelo câmbio financeiro, de US$ 21 bilhões no primeiro quadrimestre, o segundo pior fluxo da história — o pior foi durante a pandemia, em 2020. Real desvalorizado estimula a inflação, ainda que a força do dólar tenha sido contida recentemente.

Apesar desses fatores, as projeções do Focus são contraditórias com as do Banco Central. No cenário de referência de 2025 do Banco Central, que considerou uma Selic de 9,63%, já superior aos 9% antes considerados, o IPCA atingiria 3,6%. O câmbio considerado foi de R$ 5,15 por dólar. Agora, com uma Selic maior, de 10%, no Focus a inflação dá um salto para 3,74% e com uma taxa de câmbio mais modesta, de R$ 5,05. Mais ainda, boa parte dos analistas acredita que o Banco Central deveria interromper o corte dos juros em 10,5% sob pena de não apenas não atingir os 3%, mas de ver o IPCA se distanciar ainda mais da meta. Projeções de inflação acima dos 4% começam a se tornar correntes.

O Banco Central segue em uma situação incômoda, com as expectativas desancoradas e juros muito altos diante de uma inflação de 3,7% e prestes a interromper os cortes. Juros nesse nível piorarão as contas públicas de um governo que só parece fazer questão de ampliar gastos. O início da queda dos juros nos EUA, com arrefecimento do dólar, pode melhorar as expectativas e permitir ajustes adicionais para baixo na Selic, assim como um ritmo menos intenso da economia, que deve predominar no segundo semestre. Seria vital que a política fiscal fosse comedida, mas ainda não há sinais disso.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Crise no Estado ressaltou importância de lidar com o orçamento público de forma diferente. Por **Manoel Pires**

O desenho fiscal da ajuda federal ao Rio Grande do Sul

A enchente ocorrida no Rio Grande do Sul entrou na lista dos maiores desastres naturais do Brasil e causou uma comoção nacional. Imediatamente, o governo federal se disponibilizou a ajudar com recursos financeiros e apoio logístico sem precedentes para uma catástrofe dessa natureza. A resposta em elaboração pode ser aprimorada, mas fornece elementos para compor um desenho institucional adequado para tragédias climáticas.

Em vários aspectos, as políticas a serem desenhadas se assemelham às implementadas na pandemia. O desemprego na região deverá aumentar e trabalhadores informais não terão como obter suas rendas. Políticas de ampliação do seguro-desemprego e aumento das transferências sociais são importantes para conter o aumento da pobreza que torna as dificuldades sociais maiores.

Há destruição de capital físico público e privado, o que requer recursos para reconstruir infraestrutura pública e financiar a reposição do capital privado. As enchentes destruíram muitos estoques, e as empresas possuem custos fixos. Políticas de crédito subsidiado, suspensão de pagamento de impostos, reestruturação de dívidas e reduções de jornada de trabalho serão importantes para reduzir o estrangulamento financeiro das empresas.

A atividade econômica na região sofrerá um baque. A arrecadação dos governos locais cairá no momento em que a pressão por maiores gastos públicos é maior. Haverá maior pressão por gastos com saúde e maiores custos com serviços públicos básicos. Haverá demanda por uma nova política habitacional e uma nova forma de lidar com cheias na região. O governo federal deverá repor parte dessas perdas fiscais.

A atuação federal tem sido tempestiva e apropriada. O Congresso Nacional aprovou um Projeto de Decreto Legislativo declarando calamidade pública até 31 de dezembro de 2024 para excluir da meta fiscal as despesas e renúncias fiscais associadas à tragédia. O Congresso também aprovou dois PLN's que alteram a LDO para executar prioritariamente emendas parlamentares da região e remanejar recursos para cidades em situação calamitosa.

O governo federal editou uma Medida Provisória que abre crédito extraordinário de R$ 12,2 bilhões para ações imediatas e suspendeu o pagamento das dívidas do governo do Estado do RS por três anos, que não será corrigida nesse período, com custo fiscal estimado em R$ 23 bilhões.

O governo anunciou a antecipação de benefícios sociais para a região, aumento das parcelas do seguro-desemprego e estuda opções para ampliar transferências de renda para as famílias mais pobres. Recursos para políticas públicas de crédito com aportes em fundos públicos estão em andamento.

Há necessidade de definir o volume de recursos que serão transferidos para os governos locais a partir das perdas fiscais envolvidas. O papel de cada esfera federativa na reconstrução permitirá estabelecer mecanismos de controle social adequados e as responsabilidades de cada ente da federação.

De acordo com um estudo do FMI, o custo médio de 29 episódios associados às tragédias naturais é estimado em 1,5% do PIB, com grande variabilidade a depender da intensidade da crise. Os custos indiretos são mais elevados do que os custos diretos, mas os valores são relacionados aos impactos do evento e ao vínculo que os governantes e a opinião pública desenvolvem com a tragédia.

GIULIAN SERAFIM/PMPA



Os problemas fiscais do país são amplamente conhecidos: fragilidades da base de tributação, previdência social, vinculações à receita que pressionam o arcabouço fiscal e as taxas de juros elevadas causam maior endividamento. Assim, muitos analistas expressam preocupação recomendando cautela nos gastos. Mas qualquer intervenção pública deve ser eficiente e racional. O aspecto principal da questão está em entender os impedimentos para alcançar os objetivos desejados e, a partir daí, criar uma estrutura institucional capaz de atender ao interesse público.

A segregação do orçamento para as políticas extraordinárias é correta, pois separa os problemas. Mantém o debate estrutural das finanças públicas a cargo da equipe econômica e confere agilidade, flexibilidade e maior transparência para apoiar o RS. Nesse sentido, é importante estabelecer a governança e as demais regras orçamentárias para esse novo processo orçamentário em curso.

Durante a pandemia, houve amplo uso de créditos extraordinários o que funcionou bem no primeiro momento. Com o passar do tempo o instrumento se inviabilizou, pois, a pandemia havia se tornado um evento previsível e os créditos extraordinários perderam sua prerrogativa de uso. A falta de um instrumento apropriado causou insegurança jurídica, atraso na definição das políticas sociais e desvios das regras fiscais. Essa situação deve ser evitada, pois a reconstrução do RS levará alguns anos, razão pela qual é preciso ter um conjunto de regras mais claro e perene.

As ações orçamentárias deveriam ter supervisão específica. Muitos recursos federais serão transferidos para municípios que não estão habituados a lidar com um volume de obras tão grande. Para agilizar as contratações públicas, alguns procedimentos devem ser simplificados. Estrutura de apoio técnico, monitoramento e prestação de contas devem ser reforçadas e realizadas de forma tempestiva. Tal estrutura deve ser compartilhada com outros poderes, pois haverá muito aprendizado para o futuro.

A proposta de criar uma estrutura ministerial específica para a situação é coerente. É necessário ter uma equipe que conheça as necessidades da região com capacidade de interlocução e acesso às principais lideranças políticas do governo federal para definir diretrizes de atuação, coordenar as ações para evitar sobreposições nas políticas públicas, viabilizar novos recursos e negociá-los com o Congresso Nacional. Pode ser um embrião de uma Autoridade Nacional que prepare o país para se proteger dos riscos climáticos.

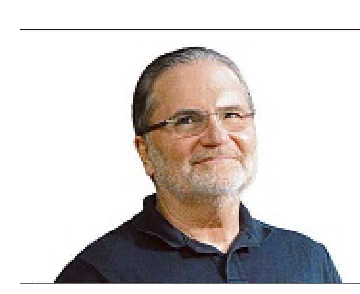
A Lei 12.351 de 2010 criou o Fundo Social prevendo o uso de recursos da exploração do petróleo na camada do pré-sal para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Esse dispositivo poderia ser ampliado para outras atividades de exploração de recursos naturais para compensar o impacto ambiental negativo que causam.

A crise do RS ressaltou a importância de lidar com o orçamento público de uma forma diferente. As ações anunciadas estão na direção correta, mas são reativas. As autoridades políticas do país precisam tratar esse tema com a devida importância e reorganizar os recursos públicos e nossas estruturas orçamentárias para um novo mundo em que tais eventos não devem mais ser tratados como um mero acaso.

Manoel Pires é coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV/Ibre, professor da FGV EPPG e UnB.

Deterioração em marcha forçada

Márcio Garcia



Nas últimas semanas, a política econômica vem se deteriorando significativamente. Primeiro, foi a mudança do "Novo Arcabouço Fiscal" (NAF), que foi enfraquecido mesmo antes de ter sido testado pela primeira vez. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLDO 2025) foi encaminhado em meados de abril ao Congresso com reduções significativas das metas para o superávit primário. O NAF previa originalmente um superávit primário de 0,5% do PIB para 2025. Agora, a meta de 2025 foi reduzida para 0%, deixando o superávit de 0,5% somente para 2027. Mas mesmo as metas enfraquecidas não parecem críveis. As previsões do mercado são de déficits pelo menos até 2027. E continuam piorando.

Note-se que mesmo a trajetória original para os resultados primários, contida na lei do NAF aprovada ano passado, já era tida por grande parte dos analistas como insuficiente para estabilizar a dívida pública em relação ao PIB. Como se sabe, uma dívida pública que cresce continuamente como proporção do PIB seria insustentável, e tal trajetória colocaria em risco a estabilidade econômica, notadamente a inflação sob controle que duramente conquistamos há 30 anos com o Plano Real.

Não bastassem as sombrias perspectivas fiscais para o curto prazo, as projeções de médio e longo prazos são ainda piores. Segundo a imprensa, estudos realizados pelo Ministério do Planejamento mostrariam que o impacto da política de aumento real do salário mínimo sobre a Previdência e outros benefícios, bem como o mínimo constitucional para Saúde e Educação, inviabilizariam o orçamento público em poucos anos. Por mais que tais políticas possam ser justificadas, sem redução de outros gastos, voltaríamos ao caos orçamentário pré-Plano Real, no qual o "controle" do orçamento era obtido pela inflação volátil e crescente.

Obviamente, é necessário encontrar outra solução politicamente viável para nosso imbróglio fiscal. Mas enfrentar seriamente nossos dilemas fiscais, priorizando gastos e eliminando desperdícios e injustiças, está fora da agenda política. Como se viu na ora adormecida PEC do Quinquênio, os Poderes da República seguem na lógica "farinha pouca, meu pirão primeiro". E tal coalizão fiscalmente irresponsável perpassa matizes ideológicos, da direita à esquerda, com raras exceções. Vale repisar: sem apoio da política fiscal, a política monetária não conseguirá controlar a inflação. Nossa experiência hiperinflacionária pré-Real deveria ter nos ensinado isso.

A calamidade que ainda se abate sobre o RS exige uma mudança de rumo. As obras de reconstrução da infraestrutura pública, espera-se que agora respeitando o meio ambiente, e o apoio aos atingidos são indispensáveis e urgentes, mas onerarão o já combalido orçamento público, em todas as esferas. Nessa hora, mais do que nunca, é preciso priorizar o essencial e fazer sacrifícios. O risco é que a catástrofe seja usada como desculpa para gastos que pouco ou nada têm a ver com a reconstrução e o atendimento das vítimas.

Em cenário global menos favorável, governo erra na aposta de mais gastos fiscais e parafiscais para acelerar a economia

Em paralelo à deterioração das perspectivas fiscais, a última reunião do Copom trouxe novas preocupações quanto à continuidade de uma política monetária compatível com inflação sob controle. O desacordo entre a maioria de cinco membros, que decidiu reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 10,5%, e a minoria, que queria uma redução maior, de 0,5 ponto percentual, não foi o principal problema. O que causou estranheza foi que a divisão do Copom se deu entre os quatro membros até agora indicados pelo presidente Lula e os cinco que antes já lá estavam.

A ata da reunião revelou que a discordância ocorreu por conta da avaliação do peso atribuído pelos membros do Copom ao compromisso assumido na ata anterior de reduzir 0,5 ponto percentual. A minoria achou que não valeria a pena quebrar o compromisso, mesmo sendo o "guidance" condicional aos fatos, e estes terem mudado significativamente. Conquanto seguir ou não o "guidance" da reunião anterior fosse um motivo ponderável para gerar a discordância, é notável a coincidência de que a divisão do Copom tenha se dado precisamente da forma que ocorreu.

É bem verdade que a ata enfatizou a concordância de todos os membros do Copom em manter a política monetária contracionista "(...) até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". Não obstante, a forma pela qual a divisão ocorreu deu alento a cenários de uma política monetária menos confiável a partir do ano que vem, quando o atual presidente do Banco Central e mais dois diretores serão substituídos por novos quadros nomeados por Lula.

Finalmente, o terceiro elemento negativo foi a demissão do presidente da Petrobras. Não pela demissão per se, mas, sim, pelos alegados motivos pelos quais Jean Paul Prates teria sido afastado do comando da estatal. Segundo notícias da imprensa, Lula e sua entourage próxima, que não incluiria o ministro da Fazenda, querem uma Petrobras que fomente obras mais ativamente, construindo refinarias e recriando a indústria naval. Isso já foi tentado a partir do segundo governo Lula, com os desastrosos resultados que todos deveriam bem se lembrar. Se o noticiário corresponder aos fatos, mais uma vez se comprovaria a máxima de Ivan Lessa, segundo a qual de 15 em 15 anos o Brasil esquece o que ocorreu nos 15 anos anteriores.

Nossa economia tem se beneficiado de um cenário externo ainda favorável, mas que vem piorando. Mesmo que a temida recessão nos EUA tenha sido até agora evitada, a renitência da inflação obriga o Fed a manter juros mais elevados por mais tempo. Além de esfriar a economia, juros altos nos EUA, e no mundo, por longo tempo podem causar estresses financeiros e eventual crise. Neste ambiente menos favorável a mercados emergentes, o governo brasileiro sinaliza clara preferência por ampliar gastos e voltar a usar empresas e bancos estatais para acelerar a economia, numa reedição do filme de 15 anos atrás, cujo final desastroso bem conhecemos. Ainda há tempo de mudar de rumo, mas é urgente!

Márcio G. P. Garcia, professor titular, Cátedra Vinci Partners, Departamento de Economia da PUC-Rio, e pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, escreve mensalmente neste espaço. https://sites.google.com/view/mgpgarcia

Inundações evidenciaram a urgência de um novo paradigma. Por **Young**, **Neves** e **Mesquita**

Porto Alegre e o imperativo da renovação

Neste momento de grande sofrimento, a prioridade é o socorro e a ajuda humanitária emergencial às comunidades afetadas pela devastadora inundação em Porto Alegre.

Tão logo as necessidades imediatas sejam atendidas, gestores da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), dos governos municipais, estadual e federal precisarão focar em planejamento e reconstrução das cidades e regeneração da paisagem. A história nos ensina que crises frequentemente motivam mudanças transformadoras. A tragédia decorrente das chuvas no Rio Grande do Sul pode se tornar um exemplo marcante disso. Embora as perdas sejam incalculáveis e o sofrimento profundo, a reconstrução abre uma oportunidade ímpar para reavaliar e renovar o planejamento urbano e a gestão territorial de todas as metrópoles brasileiras.



É crucial que, no processo de reconstrução do Rio Grande do Sul, os equívocos do passado não se repitam. Será necessário adotar estratégias que evitem a repetição de erros e privilégios injustificáveis, promovendo um desenvolvimento urbano e regional mais justo, sustentável e resiliente. A inundação evidenciou fragilidades estruturais e a urgência de um novo paradigma. Mais do que nunca, o momento é de planejar e implementar projetos que não apenas respondam aos desafios imediatos, mas também construam cidades mais adaptadas e resistentes às mudanças climáticas.

Embora não seja o único esforço, o ponto de partida na cidade de Porto Alegre deve ser um programa de modernização e de manutenção dos sistemas de proteção permanentes. A tragédia resultou do colapso físico e operacional do complexo de diques, bombas e portões de contenção. O mesmo vale para Canoas, São Leopoldo e outros locais atingidos pelo extravasamento e colapso de diques de proteção.

Além de sistemas de contenção e esgotamento, é necessário realizar investimento em sistemas de absorção. As novas tecnologias construtivas das chamadas cidades-esponja, voltadas para a construção de infraestrutura verde e azul — parques, telhados verdes, jardins de chuva, árvores urbanas e vegetação que ajudam a absorver e reter a água da chuva, e sistemas que integram elementos naturais e seminaturais como bacias de retenção, áreas úmidas, canais e outros corpos d'água — precisam integrar desde logo os marcos maiores de regulação urbana e regional.

Mais do que nunca, o momento é de planejar e implementar projetos que não apenas respondam aos desafios imediatos, mas também construam cidades mais adaptadas e resistentes às mudanças climáticas, evitando a repetição de erros e privilégios injustificáveis

O processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre oferece a oportunidade de incorporar princípios de zoneamento adaptativo para garantir que áreas vulneráveis sejam destinadas a usos menos suscetíveis a danos. O adensamento controlado em áreas seguras e a promoção de zonas de uso misto são essenciais para otimizar o uso do solo urbano e aumentar a resiliência da cidade. A inundação atingiu setores com longo histórico de ocupação, e a tragédia não foi maior pois atingiu também grandes áreas de baixa densidade populacional.

A tragédia no Sul é equiparável a desastres em Fukushima (Japão), Wenchuan (China), Maule (Chile), sendo que a enchente de Nova Orleans (EUA) foi a mais similar à da RMPA, pois decorreu também de colapso do sistema de proteção. Em todos esses locais, a calamidade levou a novos zoneamentos e reconfigurações urbanas, que incluíram desapropriações, realocações e a criação de zonas de não construção e de amortecimento, com infraestruturas de defesa contra enchentes, parques e espaços verdes.

Saindo da RMPA, cidades como Lajeado, Estrela, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul precisam ser totalmente repensadas. Cortadas pelo Rio Taquari, que subiu mais de 14 metros acima da cota de inundação segura de 19 metros, viram bairros inteiros sendo totalmente varridos pelas enchentes. A criação de áreas de extravasamento artificiais fora e a montante das cidades constitui alternativa para reduzir a agressividade dos rios e permitir mais tempo de reação.

A revisão dos códigos ambientais, construtivos e normas técnicas para atualizar requisitos de prevenção e resiliência climática é fundamental. A fiscalização deve ser fortalecida para prevenir novas ocupações irregulares em áreas de risco, enquanto programas de regularização fundiária e habitação popular devem ser promovidos em áreas seguras.

É essencial também aproveitar este momento para integrar ações voltadas à transição digital. A infraestrutura digital pode ajudar a modernizar a gestão urbana, permitindo planejamento eficiente, monitoramento em tempo real das condições climáticas, dos níveis dos rios e das encostas e melhor comunicação com a população. Soluções digitais podem aprimorar a resposta a emergências, otimizar serviços públicos e promover uma cidade mais conectada e competitiva.

Por fim, a mobilização da sociedade para resgates, atendimento aos atingidos e reconstrução mostra as necessidades monumentais que surgem em momentos de calamidade, que ultrapassam a capacidade de atuação do poder público e reação da população. É preciso desenvolver mecanismos que facilitem e potencializem essas ações, além de desenvolver planos de emergência e sistemas de alerta precoce para inundações e deslizamentos. A participação comunitária deve ser incentivada não apenas em campanhas de educação ambiental e sobre gestão de riscos, mas também no planejamento e execução de projetos de defesa civil.

A história demonstra que as regulações urbanas mais eficazes, aderentes ao interesse público e cumpridas com mais rigor são as que foram elaboradas num esforço conjunto de forças de governo, do mercado e da sociedade. A criação de plataformas interinstitucionais e parcerias público-privadas (PPPs) serão essenciais para coordenar ações do Estado, setor privado e da sociedade com vistas a viabilizar projetos de infraestrutura resiliente.

Passada a tragédia da enchente, a reconstrução das cidades no Rio Grande do Sul constitui uma oportunidade única para colocar a metrópole de Porto Alegre na vanguarda mundial da resiliência urbana e da sustentabilidade.

Philip Yang, Homero Neves e Hugo Mesquita são membros do Instituto URBEM.

Frase do dia

"Sobre as taxas de juros estou fanaticamente confuso. Quem afirma saber com certeza a resposta está se iludindo".

De Paul Krugman, Nobel de Economia, sobre juros nos EUA

Cartas de Leitores

Pessimismo no Focus

A tão almejada taxa básica Selic de um dígito neste ano parece que foi para o espaço. E não faltou alerta do BC e da maioria dos especialistas em contas públicas ao Planalto, de que com esse governo sem freio algum nos gastos e preocupação com o equilíbrio fiscal, difícil seria a continuidade da redução da Selic. É o que indica o Boletim Focus da última segunda-feira.

Será que o presidente Lula está preocupado a deterioração das expectativas para nossa economia? Pelo jeito continua infelizmente dormindo longe da realidade dos fatos.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Crise no RS

Diante da tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul, a mudança na data das eleições municipais é um debate urgente e necessário para poder dar mais tempo para a reconstrução do Estado, que foi destruído pelas inundações das últimas semanas. Como na época da eleição de 2020, durante a pandemia de covid-19, a melhor opção seria realizar o primeiro turno das eleições municipais no feriado de 15 de novembro. Enquanto as cinco maiores cidades gaúchas, com mais de 200 mil eleitores, ficariam com a opção de realizar o segundo turno no último domingo do mês.

Luiz Roberto da Costa Jr.
da_costa_junior@hotmail.com

Preservação da natureza

Ou dialogamos urgentemente com a natureza ou ela, agredida, resistirá mais e a humanidade será a grande perdedora nesse insano combate, que poderá dizimá-la. Segundo o editorial do **Valor** (21/05), fundado em opiniões científicas, o Acordo de Paris dificilmente será cumprido, no ponto em que registra que o aquecimento global não poderá tornar o clima do planeta 1,5% mais quente em relação à temperatura do momento pré-industrial. Para tanto, não basta mais obstar a abertura de novas fontes de energias fósseis, mas é necessário restringir o uso das disponíveis. Bicicletas no lugar de automóveis movidos a energia poluidora?

Sim, é possível, em significativas proporções e em muitas cidades do mundo, para se ter um mísero exemplo do que é possível fazer sem ficar somente na expectativa de inexistentes milagres científicos, mas importa numa reconfiguração urbanística mundial. Tudo é alcançável pelo homem, como o demonstra a história do animal que mais se adapta a desafios inesperados.

Desde, porém, que se tenha consciência dos imperativos da vida coletiva e se cobre com firmeza o emprego da ética na vida em sociedade, não apenas a solidariedade reparadora e insuficiente no momento de grandes tragédias, como a do Rio Grande do Sul, infelizmente prenúncio de outros cataclismas.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS249

Especial

Arábia Saudita Neom, um faraônico projeto concebido pelo príncipe Mohammed, desperta ceticismo em meio a contratempos, atrasos e custos estratosféricos

Maior projeto de construção do mundo se depara com a realidade

Eliot Brown e Rory Jones
Dow Jones

Durante semanas, milhares de caminhões e escavadeiras trabalharam 24 horas por dia para retirar milhares de metros cúbicos de areia no maior projeto de construção do mundo, conhecido como Neom, na Arábia Saudita. Mas os trabalhadores tinham despejado o enorme monte de terra exatamente no mesmo local onde os arquitetos planejavam cavar uma hidrovia até o Mar Vermelho.

Os caminhões e as escavadeiras voltaram então ao trabalho, recolheram o amontoado todo e fizeram uma nova montanha de areia nas proximidades, em um contratempo dispendioso que é um exemplo da trajetória turbulenta do projeto saudita desde sua audaciosa concepção.

Contrariando os céticos, a Arábia Saudita avança com centenas de bilhões de dólares em projetos na Neom, uma região do tamanho do Estado do Alagoas (27,7 mil km²) e construída do zero, que se caracteriza pela arquitetura futurista, uma estação de esqui em pleno deserto e uma lista de projetos chamativos que têm a intenção de atrair uma população maior do que a da cidade de Nova York.

Nenhum é mais ousado que o multitrilionário par de arranha-céus mais altos que o edifício Empire State de Nova York, projetado para ter 170 km de extensão e alojar 9 milhões de pessoas — em termos de comparação São Paulo tem 12 milhões de pessoas —, que é seu principal complexo urbano, batizado de "A Linha". Seu paladino, o príncipe herdeiro e governante de fato da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman (conhecido como MBS), comparou o projeto às Grandes Pirâmides do Egito.

Nos últimos meses, o governo saudita reduziu as despesas com a primeira fase da Linha, diante da realidade dos custos em um momento em que o país gasta muito mais do que arrecada. Segundo fontes a par dos planos, hoje a previsão é construir até 2030 cerca de 2,4 km do primeiro trecho da estrutura, em vez dos aproximadamente 16 km que previam antes. Ainda assim, mesmo essa parte reduzida seria a maior área edificada do mundo, equivalente a mais de 60 prédios iguais ao Empire State.

No mês passado, em uma entrevista à CNBC, o ministro da Economia e do Planejamento saudita, Faisal Al Ibrahim, foi questionado sobre uma notícia da Bloomberg a respeito do redimensionamento da primeira fase e indicou que as metas de longo prazo para a Linha continuavam as mesmas.

"Não há nenhuma mudança de escala — é um projeto de longo prazo que tem um design modular", disse o ministro. "Hoje a economia saudita está crescendo mais rápido, mas não queremos superaquecê-la."

Os riscos para a Arábia Saudita são tão descomunais quanto a ambição de Mohammed. A Neom é o símbolo máximo de seus planos para transformar a economia do país, reduzir sua dependência das receitas do petróleo e torná-lo um centro de atração de dinheiro e talentos de todo o mundo. Mas o príncipe corre o risco de desperdiçar grande parte do dinheiro público com uma experiência que não tem precedentes em termos de construção de cidades e pode revelar-se difícil demais de concretizar.

Há uma montanha de desafios pela frente. Mais de 100 mil trabalhadores da construção civil precisam ser alojados em um canto inóspito do vasto deserto da Arábia Saudita, a duas horas de carro de qualquer cidade de tamanho razoável. As necessidades da Neom em termos de aço, vidros para áreas exteriores e outros materiais são tão enormes que podem provocar uma alta de preços mundial e dificuldades para conseguir fontes de fornecimento suficientes. E os responsáveis pela obra temem que o conceito central sem precedentes da Linha, uma cidade vertical montada em arranha-céus gêmeos maior que Brasília, possa se mostrar um lugar pouco atraente para se viver.



DIVULGAÇÃO

Batizado de "A Linha", o projeto futurista prevê a construção de uma linha de 170 km de extensão de arranha-céus mais altos que o Empire State de Nova York

Ao mesmo tempo, o encolhimento dos planos para a Linha põe em evidência a conta enorme da Neom para o que agora está a ponto de se tornar uma cidade de porte médio. Hoje a expectativa dos executivos da Neom é que a primeira fase do projeto tenha menos de 200 mil moradores — quase a população de Cabo Frio (RJ) —, segundo funcionários e ex-funcionários a par dos planos. No entanto, um dos ex-executivos disse que o governo saudita está colocando grandes somas na Neom em obras de infraestrutura planejadas para atender milhões de pessoas, entre elas um aeroporto gigantesco, um trem de alta velocidade que passará por um túnel de 32 km, usinas de dessalinização massivas e grandes instalações de lazer na Linha, como um teatro de ópera.

E o valor da obra faraônica continua a subir. O custo previsto para uma estação de esqui na região mais do que dobrou em menos de dois anos, para US$ 38 bilhões em outubro, de acordo com documentos a que o "Wall Street Journal" teve acesso. A consultoria imobiliária Knight Frank estima que mais de US$ 237 bilhões em contratos de construção já foram fechados na Neom.

Mesmo para um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, a Neom pode ser cara demais. Sua estimativa oficial de custos é de US$ 500 bilhões, 50% a mais do que todo o orçamento nacional para o ano e mais de metade do valor do seu fundo soberano.

Executivos que trabalham no projeto rejeitam esse número, que afirmam ser muito baixo em termos realistas. Segundo duas fontes, a estimativa interna só para os primeiros 2,4 km da Linha é de mais de US$ 100 bilhões.

Se estivesse completamente construída, a expectativa de funcionários da Neom é que o custo verdadeiro da Linha passasse em muito dos US$ 2 trilhões. Segundo eles, os custos de construção por metro quadrado da Neom são mais do que o dobro do padrão de outras torres do Oriente Médio.

Na avaliação deles, isso faz com que seja pouco provável que a Neom atraia investimentos privados significativos para financiar as fases futuras da Linha. Até o momento, o projeto é totalmente custeado pelo governo saudita.

A Neom é a peça central de uma reformulação da economia e da identidade da Arábia Saudita que MBS iniciou em 2015, quando seu pai assumiu o trono. Então com 29 anos, o filho do rei Salman conseguiu desbancar outros herdeiros possíveis e rapidamente consolidou seu poder.

Ávido por mudanças, o príncipe Mohammed permitiu mais normas culturais ocidentais e eliminou restrições como as que proibiam o convívio de mulheres e homens em locais públicos, mulheres motoristas e cinemas. Mas ele também impôs limites ainda mais duros à liberdade de expressão, esmagando as divergências a respeito das rápidas mudanças.

> "A Linha é uma obra desconcertante até para aqueles que estão envolvidos em projetá-la"
> *Peter Cook*

O plano Vision 2030 previa uma gama de novos setores não ligados ao petróleo, como entretenimento e tecnologia, e a construção de megaempreendimentos imobiliários para ajudar o país a tornar-se um centro turístico mundial.

A equipe de MBS procurou os principais arquitetos do mundo em busca de ideias projetos para a Neom. A empresa vanguardista de design Morphosis Architects, liderada por Thom Mayne, vencedor do prêmio Pritzker de arquitetura, e sediada em Los Angeles, apresentou a proposta de uma cidade com 161 km de comprimento e 2 km de largura, com edifícios espalhados por todo o terreno.

Só que o príncipe tinha uma ideia diferente. "Eu disse à equipe: que tal se pegarmos aqueles dois quilômetros e os viramos para transformá-los em duas torres para toda a Linha?", contou ele em um documentário transmitido pelo Discovery Channel no ano passado. Assim nasceu a ideia da cidade arranha-céu.

Documentos internos de 2021 preveem mais de 6,5 bilhões de metros quadrados de área útil — uma superfície 29% maior do que todos os prédios da cidade de Nova York juntos. Apartamentos, escritórios, escolas, delegacias de polícia, museus e um palácio real estariam espalhados dentro.

Uma arquitetura deslumbrante é uma prioridade. MBS disse aos executivos da Neom que quer uma sensação de "gravidade zero", com recursos que pareçam desafiar a física e flutuar, segundo ex-executivos.

Paira sobre a Neom uma história pouco auspiciosa de projetos de cidades-edifícios que costumam morrer ainda na prancheta de desenho. Aquelas que chegam a ser construídas em geral são menores do que previa a ideia original e frequentemente são consideradas estéreis.

Uma das maiores da história moderna é Brasília, a capital brasileira que prejudicou as finanças do país quando foi construída, no fim dos anos 1950. Hoje ela abriga [no Plano-Piloto] menos da metade da população esperada de 500 mil habitantes. E um número muito maior de pessoas mora nas cidades-satélites inicialmente construídas para alojar os trabalhadores da construção.

Sete anos depois de seu lançamento, muito pouco foi concluído, tirando os estúdios cinematográficos da Neom e um novo complexo real que ostenta palácios gigantescos, um campo de golfe e pelo menos 10 helipontos, como mostram imagens de satélite.

A Neom exige gastos de mais de US$ 5 bilhões para erguer moradias para os trabalhadores da construção civil, de acordo com a MEED, publicação sobre negócios e comércio do Oriente Médio que monitora os contratos da Neom.

Para demonstrar ao príncipe herdeiro que estão fazendo progressos, os engenheiros começaram a colocar os alicerces da Linha há um par de anos, antes mesmo de os arquitetos resolverem o que iria encima deles — uma maneira incomum de construir um empreendimento tão massivo, segundo especialistas em engenharia.

Porém, fontes a par do projeto contaram que pouco tempo depois os arquitetos decidiram que a primeira fase deveria ser construída em outro lugar, e as fundações iniciais da Linha foram abandonadas.

Por mais de um ano, o grosso do trabalho tem sido a operação de escavação — que é a maior do mundo, de acordo com a Neom. Estradas temporárias de quatro pistas estão atulhadas de filas de caminhões basculantes; vapores do diesel de caminhões e geradores impregnam o ar.

O foco atual é uma seção intermediária à beira-mar, onde o príncipe Mohammed quer construir um edifício no topo de uma nova marina capaz de abrigar os maiores navios de cruzeiro do mundo. Os trabalhadores estão cavando um buraco 15 metros abaixo do nível do mar, com uma área de mais de 1,8 km². Foi lá que os trabalhadores escavaram uma pequena montanha de terra, só para descobrirem que ela estava no lugar errado.

Quando as fundações estiverem prontas, um teste fundamental acontecerá se e quando a Neom outorgar os dispendiosos contratos para iniciar a construção vertical — um marco crucial que tornará difícil uma volta atrás.

Outra questão é a altura. Vários executivos que trabalham na Neom questionam a necessidade de um edifício de quase 500 metros de altura — o que implica desafios extras de engenharia, tem custos maiores e dificulta uma evacuação em caso de emergência.

O renomado arquiteto britânico Peter Cook, que está envolvido no projeto da Linha, classificou sua altura como "um pouco estúpida e despropositada", de acordo com comentários publicados no "Architect's Journal" do Reino Unido. Em um documentário posterior, Cook, que de maneira geral elogiou o projeto, chamou a Linha de "desconcertante até mesmo para aqueles que estão envolvidos em projetá-la". ***(Colaborou Chelsey Dulaney — Tradução de Lilian Carmona)***

Aviação
As companhias aéreas começam a se organizar para operar voos comerciais na Base Aérea de Canoas (RS)
B5

Agronegócios
Galvani inicia projeto de R$ 3 bi em fertilizantes, conta Silvestre, presidente B11



Petroquímica
Unigel aprova plano de recuperação e divide controle com credores B4

Chuvas no RS
Produtores de azeite enfrentam dificuldades logísticas para escoar produto B5

Varejo Capitalização será de R$ 12,2 bi pelo trio de sócios; próxima fase envolve mudança de conselho

Rede Americanas aprova aumento de capital

Adriana Mattos
De São Paulo

Em assembleia geral extraordinária de acionistas ontem, a Americanas deu outro passo na tentativa de recolocar a empresa nos trilhos, com a aprovação, por 95,7% dos acionistas presentes, do aumento de capital de R$ 12,2 bilhões por parte dos maiores acionistas da varejista — Carlos Alberto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles.

Pela pauta aprovada, o valor mínimo do aumento de capital social é de R$ 12,2 bilhões (pela emissão de 9,4 bilhões de ações), e, no máximo, de R$ 40,7 bilhões (emissão de 31,3 bilhões de ações), ao preço de R$ 1,30 por ação.

Também foi aprovado por maioria o grupamento de ações ordinárias da rede na proporção de 100 para 1, com preço passando a R$ 53, considerando a cotação de ontem.

O apoio ao aporte já era esperado pelo mercado, mas os recursos não entrarão na empresa neste montante porque, dos R$ 12,2 bilhões, R$ 5 bilhões são linhas de financiamentos na modalidade DIP ("debtor-in-possession"), que se tratam, na prática, de um empréstimo extraconcursal.

Desta soma total do DIP, R$ 1,5 bilhão já entraram na operação após início da crise no grupo, por conta da falta de linhas de crédito e de geração de caixa. Outros R$ 3,5 bilhões foram liberados em março, para os primeiros pagamentos a credores fornecedores dentro do plano de recuperação judicial.

Sobram, então, pouco mais de R$ 7 bilhões relativos a dinheiro novo do aporte do trio de sócios de referência (a ser feito por meio de afiliadas dos acionistas). Desta soma restante, R$ 2 bilhões irão para um leilão reverso a ser realizado — vencem os que oferecem os menores preços — da dívida de credores, e R$ 6,7 bilhões para recomprar dívidas com desconto de 70%.

Logo, no final serão R$ 8,7 bilhões, acima, portanto, dos cerca de R$ 7 bilhões restantes da capitalização. A diferença deve vir da recomposição do capital de giro nas negociações com fornecedores, apurou o **Valor**.

Além dessa capitalização, ainda ocorrerá a conversão de R$ 12,2 bilhões de dívida em ações da empresa por credores financeiros, majoritariamente bancos, que apoiaram o plano de recuperação.

A oferta de ações deverá, a partir de agora, ser preparada para lançamento ao mercado, e com base em dados publicados pela Americanas, sem exercício do direito de preferência da base de acionistas, o trio de referência deve passar de uma participação atual de 30,1% para 49,3%. Já os bancos credores sem garantia ficarão com uma posição acionária de 48,2%.

Ao se considerar o exercício de 10% do direito de preferência dos acionistas, Sicupira, Lemann e Telles ficariam com 46% da empresa e os bancos credores, 45%.

Os bancos, portanto, passam a ter a posição de credores, e de sócios relevantes, e, ao mesmo tempo, de agentes financeiros, já que no dia a dia, a empresa pode recorrer a eles, e a outras instituições, para cotar linhas de crédito. Os bancos não terão cadeira no novo conselho de administração, que será eleito passada a assembleia.

Pelos documentos anexados, no fim de 2023, ao acordo de apoio de credores, a nova chapa a ser proposta deve ser formada por Eduardo Saggioro, Luiz Fernando Edmond, Cláudio Garcia, Yuiti Matsuo, Paula Cardoso, Maria Rita Coutinho e Vanessa Claro Lopes.

O plano já teve a aprovação dos credores em 19 de dezembro, e depois dessa fase, ainda faltava a votação sobre o aumento de capital.

Sobre o atual estágio dos pagamentos aos demais credores, isso começou a ser feito após a homologação da recuperação pela Justiça do Rio de Janeiro, em fevereiro. A quitação dos débitos se iniciou pelos credores trabalhistas, micro e pequenos empreendedores, e posteriormente avançou em março para o pagamento de cerca de 500 fornecedores colaboradores.

O montante da primeira etapa do cronograma do plano, que inclui fornecedor colaborador, somou cerca de R$ 4 bilhões. Em troca, os fornecedores se comprometeram a retomar a revenda de produtos, com concessão de prazos para pagamento na média do setor para melhorar o capital de giro. Esse passo é fundamental na busca da retomada da rede, que precisa voltar a gerar caixa operacional até 2025.

Em relação às investigações na empresa, por parte de um comitê independente (com equipe não ligada à companhia), os trabalhos ainda não terminaram, mas a rede relatou, em maio, que na semana de dia 17 de junho serão realizadas entrevistas complementares e análises contábeis e financeiras.

Ler mais sobre Americanas na B2

INÊS249

Aporte equaciona Americanas, mas não encerra o caso

Análise

Talita Moreira
De São Paulo

A capitalização da Americanas, aprovada ontem em assembleia, faz da empresa uma das varejistas menos endividadas do país apenas um ano e quatro meses depois de ter protagonizado o maior escândalo corporativo do país. Para quem estava tecnicamente quebrada, é um "plot twist" e tanto.

Com o aporte de R$ 12 bilhões dos acionistas de referência (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira), outros R$ 12 bilhões em dívida convertida e outros pagamentos com desconto, a Americanas ficará com dívida bruta de apenas R$ 1,875 bilhão. O endividamento havia superado R$ 42 bilhões após o reconhecimento de valores que estavam indevidamente contabilizados. Para se ter uma ideia, Casas Bahia e Magalu fecharam o primeiro trimestre deste ano com R$ 4 bilhões e R$ 6,7 bilhões, respectivamente em dívida.

A Americanas sai da crise menor do que entrou, o que é natural numa recuperação judicial. A rede de lojas físicas se segurou razoavelmente, mas o e-commerce — que queimava caixa — foi sacrificado. A redução do digital se deu em parte porque a empresa perdeu credibilidade entre clientes e vendedores, mas também porque precisava fazer escolhas. É uma estratégia arriscada, já que os campeões do varejo hoje são digitais, mas ajuda a estancar a sangria no curto prazo.

A capitalização é resultado de quase um ano de negociações e acomodação de interesses, principalmente entre o trio de acionistas e os grandes bancos. Para injetar os R$ 12 bilhões na varejista, Lemann, Telles e Sicupira estabeleceram uma condição bem clara: a não litigância. Ou seja, o fim da briga judicial entre as partes que firmaram o acordo, que em alguns momentos atingiu decibéis muito elevados.

Essa é uma exigência que muitos no mercado consideram "justa", já que o trio não deixou a empresa quebrar, como podia ter feito. Outros, no entanto, veem a cláusula como um "rolo compressor" usado para pressionar os credores, ávidos por recuperar um naco do prejuízo.

O aporte encerra um capítulo importante para a empresa. Da porta para fora, no entanto, o caos instalado pela revelação da fraude continua. As investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e da Comissão de Valores Mobiliários sobre a fraude e como ela foi praticada continuam sem um desfecho. A versão que prevalece até agora foi apresentada pela própria Americanas, que acusou nominalmente ex-diretores de terem armado o esquema sozinhos, sem que o conselho de administração soubesse. São acusações graves, que precisam ser comprovadas pelas autoridades para que ou os ex-executivos sejam punidos ou se esclareça o que de fato aconteceu.

Beleza Presidente do Boticário, Fernando Modé diz que acionistas não buscam investidores nem IPO

'Estrutura de capital está longe de ser uma questão'

Ana Luiza de Carvalho e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

O Boticário não tem planos de recorrer ao mercado de capitais para financiar a expansão do grupo — nem pretende mudar a base acionária para atrair investidores privados ao negócio. "Todo o tempo estamos revendo nossas estratégias, e [oferta inicial de ações] não é parte das nossas preocupações. Estrutura de capital está longe de ser uma questão", disse ao **Valor** Fernando Modé, presidente do grupo.

Os planos de expansão da companhia estão focados no mercado brasileiro. A internacionalização, como fez a Natura, sua principal concorrente, não faz parte da estratégia de negócio dos controladores no curto e médio prazos, afirmou o executivo.

A principal aposta, segundo Modé, continuará nas lojas físicas no modelo de franquias, com a bandeira O Boticário somando sozinha mais de 4 mil unidades, e vendas em redes de farmácias e supermercados. O grupo também está ampliando a integração do canal físico com on-line ("omnichannel") — e, para isso, parceria com influenciadores é importante. A empresa também opera modelo de vendas diretas, que foi o berço da marca Eudora.

A agenda de aquisições também continua no radar, mas o objetivo agora é integrar os negócios e ampliar a distribuição logística das marcas pelo país para manter o crescimento. O grupo não divulga dados financeiros para o mercado. O único indicador apresentado é a receita medida pelo volume bruto de mercadoria (GMV, na sigla em inglês). Por essa métrica, o faturamento somou R$ 30,8 bilhões, alta de 30,5% em relação ao ano anterior. Neste valor, está incluída a venda das operações de "marketplace", que abarcam as marcas do grupo e produtos parceiros cadastrados no canal digital, que responde por cerca de 10% do faturamento total (R$ 3 bilhões).

Na comparação, a Natura&Co, maior rival, teve receita de R$ 26,74 bilhões em 2023 — com o indicador GMV, chega a R$ 40 bilhões.

De acordo com Modé, a opção pelo indicador de GMV, inclusive para métricas de desempenho mensais, ocorre pela presença do Beleza na Web no portfólio. Por esse canal, o grupo vende produtos da L'Oréal e Wella, líderes no segmento de cabelos, além de perfumes de luxo.

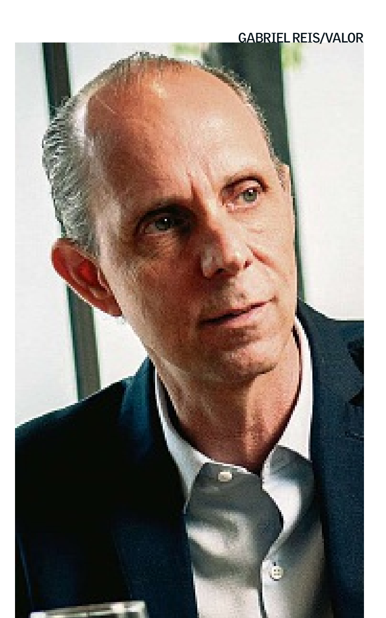
O bom resultado de 2023 foi puxado por importantes aquisições nos últimos anos. Além da compra de empresas de tecnologia para potencializar a transformação digital, como a Casa Magalhães e a GAVB, a companhia também expandiu seu portfólio de produtos adquirindo a marca de maquiagem Vult, em 2019, a perfumaria francesa O.U.i em 2021, e a empresa de cosméticos masculinos Dr. Jones, em 2022. O executivo não abriu os valores dessas aquisições.

Mas foi com a Truss Professional, adquirida no ano passado, que o grupo deu salto estratégico e ganhou mais relevância no mercado internacional. A marca de produtos para salão, criada em São José do Rio Preto (SP), está presente hoje em 40 países, com destaque para os Estados Unidos. Já o carro-chefe O Boticário é forte em Portugal e em países da América Latina.

De acordo com Modé, as operações internacionais representam cerca de 2% do faturamento do grupo, e a companhia não pretende comprar empresas estrangeiras para ampliar essa fatia. "Muitas das vantagens que tenho no mercado brasileiro não tenho fora, como 4 mil lojas, marcas conhecidas e parceiros logísticos. Além disso, a gente entende que o mercado nacional é muito grande e não chegamos ao limite ainda", afirmou.

Na avaliação de Ricardo Jacomassi, sócio e economista-chefe da TCP Partners, o Boticário possui forte posicionamento de mercado no varejo físico. "A expansão prova que o modelo de franquia é factível. O Boticário tem uma estratégia de negócio que vemos ser mais consistente, enquanto a Natura &Co, por exemplo, teve de se desfazer de alguns ativos e voltar ao passado, focando mais na venda direta."

Jacomassi lembra, contudo,


GABRIEL REIS/VALOR

> "A gente entende que o mercado nacional é muito grande"
> *Fernando Modé*

que não há clareza de todos os números envolvidos nas operações em razão da companhia possuir capital fechado.

Outro ponto da companhia, segundo o analista, foi a consolidação do grupo em um tíquete-médio de produto intermediário, de acordo com a renda do consumidor brasileiro. Já a concorrente mirou em produtos de luxo, com a aquisição da marca Aesop, posteriormente vendida à L'Oréal. "A Natura vislumbrou um portfólio maior e houve a questão da captação de recursos para alavancar as aquisições, isso pode ter colocado muito estresse nos negócios", afirmou.

De acordo com dados da TCP Partners, o mercado de vendas diretas no Brasil é o maior de toda a cadeia produtiva do setor de beleza, somando pouco mais de 2,7 milhões dos 5 milhões de postos de emprego do setor no ano passado. Os salões de beleza seguem como segundo maior empregador, com 2,5 milhões de postos. Já as indústrias do setor empregavam pouco menos de 146 mil, enquanto o modelo de franquias totalizava 100,7 mil funcionários.

Fundada no fim dos anos 1970, o Grupo Boticário é controlado pelos empresários Miguel Krigsner e Artur Grynbaum. E se depender dos dois acionistas, a companhia não pretende atrair investidores ao negócio. Krigsner e Grynbaum são cunhados.

Modé foi o primeiro executivo de fora da família a ocupar o comando da empresa, em 2021. E não há planos de os fundadores voltarem ao dia a dia da gestão.

Os herdeiros do acionista majoritário Miguel Krigsner, fundador e dono de 80% do grupo, têm outros planos de carreira. Já os filhos de Artur Grynbaum, com outros 20%, não têm idade ainda para assumir os negócios. A sucessão patrimonial das duas famílias está sob controle de um "family office", que também opera investimentos no Brasil e exterior, em diversos setores, incluindo startups, exceto varejo.

Mesmo com gestão profissionalizada desde 2021, Modé reconhece, contudo, que os dois acionistas têm um peso forte nas decisões. Em um encontro no dia 16 de maio para divulgar as práticas sócio-ambiental e governança (ESG) da companhia, para cerca de 100 pessoas, em São Paulo, Krigsner afirmou que qualquer disputa na empresa é resolvida junto a Grynbaum "na mesa de jantar". "A gente não fica preocupado com o que o acionista lá na frente vai fazer", disse durante o evento.

Questionado sobre a fala do acionista, Modé "corrige" o discurso. "Resolvemos em um processo educado de governança, talvez com uma rapidez maior do que se a gente estivesse em uma empresa composta por mais interesses, a partir de uma dispersão de patrimônio. Há uma coesão muito forte de sentimentos dos acionistas e, com isso, tudo fica mais fácil."

Os fundadores estão no conselho de administração. O colegiado é comandado por Krigsner — Grynbaum é vice-presidente. Das dez cadeiras do colegiado, seis são independentes e ocupadas por nomes como Daniela Cachich, da Ambev, e Paulo Veras, cofundador do aplicativo de transporte 99 (vendido para a Didi).

L'Acqua Di Fiori e Água de Cheiro apostam na 'memória olfativa' do consumidor

De São Paulo

As perfumarias L'Acqua di Fiori e Água de Cheiro, duas marcas bem conhecidas até meados dos anos 2000, passaram por reestruturações e agora buscam recuperar seu espaço no mercado. Com a entrada de novos sócios, as empresas estão investindo em operações digitais, expansão do portfólio e apostando no relançamento de clássicos.

A L'Acqua di Fiori, fundada em 1980 pelo casal Marlene e Leopoldo Mesquita, foi pioneira ao criar no Brasil produtos com maior teor de fragrância, conta o novo CEO da companhia, Leandro Terada. Segundo ele, os problemas financeiros começaram em 2010, com o afastamento do fundador por questões de saúde, e se agravaram em 2019 com a morte do empresário. A empresa, que já chegou a ter 2,5 mil lojas em todo o país e agora opera apenas 120 unidades, quer alcançar nos próximos cinco anos importância semelhante à que já teve no passado.

Em 2023, a empresa iniciou seu processo de reorganização societária, com a entrada de investidores liderados por Terada. A estratégia se apoia em parte no que a L'Acqua di Fiori representou no passado. "Há uma memória afetiva muito grande pela marca", afirma o executivo.

O portfólio de pouco mais de cem itens é produzido por uma empresa parceira — a antiga fábrica foi vendida em 2019. O catálogo próprio ficou adormecido na pandemia, enquanto as lojas físicas e a plataforma de e-commerce atuavam como multimarcas de outras fabricantes. Os planos incluem retomar a produção própria e lançar produtos para cuidados com cabelos e pele.

A empresa passou a operar neste ano com vendas diretas e espera chegar a 30 mil revendedores no fim do ano. A expectativa é alcançar em 2025 faturamento de R$ 175 milhões, dos quais 30% devem vir das franquias operando em forma omnicanal junto às vendas on-line.

A confiança na "memória olfativa" do consumidor também é a aposta da Água de Cheiro para sair da crise. Fundada em 1976, a empresa entrou em recuperação judicial em 2014 e teve suas marcas adquiridas em 2016 pelo grupo Narsana.

O diretor-geral de operações da Água de Cheiro, Olindo Caverzan Junior, afirma que o desafio agora é chamar atenção pela sua trajetória, ao mesmo tempo em que busca novos consumidores. "Nós olhamos para o público do futuro e para aquele consumidor que está carente das fragrâncias da Água de Cheiro. Como vou ignorar produtos como o Absinto, o Água Fresca?", diz.

A Água de Cheiro opera atualmente 172 lojas em todo o país e espera atingir faturamento de R$ 90 milhões neste ano, — alta de 50% em relação a 2023. Até 2028, a meta é faturar R$ 350 milhões. Para este ano, os investimentos em expansão devem somar mais de R$ 15 milhões. *(ALC)*

Psicologia do negacionismo climático

Sustentabilidade



Carlo Pereira

Enquanto o Rio Grande do Sul enfrenta a pior crise climática de sua história, com mais de 200 mil pessoas desalojadas e prejuízos na agropecuária ultrapassando R$ 2,5 bilhões, uma pergunta persiste: por que ainda há quem negue a crise climática? Para entender esse fenômeno, precisamos mergulhar na psicologia humana e na complexidade das percepções individuais.

A psicologia ambiental nos oferece algumas respostas. A dissonância cognitiva ocorre quando uma pessoa enfrenta duas ideias conflitantes simultaneamente. Por exemplo, alguém pode reconhecer que o clima está mudando, mas também acreditar que o estilo de vida que leva não pode ser o culpado. Para reduzir essa dissonância, a pessoa pode negar a crise climática ou minimizar sua gravidade, permitindo que continue com seus hábitos sem culpa.

O viés de confirmação é a tendência de procurar, interpretar e lembrar informações de maneira que ratifiquem as crenças pré-existentes. Se uma pessoa acredita que a crise climática é um mito, ela vai se agarrar a qualquer informação que apoie essa visão, enquanto ignora ou desacredita evidências contrárias. Esse viés é exacerbado pelas redes sociais e pela mídia tendenciosa, que frequentemente fornecem informações enviesadas que alimentam essas crenças.

Os mecanismos de defesa psicológica, como a negação e a racionalização, ajudam as pessoas a lidar com a ansiedade e o desconforto emocional. Negar a existência da crise climática ou racionalizar que "sempre houve eventos climáticos extremos" são formas de reduzir o medo e a incerteza. Essa resistência psicológica é uma barreira significativa para a aceitação da realidade climática.

A disseminação de desinformação e teorias da conspiração por grupos de interesse também agrava o problema, minando a confiança na ciência. É aqui que entra a importância de instituições respeitadas até mesmo por céticos, como a Embrapa, a Marinha dos Estados Unidos e a Nasa, para fornecer dados precisos e confiáveis. A Marinha dos Estados Unidos, por exemplo, monitora rigorosamente as mudanças climáticas por questões estratégicas e de segurança nacional, reconhecendo os impactos reais dessas mudanças nos seus relatórios.

A pesquisa recente do instituto Quaest traz um alívio em meio ao caos: 99% dos brasileiros reconhecem a relação entre a crise climática e as enchentes no Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada entre 2 e 6 de maio, ouviu 2.045 pessoas em 120 municípios. Desses, 64% acreditam que a tragédia está "totalmente" ligada à crise climática, 30% disseram que "em parte" e 5% que "um pouco". Apenas 1% não enxergaram ligação alguma.

Para os negacionistas, deixo um conselho irônico: se você não acredita que a temperatura está subindo, substitua os Celsius por reais ou dólares e veja os prejuízos. Estudos indicam que o custo da inação é exponencialmente maior do que o da ação. A crise climática não é apenas uma questão ambiental; é uma crise econômica que afeta todos os setores da sociedade.

Alguns setores empresariais já romperam qualquer dúvida porque a realidade bateu com força. A indústria de seguros, por exemplo, está sentindo diretamente os impactos financeiros da mudança do clima. Com o aumento dos desastres naturais, as seguradoras têm enfrentado um aumento nas indenizações, forçando uma revisão das apólices e dos preços. O setor agrícola, constantemente afetado por secas e enchentes, está adotando práticas mais sustentáveis para garantir a produtividade. Imagine ser um agricultor e ver sua colheita ser devastada repetidamente — é difícil continuar negando o impacto da mudança do clima quando sua sobrevivência depende disso.

Com os custos econômicos e humanos aumentando, a negação se torna cada vez mais insustentável. As evidências estão por toda parte, desde desastres naturais mais frequentes até mudanças nos padrões agrícolas e na economia global. A ciência nos deu as ferramentas para entender e combater a crise climática. Cabe a nós usar esse conhecimento para criar um futuro mais seguro e sustentável. O tempo para agir é agora, antes que os custos se tornem irreversíveis e o impacto ainda mais devastador.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU no Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br





DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP
Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69
Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760
Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211
CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acham-se abertos no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., os seguintes Processos Licitatórios:

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade**: Concorrência Eletrônica nº 001/2024 - **Objeto**: Contratação de empresa especializada em engenharia para revisão do Plano Diretor para o combate às perdas no sistema de abastecimento público de água no município de RIO CLARO/SP – T**ipo de Licitação** – Menor Preço Global – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta**: 12/07/2024, às 16h – **Data da Abertura da Proposta Técnica**: 15/07/2024, a partir das 09h - **Data da Abertura da Proposta Comercial e Documentos de Habilitação**: 18/07/2024, a partir das 09h.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade**: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 007/2024 - **Objeto**: Eventual aquisição de ferramentas – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Por Item – **Data de Encerramento**: 05/06/2024, às 16h – **Data da Abertura**: 06/06/2024, às 08h45.

Editais completos e demais informações encontram-se à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, aba Portal da Transparencia e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

Rio Claro, 21 de maio de 2024
SERGIO LUIZ COSTA FERREIRA
Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro



ClearSale

Clear Sale S.A.

CNPJ/MF nº 03.802.115/0001-98 - NIRE 35.3.0037927-6 - Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 25 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 25 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("Plataforma"), sendo considerada realizada na sede social da **Clear Sale S.A.** ("Companhia"), na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº 939, Torre Jacarandá, 3º andar, conjuntos 301 e 302, Alphaville Industrial, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, nos termos do artigo 5º, §3º da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"). **2. Convocação:** Edital de convocação publicado no jornal "O Valor Econômico", nos dias 26, 28 e 29 de março de 2024, nas páginas C5, B13 e B9, respectivamente, da versão impressas, e nos dias 26, 27 e 28 na versão digital, conforme disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, assim como disponibilizado para consulta nos *websites* da Companhia (https://ri.clear.sale/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **3. Publicações:** As demonstrações financeiras resumidas, incluindo o relatório da administração, as notas explicativas resumidas e os relatórios e pareceres resumidos dos auditores independentes e do comitê de auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicadas no jornal "Valor Econômico", na edição do dia 26 de março de 2024, na página A9 da versão impressa, e no dia 26 de março de 2024 na versão digital, em conformidade com os artigos 133 e 289 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que as demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, as notas explicativas completas e os relatórios e pareceres dos auditores independentes e do comitê de auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram divulgadas, em 26 de março de 2024, nos *websites* da Companhia (https://ri.clear.sale/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), tendo sido colocadas à disposição dos acionistas na sede da Companhia na mesma data. Adicionalmente, todos os documento relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução CVM 81, foram colocados à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos endereços eletrônicos indicados acima, nos termos da legislação aplicável. **4. Presença:** Nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas puderam exercer o seu direito de voto por meio do envio do boletim de voto à distância, sendo que para fins de quórum, consideram-se presentes os acionistas que: (i) estiveram virtualmente presentes (ou por meio de procurador) a esta Assembleia; ou (ii) exerceram o seu direito de voto por meio do envio do boletim de voto à distância, nos termos da regulamentação aplicável. Estiveram à disposição dos acionistas, nos termos do artigo 28, §5º da Resolução CVM 81, o Sr. Renan Shigueo Ikemoto, Diretor Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Fabio de Barros Pinheiro, Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia, e o Sr. Lazaro Serruya, representante da Ernst & Young Auditores Independentes. **5. Instalação:** Atendido o quórum legal para a instalação desta Assembleia, conforme previsto no artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, compareceram, em primeira convocação, em sede de Assembleia Geral Ordinária, acionistas titulares de ações representativas de 76,06% do capital social da Companhia e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, acionistas titulares de ações representativas 76,06% do capital social da Companhia, conforme constam dos logins realizados na Plataforma e mapa de votação sintético consolidado disponibilizado pela Companhia em 24 de abril de 2024, preparado de acordo com os boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pelo BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM, na qualidade de escriturador das ações da Companhia, e diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81. **6. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Renan Shigueo Ikemoto, indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ("Presidente"), e secretariados pela Sra. Maria Isabel Tavares, indicada pelo Presidente ("Secretária"). **7. Ordem Do Dia:** Deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária**: (i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria; **(ii)** a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** fixar o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para aumentar o limite do capital autorizado, modificando o caput do artigo 6º. **8. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, a Secretária da mesa esclareceu que a presente Assembleia será integralmente gravada, e sua ata será lavrada na forma de sumário e publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultado pelo artigo 130, §§1º e 2º da Lei das Sociedades por Ações, o que foi autorizado pelos acionistas presentes. Adicionalmente, foi também proposta e aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes a dispensa da leitura dos documentos pertinentes às matérias da Assembleia, tendo em vista que foram tempestivamente colocados à disposição dos acionistas. Ato contínuo, os acionistas presentes deliberaram: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i) Aprovar**, sem ressalvas, com 58.858.238 (41,18%) votos favoráveis, 1.394.835 (0,98%) votos contrários e 82.685.634 (57,85%) abstenções, as contas dos administradores, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria; **(ii) Aprovar**, sem ressalvas, com 142.938.707 (100%) votos favoráveis, a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor negativo de R$ 28.005.392,71 (vinte e oito milhões, cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos), o qual será integralmente alocado ao saldo de prejuízos acumulados da Companhia; **(iii) Aprovar**, sem ressalvas, com 140.734.471 (98,46%) votos favoráveis e 2.204.236 (1,54%) votos contrários, a remuneração anual global da Administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, no valor total de até R$ 19.894.039,40 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trinta e nove reais e quarenta centavos). Referido valor não inclui os impactos das contribuições previdenciárias a serem suportadas pela Companhia na forma da lei sobre as remunerações fixa e variável. Nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração individualizar a remuneração de cada um dos membros da administração da Companhia. Consignar que acionistas detentores de ações representativas de 0,0% do capital social da Companhia solicitaram a instalação do Conselho Fiscal. Tendo em vista o não atendimento do percentual mínimo previsto na Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o órgão não foi instalado para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i) Aprovar,** sem ressalvas, com 142.935.906 (100%) votos favoráveis e 2.801 (0,00%) abstenções, a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia para alterar o limite do capital autorizado. Desta forma, o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passará a viger com a seguinte nova redação: *"**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 225.511.272 (duzentas e vinte e cinco milhões, quinhentas e onze mil e duzentas e setenta e duas) ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço e as condições de integralização. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração poderá, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no Artigo 6º exclusivamente outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, empregados e/ou a pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, para garantir o exercício de direitos previstos em planos de incentivo de longo prazo de ações em vigor."* Em razão da alteração acima aprovada, o Estatuto Social da Companhia passa a vigorar de forma consolidada conforme o **Anexo I** da presente ata, o qual ficará arquivado na sede da Companhia e cuja publicação fica dispensada tendo em vista a transcrição integral do artigo alterado acima. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos. O registro da presença dos acionistas na presente ata e Livro de Presença de Acionistas foi realizado mediante assinatura do presidente e da secretária da mesa, na forma da regulamentação aplicável. **10. Assinaturas:** Mesa - Presidente: Renan Shigueo Ikemoto; Secretária: Maria Isabel Tavares. Acionistas em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: *que votaram por meio de voto à distância*: CONCORDIA PUKARA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; CONCORDIA TI FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO LP; DAYCOVAL D499 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCFIVE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; ALASKA PERMANENT FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ES RIVER AND MERCANTILE GLOBAL RECOVERY FUND; LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I - LIONTRUST LATIN AMERICA FUND; NORGES BANK; RIVER AND MERCANTILE INVESTMENTS ICAV - RIVER AND M; SERGIO FEIJAO FILHO; AMERICAN ELECTRIC POWER MASTER RETIREMENT TRUST; AMERICAN ELETRIC POWER SYSTEM RETIREE MEDICAL TRUST FCUE; *que votaram por meio da Plataforma*: PEDRO PAULO CHIAMULERA; BERNARDO CARVALHO LUSTOSA; VERÔNICA ALLENDE SERRA; INNOVA CAPITAL S.A.; INNOVA GLOBAL TECH FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA; RENATO KOCUBEJ SORIANO; MAURO BACK; RAFAEL DE SOUZA LOURENÇO; AURY RONAN FRANCISCO. Barueri, 25 de abril de 2024. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio que fica arquivada na sede da Companhia. Mesa: Presidente -** Renan Shigueo Ikemoto; **Secretária -** Maria Isabel Tavares. **JUCESP** nº 201.584/24-4 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Governança Instâncias internas da estatal não devem vetar nome da nova presidente da empresa

Conselho da Petrobras deve eleger Chambriard na sexta-feira

Fábio Couto e Kariny Leal
Do Rio

LEO PINHEIRO/VALOR



Mauricio Tolmasquim, diretor da Petrobras, se encontrou com Alexandre Silveira, na Base Aérea do Galeão, e conversaram sobre permanência na empresa

O conselho de administração da Petrobras vai se reunir na sexta-feira (24) para aprovar a indicação de Magda Chambriard para a presidência da companhia. O nome da ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) está sob análise das instâncias internas de governança da estatal, que devem dar sinal verde até o momento da reunião. Mesmo com a entrada de Chambriard no lugar de Jean Paul Prates, a expectativa de especialistas é de que a governança da companhia impeça que grandes mudanças de rumo sejam feitas.

Com a chegada de Chambriard à Petrobras, cerca de 20 profissionais, entre assessores e consultores ligados a Prates, foram exonerados na semana passada. A estatal classifica a mudança como um "procedimento padrão", enquanto pessoas ligadas ao executivo entendem a mudança como "caça às bruxas".

Entre os que deixaram a empresa, estão Sérgio Caetano Leite, ex-diretor financeiro e de relações com investidores, João Paulo Madruga, ex-gerente de relações institucionais, e Annete Hessen, especialista em visualização de dados. Outros nomes devem ser mantidos na diretoria, como o da atual presidente interina e diretora de assuntos corporativos, Clarice Coppetti, o diretor de transição energética e sustentabilidade, Mauricio Tolmasquim, e os demais que são funcionários de carreira.

Tolmasquim esteve na Base Aérea do Galeão no início da manhã de ontem para acompanhar visita do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Os dois se reuniram e falaram sobre permanência de Tolmasquim na companhia, apurou o **Valor**. Silveira esteve no Rio para participar do embarque de eletricistas da Light e da Enel e de equipamentos para reparos em redes subterrâneas, em Porto Alegre (RS).

Assim como Chambriard, indicada para a diretoria da ANP no segundo mandato de Lula, Tolmasquim integrou a equipe de energia dos governos petistas anteriores, como secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME) e presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Na primeira declaração pública sobre o tema desde que Prates deixou a Petrobras, Silveira defendeu a escolha de Chambriard para o comando da petroleira e negou intervenção do governo: "A palavra intervenção é completamente inadequada." Para o ministro, as críticas feitas à nomeação de Chambriard não procedem, uma vez que a Petrobras é uma empresa de capital aberto e a futura CEO é uma profissional reconhecida no setor.

"É desrespeitoso dirigir-se a uma profissional como a Magda [Chambriard] como subserviente. Magda chega com muito gás e energia da mulher brasileira", afirmou o ministro a jornalistas na passagem pelo Galeão.

Para Silveira, a demissão de Prates da presidência da Petrobras se deu porque o governo vê a necessidade de acelerar os investimentos da companhia. O ministro afirmou que a razão da substituição do executivo por Chambriard foi pela compreensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que é preciso dar mais ritmo aos investimentos da empresa, especialmente em temas como refino, gás natural e fertilizantes. "Tentaram personificar em mim e no ministro [da Casa Civil] Rui Costa [o motivo da demissão], isso não aconteceu. O presidente Lula, com 78 anos, não pode ser constrangido por nenhum de nós."

> "Nova presidente passa percepção de ser a favor da produção"
> *James Gooder*

Em abril, o jornal "Folha de S. Paulo" publicou que Prates pediria reunião com Lula para definir a situação dele no comando da empresa, após Silveira reconhecer, ao mesmo jornal, na véspera, divergências com o executivo. Na ocasião, as afirmações foram interpretadas como "emparedamento" do presidente, elevando a tensão entre o executivo e o Planalto. Após dias de "fritura", Prates permaneceu no cargo, mas acabou demitido um dia após a divulgação do balanço do primeiro trimestre deste ano.

Especialistas esperam que a ida de Chambriard para a Petrobras represente uma manutenção do plano estratégico de 2024-2028 elaborado na gestão Prates. Conforme um analista do mercado financeiro, a companhia está em um "bom momento" e, ainda que não se saiba o caminho a ser seguido pela nova presidente, "não há espaço para grandes mudanças na alocação de capital", uma vez que a governança da Petrobras impede mudanças bruscas, na visão dele. "Nos últimos cinco anos, mesmo com muitas trocas na presidência, as principais políticas da Petrobras não mudaram. A empresa continua focando na produção de petróleo e pagando boa parte da geração de caixa em dividendos."

James Gooder, vice-presidente de petróleo da consultoria Argus, afirma que a expectativa é de que Chambriard mantenha o foco da Petrobras no aumento de produção de petróleo, o que o analista considera como positivo: "Para nós de fora, a nova presidente passa uma percepção de ser alguém a favor do aumento de produção. Parece também que ela e o governo estão alinhados nesse sentido, o que é positivo. Enquanto todos concordarem sobre isso, não acredito que a forma de pagar dividendos, por exemplo, seja um problema."

Para Gooder, as mudanças no comando são menos relevantes do que os ganhos operacionais que o país vem tendo, o que fica demonstrado pela maior participação do Brasil no cenário internacional de petróleo: "A partir de uma perspectiva europeia, o Brasil é uma boa fonte de energia, além de ser uma democracia confiável."

Outro agente de mercado concorda com a visão de que a mudança do comando da Petrobras não deve gerar alterações nas políticas da empresa, mas a formação de preços dos combustíveis é um ponto de atenção: "A nova política de preços dá flexibilidade suficiente para evitar reajustes dos preços, mas é evidente que se espera que a nova presidente seja mais alinhada ao governo do que ao mercado."

Unigel aprova plano e divide controle com credores

Stella Fontes
De São Paulo

A petroquímica Unigel avançou no plano de reestruturação de R$ 4,14 bilhões em dívidas. Com aval dos detentores de 56,9% dos créditos que serão repactuados, a companhia pediu a homologação de planos de recuperação extrajudicial que entregam aos credores, em troca de uma nova linha de crédito de US$ 120 milhões, fatia de 50% do grupo hoje controlado pela família Slegynzer.

A proposta teve apoio de parte dos detentores de bônus emitidos pelo grupo, liderados pela gestora americana Pimco, mas ainda encontra forte resistência entre os credores locais.

O pedido foi feito na 2ª Vara de Falências da Comarca de São Paulo (SP) e envolve cinco empresas do grupo: a holding Unigel Participações, Proquigel, Companhia Brasileira de Estireno (CBE), Unigel Luxembourg e Plastigas (no México). O **Valor** informou na quinta-feira (16) que o grupo já havia alcançado a aprovação da maioria dos créditos abrangidos pelo plano.

A recuperação extrajudicial da Unigel vai incluir a emissão de novos títulos de dívida e títulos participativos, em troca do cancelamento das dívidas atuais, além da captação da nova linha de US$ 120 milhões, com vencimento em 2027. Os credores que fornecerem novos recursos terão direito a até 50% das ações da companhia, com participação na gestão.

Ao menos três credores — XP Investimentos, banco Haitong e o fundo Macquarie — questionam o pedido de recuperação extrajudicial e buscam na Justiça a inclusão de seus créditos no plano.

56,9%
dos detentores dos crédito votaram sim

Em nota, o diretor financeiro e de relações com investidores da Unigel, André Gaia, diz que a adesão ao plano representa um passo importante no processo de reestruturação financeira do grupo.

"Obtivemos a aprovação da maioria dos credores de cada uma das sociedades do grupo Unigel e agora aguardamos a homologação pelos tribunais responsáveis. Essa é uma conquista que permitirá que a Unigel obtenha a melhoria da sua estrutura de capital, com aumento da liquidez e redução de sua alavancagem", diz.

Entre outras medidas, o plano prevê a separação do negócio de fertilizantes em uma nova empresa. A Unigel terá até 30 dias, a partir da homologação do plano de recuperação, para apresentar proposta detalhada de cisão da unidade, com transferência de todos os ativos e passivos relacionados à produção de fertilizantes.

Identificado como plano das "Sociedades Agro", será implementado pela "nova" Unigel, empresa na qual os credores atuais do grupo terão cerca de 50% de participação. A família Slegynzer, atual controladora, ficará com 50% do negócio.

Hoje, a unidade agro é a mais problemática do grupo. O negócio inclui duas fábricas de fertilizantes arrendadas da Petrobras, em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE), e passou a gerar prejuízos expressivos com a queda dos preços da ureia no mercado internacional.

Além de arrendar as "fafens" ao grupo privado, a Petrobras é a principal fornecedora do gás natural usado como matéria-prima na produção dos fertilizantes nitrogenados. A Unigel paralisou as operações nas duas unidades, enquanto buscava renegociar o preço do insumo com a estatal.

Uma alternativa para retomar a produção nas fafens foi a assinatura de um contrato de industrialização sob encomenda ("tolling"), que foi barrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Com vigência de 240 dias, o acordo não chegou a entrar em vigor e prevê o pagamento R$ 759,2 milhões à Unigel pela prestação de serviços de industrialização, armazenagem, expedição e pós-venda de ureia, amônia e Arla (usado para reduzir emissões de veículos a diesel).

Em abril, contudo, a área técnica do órgão determinou a suspensão do contrato, por causa da existência de "indícios de irregularidades" e trazer prejuízos potenciais estimados em cerca de R$ 487 milhões à Petrobras.

Agora, com a troca de comando na Petrobras, o ministro do TCU Benjamin Zymler decidiu que caberá à nova gestão reavaliar o assunto. A operação nas fábricas de fertilizantes, que receberam cerca de R$ 600 milhões em investimentos da Unigel para sua reativação, segue paralisada.

Fundada em 1966, a petroquímica é a maior produtora de fertilizantes no Brasil e a maior fornecedora de estirênicos e acrílicos na América Latina. A companhia luta há mais de um ano para se recuperar de uma grave crise financeira, com prejuízo líquido de R$ 1 bilhão entre janeiro e setembro de 2023. Nesse período, o resultado operacional (Ebitda) ajustado ficou negativo em R$ 276 milhões.

O ciclo de baixa da petroquímica global, um dos piores da história, o descolamento entre os preços do gás natural (matéria-prima) e da ureia (fertilizante) e a execução simultânea de investimentos elevados deflagraram a crise do grupo.

Aviação Setor planeja ofertar 28 voos por semana, todos saindo de São Paulo, diante da suspensão temporária do aeroporto de Porto Alegre

Companhias aéreas voltam a voar para RS usando base em Canoas



Cristian Favaro
De São Paulo

As companhias aéreas do país começaram a se organizar para operar voos comerciais na Base Aérea de Canoas (RS). A operação temporária chega diante da interrupção de voos no aeroporto de Porto Alegre. Com isso, o embarque vai ser feito em um shopping da região e os passageiros vão ser levados de ônibus ao terminal. Até agora, são 28 voos confirmados por semana por Gol, Azul e Latam.

O terminal da capital do Rio Grande do Sul está com operações suspensas por causa de alagamentos e ainda não há previsão de quando ele deverá ser reaberto.

Os bilhetes já podem ser encontrados nos sites das empresas. Ontem, no início da tarde, as tarifas rondavam a casa de R$ 600 o trecho. Por volta das 19h, entretanto, as passagens já estavam acima de R$ 1.000 no site das aéreas. Na Gol, que iniciou as vendas após as 20h, as passagens estavam em torno de R$ 800. A precificação é dinâmica.

A autorização para voos comerciais em Canoas veio da movimentação do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Aviação Civil. Segundo as aéreas, a operação é fundamental para viabilizar o transporte de mantimentos e doações às vítimas das chuvas. Com voos comerciais, essas cargas podem ser transportadas na barriga dos aviões de passageiros, o que reduz a necessidade dos voos cargueiros, que são mais caros.

A Fraport Brasil, concessionária do terminal de Porto Alegre, foi designada como responsável pela operação comercial em Canoas.

"A estrutura do ParkShopping Canoas fará parte desta operação, onde a Fraport receberá os passageiros para os procedimentos de segurança e embarque, antes do deslocamento via terrestre até a Base Aérea de Canoas. Os detalhes sobre horários dos pousos e decolagens, bem como rotas, podem ser consultados com as companhias aéreas", informou a operadora.

Os embarques e desembarques serão realizados diariamente das 6h às 18h e de forma adaptada no andar térreo do ParkShopping Canoas. O check-in de cada voo será encerrado uma hora antes da decolagem.

A Gol vai começar a voar para Canoas no próximo dia 1º de junho. No total, serão nove voos semanais saindo de Guarulhos. As operações serão com o Boeing 737, com capacidade 186 passageiros.

Todos os dias da semana, a empresa irá operar voos de ida e volta entre Guarulhos e Canoas. Às quartas e sábados estão previstas mais de uma ligação.

"Além do transporte de passageiros e profissionais que se deslocam para prestar auxílio à população local, as novas operações em Canoas vão ser também cruciais para incrementar o transporte de cargas de que os gaúchos tanto necessitam nesse período de retomada", afirma Rafael Araújo, diretor executivo de planejamento da Gol.



Passagens já estão disponíveis para venda nos sites das empresas; voos para base aérea começam na segunda-feira (27)

A Latam disse que iniciará em 27 de maio a sua operação comercial em Canoas. Os bilhetes já estão disponíveis para o seu voo diário na rota Guarulhos-Canoas-Guarulhos e os cinco voos semanais (exceto quartas e sábados) na rota Congonhas-Canoas-Congonhas.

"A Latam reforça que a operação comercial na Base Aérea de Canoas (RS) é temporária e excepcional, em função dos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. Desta forma, a companhia pede a compreensão e atenção dos passageiros sobre as características atípicas dessa operação na comparação com um aeroporto comercial", informou a aérea em nota.

Já a Azul anunciou uma operação regular a partir de 1º de junho, com possibilidade de antecipação. Os voos acontecerão diariamente de/para o Aeroporto de Viracopos, de onde os clientes poderão se conectar com outros voos da companhia.

> "As operações em Canoas vão ser cruciais para transportar cargas" *Rafael Araújo*

A operação partirá do Aeroporto Internacional de Viracopos, principal hub da companhia, às 8h15, chegando em Canoas às 10h. Os voos de retorno partirão às 11h30, com chegada prevista às 13h15, em Campinas, com aeronaves Embraer E1-195.

"Vale destacar que, desde o mês passado, a companhia reforçou sua operação com voos extra para aeroportos alternativos no Estado: Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana, com saídas de Viracopos e Curitiba", disse, em nota.

As companhias aéreas alertaram que diante do procedimento diferenciado, os clientes devem chegar com bastante antecedência — pelo menos três horas antes do horário de decolagem.

Chuvas afetam logística de distribuição de azeites gaúchos

Helena Benfica e Gabriella Weiss
De São Paulo

As chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul (RS) afetaram a logística de transporte de produtos, diante dos bloqueios causados nas estradas e pontes. No caso do azeite produzido no Estado, as vendas foram paralisadas. "Conseguimos manter a distribuição por dois meses", relata Beatriz Pereira, proprietária da Sabiá Azeites.

As empresas esperam que a situação seja normalizada minimamente em cerca de um mês. Mas a velocidade com que a água está baixando e a previsão de novas chuvas para a região podem postergar esse prazo.

Segundo Boletim divulgado pela Secretaria de Logística e Transportes do RS, até terça-feira (21) eram 73 trechos com bloqueios totais e parciais em 43 rodovias estaduais. O órgão diz que segue trabalhando para desobstruir as rotas o mais rápido possível. A Polícia Rodoviária Federal reporta ainda 33 pontos de interdição em seis estradas federais.

O transporte ferroviário funciona parcialmente, já o porto e o aeroporto da capital seguem completamente fechados, sem perspectiva de volta das operações. De acordo com o boletim, o nível do lago Guaíba em Porto Alegre está em 4,02 metros, valor ainda superior à cota de inundação.

O azeite produzido no Brasil corresponde a pequena parcela do consumo nacional, que importa a maioria dos produtos. No entanto, o maior impacto desse cenário é sobre as companhias brasileiras que estão, em sua maioria, localizadas no Sul do país.

Segundo Pereira, parte do azeite da safra 2024, colhida antes das chuvas, ainda está armazenado em tonéis no Rio Grande do Sul, e só poderá ser envasado e distribuído quando Porto Alegre for liberada. Assim, há dúvidas se o estoque disponível no centro de distribuição, em São Paulo, dará conta da demanda, uma vez que não há previsão para que a logística se normalize. A fábrica ficou isolada até quarta-feira (8), mas as azeitonas e uvas não foram danificadas.

As vendas da Olivo Pampa também foram paralisadas "até normalizar ou pelo menos retomar o mínimo [da logística]", diz Daniel Ortega, gerente de operações. Ortega explica que os azeites estão em Santana do Livramento e ainda não há perspectiva de quando devem deixar a região, pois os centros de distribuição das transportadoras que atendem a companhia ficam em Porto Alegre.

> **Há 73**
> **trechos bloqueados em 43 rodovias**

A Prosperato, de Caçapava do Sul, segue o envasamento da safra 2024, e espera tê-la pronta e disponível assim que a situação se regularizar no Estado, "mas a gente sabe que normalidade mesmo, pelos impactos, vai demorar um bom tempo", pontua Rafael Marchetti, proprietário da empresa.

Para o produtor, o principal desafio está no impacto comercial e de pedidos. Além disso, o acesso através das rodovias ao lugar onde se extrai o azeite foi prejudicado pelas inundações.

Segundo ele, as vendas na loja física estão acontecendo normalmente, pois a região onde o empreendimento está localizado não foi afetada, mas o volume de clientes reduziu consideravelmente. Já o canal on-line está totalmente parado. "No momento não estamos conseguindo fazer a venda porque não tem como entregar", afirma Marchetti. O empresário diz que as chuvas não provocaram grandes danos às oliveiras, uma vez que são plantadas em terrenos mais elevados, evitando o alagamento.

As plantações da Lagar H, produtora de Cachoeira do Sul, também não ficaram submersas, mas a diretora-geral Glenda Haas relata a incerteza que paira sobre os produtores quanto aos danos futuros.

"Precisamos esperar até que tudo seque e entender melhor o solo antes de podermos avaliar completamente os danos", e o monitoramento da situação será crucial para avaliar os impactos completos, explica Haas.

Em razão do ciclo produtivo das oliveiras, os efeitos das chuvas neste momento não devem ser significativos, uma vez que a safra deste ano já havia sido colhida. No entanto, as chuvas já atrapalham o preparo para a próxima florada. "Essa época já é propícia para a poda, mas ainda não conseguimos quantificar se haverá prejuízos na safra do próximo ano", diz.

Os produtores gaúchos já vêm se recuperando de períodos difíceis, após chuvas e secas intensas em anos anteriores. A expectativa agora é pela temporada de floração, que indicará como será a próxima safra.

92% dos municípios descumprem regra de tarifa de lixo

Saneamento

Taís Hirata
De São Paulo

Mais de 90% dos municípios brasileiros estão impedidos de receber recursos federais para serviços de resíduos sólidos — restrição que inclui financiamentos da Caixa e do BNDES. Trata-se de ao menos 5.133 cidades que não cumpriram as normas da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) para instituir tarifas ou taxas destinadas a custear os serviços de lixo. A cobrança é uma obrigação instituída pelo novo marco legal do saneamento de 2020.

O levantamento, referente a 2023, é um primeiro balanço feito pela ANA sobre o atendimento das prefeituras à exigência. A agência, que se tornou órgão regulador de saneamento a partir da nova lei, elegeu as tarifas de lixo como alvo de sua primeira norma de referência no setor, publicada em 2021. A lei determina que municípios em desconformidade com regras da ANA não poderão acessar recursos federais.

Após mais de um adiamento, o prazo para as cidades atenderem à norma sobre a cobrança se encerrou em 20 de abril deste ano. Apenas 437 dos municípios enviaram os dados, e, mesmo entre eles, ainda pode haver prefeituras em desacordo com a legislação. Levantamentos anteriores à regra indicaram que as tarifas de lixo de muitas cidades não cobrem o gasto total com o serviço. Porém, a lei de 2020 exige que a cobrança garanta a sustentabilidade econômico-financeira da operação.

Esse segundo aspecto é alvo de uma nova avaliação da ANA, que deverá atualizar a lista das prefeituras regularizadas até o fim deste ano, afirma Cintia Leal de Araújo, superintendente de Regulação de Saneamento Básico da agência. Na nova etapa, municípios que não enviaram as informações também poderão se adequar.

"Menos de 10% das cidades atenderam à norma. É muito pouco, é alarmante", diz ela. "A falta de instrumento de cobrança representa uma injustiça social, porque [a prefeitura] está tirando do tributo público, quando poderia estar cobrando de forma proporcional a quem consome. Os mais ricos são beneficiados, porque produzem mais", afirma.

> **437**
> **cidades enviaram os dados à ANA**

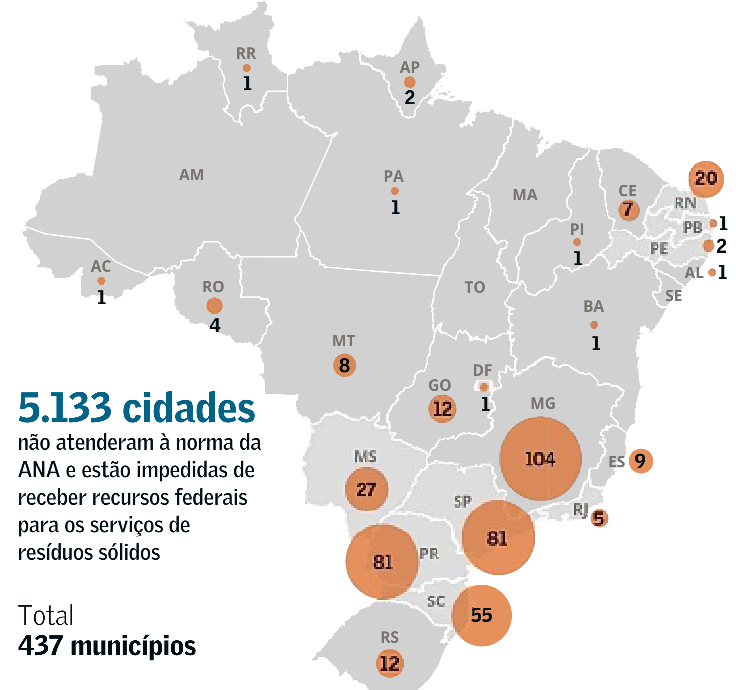
Araújo também observa que a ausência de cobrança é considerada renúncia fiscal, o que pode gerar responsabilização por improbidade administrativa. Porém, isso depende da ação de órgãos de controle — o que não tem acontecido de forma abrangente.

Entre especialistas, há consenso de que sem a cobrança pelo serviço será inviável acabar com os lixões no país, afirma Júlio Mattos, coordenador da Câmara Temática de Resíduos da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) para a região Norte. "Não há saneamento sem cobrança, é algo consensual na área técnica, mas no Poder Executivo ainda há necessidade de se avançar no debate."

Outro consenso é que o principal desafio é político. "O setor de resíduos é a última fronteira da infraestrutura que não tem tarifa, porque é algo impopular. Neste ano tem eleição municipal, vai ser difícil avançar. Mas os novos prefeitos têm que usar a legitimidade de início do mandato para implementar a tarifa", afirma Tarcila Reis Jordão, diretora de Desenvolvimento de Concessões e PPPs na Solví e professora da FGV Direito.

Para Araújo, da ANA, uma forma de as prefeituras reduzirem o custo político é delegar a regulação a uma agência (municipal, intermunicipal ou estadual), que por sua vez teria o poder de instituir a tarifa. A criação de taxas, que dependem de aprovação no Legislativo, é mais difícil, diz.

Resíduos sólidos
Cobrança pelo serviço de lixo tem baixa adesão, aponta ANA



Porém, ela reconhece que 2024 é um ano crítico para a pauta. No setor, a maior referência é o caso da "Martaxa", apelido dado à ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy quando implementou uma taxa de lixo, depois extinta.

A dificuldade de criar tarifas é também um entrave na estruturação de concessões de resíduos, principalmente em consórcios intermunicipais, que demandam o acordo de vários prefeitos, diz Rodrigo Bertoccelli, sócio do Giamundo Neto Advogados.

Como o tema gera resistência, as concessões em estudo têm buscado minimizar o investimento, para evitar uma tarifa elevada. "No ambiente do consórcio há várias dificuldades, mas a tarifa é uma questão central. Há um consenso hoje, pelo menos nas modelagens atuais, de que os engenheiros não poderão trazer metodologias sofisticadas para tratamento dos resíduos, para evitar um impacto relevante na estrutura tarifária dos primeiros anos."

Questionado a respeito da baixa adesão das prefeituras à norma da ANA, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) afirma que a "ausência de cobrança, ou a taxa do lixo, não é por falta de interesse dos gestores municipais", mas sim pela dificuldade de aprovação legislativa. A entidade também diz que a resolução da ANA, de 2021, foi "aprovada com meses de atraso" e que a agência "precisa atuar para divulgar" a norma. A CNM também afirma que falta capacitação técnica dos gestores para implementar a cobrança.

INÊS249



13 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

• **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA

• UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**

• GRANDES VINHOS DO DOURO
COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**

• **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**

• HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**





14 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

• ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**

• O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**

• VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**

• **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**

• ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**



15 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

• LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**

• **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H**

• SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**

• BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**

• PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**

• HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**



cidade anfitriã



realização

O GLOBO



Valor ECONÓMICO

participação



apoio





















apoio institucional



hotel oficial



água oficial



rádio oficial



curadoria




Semicondutores AWS prefere esperar pelo novo produto, enquanto a fabricante, que divulga balanço hoje, cresce com impulso da IA

Amazon suspende pedido de 'superchip' da Nvidia

Camilla Hodgson, Tim Bradshaw e Michael Acton
De Financial Times, Londres e San Francisco

A unidade de computação em nuvem da Amazon suspendeu as encomendas do "superchip" mais avançado da Nvidia para esperar por um novo modelo mais poderoso, enquanto investidores estão inquietos com uma queda na demanda entre os ciclos dos produtos da fabricante de chips de US$ 2,3 trilhões.

A Nvidia, que tem sede no Vale do Silício, apresentou uma nova geração de processadores, batizada de Blackwell, em março, apenas um ano depois que os processadores da geração anterior, a Hopper, começaram a ser enviados para os clientes. O executivo-chefe da empresa, Jensen Huang, disse que os novos produtos serão duas vezes mais poderosos para o treinamento de grandes modelos de linguagem, a tecnologia que está por trás do ChatGPT da OpenAI.

A Amazon Web Services (AWS), que é a maior provedora de computação em nuvem do mundo, explicou ao "Financial Times" que fez uma "migração total" de suas encomendas anteriores do superchip Grace Hopper da Nvidia, lançado em agosto, e as substituiu por pedidos de seu sucessor, o superchip Grace Blackwell.

Segundo a Nvidia, a mudança "faz sentido", dado "que a janela entre o Grace Hopper e o Grace Blackwell foi pequena".

A Nvidia não quis comentar a notícia antes da divulgação de seu relatório trimestral de lucros, marcada para esta quarta-feira (22), com a alegação de que há regras para um período de silêncio. [Neste terça-feira, as ações da companhia tiveram valorização de 0,64% na bolsa de valores americana Nasdaq].

A expectativa dos analistas é que a fabricante de chips informe que as vendas triplicaram no trimestre mais recente, impulsionadas por um frenesi de gastos com tecnologia de inteligência artificial por parte das grandes empresas de tecnologia. Mas alguns investidores começam a se perguntar por quanto tempo a Nvidia conseguirá manter essa fase extraordinária de crescimento.

Em uma nota aos clientes esta semana, analistas do Morgan Stanley escreveram que, embora as grandes empresas de tecnologia tenham se comprometido a continuar a investir dezenas de bilhões de dólares no desenvolvimento da infraestrutura de data centers para a inteligência artificial este ano, "existe uma ansiedade [em Wall Street] com relação a uma pausa na frente da Blackwell".

A produção dos novos chips de arquitetura Blackwell crescerá ao longo deste ano. Os analistas esperam que eles comecem a ser entregues no quarto trimestre. Mas os do City veem a possibilidade de que nesse intervalo de tempo haja um "bolsão de ar" na demanda por chips de IA, depois que os longos períodos de espera para entrega de chips da Nvidia no ano passado praticamente acabaram.

Os chips baseados na arquitetura Hopper, da Nvidia, como suas cobiçadas unidades de processamento gráfico (GPU) H100, entraram em produção plena em setembro de 2022. O superchip Grace Hopper, também conhecido como GH200, é integrado por várias GPUs H100 ao lado de memórias de alta velocidade, conectividade e uma unidade central de processamento.

Seu sucessor, o GB200, é o primeiro produto a se beneficiar dos avanços da arquitetura Blackwell.

Nem a Amazon nem a Nvidia confirmaram o valor da encomenda. Analistas do HSBC estimam que um chip GB200, que inclui dois chips B100, custará até US$ 70 mil, e o preço de um servidor inteiro com a nova tecnologia chegará a US$ 3 milhões.

A AWS continua a oferecer outros chips da Nvidia, inclusive os H100, para seus clientes de computação em nuvem. Mas como a AWS é um dos maiores clientes da Nvidia, é provável que sua decisão preocupe os investidores, já apreensivos com a possibilidade de que empresas de tecnologia adiem suas compras e prefiram esperar pelo lançamento dos chips da arquitetura Blackwell.

Durante boa parte do ano passado, a demanda pelos chips H100 da Nvidia superou em muito sua oferta, pois o lançamento do revolucionário ChatGPT pela OpenAI desencadeou uma onda de investimentos em infraestrutura de inteligência artificial por parte de empresas de computação em nuvem e internet, startups e compradores empresariais.

Mas desde o início de 2024, as longas esperas para receber os chips H100 diminuíram.

O valor das ações da Nvidia quase duplicou desde o início do ano por causa da confiança dos investidores quanto à demanda de chips de IA. Mas a partir de março, quando a empresa apresentou a arquitetura Blackwell na sua GPU Technology Conference, as ações têm tido dificuldades para mostrar um aumento consistente.

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

> Novos produtos serão duas vezes mais poderosos para treinar modelo de IA
> *Jensen Huang*

A Nvidia já teve problemas antes para administrar a oferta e a demanda de maneira tranquila nos intervalos entre as atualizações de seus produtos. Durante a pandemia de covid-19 houve uma explosão na demanda por chips adequados para videogames e mineração de criptomoedas, à qual se seguiu uma superabundância de GPUs.

Analistas do Morgan Stanley disseram estar confiantes de que, mesmo se a oferta dos chips de última geração da Nvidia estivesse mais disponível de maneira imediata hoje, "no ínterim, estamos vendo novos clientes de computação em nuvem, empresariais e soberanos arrebatando todo o fornecimento disponível da Hopper".

'Marie Claire' comemora este mês a 10ª edição do Power Trip Summit

Encontro

Valor
De São Paulo

Com o tema "visionárias", a "Marie Claire" comemora este mês a 10ª edição do Power Trip Summit, fórum que se tornou um dos principais encontros de lideranças femininas do país. Este ano, o summit será realizado entre os dias 26 e 28 de maio, no hotel Fasano de Belo Horizonte.

São dois dias de palestras e mesas de debate, que reunirão em sua plateia executivas, CEOs e líderes da sociedade civil brasileira em seus respectivos campos — negócios, política, cultura, tecnologia, artes, moda e beleza — para discutir pautas relevantes para o universo feminino. Além disso, a programação inclui visita de um dia a Inhotim, um dos maiores museus contemporâneos a céu aberto do mundo, localizado em Brumadinho, a 60 km da capital mineira. O summit contará com a cobertura do **Valor Econômico**, que tem o fomento à diversidade como um de seus pilares.

Segundo Daniela Tófoli, diretora editorial de marcas segmentadas da Editora Globo, o foco do evento é o tripé conteúdo, networking e experiência. A ideia é que ao longo dos dias de imersão as participantes possam promover a troca de experiências e aprendizados. Foi pela ausência de um fórum dedicado às mulheres em cargos de liderança que surgiu o Power Trip Summit como espaço seguro para debates focados no mundo e necessidades femininas. "Lá atrás, isso não era comum, havia dificuldade para a troca de ideias em um ambiente que as deixassem à vontade", lembra Tófoli.

Cerca de 75 convidadas, entre CEOs e palestrantes, participarão do encontro, número que cresceu com o passar dos anos graças à conquista de mais postos de liderança pelas mulheres — na primeira edição foram cerca de 35 convidadas, das quais cerca 25 CEOs. Houve também uma evolução das pautas.

No início, os temas giravam muito em torno das dificuldades das executivas em serem ouvidas nas reuniões ou por serem malvistas quando "mais duras" na defesa de seus pontos de vista. Hoje, diz Tófoli, a pauta está voltada para outras questões, como sucessão e formação das lideranças femininas do futuro, uso da inteligência artificial e saúde mental nas empresas.

Nesta edição comemorativa, o encontro reunirá personalidades como a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia; a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros; a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz; as atrizes Paolla Oliveira, Bianca Comparato, Andreia Horta, Debora Falabella e Mariana Ximenes; a ativista climática Vanda Witoto; a curadora da Bienal de Arte de São Paulo, Diane Lima, entre outras; que compartilharão seus olhares sobre os diferentes papéis ocupados, hoje, pela mulher, a importância da aceitação, autoestima e da construção de uma rede de apoio.

Ao longo dos últimos anos, participaram do summit — que a cada edição é realizado em um local diferente — convidadas como Jennifer Morgan, diretora-executiva do Greenpeace; Opal Tometti, cofundadora da Black Lives Matter; e Conceição Evaristo, escritora.

Nesta edição, a "Marie Claire" se une a Pantys para levar dignidade menstrual às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. A marca lançou uma campanha e está fazendo doações às vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul. Interessados em doar podem buscar informações em https://pobrezamenstrual.com.

Consumo do brasileiro em 2023 é o maior desde a pré-pandemia

Estudo

Luana Dandara
De São Paulo

O volume de compras do brasileiro atingiu o maior patamar no último trimestre do ano passado, desde o período pré-pandemia, indicando a força da retomada do consumo em 2023. A informação faz parte do relatório Brand Footprint 2024, divulgado pela Kantar nesta segunda-feira (20).

Ao todo, foi registrado um incremento de 20% no consumo, na comparação com o primeiro trimestre de 2020. Em relação a 2022, os gastos foram 14,6% maiores.

"Cerca de 63% das marcas analisadas cresceram, com destaque para o avanço da penetração nos lares. O brasileiro gastou, em média, 14,6% a mais do que em 2022, a cada vez em que foi ao mercado, e as compras de abastecimento voltaram a ganhar espaço", disse, no relatório, a CEO da Kantar Worldpanel, Elen Wedemann. "Também notamos um importante avanço das classes D e E, experimentando e se predispondo a comprar mais marcas."

O estudo, que mede a presença das marcas de bens de consumo massivo dentro dos lares brasileiros, também apontou a Coca-Cola como a marca mais presente nesses ambientes pelo 12º ano consecutivo. A marca registrou 10% de crescimento em um ano, em comparação com 2022.

Além disso, as top 5 marcas do ranking tiveram avanços recordes, seja estando mais presentes ou aumentando a frequência nos lares.

As cinco marcas mais escolhidas pelos brasileiros continuaram as mesmas das últimas edições: a Coca-Cola liderou, e foi escolhida 610 milhões de vezes, seguida por Ypê, com um crescimento de 6,8%. Na sequência aparecem Perdigão, com um crescimento de 7,5%; Italac, escolhida 464 milhões de vezes e com um salto de 22,4% em relação ao ano anterior; e Seara, com um aumento de frequência nos lares em 11,1%.

A pesquisa cobriu 11.300 lares nas cinco regiões do país, o que equivale a 90% do potencial de consumo, e 350 marcas. A métrica utilizada mensura quantas famílias estão comprando produtos de determinadas empresas e com que frequência isso ocorre.

20%
foi o aumento dos gastos ante 2020

Microsoft revela computadores e sistemas com inteligência artificial

Assistente virtual

De Dow Jones Newswires, Nova York

A Microsoft começou a semana revelando novos computadores pessoais Surface na segunda-feira. A conferência de desenvolvedores Build, que começou nesta terça-feira (21), tem como destaque como a Microsoft está incorporando seu assistente virtual Copilot e outras ferramentas de inteligência artificial (IA) em suas ofertas de Windows, Office e computação em nuvem.

"Os gastos com IA não têm precedentes em todo o mundo da tecnologia", escreveu Dan Ives, analista de tecnologia da Wedbush Securities, em relatório. "Uma grande peça que falta neste quebra-cabeça de IA vem da Microsoft e Nadella [Satya, o CEO da empresa] esta semana no Build". Dentro de alguns anos, acredita ele, os produtos de IA acrescentarão 10% ou mais à receita da Microsoft.

As ações da Microsoft ficaram estáveis na semana passada, enquanto as ações da Alphabet, controladora do Google, avançavam com demonstrações de seu poder de IA. A expectativa é por um grande volume de notícias mostrando que a Microsoft tem tanta IA quanto o Google, assim como a Apple, sua rival na computação pessoal.

Nesta terça, as ações da Microsoft subiram 0,87% na Nasdaq, para US$ 429,04.

O diretor-presidente da Microsoft, Satya Nadella, disse em uma coletiva de imprensa na segunda-feira que o Copilot, o assistente virtual de IA da empresa, será incluído em todos os seus produtos. O Copilot ganhará rapidamente as habilidades reveladas na semana passada pelo parceiro OpenAI para entender conversas faladas em 70 idiomas ou receber instruções visuais.

Em suas próprias atualizações de IA na semana passada, o Google mostrou recursos semelhantes que aparecerão em seu mecanismo de IA Gemini.

A Microsoft também lançou o primeiro conjunto de extensões para sua ferramenta de desenvolvimento de software baseada em IA GitHub Copilot. A empresa disse que o GitHub Copilot agora tem 1,8 milhão de assinantes pagos. Além disso, a Microsoft disse que está trazendo o mais recente modelo de linguagem do parceiro OpenAI, o GPT-4o, para seus usuários.

10%
é quanto inovação pode somar à receita



SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ/MF nº 26.314.512/0001-16
NIRE nº 5330001751-4

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023

1 – Data, Horário e Local: Em 18 de dezembro de 2023, às 17:00 (dezessete horas), na sede social da Companhia, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, Bloco II, sala 104, Zona Industrial, em Brasília/DF, CEP 70.610-460. 2 – Presença: Sicoob Participações em Seguridade S/A – Sicoob Par Seguridade e Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações ordinárias, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas nº 01. 3 – Convocação: Edital de convocação, datado de 8/12/2023, encaminhado aos acionistas pelo Presidente do Conselho de Administração, cuja publicação foi dispensada com base no art. 124, §4º da Lei nº 6.404/1976. 4 – Mesa Dirigente: Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marco Aurélio B. de Almada Abreu, e Secretária, Priscilla Alessandri de Campos. 5 – Instalação: Instalada a Assembleia Geral com a presença da totalidade dos acionistas, o Presidente do Conselho de Administração submeteu os assuntos para deliberação.6 – Sumário dos Assuntos Tratados e das Deliberações Tomadas: I. Constituir o Comitê de Auditoria e Riscos, reformando o Estatuto Social da Companhia para a inclusão do Capítulo VI – Comitê de Auditoria e Riscos: Constituir o Comitê de Auditoria e Riscos, reformando o Estatuto Social da Companhia para a inclusão do Capítulo VI – Comitê de Auditoria e Riscos, Artigo 31, conforme redação abaixo transcrita, renumerando os capítulos e artigos subsequentes: "Capítulo VI Comitê de Auditoria e Riscos. Artigo 31 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria e Riscos, nos termos dos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Primeiro O Comitê de Auditoria e Riscos reportar-se-á ao Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. O Comitê de Auditoria e Riscos adotará regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, requisitos para eleição dos seus membros e seus procedimentos operacionais, observados os normativos regulatórios vigentes do CNSP e da SUSEP. Parágrafo Terceiro. O Comitê de Auditoria e Riscos funcionará permanentemente e será composto por, no mínimo 03 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a renovação por mais 2 (dois) anos, a fim de atingir o limite máximo de 5 (cinco) anos. Parágrafo Quarto. Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos deve possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a sociedade opera, que o qualifiquem para a função. Parágrafo Quinto. O membro do Comitê de Auditoria e Riscos somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. Parágrafo Sexto. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos. Parágrafo Sétimo. É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria e Riscos. Parágrafo Oitavo. Constituem atribuições do Comitê de Auditoria e Riscos: I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II. recomendar, à administração da Companhia, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III. revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia; IV. avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; V. avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI. avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII. recomendar, ao Diretor-presidente da Companhia, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII. reunir-se, no mínimo semestralmente, com o Diretor-presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso acima, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Companhia; X. reunir-se com o Conselho Fiscal, se for o caso, e com o Conselho de Administração da Companhia, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI. assessorar o Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos, observados os normativos regulatórios vigente do CNSP e da SUSEP; XII. apreciar os relatórios da Companhia cuja competência do Comitê esteja prevista nos normativos regulatórios vigentes do CNSP e da SUSEP; XIII. avaliar periodicamente a efetividade da EGR, em especial quanto: (a) a observância do apetite por risco e da política de gestão de riscos; (b) ao desempenho do diretor responsável pelos controles internos; (c) ao desempenho da unidade de gestão de riscos; e (d) a efetividade de ações adotadas para o saneamento de deficiências; XIV. avaliar, sob o enfoque de riscos, o plano de negócio da Companhia, e auxiliar na definição do correspondente apetite por risco; XV. auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão de riscos; XVI. revisar a Política de Gestão de Riscos, formulando e avaliando propostas de alterações; XVII. considerar o relatório anual sobre prevenção e tratamento de incidentes da Companhia no desempenho de suas atribuições, especialmente no que se refere à avaliação da efetividade dos processos, procedimentos e controles de segurança cibernética; e XVIII. outras atribuições determinadas pela SUSEP. Parágrafo Nono. O Comitê de Auditoria e Riscos reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo trimestralmente, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre apreciadas por tal órgão antes de sua divulgação. Parágrafo Décimo. O Comitê de Auditoria e Riscos deverá elaborar o Relatório do Comitê de Auditoria ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, as informações previstas nos normativos regulatórios vigentes do CNSP e da SUSEP. Parágrafo Décimo Primeiro. O Comitê de Auditoria e Riscos somente poderá ser extinto quando a Companhia não mais apresentar as condições previstas na legislação vigente que obrigam a sua constituição e ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento." II. Eleger os membros do Comitê de Auditoria e Riscos: Eleger, como primeiros membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Sociedade, ad referendum da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com mandato de 3 (três) anos, e remuneração nos termos definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, os Senhores: a) Rafael Alves Horta, brasileiro, casado, Administrador, portador carteira de identidade nº 1.101.774, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF nº 092.922.506-63, domiciliado na SIG, Quadra 6, Lote 2.080, Bloco II, sala 104, Zona Industrial, em Brasília/DF, CEP 70.610-460, para o cargo de Membro do Comitê de Auditoria e Riscos; b) Paulo Pereira Ferreira, brasileiro, divorciado, Atuário, portador carteira de identidade nº 03.767.835-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF nº 598.739.497-04, domiciliado na SIG, Quadra 6, Lote 2.080, Bloco II, sala 104, Zona Industrial, em Brasília/DF, CEP 70.610-460, para o cargo de Membro do Comitê de Auditoria e Riscos; c) Elizabeth Vieira Valente Bartolo, brasileira, casada, Atuária, portadora carteira de identidade nº 05341364-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF nº 781.260.617-15, domiciliada na SIG, Quadra 6, Lote 2.080, Bloco II, sala 104, Zona Industrial, em Brasília/DF, CEP 70.610-460, para o cargo de Membro do Comitê de Auditoria e Riscos; e d) Renato Russo, italiano, casado, bacharel em Ciências Sociais, portador do documento de identidade RNE nº W.364.684-I, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF nº 041.163.508-50, domiciliado na SIG, Quadra 6, Lote 2.080, Bloco II, sala 104, Zona Industrial, em Brasília/DF, CEP 70.610-460, para o cargo de Membro do Comitê de Auditoria e Riscos. Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos ora eleitos, não estão incursos em crime algum previsto em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, bem como atendem as condições previstas nas Resoluções CNSP nº 422/2021 e 432/2021. Os eleitos tomam posse no cargo nesta data, dia 18.12.2023, conforme termos de posse anexos. III. Consolidar o Estatuto Social. Consolidar, em razão da deliberação tomada no item "I" acima, o Estatuto Social da Companhia, que, como anexo, é parte integrante desta ata. 7 – Encerramento: Nada mais havendo a tratar, procedeu-se a lavratura da presente ata, a qual, tendo sido lida e aprovada por unanimidade, sem qualquer ressalva ou restrição, foi por todos assinada. Confere com o original ao qual nos reportamos [que foi assinado pelos representantes do Sicoob Participações em Seguridade S.A., Marco Aurélio Borges de Almada Abreu (DiretorPresidente); e Marcelo Carneiro Costa (Diretor de Negócios); e pelos representantes da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., Helder Molina (Presidente); e Raphael de Almeida Barreto (Diretor Financeiro)]. Brasília/DF, 18 de dezembro de 2023. Marco Aurélio B. de Almada Abreu Presidente da Mesa; Priscilla Alessandri de Campos Secretária da Mesa - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 2533090 em 23/04/2024 da Empresa SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A, CNPJ 26314512000116 e protocolo DFE2400081766 - 22/04/2024. Autenticação: 5E881E6BD1AAB5C62A444761EB47435A755AF6E0. Luciana Stefane de Almeida Dionisio - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 24/055.859-6 e o código de segurança 3zjb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

ANEXO À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023 E ESTATUTO SOCIAL DO SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ. 26.314.512/0001-16 NIRE 5330001751-4

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO Artigo 1º - A Companhia é denominada SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação brasileira aplicável, em especial a Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SIG Quadra 06, Lote 2080, Bloco II, Sala 104. Mediante deliberação da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, seguindo as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e demais disposições legais aplicáveis. Artigo 3º A Companhia tem por objeto social a prática de todas as operações permitidas pela legislação aplicável às companhias seguradoras de vida e previdência, podendo ainda participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades, em conformidade com as normas estabelecidas pelo CNSP e pela SUSEP e de acordo com a legislação brasileira aplicável. Artigo 4º A Companhia tem prazo de duração indeterminado. CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 125.671.288,00 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais), representado por 58.883.950 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro. A ação é indivisível em relação à Companhia. A cada ação corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá registrar as obrigações e ônus estabelecidos em quaisquer acordos de acionistas arquivados em sua sede no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, bem como nos seus respectivos certificados representativos, sempre que emitidos. Artigo 6º Na proporção do número de ações que possuírem, e observadas as disposições legais e do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os acionistas terão preferência para a subscrição de ações em eventuais aumentos de capital. CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que contarão com o auxílio de Órgãos de Assessoramento da Administração. Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua nomeação, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, e permanecerão em seus cargos até a nomeação de seus substitutos. Parágrafo Segundo. A nomeação, eleição e posse dos diretores observará as disposições legais aplicáveis. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, e permanecerão em seus cargos até a nomeação e posse de seus substitutos. Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada. SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Artigo 8º O Conselho de Administração será composto por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. A Assembleia Geral poderá destituir os membros do Conselho de Administração a qualquer momento. Parágrafo Primeiro. Dentre membros efetivos, haverá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão indicados pelos acionistas. O Presidente será o responsável pela coordenação geral das atividades do Conselho de Administração e será secretariado por pessoa, membro ou não do Conselho de Administração, indicada pelo Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. Em caso de vacância permanente de cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para eleição imediata do conselheiro que ocupará o respectivo cargo. Ocorrerá a vacância permanente quando da destituição, renúncia, morte, invalidez permanente ou interdição de Conselheiro. Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral poderá deliberar pelo aumento ou redução do número de conselheiros que compõem o Conselho de Administração, observado, em qualquer hipótese, o disposto na legislação aplicável e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 9º O Conselho de Administração reunir-se-á, sempre que necessário, mediante convocação pelo seu Presidente ou por parte de 25% (vinte e cinco) por cento, no mínimo, dos membros do Conselho de Administração. Artigo 10 A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á mediante notificação, por escrito, enviada com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da reunião, podendo ser entregue por courier, correio ou qualquer meio eletrônico, ao endereço fornecido, por escrito, por cada membro do Conselho quando da assinatura de seu respectivo termo de posse. A notificação deverá especificar o local, data e hora da reunião e deverá conter os assuntos da ordem do dia. Cópias de qualquer relatório, propostas ou qualquer outra informação relevante às matérias em questão serão entregues a todos os membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da respectiva reunião. Parágrafo Primeiro. Podem ser dispensadas as formalidades de convocação caso todos os membros estejam presentes a uma determinada reunião. Parágrafo Segundo. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração. Artigo 11 As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas mediante a presença da maioria de seus membros. Artigo 12 Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, alocar dentre os membros da Diretoria as funções específicas previstas nas normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, e demais atribuições legais. Suas deliberações serão tomadas pelo voto favorável de, pelo menos, a maioria dos membros presentes, exceto em relação às seguintes matérias, cuja aprovação dependerá do voto favorável de, pelo menos, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração: (i) Estabelecimento das diretrizes gerais para os negócios da Companhia e avocação para seu exame e deliberação de qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral de acionistas ou da Diretoria; (ii) Nomeação e destituição dos Diretores; (iii) Convocação da Assembleia Geral de Acionistas; (iv) Fiscalização da gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações a seu respeito; (v) Criação e definição das competências dos comitês de auxílio e suas atribuições; (vi) Alteração da sede da Companhia; (vii) Celebração de alianças estratégicas, com exceção das expressamente autorizadas no Plano Operacional e Orçamento; (viii) Contração de dívida nos mercados público e privado; (ix) Venda de ativos da Companhia; (x) Cessão, a qualquer título, ou autorização do uso dos ativos de propriedade intelectual de propriedade da Companhia por outra seguradora; (xi) Aprovação e aditamento ao Plano Operacional e Orçamento anual, que incluirá, mas a tanto não se limitará, projeções de venda e de receita e planejamentos de marketing, projeções de despesa operacional, planejamento de necessidade de capital, esquemas de remuneração e de bônus, custos de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e objetivos de lucro, alianças estratégicas propostas (novas ou revisões das já existentes), política de investimento e desenvolvimento de administração; (xii) Eleição ou destituição de auditores externos; (xiii) Deliberação sobre operações que não sejam do curso normal dos negócios, isto é, que não estejam diretamente ligadas à comercialização de produtos de seguro de vida e previdência; (xiv) Aprovação de investimento ou desinvestimento diverso do já aprovado nas políticas de investimento aprovadas pelo Conselho de Administração; (xv) Aprovação de contratos, acordos ou operações entre a Companhia e quaisquer dos Acionistas ou suas Afiliadas, independentemente do valor, exceto se expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento; (xvi) Aprovação de acordos ou contratos entre a Companhia e terceiros que garantam exclusividade, exceto se expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento; (xvii) Aprovação de propostas e/ou projetos para desenvolver e comercializar qualquer negócio que não seja conduzido pela Companhia à época, salvo no que se refere ao lançamento de novos produtos já amplamente comercializados no mercado segurador ou se expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento; (xviii) Aprovação de proposta para registro de marca que inclua o nome da Mongeral Aegon e de qualquer de suas Afiliadas e de licença ou cessão de licença de propriedade intelectual de propriedade da Mongeral Aegon ou licenciada para a Companhia por parte da Mongeral Aegon; (xix) Aprovação de proposta para registro de marca que inclua o nome "SICOOB" e/ou "BANCOOB" ou de qualquer de suas Afiliadas e de licença ou cessão de licença de propriedade intelectual de propriedade da Bancoob Par Seguridade e/ou do Bancoob ou licenciada para a Companhia por parte da Bancoob Par Seguridade e/ou do Bancoob; (xx) Criação de planos de participação nos lucros da Companhia ou esquemas de bonificação ou similares para os funcionários, Diretores e/ou membros do Conselho de Administração da Companhia; (xxi) Redução ou aumento do capital da Companhia, ou o resgate de suas Ações; (xxii) Compra ou qualquer aquisição realizada pela Companhia que exceda 5% do seu patrimônio líquido; (xxiii) Manutenção de qualquer produto de baixa rentabilidade, que não apresente resultados satisfatórios e/ou não gere benefícios pré-estabelecidos para a Companhia; (xxiv) Definição do limite técnico de retenção a ser observado pela Companhia e de sua política de cessão de riscos, inclusive no que se refere a cosseguro e resseguro; (xxv) Aprovação da marca da Companhia e definição da estratégia de ação a ser adotada pela Companhia no que se refere aos elementos gráficos e visuais que serão utilizados pela Companhia e por seus produtos e serviços; (xxvi) O ajuizamento, apresentação de defesa ou a celebração de acordo quanto à quaisquer processos relevantes, judiciais ou de arbitragem, ou litígios relevantes nos quais a Companhia esteja envolvida, assim considerados aqueles cujo valor envolvido seja igual ou superior a 5% do patrimônio de referência da Companhia ou que envolvam assuntos que, a critério do Conselho de Administração, sejam estratégicos; (xxvii) Aprovação da política anual de investimentos da Companhia e a indicação da entidade gestora para a administração dos ativos financeiros da Companhia, para cada exercício fiscal, que poderá ser renovada; (xxviii) Aprovação de política de aceitação de riscos; (xxix) Aprovação da política geral de remuneração e/ou comissionamento pela venda e/ou arrecadação, participação nos resultados e excedente técnico. Artigo 13 Das reuniões do Conselho de Administração, serão lavradas atas a serem transcritas no livro próprio, as quais serão assinadas por, pelo menos, o Presidente e o secretário da reunião, quando se referirem às reuniões em que se deliberarem quaisquer das matérias previstas no Artigo 15, e por, pelo menos, 2 (dois) membros do Conselho de Administração nos demais casos. A lavratura das atas observará adicionalmente, sempre que aplicável, as demais formalidades previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Sempre que for necessário ou conveniente, as atas também serão registradas na Junta Comercial competente e publicadas conforme o disposto na Lei das Sociedades Anônimas. As atas de todas as reuniões do Conselho de Administração serão elaboradas na língua portuguesa. Artigo 14 As reuniões do Conselho de Administração poderão ser

INÊS249

SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ/MF nº 26.314.512/0001-16
NIRE nº 5330001751-4

realizadas por conferência telefônica, videoconferência, ou qualquer outra tecnologia por meio da qual os Conselheiros presentes possam ouvir e serem ouvidos pelos demais. Nesses casos, as respectivas atas deverão ser enviadas por fax (ou outro meio eletrônico que assegure a autenticidade da transmissão) a cada Conselheiro que tenha participado da reunião através de telefone, videoconferência ou outra tecnologia, bem como confirmadas, assinadas e retransmitidas à Companhia pelo respectivo Conselheiro, por fax ou outro meio eletrônico. Uma vez concluído esse procedimento, 1 (uma) cópia da respectiva ata deverá ser enviada a cada um dos membros do Conselho de Administração, inclusive àqueles que porventura não tenham participado da reunião correspondente. As atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas nos termos deste Artigo 14 deverão ser averbadas nos livros da Companhia dentro de 30 (trinta) dias contados da data de realização da reunião a que se refiram. SEÇÃO II – DIRETORIA. Artigo 15 A Diretoria será constituída por 4 (quatro) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico- Operacional, 1 (um) Diretor de Gestão de Riscos e Controles, acionistas ou não, residentes no Brasil e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. Parágrafo Primeiro. Com exceção do cargo de Diretor de Gestão de Riscos e Controles, em caso de vacância permanente de qualquer dos demais cargos da Diretoria, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os Diretores remanescentes, até que o Conselho de Administração eleja o ocupante do cargo. Parágrafo Segundo. Em caso de vacância permanente do cargo de Diretor de Gestão de Riscos e Controles, o Conselho de Administração deverá promover imediatamente a eleição do substituto. Parágrafo Terceiro. Ocorrerá, em qualquer dos casos, a vacância permanente quando da destituição, renúncia, morte, invalidez permanente ou interdição do Diretor. Artigo 16 O Diretor Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto, das resoluções registradas das Assembleias Gerais de acionistas e do Conselho de Administração, e do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 17 Além das atribuições aqui designadas, outras atribuições específicas dos membros da Diretoria poderão ser estabelecidas na ata de Reunião do Conselho de Administração que os eleger, observadas as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, além daquelas previstas na legislação brasileira aplicável, ficando, contudo, desde já estabelecido que (i) o Diretor-Presidente coordenará e supervisionará todos os Diretores da Companhia, em observância ao cumprimento do Plano Operacional e Orçamento anual; (ii) o Diretor Comercial coordenará e supervisionará o departamento comercial e de marketing da Companhia; (iii) o Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico- Operacional (a) coordenará, supervisionará , será responsável pelas atividades administrativas e econômico-financeiras, pelo jurídico, recursos humanos – RH da Companhia e também; (b) será responsável pelas atividades técnicas e operacionais da Companhia, bem como coordenará e supervisionará a área de tecnologia da informação – TI; e (iv) o Diretor de Gestão de Riscos e Controles será responsável pelos controles internos da Companhia, por orientar e supervisionar a implementação, a operacionalização e a integração entre o Sistema de Controles Internos e a Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia, além de acompanhar as atividades desenvolvidas pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos e aprovar os relatórios emitidos por tais Unidades, provendo-as dos recursos necessários ao adequado desempenho das suas atividades, responsabilizando-se, ainda, por informar periodicamente, e sempre que julgar necessário, aos órgãos de administração e, quando constituído, ao Comitê de Riscos, sobre questões relacionadas a controles internos, conformidade e gestão de riscos. Artigo 18 A Diretoria se reunirá sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou sempre que convocada por iniciativa do Diretor-Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores. Artigo 19 As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pelo voto da maioria dos presentes. Artigo 20 Às reuniões de diretoria aplicam-se, mutatis mutandis, as disposições dos Artigos 11, 13 e 14 acima. Artigo 21 A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas: I. do Diretor Presidente e de 1 (um) Diretor; ou II. de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou III. do Diretor Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou ainda IV. de 2 (dois) procuradores constituídos por mandato assinado por 2 (dois) Diretores. Parágrafo Único. Todos os membros da Diretoria terão poderes para outorgar procurações, independentemente de atribuição específica pelo Conselho de Administração para este fim, observado o disposto neste Artigo. A outorga de procurações pela Companhia será informada ao Conselho de Administração, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Diretor Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores, terão prazo certo e limitado a 1 (um) ano, e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins de participação e/ou patrocínio de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ter prazo superior a 1 (um) ano. SEÇÃO III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO Artigo 22 Os Órgãos de Assessoramento serão os seguintes órgãos da Companhia, instituídos com a finalidade de auxiliar a Diretoria e o Conselho de Administração na tomada de decisões que envolvam aspectos técnicos, jurídicos, financeiros e/ou operacionais relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia, observado o disposto no acordo de acionistas arquivado na sua sede: I. Comitê Técnico/de Gerenciamento de Riscos/Comercial; II. Comitê Jurídico; III. Comitê Financeiro; e IV. Comitê de Tecnologia da Informação – TI e Operacional. CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL Artigo 23 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei. Parágrafo Único. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 4 (quatro) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, que estabelecerá a sua remuneração, com mandatos de até 1 (um) ano, a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária seguinte àquela em que se deu a sua eleição, admitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. CAPÍTULO V – ASSEMBLEIA GERAL Artigo 24 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 03 (três) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros do conselho de administração e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável demandarem deliberação aos acionistas. Artigo 25 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por seu suplente. Em caso de ausência de ambos, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por seu suplente. Na ausência de todos esses, a Assembleia Geral deverá ser presidida por acionista eleito para tal finalidade pela maioria dos presentes. O secretário será indicado por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 26 As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselheiro, após tal convocação ser devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração, ou, de outra forma, em observância ao disposto na Lei n.º 6.404/76, para deliberar qualquer matéria sujeita à aprovação dos acionistas. Parágrafo Único. O edital de convocação deverá ser publicado nos termos da Lei n.º 6.404/76, e deverá indicar a data, hora e local da assembleia, bem como as matérias da ordem do dia, mesmo que resumidamente. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, bem como aquela em relação a qual todos os acionistas declararem, por escrito, estarem cientes quanto à data, hora, local e assuntos da ordem do dia. Artigo 27 Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma ação de todas as ações do capital social com direito a voto, em segunda convocação, com a presença de acionistas representando qualquer percentual das ações da Companhia. Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá garantir a cada acionista ou seu representante legal o direito de examinar, inspecionar e copiar, a qualquer tempo, em prazo razoável após a devida notificação, para quaisquer fins devidos, qualquer um dos livros e registros, contas, propriedades e/ou operações da Companhia. Tal exame e inspeção poderão ser conduzidos pelos funcionários ou prepostos dos acionistas, às suas exclusivas expensas. Artigo 28 Se maior quórum não for exigido por lei, por este Estatuto ou por disposição do Acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos presentes. Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá garantir a cada acionista ou seu representante legal o direito de examinar, inspecionar e copiar, a qualquer tempo, em prazo razoável após a devida notificação, para quaisquer fins devidos, qualquer um dos livros e registros, contas, propriedades e/ou operações da Companhia. Tal exame e inspeção poderão ser conduzidos pelos funcionários ou prepostos dos acionistas, às suas exclusivas expensas. Artigo 29 Para a validade das resoluções tomadas em qualquer Assembleia Geral, será necessário o voto favorável da maioria dos acionistas presentes na Assembleia, exceto em relação às seguintes matérias, cuja aprovação requererá o voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante: I. Modificação do prazo de duração da Companhia; II. Dissolução da Companhia, bem como a venda, o aluguel ou a alienação total ou substancial de seus ativos; III. Aumento ou redução do capital da Companhia, venda de ações em tesouraria, qualquer oferta pública ou privada de direitos de participação na Companhia, qualquer conversão de débito relacionado à Companhia ou de terceiros em direitos de participação na Companhia, independentemente de resultar ou não no ingresso de novo acionista na Companhia; IV. Alteração do objeto social da Companhia; V. Alteração na natureza da Companhia, incluindo também qualquer alteração no objeto social; VI. Investimento ou desinvestimento em uma pessoa ou projeto que não seja expressamente autorizado pelo Plano Operacional e Orçamento; VII. Criação ou extinção de subsidiárias; VIII. Realização de qualquer mudança expressiva nas atividades da Companhia, ou ingresso desta em novo ramo de atividade; IX. Incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia, ou quaisquer outros tipos de reorganização societária da Companhia; X. Resgate de ações; XI. Emissão de títulos, debêntures ou títulos negociáveis conversíveis em ações, bem como a celebração de acordo, contrato ou qualquer outro instrumento que crie ou conceda quaisquer opções, garantias ou outros direitos ou valores mobiliários; XII. Qualquer modificação ao presente Estatuto; XIII. As questões referidas Artigo 12 do presente Estatuto, na medida em que não sejam resolvidas pelo Conselho de Administração e sejam, assim, trazidas à deliberação da Assembleia Geral; XIV. Cancelamento ou modificação de quaisquer ações de emissão da Companhia; XV. Qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e aprovação de qualquer plano de recuperação; e XVI. Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, contas e relatórios anuais, bem como qualquer distribuição ou retenção de dividendos contrária à política de distribuição de dividendos da Companhia, nos termos do acordo de acionistas arquivado na sua sede. Artigo 30 Das Assembleias Gerais, serão lavradas atas a serem transcritas em livro próprio. As atas de todas as Assembleias Gerais serão elaboradas na língua portuguesa. Sempre que necessário, as atas das Assembleias Gerais ficarão sujeitas à aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e, posteriormente, serão arquivadas na Junta Comercial competente. CAPÍTULO VI – COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS Artigo 31 A Companhia terá um Comitê de Auditoria e Riscos, nos termos dos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Primeiro. O Comitê de Auditoria e Riscos reportar-se-á ao Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. O Comitê de Auditoria e Riscos adotará regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, requisitos para eleição dos seus membros e seus procedimentos operacionais, observados os normativos regulatórios vigentes do CNSP e da SUSEP. Parágrafo Terceiro. O Comitê de Auditoria e Riscos funcionará permanentemente e será composto por, no mínimo 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a renovação por mais 2 (dois) anos, a fim de atingir o limite máximo de 5 (cinco) anos. Parágrafo Quarto. Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos deve possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a sociedade opera, que o qualifiquem para a função. Parágrafo Quinto. O membro do Comitê de Auditoria e Riscos somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. Parágrafo Sexto. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos. Parágrafo Sétimo. É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria e Riscos. Parágrafo Oitavo. Constituem atribuições do Comitê de Auditoria e Riscos: I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II. recomendar, à administração da Companhia, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III. revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia; IV. avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; V. avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI. avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII. recomendar, ao Diretor-presidente da Companhia, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII. reunir-se, no mínimo semestralmente, com o Diretor-presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso acima, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Companhia; X. reunir-se com o Conselho Fiscal, se for o caso, e com o Conselho de Administração da Companhia, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI. assessorar o Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos, observados os normativos regulatórios vigente do CNSP e da SUSEP; XII. apreciar os relatórios da Companhia cuja competência do Comitê esteja prevista nos normativos regulatórios vigentes do CNSP e da SUSEP; XIII. avaliar periodicamente a efetividade da EGR, em especial quanto: (a) a observância do apetite por risco e da política de gestão de riscos; (b) ao desempenho do diretor responsável pelos controles internos; (c) ao desempenho da unidade de gestão de riscos; e (d) a efetividade de ações adotadas para o saneamento de deficiências; XIV. avaliar, sob o enfoque de riscos, o plano de negócio da Companhia, e auxiliar na definição do correspondente apetite por risco; XV. auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão de riscos; XVI. revisar a Política de Gestão de Riscos, formulando e avaliando propostas de alterações; XVII. considerar o relatório anual sobre prevenção e tratamento de incidentes da Companhia no desempenho de suas atribuições, especialmente no que se refere à avaliação da efetividade dos processos, procedimentos e controles de segurança cibernética; e XVIII. outras atribuições determinadas pela SUSEP. Parágrafo Nono. O Comitê de Auditoria e Riscos reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo trimestralmente, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre apreciadas por tal órgão antes de sua divulgação. Parágrafo Décimo. O Comitê de Auditoria e Riscos deverá elaborar o Relatório do Comitê de Auditoria ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, as informações previstas nos normativos regulatórios vigentes do CNSP e da SUSEP. Parágrafo Décimo Primeiro. O Comitê de Auditoria e Riscos somente poderá ser extinto quando a Companhia não mais apresentar as condições previstas na legislação vigente que obrigam a sua constituição e ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento. CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Artigo 32 O exercício social terá início no dia 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 33 Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais estarão sujeitas a auditoria pelos auditores externos. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou com menor periodicidade, observadas as disposições legais. Parágrafo Primeiro. Depois de efetivadas as deduções previstas em lei e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, a Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração e após obtido o parecer do Conselho Fiscal, caso instalado. Parágrafo Segundo. Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76. Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de dividendos intermediários e de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários, cuja apuração lhe é facultada pelo caput deste Artigo 32, ou, ainda, em adição aos mesmos. Parágrafo Quarto. Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio cujo pagamento vier a deliberar. Parágrafo Quinto. A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio cujo pagamento for deliberado durante o exercício. CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS Artigo 34 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante todo o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários. Artigo 35 A Companhia observará o acordo de acionistas arquivado em sua sede, celebrado, em 29 de fevereiro de 2016, entre Bancoob Participações em Seguridade S.A. – Bancoob Par Seguridade e Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., sendo expressamente vedado ao presidente ou Secretário escolhido pelos acionistas para presidir a Assembleia Geral ou a reunião do Conselho de Administração acatar o voto de qualquer acionista que seja signatário do acordo de acionistas, caso o voto esteja em desacordo com os termos do aludido acordo de acionistas. Parágrafo Único. Será também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à sua oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar o quanto previsto no acordo de acionistas indicado no caput deste Artigo. Artigo 36 Existindo qualquer discrepância ou inconsistência entre este Estatuto Social e quaisquer dos termos ou condições de qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os termos e condições de tal acordo permanecerão válidos e deverão prevalecer. Artigo 37 Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, com suas alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Brasília/DF, 18 de dezembro de 2023. Marco Aurélio B. de Almada Abreu Presidente da Mesa; Priscilla Alessandri de Campos Secretária da Mesa - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 2533090 em 23/04/2024 da Empresa SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A, CNPJ 26314512000116 e protocolo DFE2400081766 - 22/04/2024. Autenticação: 5E881E6BD1AAB5C62A444761EB47435A755AF6E0. Luciana Stefane de Almeida Dionisio - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 24/055.859-6 e o código de segurança 3zjb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

Estratégia Empresa vai duplicar capacidade de sua operação industrial na Bahia, abrir mineração no Estado e construir, no Ceará, uma nova fábrica

Galvani dá início a plano de investir R$ 3 bi em adubos

Stella Fontes
De São Paulo

A Galvani, maior produtora de fertilizantes fosfatados na região do Matopiba, que compreende os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, planeja investir R$ 3 bilhões, até 2027, para duplicar a capacidade de sua operação industrial na Bahia, abrir uma nova mineração no Estado e construir uma nova fábrica, no Ceará, tirando do papel um projeto antigo em parceria com a Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Com os aportes, a empresa prevê reduzir em 25% a dependência que Norte e Nordeste têm de fertilizantes importados. No ano passado, o Brasil importou 39 milhões das 45 milhões de toneladas de fertilizantes que consumiu.

De acordo com o presidente da Galvani, Marcelo Silvestre, a empresa já começou a executar a primeira etapa do plano de expansão, que consumirá R$ 700 milhões em investimentos. Desse montante, a companhia destinará R$ 400 milhões a uma nova mineração de fosfato, em Irecê, na Bahia, e R$ 200 milhões à fábrica de Luís Eduardo Magalhães, no oeste do Estado.

Na unidade fabril, a capacidade de produção, que é de 600 mil toneladas por ano, subirá para 1,2 milhão de toneladas anuais. A planta alcançará essa capacidade a partir do início de 2026.

"Temos um plano estruturado de crescimento. Como a fábrica é integrada, precisamos desenvolver uma nova unidade de mineração associada", afirma o executivo. A companhia vai lançar a pedra fundamental da unidade na sexta-feira (24/5).

A segunda etapa do plano envolve o projeto em parceria com a INB, estatal responsável pelo abastecimento das usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ). Por meio do Consórcio Santa Quitéria, as empresas vão explorar reservas de fosfato e urânio associados, em uma jazida na cidade cearense de Santa Quitéria.

A Galvani venceu, em 2008, uma concorrência para explorar a jazida. A empresa ainda aguarda a concessão de licenças para começar a implantar o projeto, o que pode levar de dois a três anos.

No complexo minero-industrial, diz Silvestre, os investimentos chegarão a R$ 2,3 bilhões. A companhia desembolsará todo o montante e vai remunerar a INB, detentora dos direitos minerários, com o urânio extraído. "É como um royalty", explica. O fosfato é predominante na jazida, com 8,9 milhões de toneladas. Já as reservas de urânio somam 80 mil toneladas.

Conforme o executivo, a Galvani protocolou o estudo de impacto ambiental (EIA-Rima) no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em dezembro. A expectativa da empresa é que as licenças prévia e de instalação saiam até o fim deste ano.

> "A relação de troca entre o preço do fertilizante e a saca do produto [agrícola] voltou aos níveis históricos"
> *Marcelo Silvestre*

Com isso, o complexo poderia entrar em operação no terceiro trimestre de 2027. O projeto prevê capacidade instalada de 1 milhão de toneladas de fertilizantes fosfatados por ano, o que equivale a cerca de 25% da demanda nas regiões Norte e Nordeste.

O complexo também vai produzir 220 mil toneladas anuais de fosfato bicálcico, usado em nutrição animal, marcando a estreia da Galvani em um novo mercado. Com esse volume, a empresa estará apta a suprir 50% da demanda do composto nesses mercados.

Com foco no atendimento às culturas de soja — que responde por mais de 50% dos negócios —, milho e algodão, a empresa, de controle familiar, é hoje a única produtora integrada de fertilizantes fosfatados nas regiões Norte e Nordeste, com vendas concentradas no sul do Tocantins e oeste da Bahia. No ano passado, ela faturou R$ 1,2 bilhão. A companhia emprega 1,1 mil trabalhadores, entre próprios e terceiros.

De acordo com Silvestre, parte dos recursos para os investimentos sairá do caixa da empresa. Para o projeto de mineração em Irecê, a empresa obteve financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de R$ 344 milhões. O fator inovação assegurou o crédito à companhia — por usar tecnologia de concentração a seco, o empreendimento não terá barragem de rejeitos.

Também não haverá resíduos: a empresa venderá o concentrado de fosfato para conversão em fertilizante, e o calcário, extraído conjuntamente, será comercializado para correção de solo. Silvestre diz que esse deve ser o segundo projeto do mundo de concentração a seco de fosfato — o primeiro foi implantado nos Estados Unidos.

Para a duplicação da fábrica de Luís Eduardo Magalhães, a Galvani pretende usar recursos próprios, mas também avalia oportunidades no mercado. Já o projeto Santa Quitéria será executado com caixa próprio e dívida, provavelmente com um mix de 60% e 40%, respectivamente. O complexo não terá barragem de rejeitos.

Nos últimos anos, os preços dos fertilizantes tiveram forte alta por causa da invasão da Ucrânia pela Rússia, que é grande fornecedora desses produtos. As cotações já se normalizaram, acompanhando também os preços dos grãos. "A relação de troca entre preço de fertilizante e saca do produto voltou aos níveis históricos", afirma.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Marcelo Silvestre, da Galvani: projeto antigo com a INB vai sair do papel

Soja do RS pode ser escoada por vizinhos



Logística

Luciana Franco e Carolina Mainardes
Para o Valor, de São Paulo e Ponta Grossa (PR)

As inundações no Rio Grande do Sul estão comprometendo o escoamento da safra de soja pelo porto de Rio Grande. Diante da situação, agentes de logística avaliam que há possibilidade de deslocamento de cargas para terminais portuários de outros Estados.

As operações no porto não chegaram a ser paralisadas, segundo a autoridade portuária. Em 2020, uma operação de dragagem em Rio Grande ampliou o calado para 15 metros, permitindo a atracação de embarcações com capacidade de até 70 mil toneladas.

No entanto, em função das correntezas, a Portos RS reduziu para 12,8 metros o calado para graneleiros na região dos terminais da Bunge, Bianchini e Termasa/Tergrasa. Embora o porto ainda possa receber navios de grande porte, por razões de segurança não é aconselhável operar na capacidade máxima.

A operadora Wilson Sons informa que a movimentação em Rio Grande está dentro da normalidade. Mas há quem considere a possibilidade de parte dos embarques de soja ir para os portos de Imbituba e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e o de Paranaguá, no Paraná.

Segundo Cesar Anderle, associado do Sindicato dos Transportadores de Bento Gonçalves (Sindibento), já há cotações de fretes para São Francisco do Sul e Paranaguá. "Mas Rio Grande ainda é o mais convidativo para continuar embarcando navios de grande porte, mesmo que sua capacidade não seja total", diz.

Sócia de um terminal privado em São Francisco do Sul, a trading Agribrasil informou ainda não ter detectado um deslocamento de cargas do Rio Grande do Sul para o município catarinense. Mas a possibilidade existe, avalia o diretor de logística da empresa, Ivan Cicolani, em função de problemas na infraestrutura de armazenagem e portuária.

Paranaguá também ainda não registrou a chegada de caminhões com origem de Rio Grande, afirma Luiz Fernando Garcia da Silva, presidente da Portos do Paraná. Ele diz ter informações apenas de que houve redução no ritmo de embarques no terminal gaúcho.

Ele não descarta, porém, a possibilidade de um redirecionamento de cargas ao terminal paranaense. "Os terminais podem já estar discutindo posições comerciais nesse sentido, mas o porto não é informado antecipadamente".

Silva avalia que o principal problema na área de Rio Grande neste momento seja o acesso ao porto, que é essencialmente rodoviário. "Por causa das interrupções nas estradas, há dificuldade de escoamento. A mesma dificuldade se impõe para que esses caminhões saiam do Estado", considera.

Uruguai barra negócio entre Marfrig e Minerva

Frigoríficos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Os frigoríficos Minerva e Marfrig sofreram um revés no Uruguai. A autoridade concorrencial do país, a Comisión de Promoción Y Defensa de la Competencia (Coprodec), não aprovou a venda de três unidades de abate de bovinos da Marfrig à Minerva.

O negócio faz parte das 16 plantas da Marfrig na América do Sul que estão em processo de venda para a Minerva por R$ 7,5 bilhões. Do total, R$ 1,5 bilhão já foi pago quando o acordo foi fechado, em agosto de 2023. Apenas as vendas das unidades uruguaias de Colônia, Salto e San José ficaram em R$ 675 milhões.

As companhias tomaram conhecimento ontem da decisão e a Minerva pretende recorrer. "[A decisão] não é definitiva e segue sujeita a recurso tanto em sede administrativa quanto em sede judicial, o que deve ser consumado nos próximos dias", afirmou a empresa.

Apesar da negativa do Uruguai, Marfrig e Minerva informaram que os demais processos seguem em análise pelos órgãos responsáveis nos seus respectivos países.

"A decisão [uruguaia] não afeta a transação referente à aquisição dos estabelecimentos industriais e comerciais de propriedade da vendedora no Brasil, na Argentina e no Chile", disse a Minerva. A Marfrig também afirmou que a medida "em nada altera os termos e condições contratados".

A maior parte das plantas que fazem parte do negócio está no Brasil, com 11 unidades em análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A perspectiva é que o julgamento seja concluído fim do ano, depois da classificação do negócio como uma "operação complexa".

Financiamento privado para o agronegócio supera R$ 1 trilhão

Crédito rural

Rafael Walendorff
De Brasília

O saldo conjunto dos principais instrumentos de financiamento privado do agronegócio superou a marca de R$ 1 trilhão em abril. O montante, de R$ 1,007 trilhão, superou em 22% o registrado no mesmo mês do ano passado.

Os dados são do Ministério da Agricultura, com informações da B3, da Cerc, da Central de Registro de Direitos Creditórios (CRDC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

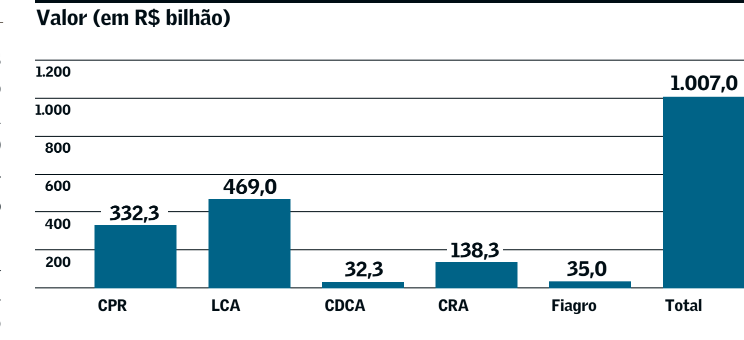
O valor representa a soma das carteiras ativas de Cédulas de Produto Rural (CPR), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) em abril.

As operações de LCAs e CPRs lideram a carteira de fomento privado. Em abril, o estoque de LCAs estava em R$ 469 bilhões, alta de 20% na comparação anual. Por sua vez, os estoques de CPRs cresceram 39%, para R$ 332,3 bilhões.

O estoque de CDCAs teve incremento de 7%, para R$ 32,39 bilhões, enquanto o de CRAs cresceu 33%, para R$ 138,3 bilhões.

O patrimônio líquido dos Fiagros deu um salto de 174% em 12 meses, apesar das emissões efetivadas em abril terem caído 21% no mês na comparação anual, para R$ 497,7 milhões, segundo a Anbima.

Financiamento privado
Saldo de estoques e patrimônio em abril de 2024



Fonte: Ministério da Agricultura

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Amp Indústria e Comércio de Condutores Ltda. -** CNPJ: 09.171.140/0001-05 - Endereço: Rua Silex, 110, Bairro Glalija - Requerente: Josiele Bernardo de Lima Barbosa - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **Set Saúde Sistema Integrado Médico Hospitalar Ltda. -** CNPJ: 16.382.833/0001-02 - Endereço: Rua Siqueira Campos, 699, 7º Andar, Sala 75, Centro, Presidente Prudente/sp - Requerente: Anderson Renato Nogueira Adorno - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Atacadão Dos Remédios Ltda. Epp -** CNPJ: 04.020.620/0001-43 - Endereço: Av. Dorival Caymmi, 23, Itapoã - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Orlando Isaac Kalil Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Salvador/BA - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Farmácia Padrão Ltda. -** CNPJ: 40.460.693/0001-10 - Endereço: Rua Hélio Machado, 47 A, Bairro Boca do Rio - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Orlando Isaac Kalil Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Salvador/BA - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **P Lustosa Bezerra Epp, Nome Fantasia Rodojipa Transportes -** CNPJ: 30.843.765/0001-54 - Endereço: Rua Pedro Teixeira, 1014, Centro - Administrador Judicial: Machiavelli, Bonfá e Totino Advogados Associados - Vara/Comarca: 3a Vara de Ji Paraná/RO

Empresa: **Pb Aços Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 08.151.901/0001-96 - Endereço: Rua Maria Leopoldina do Egito, S/nº, Quadra 247, Lote 180, Distrito Industrial de Mangabeira - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Sr. João Ricardo Coelho - Vara/Comarca: Vara Dos Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Sant'elli Serviços Especializados em Pessoal Ltda. -** CNPJ: 20.585.740/0001-44 - Endereço: Av. Luís Viana, 13223, Hangar Business Park, Edifício Hangar 4, Sala 113, Bairro São Cristóvão - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Orlando Isaac Kalil Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Salvador/BA - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Accell Soluções Para Energia e Água Ltda. -** CNPJ: 60.882.719/0001-25 - Requerente: Dakhia Indústria e Comércio de Termoplásticos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Ingá Box Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 34.345.276/0001-23 - Requerente: Nilpel Indústria e Comércio de Papéis Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Paiçandu/PR - Observação: Petição inicial indeferida.

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Ecol Produtos e Projetos Ecológicos Ltda. -** CNPJ: 18.428.810/0001-09 - Endereço: Av. São Pedro, 244, Bairro Sulfurópolis, São Pedro/sp - Requerente: Aab Indústria e Beneficiamento de Aços Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado o acordo celebrado entre as partes, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Styro Eme Comércio e Indústria de Plásticos Eireli -** CNPJ: 17.641.409/0001-90 - Endereço: Rodovia Anhanguera, Km 292, S/nº, Galpões 05 e 06, Distrito Industrial, Cravinhos/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Styro Lbn Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 42.435.890/0001-04 - Endereço: Rua Jayme José Azarak, 300, Distrito Industrial, Cravinhos/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Dilma Pereira Cavalcanti Ltda. Epp, Nome Fantasia Innovar Utilidades -** CNPJ: 27.826.543/0001-19 - Endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 741, Centro - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fellipe Sávio Araújo de Magalhães - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de Campina Grande/PB

Empresa: **Glh Transportes Ltda. ME -** CNPJ: 18.535.231/0001-65 - Endereço: Rua Clevelândia, 1341, Sala 02, Centro Sul - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: Vara Cível de Dois Vizinhos/PR

Empresa: **Luary Transportes Ltda. ME -** CNPJ: 13.150.221/0001-98 - Endereço: Rua Clevelândia, 1341, Centro Sul - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: Vara Cível de Dois Vizinhos/PR

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Creche e Escola Vovó Elza Ltda. -** CNPJ: 44.486.594/0001-68 - Endereço: Quadra Qr 511, Cjto. 08, Lote 03, Samambaia Sul - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Imperatriz Indústria e Comércio de Estofados e Colchões Ltda. ME -** CNPJ: 01.903.871/0001-88 - Endereço: Rua Olivério Porta, 280, Centro Leste - Vara/Comarca: 2a Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Londero & Companhia Ltda. ME -** CNPJ: 11.186.783/0001-66 - Endereço: Rua Humberto Consentino, 45 - Vara/Comarca: 2a Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Teixeira Gráfica e Editora Ltda. ME -** CNPJ: 00.631.226/0001-90 - Endereço: Sig, Cjtos. B e C, Lotes 05, 06, 07 e 08, Bairro Taguatinga Norte - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Jcar Transportes Ltda. -** CNPJ: 22.192.581/0001-43 - Endereço: Av. Jaime Reis, 30, 2º Andar, Cjto. 12, Condomínio Garibaldi, Bairro São Francisco - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS249

Cenários No Estado, que já foi o terceiro maior produtor nacional, cotação recorde da amêndoa tem estimulado nova geração de agricultores a apostar na atividade

Com preço nas alturas, cacau entra em planos de vida de jovens em Rondônia

Marcos Fantin
De Jaru (RO)

A ascensão meteórica dos preços do cacau na bolsa de Nova York em 2024 faz brilhar os olhos de produtores de Rondônia. No Estado, a cacauicultura é uma renda complementar para muitos agricultores, mas agora tende a se tornar a principal fonte de recursos dos produtores e pode incentivar a ampliação do cultivo no Estado.

No mês passado, a cotação da amêndoa na bolsa de Nova York chegou a US$ 11.878 por tonelada, o preço mais alto até hoje. Puxado por uma forte quebra de safra no oeste da África, a maior região produtora da fruta no mundo, o cacau valorizou-se quase 300% em 12 meses. Os preços da principal matéria-prima do chocolate recuaram desde o pico histórico, e ontem fecharam a US$ 7.394 a tonelada. Mas, ainda que tenham caído nas últimas semanas, eles continuam muito acima do patamar de um ano atrás, quando estavam abaixo de US$ 3 mil a tonelada.

Em Ji-Paraná (RO), Vinícius Ferreira, de 21 anos, ajuda seu pai a cuidar de cerca de mil pés de cacau, que ocupam quase dois hectares. Hoje, o cacau representa metade da renda da família — oito vacas, que eles ordenham diariamente, respondem pela outra metade. "Nós produzimos cacau convencional e queremos aumentar a nossa área de plantação nos próximos meses", diz ele, entusiasmado com os preços atrativos.

O jovem afirma que negociou parte da sua colheita por R$ 30 o quilo do cacau (R$ 440 a arroba) em janeiro. Depois, fechou um negócio por R$ 40 o quilo (R$ 586 a arroba) em março, e um terceiro contrato por R$ 59 o quilo (R$ 865 a arroba) no fim de abril. Esse negócio foi o mais lucrativo já feito pela família e corresponde a uma tonelada acima de US$ 11 mil.

Em Tarilândia, um distrito do município de Jaru, no interior de Rondônia, Jeferson Rodrigues, de 22 anos, cuida de três hectares da fruta. "Esse momento do cacau está enchendo os olhos, é uma satisfação. Nada se compara a esse preço", diz. Ele conta que sua principal fonte de renda sempre foi a pecuária de leite, mas que, neste ano, o cacau vai assumir esse posto.

Os jovens estão testemunhando um cenário de preços que jamais se viu — e ninguém pode garantir que esse quadro vá se repetir. "O cacau está com o preço elevado, mas isso não é para sempre. Nós mostramos para os jovens que não basta desenvolver o cacau só agora. É possível ter rentabilidade mesmo fora dessas altas incomuns", diz Mayara Franzin, coordenadora agrícola da Nestlé.

Os preços atrativos podem fazer o Estado reconquistar um pouco do espaço que perdeu no segmento. Rondônia era o terceiro maior produtor brasileiro da fruta até meados da década, ficando atrás apenas de Pará e Bahia. No entanto, a área de cultivo caiu pela metade entre 2013 e 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e continuou a diminuir nos anos seguintes até chegar a 7,5 mil hectares em 2022, quando o Estado colheu 5 mil toneladas da fruta, ou menos de 2% do total no país. O Espírito Santo é hoje o terceiro maior Estado produtor de cacau.

Apesar de relativamente pequena, boa parte da produção rondoniense destina-se à indústria de chocolate fino. Em 2023, o Estado recebeu o registro de Indicação Geográfica (IG) para seu cacau e foi inserido na "Rota do Cacau", um programa do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para fortalecer a cadeia.

Em Rondônia e em outros Estados, atrair jovens para a cultura tem sido uma tarefa difícil. "A média do produtor de cacau no Brasil é de 60 anos", observa Franzin. Em 2022, a Nestlé deu início ao projeto "Cacauicultores do Futuro", de apoio à sucessão familiar na atividade, que teve edições no Espírito Santo, Pará e Bahia. O projeto chegou a Rondônia neste ano, em parceria com o Instituto Ampliê.

Laran Fábia, uma produtora de 18 anos de Mirante da Serra (RO), diz querer se consolidar na atividade. A jovem está convencida de que sua pequena roça de cacau, de menos de 100 pés, vai crescer, e muito, nos próximos meses. "É uma forma da família investir pensando no futuro. Nós sempre gostamos dessa cultura e queremos seguir, crescer e fixar as próximas gerações na propriedade", afirma.

Quem está na atividade há mais tempo tem alguma cautela com o atual cenário. "Apesar de bom, o preço me preocupa porque a juventude pode se apegar a isso e amanhã, quando ele cair, o desânimo pode chegar", diz Deoclides Silva, do Sítio Tiengo, dono do premiado chocolate Tiengo. Ele e sua esposa, Marilda Silva, cuidam de uma roça de 2,6 hectares de cacau. Deoclides direciona 5% dos seus 4,2 mil pés de cacau para o chocolate fino, mas diz que os preços altos do cacau "commodity" o deixam em dúvida sobre se compensa produzir a versão "premium".

Cláudio Coimbra, que cuida de 10,5 mil plantas de cacau em 12 hectares, pondera que o mercado sempre foi muito volátil. Ele destaca a importância de se ter uma lavoura que seja produtiva ao máximo. "Se você pegar uma crise de preços, você sobrevive. Se o preço estourar, você capitaliza bem, e é o que estamos fazendo", resume.

FOCO FILMES



Laran Fábia, de 18 anos, de Mirante da Serra (RO): 'Sempre gostamos dessa cultura. Queremos seguir, crescer e fixar as próximas gerações na propriedade'

Negociações com valores recorde

Os produtores brasileiros de cacau vêm relatando negócios em patamares de preço nunca antes vistos diante da disparada das cotações no mercado internacional. Cláudio Coimbra, que também é conhecido como 'Cláudio Cacau', afirma que comercializou parte da sua safra pelo preço de US$ 11.300 a tonelada, com uma taxa de câmbio a R$ 5,25. O produtor de Jaru é categórico ao dizer que esse é o melhor momento para os produtores. "Eu comecei a plantar cacau em 1982, peguei uma ascensão de preços na época, mas peguei também a decadência da vassoura-de-bruxa. Agora, pegamos novamente a ascensão. É o melhor preço que já vi em toda minha vida de trabalho com cacau", diz. "O preço é indiscutível. Se o cacau se mantivesse entre os R$ 35 e R$ 40 o quilo, para o produtor já estava excelente. Acho difícil se manter, mas nós torcemos para que isso permaneça", afirma o produtor Deoclides Silva, também de Jaru. O valor corresponde a cerca de US$ 7.600 a tonelada.

Projetos apoiam cultivo sustentável e de mulheres

Naiara Bertão
De São Paulo

Veranice Alves da Silva, moradora de Dois Irmãos do Tocantins (TO), administra com apoio dos filhos uma pequena agrofloresta onde produz açafrão junto com frutas, grãos e raízes, além das nativas jatobá e candeia. "Os meus filhos ficaram sabendo na escola do projeto e hoje formamos um grupo de nove mulheres beneficiadas através dele", conta.

O "projeto" a que ela se refere é o Programa REDD Cerrado, uma iniciativa da desenvolvedora de impacto, créditos de carbono e biodiversidade Ecosystem Regeneration Associates (ERA Brazil).

A agricultora ficou surpresa ao saber que, com o projeto, ganharia cerca de R$ 100 por dia com o que processava de açafrão. "Além da diária, ainda tinha 20% da venda do açafrão para nós mulheres. Facilitou para nós."

O objetivo do projeto é promover a agricultura sustentável e gerar renda para a população local, especialmente as mulheres, por meio de um crédito de carbono "premium". Além disso, a ERA Brazil ainda gera um "créditos de empoderamento feminino".

Iniciativas como a da ERA Brazil, voltadas à produção sustentável e o protagonismo feminino, estão crescendo na cadeia do cacau.

Luciana Dias, agricultora em um assentamento em Uruçuca (BA), conta que, há quatro anos, precisou se mudar da zona urbana para a rural. No assentamento, hoje cuida de sete hectares de cacau cabruca, e em breve deve começar a vender mel e subprodutos da meliponicultura com abelhas uruçu, espécie sem ferrão, comum na região.

"Quando cheguei, eu não tinha renda. Foi aí que conheci, em 2021, a Tabôa e comecei a participar dos cursos. Hoje, sou agricultora, meliponicultora, chefe de família e quem cuida de todos e de tudo na minha casa."

A ONG Tabôa oferece na Bahia o Programa Microcréditos de Cacau, com o apoio do Instituto Arapyaú, do Grupo Gaia e do Instituto Humanize, e tem como objetivo melhorar a vida de famílias produtoras da commodity.

Em 2020, o programa cresceu com a captação de R$ 1,4 milhão por meio de um Certificado de Recebível do Agronegócio (CRA) verde. O produtor que toma empréstimo pode usar o dinheiro como quiser, mas pelos estudos do Arapyaú, os destinos mais comuns são insumos, adubos e ferramentas para a plantação.

> "Em 2021, comecei a participar dos cursos. Hoje, sou agricultora, meliponicultora e chefe de família"
> *Luciana Dias*

"No piloto, percebemos um incremento de mais de 30% da renda das famílias participantes, e, entre aquelas que fazem a mais, seu diferencial para vender às marcas conhecidas chega a 50% a mais", diz Vinicius Ahmar, gerente de Estratégia para Desenvolvimento Sustentável do Instituto Arapyaú.

Esse resultado é explicado pelo aumento da produtividade, que cresceu em média 36%, e da disposição do mercado em pagar um prêmio pela qualidade do cacau.

"O crédito é construído com o agricultor, de acordo com a realidade e capacidade de pagamento", conta Karine Araújo, coordenadora do Programa de Desenvolvimento Territorial da Tabôa. Desde 2019, já foram R$ 6 milhões de desembolsos em quase 600 operações. A taxa de inadimplência não passa de 1%.

"Junto com o crédito sempre damos capacitação. Isso faz diferença para os agricultores saberem como aplicar melhor o recurso em benefício da produção e do aumento de renda", diz Araújo.

A produtora de Uruçuca se diz muito grata pelo projeto. "O legal é que o técnico visita a área da para ajudar a pessoa a dizer onde pode aplicar o dinheiro para ter maior rendimento. Não tive dificuldade nenhuma para pagar, porque o prazo [de seis meses de carência] é bom e, por saber o que fazer, o retorno é muito rápido", conta a baiana.

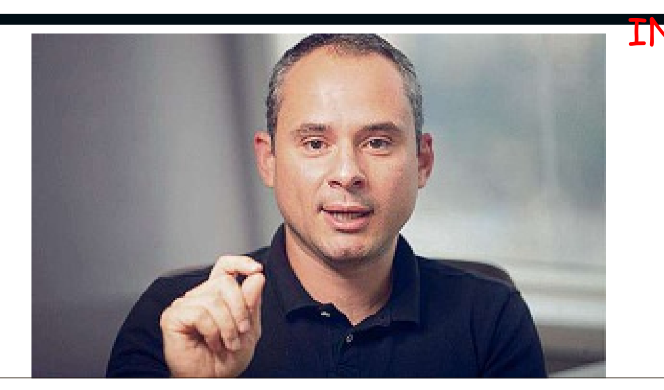
DIVULGAÇÃO



Luciana Dias, de Uruçuca (BA): consultoria financeira para decidir onde aplicar o dinheiro que ela obtém com a produção

Estratégia
Galvani dá início a plano de investimento de R$ 3 bilhões em fertilizantes no Nordeste
B11

Balanço
Com alta de 29% no lucro anual, Maffra, da XP, se diz mais otimista do que há um ou dois anos C4



Crédito
Desenrola renegocia R$ 53 bi e chega a 15 milhões de pessoas C3

Investimentos
Verde Asset, de Stuhlberger, faz cortes na equipe de ações C6

Mercados
Ações de energia pegam carona em 'boom' de inteligência artificial C2

Política monetária Dirigentes do banco central têm afirmado que não há espaço para reduzir taxas

Fed conservador segura expectativa de corte de juros nos EUA e esfria rali de ativos

Gabriel Caldeira
De São Paulo

A reação imediata muito positiva dos mercados aos números mais fracos da inflação ao consumidor americano em abril, divulgados na semana passada, deu lugar a uma postura mais cautelosa em Wall Street nos últimos dias de negócios. Embora o dado tenha sido um alívio após três meses de preços surpreendentemente altos, a comunicação conservadora de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) desde então impediu que os investidores embarcassem em uma expectativa mais otimista para o caminho dos juros nos Estados Unidos.

Assim, os ativos em Nova York já não refletem o rali que se desenhava, à medida que tanto o mercado quanto os banqueiros centrais esperam mais sinais de que a política monetária está em um patamar suficientemente restritivo para que a inflação caia à meta de 2% com o tempo.

Logo após a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) na semana passada, os Treasuries — títulos do Tesouro americano — exibiram um forte alívio, que levou a taxa da T-note de 10 anos ao patamar de 4,34%, menor nível desde o começo de abril. Porém, a trégua durou pouco e os rendimentos subiram nas três sessões seguintes para a casa de 4,45%, mesmo nível exibido antes da divulgação do CPI.

Ao mesmo tempo, o mercado passou a precificar maior chance de apenas um corte de 0,25 ponto percentual nas taxas de juros neste ano em vez de três. O consenso, no entanto, permanece sendo o de que o Fed vai reduzir os juros duas vezes até a reunião de dezembro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês).

Para Bernardo Dutra, economista para Estados Unidos do Itaú BBA, a postura cautelosa do Fed é adequada mesmo depois do alívio com a inflação em abril. "Não está claro que a aceleração da inflação no primeiro trimestre é temporária. O Fed não pode comprar esse risco. Seria irresponsável relaxar o discurso agora", diz ele, que espera o primeiro corte apenas em dezembro. O consenso do mercado é de que o ciclo de flexibilização começará em setembro.

Desde a divulgação do CPI, até dirigentes que costumam ter orientação mais neutra quanto à política monetária, como o vice-presidente Philip Jefferson e o chefe da distrital de Nova York, John Williams, têm indicado que ainda não há espaço para pensar em cortes de juros. "Não vejo nenhum indicador que me diga, agora, que há uma razão para mudar a postura da política monetária", afirmou Williams.

"O quanto do dano foi desfeito em abril é uma questão de perspectiva", diz Jan Hatzius, economista-chefe do Goldman Sachs, ao comparar a inflação forte do primeiro trimestre com os dados do mês passado. Em relatório nesta semana, ele mantém a expectativa de um primeiro corte já em julho, mas com o segundo apenas na reunião de dezembro.

> "Há mais estresse no setor doméstico. Prevemos uma desaceleração nos gastos de consumidores"
> *James Knightley*

Segundo Dutra, um corte antes do quarto trimestre não é provável. Um único dado ruim de inflação no decorrer do ano, diz, já seria suficiente para impedir o Fed de reduzir a taxa básica. Além disso, Dutra argumenta que o CPI de abril não foi tão bom, já que indica um núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) acima de 0,2% ao mês. O PCE é a medida de inflação preferida do Fed, e seu núcleo precisaria rodar abaixo de 0,2% por alguns meses para que os cortes comecem, na visão do economista.

Dutra afirma que as casas que esperam mais cortes do Fed neste ano projetam uma atividade mais fraca ou uma desaceleração mais rápida da inflação americana. É o caso do ING, que prevê cortes de 0,25 ponto nas três últimas reuniões do Fomc em 2024, em setembro, novembro e dezembro.

Para o economista-chefe internacional do banco holandês, James Knightley, uma inflação mensal consistentemente ao redor de 0,2%, números mais fracos de gastos com consumo e uma taxa de desemprego acima de 4% devem ser suficientes para o Fed cortar um pouco mais do que os mercados esperam. Porém, ele admite que o cenário é bastante incerto.

"Este tem sido um ano incrivelmente difícil para as expectativas sobre a taxa de juros", afirma. Segundo Knightley, a mensagem dependente de dados do Fed tem sido "bastante consistente", o que não deixa nada garantido para o futuro da política monetária.

O economista, contudo, argumenta que há "um claro risco" à postura conservadora do Fed — e, por consequência, à expectativa de corte mais contida do mercado — na possibilidade de uma desaceleração mais brusca da economia dos Estados Unidos, em especial do consumo. Ele cita, por exemplo, o esgotamento das poupanças que puxaram a força do consumo até o ano passado e taxas maiores de dívida com cartão de crédito diante do alto custo de empréstimos.

"Há uma pressão significativa se construindo. Há mais estresse surgindo no setor doméstico. Prevemos uma desaceleração nos gastos de consumidores", diz Knightley. Ao mesmo tempo, embora não seja seu cenário base, ele admite a possibilidade de que o Fed sequer corte juros neste ano caso o consumo continue forte.

Em abril, as vendas no varejo americano surpreenderam o mercado ao ficaram estáveis em comparação com março, ante expectativa de alta de 0,4%. Boa parte dos analistas pondera que isso reflete principalmente fatores sazonais que impulsionaram artificialmente os números de março.

Dutra, do Itaú, não vê sinal de enfraquecimento brusco da economia americana no curto prazo. Ainda assim, desde que a inflação caia a um nível que o Fed considere consistente com o cumprimento da meta, é possível que os cortes venham mesmo com uma atividade forte. "O Fed quer evitar que a economia enfraqueça. Desde que não sobreaqueça, uma atividade forte não seria impeditivo. Mas [inflação fraca e atividade forte] são duas coisas que normalmente não andam muito juntas", pondera.

Já Hatzius, do Goldman Sachs, diz que o menor aperto do mercado de trabalho americano é um direcionador mais importante para a política monetária do que o crescimento econômico. Uma desaceleração mais brusca do mercado de trabalho "provavelmente resultaria em uma flexibilização mais agressiva do Fed do que os dois cortes que projetamos", diz.

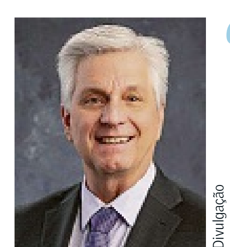
Leia mais na página C2

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Bernardo Dutra, economista do Itaú BBA: "Não está claro que aceleração da inflação no 1º trimestre é temporária"

Ânimo contido

Postura conservadora marcou discurso do Fed após inflação de abril



Divulgação

"Preciso ver mais alguns meses com dados bons de inflação antes de me sentir confortável para apoiar flexibilização monetária"

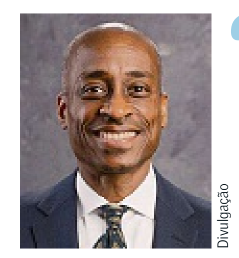
Christopher Waller, diretor do Fed, 21/mai



Divulgação

"Não acho que o cenário de três cortes nos juros neste ano ainda seja apropriado"

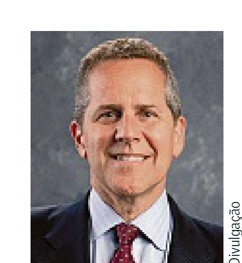
Loretta Mester, presidente do Fed de Cleveland, 20/mai



Divulgação

"A inflação segue em queda, mas não tão rápido quanto eu gostaria"

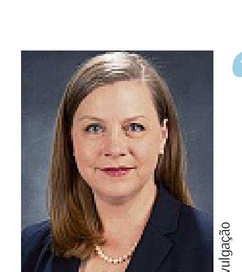
Philip Jefferson, vice-presidente do Fed, 20/mai



Divulgação

"Precisaremos dar mais algum tempo à nossa política restritiva para continuar a fazer o seu trabalho"

Michael Barr, vice-presidente de supervisão do Fed, 20/mai



Divulgação

"Continuo disposta a aumentar os juros em uma reunião futura se os dados disponíveis indicarem que o progresso na inflação estagnou ou inverteu"

Michelle Bowman, diretora do Fed, 17/mai



Divulgação

"Não vejo nenhum indicador que me diga, agora, que há uma razão para mudar a postura da política monetária"

John Williams, presidente do Fed de Nova York, 16/mai

Fonte: Valor

Destaques

'Buy now, pay later'
Em um ano, a aceitação do produto "buy now, pay later" (BNPL, na sigla em inglês, versão digital do crediário) passou de 11% para 18% no primeiro trimestre deste ano, no comércio eletrônico no Brasil, segundo o Morgan Stanley. No início de 2022, esse percentual era de apenas 3%. Nos EUA, o índice é de 63%. Segundo o Morgan Stanley, o volume de BNPL pode chegar a US$ 31 bilhões em 2028, de US$ 10 bilhões este ano. *(Álvaro Campos)*

Investidor pessoa física
Os investimentos das pessoas físicas no país cresceram 6,1% no primeiro trimestre de 2024 em relação ao fechamento de 2023, totalizando R$ 6,8 trilhões, segundo a Anbima. O montante engloba os segmentos private, varejo alta renda e varejo tradicional. O volume do private avançou 7,4% em 2024, somando R$ 2,2 trilhões — o segmento tem 156,4 mil contas e 66,2 mil grupos econômicos. Já o varejo somou R$ 4,6 trilhões, alta de 5,5%. *(Maria Fernanda Salinet)*

Financiamento de veículos
As vendas financiadas de veículos em abril chegaram a 611 mil, entre novos e usados em todo o país, alta de 45% na comparação com o mesmo período de 2023, segundo a B3. Abril foi o mês com mais veículos financiados desde dezembro de 2014. No segmento de autos leves, a alta foi de 42,7% ante abril de 2023. Já o financiamento de veículos pesados cresceu 32,5% na comparação com 2023. Os financiamentos de motos foram 47,3% maiores. *(MFS)*

Terra Investimentos
A Terra Investimentos recebeu licença do Banco Central para operar como corretora de câmbio. Com uma unidade especializada neste segmento, a Terra Câmbio, o grupo já possui uma DTVM e vê oportunidades em se tornar uma corretora plena. A Terra foi criada em 2000, como corretora de produtos agrícolas. Em 2010, foi adquirida pelo Grupo Ibrahim, do empresário Wajdi Ibrahim El Haouli, e virou uma DTVM cinco anos depois. *(AC)*

Regulação de IA financeira
O diretor de regulação do Banco Central (BC), Otávio Damaso, afirmou que não há no "pipeline" nenhum projeto de regulamentação do uso de inteligência artificial no setor financeiro. "Pode ser que na frente a gente venha discutir alguns aspectos, que veja os mecanismos de riscos. Tecnologia jamais a gente vai regulamentar." Damaso afirmou que vê cautela das instituições financeiras para entender a tecnologia e afirmou que esse é também o olhar do BC. *(Gabriel Shinohara)*

Mudança na BlackRock
Karina Saade, executiva-chefe (CEO) da BlackRock no Brasil desde julho de 2021, vai deixar a gestora de recursos. Segundo a gestora, ainda não foi escolhido um nome para a posição. Há um processo seletivo em curso. Ela fica até 3 de junho. A gigante americana, com US$ 10,5 trilhões globalmente, no Brasil reunia ao fim de março R$ 17,2 bilhões, predominantemente em fundos de índice (ETFs) negociados na B3. *(Adriana Cotias)*

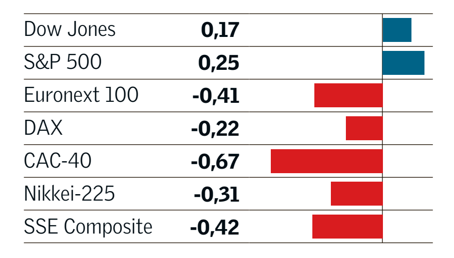
Ibovespa
Em pontos



queda de **0,27%**

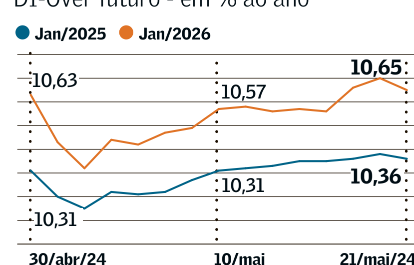
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 21/mai/24 - em %

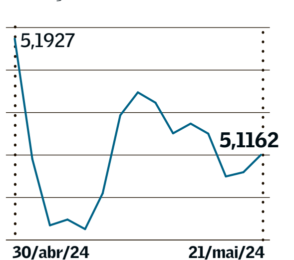


Dow Jones	0,17
S&P 500	0,25
Euronext 100	-0,41
DAX	-0,22
CAC-40	-0,67
Nikkei-225	-0,31
SSE Composite	-0,42

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

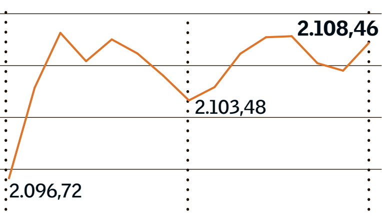


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



alta de **0,23%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Na ausência de dados relevantes, ativos acompanham movimento externo, enquanto investidor aguarda ata do Fed

Juros futuros caem e dólar sobe em linha com exterior

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Matheus Prado e Augusto Decker
De São Paulo

Os mercados domésticos seguiram quase à risca o movimento observado no exterior na sessão de ontem. Na ausência de indicadores econômicos de relevância no Brasil e nos Estados Unidos, os ativos financeiros acompanharam a dinâmica externa, com exceção da bolsa brasileira, que anotou desvalorização na sessão e, assim, destoou do sinal de Wall Street.

Sem um gatilho para que os mercados de juros e de câmbio tomassem um rumo consistente, as oscilações foram contidas tanto no mercado local quanto nos Estados Unidos. Por aqui, o dólar à vista subiu 0,23%, a R$ 5,1162, enquanto a taxa do contrato do DI para janeiro de 2027 cedeu de 11,05% para 11,015%.

O mercado de renda fixa dos EUA reverteu parte da pressão observada nos dias anteriores, enquanto os investidores aguardam a divulgação da ata da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano) do início do mês, prevista para hoje, às 16h.

Nesse ambiente, apesar da manutenção de um tom conservador nos discursos de dirigentes do banco central ontem, o rendimento da T-note de dez anos teve queda, ao sair de 4,450% para 4,421%, enquanto o índice DXY, que mede a força do dólar contra uma cesta de seis moedas de mercados desenvolvidos, avançava 0,06%, a 104,628 pontos, no fim da tarde.

Ontem, dois dirigentes do Fed deram prosseguimento à tentativa de manter a cautela nos mercados quanto ao início de um ciclo de flexibilização monetária. Em evento do Instituto Peterson, o diretor Christopher Waller afirmou que serão necessários "vários meses" de leituras boas de inflação para que ele se sinta confortável para apoiar o início de uma queda dos juros.

Já o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, afirmou não esperar um corte nos juros americanos antes do quarto trimestre deste ano — previsão que vai contra o atual consenso do mercado, de início do ciclo de cortes em setembro. Bostic, porém, não tem direito a voto nas reuniões de política monetária neste ano.

11,015%
foi a taxa do DI para janeiro de 2027 no fechamento

A possibilidade de os juros americanos seguirem em patamar restritivo por um período bastante longo é uma das razões para que o estrategista-chefe de mercados do J.P. Morgan, Marko Kolanovic, mantenha a previsão de que o S&P 500 cairá para 4,2 mil pontos até o fim do ano, o que representaria uma baixa em torno de 20% em relação ao nível atual do índice.

No Brasil, a possibilidade de o Fed se manter conservador por muito mais tempo (ou até ser mais agressivo) é motivo para que o gerente de câmbio da Tullett Prebon, Italo Abucater, não espere uma valorização do real até o fim do ano. "Vejo duas situações para o câmbio: uma em que há o encerramento do ciclo de cortes da Selic, o que geraria venda de dólar; e outra em que a inflação americana não alivia e deixa indefinido o primeiro corte das taxas, o que gera compra de dólar", afirma o estrategista.

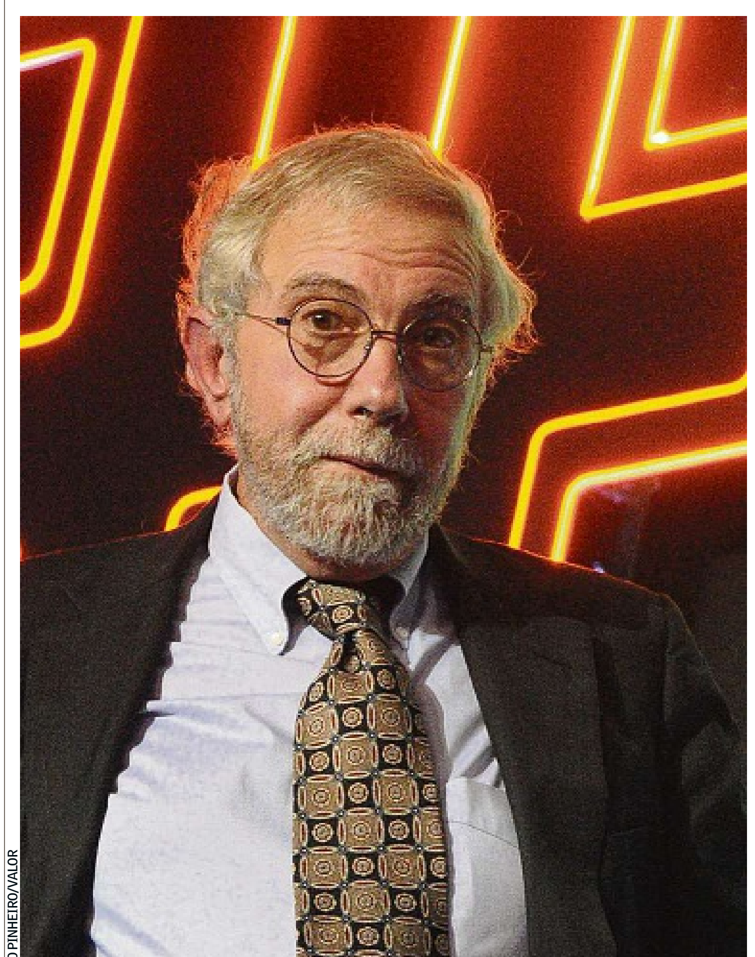
Para Abucater, esses dois cenários, "deveriam neutralizar o câmbio, em tese, mas creio que a 'não queda' dos juros nos EUA irá se sobrepor, levando a um dólar mais valorizado".

Abucater avalia que a janela da sazonalidade positiva do fluxo comercial está se encerrando e até agora não houve impacto positivo relevante no real. "Como no segundo semestre há mais saídas via conta financeira e menos entrada pela conta comercial, a meu ver, o dólar só deve deixar essa 'lateralidade' se for para avançar", diz.

Diferentemente do observado nos demais mercados, a bolsa doméstica não acompanhou o movimento externo. O Ibovespa registrou queda de 0,27%, a 127.411 pontos. Já em Nova York, o índice S&P 500 subiu 0,25%; o Dow Jones teve alta de 0,17%; e o Nasdaq avançou 0,22%.

Além disso, a sessão foi marcada pelo baixo volume de negócios na bolsa brasileira. "O volume está muito baixo, sinal que ninguém está tomando risco no momento. Estamos dependentes do cenário externo e não podemos ter mais notícias internas que atrapalhem", diz um profissional de vendas de um banco local. *(Colaborou Gabriel Roca)*

'Fanaticamente confuso' sobre taxas



Prêmio Nobel da Economia em 2008, Paul Krugman afirmou que não está totalmente claro para onde irão os juros americanos no médio prazo. "Sobre as taxas de juros, estou fanaticamente confuso", disse à Bloomberg TV, ressaltando que os custos dos empréstimos seguirão acima dos níveis pré-covid. "Qualquer pessoa que afirme saber com certeza a resposta para isso está se iludindo." Krugman, agora na City University de Nova York, disse que é possível que uma série de dinâmicas tenham "mudado o quadro" em comparação com o período pré-covid. Ele citou o aumento substancial da imigração, juntamente com a política industrial da administração Biden, "que está induzindo muitos investimentos industriais".

As ações improváveis beneficiadas pelo 'boom' de inteligência artificial

David Uberti
Dow Jones Newswires

Uma aposta improvável do mercado de ações americano neste segundo trimestre destaca-se mesmo em um ano cheio de surpresas em Wall Street. Os serviços de utilidade pública — isso mesmo, os serviços de concessionárias — estão superando a concorrência.

A alta das ações das empresas de energia é em parte uma recuperação de um 2023 desanimador. Mas seu movimento ascendente também reflete a crença crescente de que a economia dos Estados Unidos conseguirá superar taxas de juros mais altas e transformar o alarde em torno da Inteligência Artificial (IA) em realidade.

Os dados das últimas semanas mostraram um arrefecimento no crescimento do emprego e a retomada gradual da desaceleração da inflação, sem nenhuma deterioração alarmante das condições econômicas. Isso transformou as geradoras de energia, que deverão abastecer uma onda de centros de dados cada vez mais famintos de energia necessária para alimentar a IA, em uma aposta indireta no boom tecnológico esperado.

As ações do setor de serviços públicos no índice Standard & Poor's 500 (S&P 500), geralmente com desempenho morno, avançaram 18% nos últimos três meses, enquanto o setor de energia, o segundo colocado, subiu 11%. Das cinco ações de melhor desempenho no índice neste ano, três são de geradoras de energia. O aumento de 138% da ação da Vistra do Texas em 2024 faz a celebrada alta de 91% da Nvidia parecer sem graça.

Poucos investidores, ou mesmo nenhum, pensam que as ações de energia valorizadas pelos seus dividendos constantes estão a caminho dos elevados múltiplos de preço/lucro apresentados pelas fabricantes de chips e pelas grandes empresas de tecnologia que disputam o domínio da IA. Em Wall Street, porém, um grupo crescente considera que o setor irá subir à medida que novos centros de dados impulsionarem o que muitos analistas acreditam que será o primeiro crescimento considerável na demanda por eletricidade nos EUA em uma geração. "É para essa direção que as apostas estão apontando", diz John Bartlett, presidente da Reaves Asset Management.

Investidor de longa data no setor de serviços públicos, Bartlett agora concentra grande parte de sua atenção nos planos de desenvolvimento das gigantes da computação em nuvem que estão canalizando bilhões de dólares para a IA, incluindo a Alphabet, a Amazon.com e a Microsoft.

"Essas são as pessoas em quem você precisa realmente prestar atenção sobre o que está acontecendo com a demanda por eletricidade", acrescenta ele.

Os centros de dados poderão responder por 10,9% da demanda por eletricidade dos EUA até 2030, segundo analistas do Citigroup, número que hoje é de 4,5%. Se as necessidades de energia crescerem tanto quanto muitos esperam, isso também significará mais usinas, linhas de transmissão e outras infraestruturas — e mais retornos para as empresas que as constroem.

> "Nada no mundo da energia elétrica é uma corrida de arrancada"
> *Pavel Molchanov*

A alta das ações de serviços públicos representa uma reviravolta em relação ao ano passado, quando as altas das taxas de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano) criaram um mundo cheio de investimentos tentadores de alto rendimento. A mudança transformou os Treasuries, praticamente livres de risco, em máquinas de dinheiro, afastando investidores da ações em bolsa e seus dividendos sólidos.

Essa dinâmica não cedeu este ano; os investidores ainda levam para casa menos rendimentos provenientes dos dividendos das ações de serviços públicos do que dos títulos da dívida pública. Mesmo assim, mais operadores migraram para o setor depois que analistas de tecnologia e fornecedores de energia divulgaram uma série de projeções de aumento da demanda por eletricidade nos próximos anos. Isso transformou as empresas de energia, que normalmente são vistas como ações defensivas, em uma aposta surpreendente no crescimento.

O rali começou no início deste ano com os produtores independentes de energia que vendem eletricidade no mercado de atacado e desde então expandiu-se para o segmento de serviços públicos regulados.

Analistas alertam que as empresas com menos exposição a centros de dados e aquelas que fabricam equipamentos para as redes elétricas poderão ficar para trás. Há também a possibilidade de a economia dos EUA desacelerar ou o alarde em torno da IA se dissipar antes que o segmento de serviços de utilidade pública — um raro setor em que os investidores frequentemente aplaudem os gastos de capital — possam entrar em modo de construção de infraestrutura.

"Nada no mundo da energia elétrica é uma corrida de arrancada", diz Pavel Molchanov, analista da Raymond James.

A ameaça de longo prazo para os investidores é que os preços mais altos da eletricidade ou a produção de energia mais poluente possam levar as autoridades reguladoras a conter o avanço desse mercado.

Em estados como a Geórgia, os planos das empresas de serviços públicos de construir novas usinas geradoras de energia à base da queima de combustíveis fósseis despertaram a ira de grupos de consumidores e defensores do clima. Se as projeções de crescimento para a demanda por energia não se materializarem, os críticos alertam que os contribuintes ficarão presos a custos mais elevados por décadas.

"O risco é sempre que essa expansão seja muito inflacionária", diz Jim Lydotes, vice-diretor de investimentos em ações da Newton Investment Management. "Isso terá que vir à custa das contas dos consumidores."

Essa tensão entre as preocupações dos contribuintes e os retornos dos acionistas poderá aumentar à medida que mais empresas de serviços de utilidade pública propuserem a construção de novas infraestruturas. As autoridades reguladoras poderão efetivamente limitar os retornos dos serviços públicos, prejudicando o apelo ao investimento das empresas que provavelmente terão de emitir ações para financiar os projetos.

"As empresas de serviços públicos terão de autofinanciar esse crescimento. As autoridades reguladoras precisam manter os retornos aceitáveis", diz Lydotes.

Pix deve ultrapassar cartão no e-commerce até 2027, diz estudo

Álvaro Campos
De São Paulo

O cartão de crédito liderou os volumes transacionados no comércio eletrônico no Brasil no ano passado, com uma fatia de 40%, enquanto o Pix ficou com 30%. Entretanto, essas posições devem se inverter e o Pix pode chegar a um percentual de 50% em 2027, com o cartão de crédito caindo para 27%. Os dados são do estudo Global Payments Report 2024, da Worldpay.

O levantamento aponta que o Pix cresceu rapidamente e se tornou o método de pagamento mais popular do Brasil em número de transações. Do ponto de vista de quem vende, os estabelecimentos são atraídos pelos custos mais baixos de aceitação de pagamentos e liquidação instantânea, que aumentam o fluxo de caixa.

Impulsionados pelo Pix, os pagamentos on-line — chamados no estudo de "conta a conta" (A2A) — cresceram 49% em 2023 ante 2022, respondendo por 30% do valor transacionado no e-commerce.

"Prevê-se um crescimento excepcional de 27% ao ano entre 2023 e 2027, estabelecendo que A2A terá uma participação de 50% nos gastos no e-commerce até 2027. Pessoa para empresa é o tipo de transação Pix que mais cresce e, em setembro de 2023, representava 34% de todas as transações Pix", explica o texto.

No comércio físico, o cartão de crédito lidera com 36% do volume, seguido pelo dinheiro em espécie (22%), cartão de débito (20%) e carteiras digitais (18%). É nesta última categoria do estudo que entra o Pix. Ele deve fazer com que as carteiras digitais atinjam uma participação de 41% em 2027, assumindo a liderança e deixando novamente para trás o cartão de crédito (30%).

"Estamos vivendo uma imensa transformação no universo dos meios de pagamentos. Hoje, as inovações digitais geram uma variedade cada vez maior de tipos de pagamento. E os consumidores, que nunca tiveram tantas opções para realizar pagamentos, esperam nada menos do que a perfeição na hora de fazer seu checkout", comenta em nota Juan Pablo D'Antiochia, vice-presidente sênior da Worldpay para a América Latina.

De acordo com as projeções do estudo, o comércio físico brasileiro deve crescer 5% ao ano entre 2023 e 2027, chegando a US$ 960 bilhões. Já o e-commerce deve avançar 12%, para US$ 150 bilhões. Hoje, o Brasil é o 10º mercado de comércio eletrônico no mundo, com U$ 95 bilhões. Já em comércio físico, é o 9º colocado, com U$ 790 bilhões.

Curtas

Índice de dividendos da B3

A B3 começou a disponibilizar uma nova versão do IDIV B3, índice que acompanha as companhias que mais pagam dividendos. A nova versão será chamada de IDIV B3 Price Return. Para fazer parte do índice, a empresa precisa estar entre as que mais repassaram dividendos ou juros sobre capital próprio nos últimos 36 meses. *(Rita Azevedo)*

Fórum Drex

O Banco Central (BC) promoverá hoje, a partir das 10h, a quarta edição do Fórum Drex. O fórum é um comitê consultivo com agentes de mercado e entidades de instituições reguladas pelo BC que tem o objetivo de facilitar a comunicação entre o regulador e o mercado sobre a moeda digital em desenvolvimento. *(Gabriel Shinohara)*

Crédito Promessa de campanha, programa reduz em 8,7% inadimplência da população de menor renda com descontos de até 90,2% nas dívidas

Desenrola renegocia R$ 53 bi e chega a 15 milhões de pessoas

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O programa Desenrola Brasil, encerrado na última segunda-feira, atingiu mais de 15 milhões de pessoas, totalizando R$ 53,07 bilhões em dívidas renegociadas e reduzindo a inadimplência da população mais vulnerável, segundo balanço final divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda. O programa foi uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na Faixa 1 do programa (pessoas mais vulneráveis, com renda até dois salários mínimos ou inscritas no CadÚnico), que contava com garantia da União, 84,8% dos valores renegociados foram parcelados e 15,2% pagos à vista. O ticket médio foi de R$ 248 nos pagamentos à vista, e de R$ 1.030 nos parcelados.

Já a média dos descontos concedidos à Faixa 1 foi de 84,7% nas renegociações parceladas e 90,2% à vista. A média dos juros cobrada foi de 1,82% ao mês (o teto era de 1,99% ao mês). Ainda nessa faixa, 52% do público elegível ao programa era formado por mulheres e, entre o público que efetivamente negociou, o percentual de mulheres sobe para 56% do total.

Dados do Serasa utilizados pela Fazenda apontam para uma redução de 8,7% da inadimplência entre a população do público do Faixa 1. De maio de 2023 a março de 2024, os inadimplentes caíram de 25,237 milhões para 23,053 milhões.

Já no Faixa 2, que incluia o público com renda mensal acima de dois salários mínimos até R$ 20 mil, atingiu dívidas bancárias de três milhões de pessoas com a negociação de R$ 26,5 bilhões. O programa começou com a retirada de 10 milhões de registros de dívidas de até R$ 100 dos cadastros de inadimplentes, somando cerca de R$ 1 bilhão em débitos

Os setores com maior renegociação em termos de valores na faixa 1 foram serviços financeiros (R$ 11,1 bilhão), securitizadoras (R$ 1,6 bilhão) e comércio (R$ 1 bilhão). Em relação a serviços não financeiros, foram renegociados conta de luz (R$ 506,7 milhões), de água (R$ 24,8 milhões) e telefone/internet (R$ 99,6 milhões).

> "As taxas de juros no Brasil e os spreads brasileiros estão completamente fora da média mundial"
> *Marcos Pinto*

Em entrevista ao **Valor**, o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, defendeu que o número de 15 milhões de beneficiários superou a expectativa inicial da pasta. "A negociação, 0,5% do Produto Interno Bruto, não é um número desprezível. A gente conseguiu tirar [o programa] do papel em tempo recorde e ter tido esse impacto é realmente fantástico", disse ele.

Segundo Pinto, a pasta em nenhum momento imaginou que 100% dos endividados elegíveis ao programa, que totaliza cerca de 25 milhões de pessoas, seriam atingidos pelo Desenrola. No total, o Desenrola consumiu R$ 1,8 bilhão de recursos da União dos R$ 8 bilhões reservados para o Fundo Garantidor de Operações (FGO), o que na prática significa que, para cada R$ 1 aportado pelo Tesouro no programa, foram negociados R$ 25 em dívidas atrasadas.

"Na linha da Fazenda de fazer ter o máximo impacto na vida das pessoas com responsabilidade fiscal, acho que conseguimos um resultado fantástico, aplicando uma quantidade de recursos não desprezível, mas que obteve um resultado muito maior", comentou.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

Marcos Pinto, secretário de reformas da Fazenda: negociação de 0,5% do PIB não é um número desprezível

Balanço do programa Desenrola Brasil
Negociação de dívidas chegou ao fim na última segunda-feira

Etapa	Pessoas beneficiadas (milhões)	Contratos renegociados (milhões)	Valores (bilhões)
Faixa 1	5,06	10,50	25,43
Faixa 2	3,00	3,70	26,50
Dívidas inferiores a R$ 100	7,00	10	1
Total	**15,06**	**24,20**	**53,07**

Fonte: Ministério da Fazenda

Os Estados com mais pessoas beneficiadas pelo programa foram: São Paulo (25,3%), Rio de Janeiro (11,3%) e Minas Gerais (8,6%). Eles também lideraram em valores absolutos e em volume de renegociação (R$ 2,06 bilhões). Em todo o país, dos 5.571 municípios com público elegível ao Desenrola, foram realizadas renegociações em 5.567 (99,9%).

"Muitas vezes, é difícil avaliar uma política pública porque ela envolve um contrafatual, que é o que teria acontecido se a política pública não tivesse sido feita. No Desenrola, conseguimos medir isso, porque olhamos para a inadimplência do grupo afetado, que caiu, e a do grupo não afetado, que subiu", avaliou o secretário.

Segundo Marcos Pinto, para atacar o problema do endividamento de forma estrutural, é preciso reduzir o chamado spread bancário. "É a principal causa da inadimplência, não à toa os serviços financeiros foram os principais serviços renegociados", afirmou. "As taxas de juros no Brasil e os spreads brasileiros estão completamente fora da média mundial. Precisamos atacar esse problema", disse ele.

Segundo Pinto, isso só é possível aumentando a competição no sistema financeiro e ampliando os índices de recuperação de crédito. "O fato de os bancos não conseguirem recuperar o crédito de alguns prejudica a todos."

Investimentos Plataforma tem captação líquida mais fraca, mas com receitas maiores em 12 meses

XP amplia lucro apesar de ambiente macro pior

Adriana Cotias
De São Paulo

O cenário mais positivo que se desenhava para o primeiro trimestre de 2024 não se concretizou, com deterioração do quadro macroeconômico, diante da postergação dos cortes de juros nos EUA e reflexos para a política monetária no Brasil. Independentemente desse ambiente adverso, a XP conseguiu fechar o período de janeiro a março com "resultado sólido", resumiu Bruno Constantino, executivo-chefe de finanças (CFO), na sua última apresentação no posto — ele deixará a função executiva para integrar o conselho de administração, que passará a ter predominância de membros independentes.

A XP encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de R$ 1,030 bilhão, alta de 29% na comparação com igual período do ano passado, mas queda de 1% em relação ao quarto trimestre, sazonalmente mais forte para a atividade. O EBT (lucro antes de impostos) foi recorde para o período de janeiro a março, chegando a R$ 1,088 bilhão, alta de 33% ano a ano. Com isso, a margem melhorou em quase 1 ponto percentual, para 26,9%.

Apesar da captação líquida mais fraca, as receitas aumentaram 28% em 12 meses, a R$ 4,270 bilhões, com as rendas da divisão de atacado, que engloba grandes empresas e transações de mercado de capitais, subindo 91%, a R$ 509 milhões. No varejo, carro-chefe da XP, houve alta de 22% nesse mesmo intervalo, para R$ 3,131 bilhões.

Dentro do segmento, enquanto a bolsa não deslancha e a seca de ofertas de ações continua, a renda fixa tem sido destaque. No primeiro trimestre houve crescimento de 112% na comparação com um ano atrás, a R$ 704 milhões. Isso tem compensado, em certa medida, o menor ritmo de transações em bolsa. A renda variável ainda predomina no bolo, com R$ 1,12 bilhão da receita bruta, alta de 6% em relação a igual período de 2023.

A captação líquida alcançou R$ 15 bilhões, 22% menor em relação ao último trimestre de 2023 e 10% abaixo na comparação anual. Com R$ 1,141 trilhão em ativos totais, houve alta de 20% em relação ao primeiro trimestre de 2023. O crescimento em 12 meses foi impactado por R$ 103 bilhões de dinheiro novo e R$ 84 bilhões de apreciação dos ativos. A XP tinha em março 4,6 milhões de clientes.

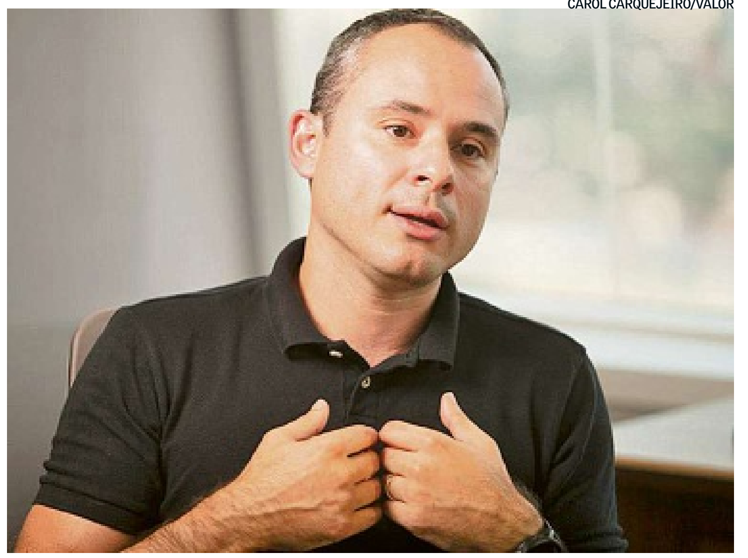
"O 'net new money' [captação] tem crescido mais lentamente do que no passado, dado o macroambiente, mas temos investido em novas verticais que têm apresentado crescimento bom, não espetacular", disse Thiago Maffra, executivo-chefe (CEO) da XP, na teleconferência de resultados. A sua avaliação é que o pior já passou e ele diz estar mais otimista hoje do que um ou dois anos atrás. "Apesar de competir com letras de crédito isentas de imposto de renda, nosso portfólio composto continua crescendo." A XP também se preparou para um ano difícil em termos de despesas e receitas, acrescentou.

"No passado, a questão da captação era super-relevante para o resultado do ano corrente. É um número que a gente olha diariamente, mas é menos relevante porque hoje a XP tem mais de R$ 1 trilhão no ecossistema", disse Constantino.

Se o curto prazo é mais controverso e não dá para controlar o macro, num horizonte de tempo mais longo, ele disse ter uma visão positiva para o negócio. Maffra frisou que o ano começou com previsões de taxas de juros finais próximas de 9%, inflação controlada e valorização do real, além da percepção de uma situação fiscal controlada. À medida que avançou o trimestre, essas condições mudaram e agora a Selic esperada é de 10%, com desvalorização cambial e dúvidas sobre o equacionamento das contas públicas.

Uma das apostas para ganhar engajamento dos clientes e se valer da rede que construiu é a ferramenta de planejamento financeiro casada com o "open investment", a possibilidade de o investidor compartilhar a carteira que mantém em outras instituições. Conforme noticiou o **Valor**, a recomendação de investimentos foi unificada na figura de Artur Wichmann, executivo-chefe de investimentos do private banking. A proposta é estender um serviço antes destinado ao público endinheirado para uma base mais massificada, com auxílio da tecnologia.

As novas verticais vêm aos poucos contribuindo para um mix mais diversificado de receitas. Previdência, cartões, crédito e seguros contribuíram com R$ 492 milhões, ou 15,7% do total no varejo. Um ano atrás, essa proporção era de 10,8%.


CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Thiago Maffra, presidente da XP: captação tem crescido mais lentamente

"No passado, captação era super-relevante; hoje é menos porque XP tem mais de R$ 1 tri"
Bruno Constantino

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 21/05/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.751,5219650	0,05	0,52	3,59
IRF-M	1+**	20.136,1246600	0,17	0,64	0,98
IRF-M	Total	18.257,6886740	0,13	0,60	1,75
IMA-B	5***	9.221,9858200	0,03	0,87	2,73
IMA-B	5+****	11.277,1970280	0,03	1,62	-2,82
IMA-B	Total	9.886,9359440	0,03	1,26	-0,20
IMA-S	Total	6.658,6304790	0,04	0,56	4,20
IMA-Geral	Total	8.124,7571910	0,06	0,78	2,20

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	07/05	06/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,00	31,90	32,64	32,64	31,69	35,52
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,96	23,85	24,32	24,32	27,17	26,45
Conta garantida pré - a.a.	42,67	44,47	40,86	40,86	42,96	55,29
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,80	22,27	24,12	24,12	24,60	28,25
Vendor pré - a.a.	15,93	16,38	15,47	15,47	15,61	19,08
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,62	16,74	18,21	18,21	16,28	20,08
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,50	17,34	17,70	17,70	17,96	18,48
Conta garantida pós - a.a.	24,86	25,46	26,56	26,56	23,74	27,42
ACC pós - a.a.	8,59	7,75	7,89	7,89	8,10	8,83
Factoring - a.m.	3,28	3,30	3,35	3,35	3,33	3,63

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	21/05/24	20/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3237	5,3237	5,3274	5,3300	4,9395
3 meses	-	5,3484	5,3478	5,3479	5,3479	4,7849
6 meses	-	5,3894	5,3896	5,3902	5,3901	4,5329
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9040	3,9070	3,9060	3,9100	3,1510
1 mês	-	3,9118	3,9132	3,9137	3,9129	2,9765
3 meses	-	3,9249	3,9253	3,9260	3,9254	2,7510
6 meses	-	3,9431	3,9430	3,9429	3,9426	2,2684
1 ano	-	3,8168	3,8025	3,7632	3,7367	1,1596
Euribor ***						
1 mês	-	3,807	3,838	3,873	3,837	3,134
3 meses	-	3,822	3,824	3,825	3,892	3,415
6 meses	-	3,787	3,799	3,795	3,846	3,707
1 ano	-	3,673	3,638	3,696	3,732	3,878
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,36	5,36	5,36	5,38	5,40
T-Bill (3 meses)	5,37	5,40	5,39	5,40	5,39	5,25
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,37	5,39	5,37	5,32
T-Note (2 anos)	4,84	4,85	4,82	5,04	4,98	4,28
T-Note (5 anos)	4,44	4,47	4,46	4,72	4,67	3,73
T-Note (10 anos)	4,42	4,45	4,44	4,68	4,62	3,68
T-Bond (30 anos)	4,55	4,59	4,59	4,79	4,71	3,93

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

			Mês				Acumulado	
Renda Fixa	mai/24*	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	Ano*	12 meses**
Selic	0,56	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,11	12,32
CDI	0,56	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,11	12,32
CDB (1)	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	3,79	10,52
Poupança (2)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
Poupança (3)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
IRF-M	0,60	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	1,75	12,20
IMA-B	1,26	-1,61	0,08	0,55	-0,45	2,75	-0,20	7,83
IMA-S	0,56	0,90	0,86	0,82	0,99	0,92	4,20	12,63
Renda Variável								
Ibovespa	1,18	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	-5,05	20,58
Índice Small Cap	1,72	-7,76	2,15	0,47	-6,55	7,05	-10,00	12,36
IBrX 50	0,72	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	5,31	-3,97	22,10
ISE	2,29	-6,02	1,21	1,99	-4,96	6,04	-5,69	14,74
IMOB	4,19	-11,56	1,10	1,27	-8,46	8,69	-13,64	17,33
IDIV	3,12	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	6,90	-1,36	21,76
IFIX	0,15	-0,77	1,43	0,79	0,67	4,25	2,27	18,32
Dólar Ptax (BC)	-1,32	3,51	0,26	0,60	2,32	-1,91	5,42	3,42
Dólar Comercial (mercado)	-1,47	3,54	0,86	0,71	1,75	-1,28	5,43	4,12
Euro (BC) (4)	0,26	2,37	0,07	0,25	0,54	-0,63	3,53	0,10
Euro Comercial (mercado) (4)	0,22	2,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	3,43	0,84
Ouro B3	-	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,16	0,83	0,42	0,56	1,80	3,69
IGP-M	-	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	-0,60	-3,04

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 21/mai/24. ** Até abr/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 16/05/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.476.460,67					5.416,53	58.385,60	212.069,61	164.568,46
RF Indexados (2)	150.354,22	0,14	0,82	2,00	8,95	63,37	-488,31	-3.441,37	-11.014,93
RF Duração Baixa Soberano (2)	693.510,54	0,04	0,40	3,68	11,31	768,55	18.238,84	61.875,87	27.329,94
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	817.249,56	0,05	0,45	4,18	12,86	1.704,98	12.052,75	31.529,72	31.098,74
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	152.105,87	0,04	0,05	4,20	12,47	393,70	3.460,30	48.096,92	54.792,60
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.104,89	0,08	0,58	3,25	8,55	169,02	950,28	-2.392,04	-5.595,56
RF Duração Livre Soberano (2)	227.841,65	0,04	0,50	3,27	10,61	273,45	3.888,32	3.054,06	-6.350,46
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	671.189,37	0,06	0,49	3,64	11,41	2.367,78	6.776,16	3.957,17	-21.026,94
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	330.983,59	0,08	0,66	3,67	12,95	711,55	5.606,14	50.572,29	107.545,45
Ações	619.956,39					-39,05	-2.504,79	-2.692,30	31.112,52
Ações Indexados (2)	11.047,85	0,19	1,81	-4,42	18,30	6,51	-126,11	984,93	-717,67
Ações Índice Ativo (2)	34.701,55	0,17	1,85	-4,65	16,98	-2,57	-215,71	-1.624,84	-3.219,12
Ações Livre	222.842,11	0,17	2,82	-2,38	19,80	8,09	-1.805,05	-2.272,75	-10.947,89
Fechados de Ações	127.186,33	0,22	1,23	-2,20	2,33	8,66	146,37	-1.120,50	29.295,99
Multimercados	1.654.974,30					-969,59	-4.464,28	-43.815,86	-178.910,88
Multimercados Macro	156.612,11	0,05	1,07	0,66	7,07	-548,34	-3.427,25	-19.361,22	-47.036,53
Multimercados Livre	624.467,40	0,01	0,56	1,91	9,83	-383,44	2.196,21	9.131,73	-42.593,98
Multimercados Juros e Moedas	52.114,05	0,03	0,47	3,46	11,66	-111,82	-1.248,62	-4.954,79	-15.253,57
Multimercados Invest. no Exterior (2)	740.933,43	0,03	0,46	2,70	11,34	39,21	-2.255,20	-30.095,81	-68.840,23
Cambial	6.073,93	-0,17	-0,83	8,03	10,35	3,77	18,60	-314,83	-1.383,91
Previdência	1.417.346,72					-103,25	327,28	15.041,35	40.393,07
ETF	43.235,78					-1,70	432,47	-2.561,96	-567,92
Demais Tipos	1.987.493,56					-1.164,05	7.994,68	36.663,43	39.697,30
Total Fundos de Investimentos	**7.218.047,80**					**4.306,71**	**52.194,88**	**177.726,02**	**55.211,33**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.708.351,66**					**1.020,43**	**11.718,88**	**42.980,02**	**99.148,94**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.802,00**					-	-	-	-
Total Geral	**8.974.201,46**					**5.327,14**	**63.913,76**	**220.706,04**	**154.360,27**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	21/05/24	20/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,32
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9726
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,80
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0828
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,37	10,36	10,34	10,34	10,43	13,62
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,38	10,37	10,33	10,31	10,37	13,46
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,39	10,46	10,54	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,37	10,36	10,40	10,48	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,36	10,34	10,35	10,43	13,62
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,35	10,36	10,34	10,32	10,40	13,59
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,35	10,37	10,33	10,31	10,37	13,47
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,47	10,38	10,39	10,37	12,70

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 21/05/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	99.686,40	10,400	96.554	10,398	10,406	10,406
Vencimento em jul/24	98.908,08	10,386	95.298	10,382	10,386	10,384
Vencimento em ago/24	98.024,57	10,361	30.768	10,360	10,366	10,364
Vencimento em set/24	97.188,08	10,347	12.426	10,345	10,355	10,355
Vencimento em out/24	96.394,57	10,345	285.547	10,335	10,355	10,340
Vencimento em nov/24	95.531,57	10,347	8.006	10,345	10,350	10,345
Vencimento em dez/24	94.821,30	10,355	4.248	10,350	10,360	10,360
Vencimento em jan/25	94.045,38	10,356	677.656	10,340	10,370	10,360
Vencimento em fev/25	93.225,99	10,379	7.378	10,380	10,380	10,380
Vencimento em mar/25	92.481,01	10,405	576	10,400	10,410	10,410
Vencimento em abr/25	91.789,78	10,410	163.566	10,390	10,430	10,410
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.118,30	0,10	262.635	5.087,50	5.128,50	5.127,00
Vencimento em jul/24	5.133,26	0,10	900	5.141,00	5.141,00	5.141,00
Vencimento em ago/24	5.150,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.166,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.181,16	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.555,96	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.579,46	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.606,28	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	128.134	-0,35	89.325	127.865	128.950	128.210
Vencimento em ago/24	130.154	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	132.138	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 21/05/24

			Variações %			
Indicador	**Compra**	**Venda**	**No dia**	**No mês**	**No ano**	**12 meses**
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1031	5,1037	-0,09	-1,32	5,42	2,36
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1156	5,1162	0,23	-1,47	5,43	2,42
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1439	5,3239	0,11	-1,41	5,48	2,80
Euro (BC) - (R$/€)	5,5379	5,5406	-0,15	0,26	3,53	2,70
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5532	5,5538	0,19	0,22	3,43	2,88
Euro Turismo (R$/€)	5,6120	5,7920	0,06	0,13	3,30	3,11
Euro (BC) - (US$/€)	1,0852	1,0856	-0,06	1,60	-1,79	0,32
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.420,71	-0,22	5,65	17,21	22,21
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.417,05	-1,12	4,42	17,20	22,97

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

			No fim de		Variação - em %		
Índice	**21/05/24**	**20/05/24**	**abr/24**	**dez/23**	**dia**	**mês**	**Ano**
Valor-Coppead Performance	160.496,73	161.392,69	158.178,40	173.997,89	-0,56	1,47	-7,76
Valor-Coppead Mínima Variância	97.294,31	96.969,76	93.569,68	93.533,91	0,33	3,98	4,02

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 21/05/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 21/05/24

			Em			Variação - em %			
Índice	**21/05/24**	**20/05/24**	**30/04/24**	**29/12/23**	**21/05/23**	**dia**	**mês**	**ano**	**12 meses**
S&P BNY	184,78	185,22	175,61	165,54	152,01	-0,24	5,22	11,62	21,56
S&P BNY Emergentes	352,01	354,82	327,57	312,75	279,81	-0,79	7,46	12,55	25,80
S&P BNY América Latina	212,02	213,56	210,73	225,28	190,69	-0,72	0,61	-5,89	11,19
S&P BNY Brasil	205,85	206,97	208,55	232,95	189,20	-0,54	-1,30	-11,64	8,80
S&P BNY México	340,40	344,69	334,82	331,67	315,16	-1,24	1,67	2,63	8,01
S&P BNY Argentina	263,11	268,33	239,79	178,27	118,27	-1,94	9,73	47,60	122,46
S&P BNY Chile	152,99	154,27	141,51	162,12	171,96	-0,83	8,12	-5,63	-11,03
S&P BNY Índia	2.729,53	2.742,89	2.767,67	2.923,01	2.725,59	-0,49	-1,38	-6,62	0,14
S&P BNY Ásia	216,11	217,95	203,01	189,60	168,84	-0,84	6,45	13,98	28,00
S&P BNY China	349,83	358,25	313,42	336,11	308,20	-2,35	11,62	4,08	13,51
S&P BNY África do Sul	223,41	224,59	205,44	199,87	231,72	-0,53	8,75	11,78	-3,59
S&P BNY Turquia	31,08	29,60	27,03	22,45	17,85	5,00	14,99	38,40	74,12

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
04/05 a 04/06	0,0487	0,5489	0,5489	0,7190
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109	0,6109	0,7910
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087	0,6087	0,7889
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065	0,6065	0,7867
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838	0,5838	0,7540
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490	0,5490	0,7191
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344	0,5344	0,7244
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607	0,5607	0,7608
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	0,5869	0,7971
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	0,5889	0,7991
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 21/05/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
		Variação % em reais			
Ibovespa	127.412	-0,27	1,18	-5,05	15,05
IBrX	53.731	-0,25	0,80	-4,82	15,32
IBrX 50	21.335	-0,35	0,72	-3,97	16,66
IEE	91.037	0,59	6,73	-4,13	8,56
SMLL	2.118	-0,01	1,72	-10,00	2,32
ISE	3.549	-0,08	2,29	-5,69	6,39
IMOB	873	-0,09	4,19	-13,64	7,85
IDIV	8.950	0,39	3,12	-1,36	21,80
IFIX	3.387	-0,13	0,15	2,27	12,96
		Variação % em dólares			
Ibovespa	24.965	-0,17	2,53	-9,93	12,39
IBrX	10.528	-0,16	2,14	-9,71	12,66
IBrX 50	4.180	-0,26	2,07	-8,91	13,96
IEE	17.838	0,69	8,16	-9,06	6,05
SMLL	415	0,08	3,08	-14,63	-0,04
ISE	695	0,01	3,65	-10,54	3,93
IMOB	171	0,00	5,58	-18,08	5,36
IDIV	1.754	0,48	4,50	-6,43	18,99
IFIX	664	-0,04	1,48	-2,98	10,35

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 21/05/24	20/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	325	322	3,0	-4,0	-20,0
África do Sul	330	329	1,0	-23,0	4,0
Argentina	1.294	1.257	37,0	79,0	-613,0
Brasil	212	212	0,0	2,0	17,0
Colômbia	294	290	4,0	-10,0	29,0
Filipinas	73	71	2,0	-7,0	15,0
México	164	163	1,0	-6,0	-3,0
Peru	101	100	1,0	-10,0	-1,0
Turquia	241	239	2,0	5,0	-35,0
Venezuela	17.303	17.105	198,0	2.276,0	-6.789,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	09/05/24	354.438
out/23	340.247	10/05/24	354.470
nov/23	348.406	13/05/24	354.542
dez/23	355.034	14/05/24	355.014
jan/24	353.563	15/05/24	356.419
fev/24	352.705	16/05/24	356.448
mar/24	355.008	17/05/24	356.191
abr/24	351.599	20/05/24	356.017

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	21/05/24	20/05/24	17/05/24	16/05/24	15/05/24	14/05/24
Índice	2.108,46	2.106,06	2.106,71	2.109,05	2.108,96	2.107,53
Var. no dia	0,11%	-0,03%	-0,11%	0,00%	0,07%	0,14%
Var. no mês	0,56%	0,45%	0,48%	0,59%	0,58%	0,52%
Var. no ano	2,09%	1,98%	2,01%	2,12%	2,12%	2,05%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 21/05/24

	Em US$ *		Em R$ **	
Moeda	**Compra**	**Venda**	**Compra**	**Venda**
Baht (Tailândia)	36,3400	36,3700	0,14030	0,14040
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1031	5,1037
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4789	36,5703	0,1395000	0,1399000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7290	0,7451
Colon (Costa Rica)	510,4700	515,0000	0,009909	0,009998
Coroa (Dinamarca)	6,8739	6,8749	0,7423	0,7425
Coroa (Islândia)	138,1300	138,4500	0,03686	0,03695
Coroa (Noruega)	10,6732	10,6766	0,4780	0,4782
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7640	22,7760	0,2241	0,2242
Coroa (Suécia)	10,7007	10,7028	0,4768	0,4770
Dinar (Argélia)	134,2946	134,8846	0,03783	0,03800
Dinar (Kuwait)	0,3068	0,3069	16,6279	16,6353
Dinar (Líbia)	4,8281	4,8504	1,0521	1,0571
Direitos Especiais de Saque ***	1,3250	1,3250	6,7616	6,7624
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,3892	1,3897
Dirham (Marrocos)	9,8991	9,9041	0,5153	0,5156
Dólar (Austrália)***	0,6665	0,6666	3,4012	3,4021
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1031	5,1037
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5099	2,5541
Dólar (Canadá)	1,3643	1,3647	3,7394	3,7409
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1115	6,1863
Dólar (Cingapura)	1,3469	1,3477	3,7865	3,7892
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1031	5,1037
Dólar (Hong Kong)	7,8038	7,8043	0,6539	0,6540
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6093	0,6096	3,1093	3,1112
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7465	6,8260	0,7476	0,7565
Euro (Comunidade Européia)***	1,0852	1,0856	5,5379	5,5406
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8039	2,8600
Franco (Suíça)	0,9106	0,9111	5,6010	5,6048
Guarani (Paraguai)	7516,1500	7530,7900	0,0006776	0,0006790
Hryvnia (Ucrânia)	39,7500	39,8500	0,1281	0,1284
Iene (Japão)	156,0800	156,0900	0,03269	0,03270
Lev (Bulgária)	1,8017	1,8020	2,8319	2,8327
Libra (Egito)	46,6000	46,7000	0,1093	0,1095
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000057	0,000057
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00039	0,00039
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2708	1,2709	6,4850	6,4863
Naira (Nigéria)	1415,0000	1417,0000	0,00360	0,00361
Lira (Turquia)	32,1913	32,1973	0,1585	0,1585
Novo Dólar (Taiwan)	32,2950	32,3250	0,15790	0,15800
Novo Sol (Peru)	3,7294	3,7318	1,3675	1,3685
Peso (Argentina)	889,0000	889,5000	0,00574	0,00574
Peso (Chile)	888,0000	889,0000	0,005740	0,005747
Peso (Colômbia)	3810,3200	3813,7500	0,001338	0,001339
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2126	0,2127
Peso (Filipinas)	58,2000	58,2200	0,08765	0,08769
Peso (México)	16,5946	16,6051	0,3073	0,3076
Peso (Rep. Dominicana)	58,4900	58,8700	0,08668	0,08726
Peso (Uruguai)	38,4100	38,4400	0,13280	0,13290
Rande (África do Sul)	18,0716	18,0770	0,2823	0,2824
Rial (Arábia Saudita)	3,7503	3,7505	1,3606	1,3609
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001215	0,0001215
Ringgit (Malásia)	4,6900	4,6950	1,0869	1,0882
Rublo (Rússia)	90,3205	90,3295	0,05649	0,05651
Rúpia (Índia)	83,2530	83,3080	0,06126	0,06130
Rúpia (Indonésia)	15990,0000	15999,0000	0,0003190	0,0003192
Rúpia (Paquistão)	278,3500	278,5000	0,01832	0,01834
Shekel (Israel)	3,6667	3,6701	1,3905	1,3919
Won (Coréia do Sul)	1364,6600	1365,1700	0,003738	0,003740
Yuan Renminbi (China)	7,2376	7,2382	0,7050	0,7052
Zloty (Polônia)	3,9168	3,9182	1,3024	1,3030

	Cotações		Em R$(1)	
	Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2423,09	0,01284	397,4377	397,4844

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

						Variações %			Em 12 meses	
País	**Cidade**	**Índice**	**21/05/24**	**20/05/24**	**No dia**	**No mês**	**No ano**	**Em 12 meses**	**Menor índice**	**Maior índice**
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.872,99	39.806,77	0,17	5,44	5,79	19,29	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.713,80	18.674,19	0,21	7,30	11,22	35,57	13.604,48	18.713,80
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.832,62	16.794,87	0,22	7,50	12,13	32,98	12.484,16	16.832,62
EUA	Nova York	S&P 500	5.321,41	5.308,13	0,25	5,67	11,56	26,94	4.115,24	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.468,16	Feriado	0,01	3,40	7,20	10,40	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	56.760,72	57.393,28	-1,10	0,06	-1,09	4,54	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.440,78	1.441,68	-0,06	6,15	20,55	28,19	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	63.537,36	63.189,52	0,55	1,31	9,86	99,05	31.884,43	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	Feriado	6.710,41	-	3,05	8,27	18,69	5.407,50	6.728,41
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.891,77	30.708,18	0,60	5,85	19,00	42,80	21.161,78	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.581.107,16	1.535.511,53	2,97	19,46	70,07	366,85	338.677,61	1.581.107,16
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.547,76	1.554,12	-0,41	2,94	10,91	12,11	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.726,76	18.768,96	-0,22	4,43	11,79	15,06	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.141,46	8.195,97	-0,67	1,96	7,93	8,67	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.603,61	34.825,01	-0,64	2,54	14,01	25,74	26.051,33	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.991,00	4.006,94	-0,40	2,77	7,64	6,80	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.771,49	Feriado	1,55	3,35	21,37	31,57	1.962,58	2.771,49
Espanha	Madri	IBEX-35	11.334,90	11.339,50	-0,04	4,43	12,20	22,52	8.918,30	11.362,80
Grécia	Atenas	ASE General	1.496,35	1.502,79	-0,43	3,30	15,71	32,15	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	911,51	914,95	-0,38	3,72	15,85	18,83	714,05	914,95
Hungria	Budapeste	BUX	67.866,13	Feriado	-0,33	-0,40	11,95	45,67	46.303,67	69.201,95
Polônia	Varsóvia	WIG	88.739,92	89.414,00	-0,75	4,93	13,10	36,69	62.285,97	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.905,51	6.902,84	0,04	4,38	7,96	14,27	5.729,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.199,26	1.204,10	-0,40	2,09	10,69	15,69	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.631,49	2.632,17	-0,03	2,94	9,73	14,99	2.049,65	2.632,85
Suíça	Zurique	SMI	12.001,50	Feriado	-0,30	6,58	7,75	3,72	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.895,25	10.739,57	1,45	8,46	45,85	142,02	4.424,92	10.895,25
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.975,87	1.988,49	-0,63	0,26	5,34	8,33	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.808,06	80.073,00	-0,33	4,91	3,79	2,09	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.946,93	39.069,68	-0,31	1,41	16,38	26,42	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.120,20	8.132,10	-0,15	2,37	3,71	8,68	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.780,50	1.793,98	-0,75	1,39	-3,12	-12,34	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.157,97	3.171,15	-0,42	1,71	6,15	-3,82	2.702,19	3.296,47
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.724,18	2.742,14	-0,65	1,19	2,59	7,34	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.220,62	19.636,22	-2,12	8,21	12,75	-1,18	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.953,31	74.005,94	-0,07	-0,71	2,37	19,80	61.729,68	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.186,04	7.266,69	-1,11	-0,67	-1,19	7,25	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.370,83	1.378,70	-0,57	0,21	-3,18	-9,51	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.236,75	21.271,63	-0,16	4,12	18,44	31,29	16.001,27	21.304,26

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024/SETASC
PROCESSO Nº 1009808/2023

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que realizará Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO é a aquisição de 141 veículos utilitários tipo pick-up.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 23/05/2024 a 07/06/2024 período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 07/06/2024 às 9h00min
INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 23/05/2024 no endereço: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**, no menu "Edital" e no site **www.setasc.mt.gov.br**.

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702
SITE DA REALIZAÇÃO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 21 de maio de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

SINDICATO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA FAZENDA DE SÃO PAULO - SINDFESP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Pelo presente edital, com fulcro nas atribuições a mim conferidas pelo Estatuto Social, nos termos do artigo 20 e seus incisos e do artigo 6º parágrafo 3º, convoco os filiados na sede da entidade na Avenida São João, 313, conj. 14, Edifício Seguradoras, Centro, São Paulo, SP, no dia 15 de junho de 2024, às 9h00, para deliberarem sobre a seguinte Pauta: Discutir e deliberar sobre a aprovação das contas da entidade, referente ao exercício de 2023.
São Paulo, 22 de maio de 2024
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA - Diretor-Presidente em exercício

EDITAL – Alienação Fiduciária - Devedor Fiduciante, art. 26 § 4º, lei nº 9.514/97 – Interessado(s): **JEFFERSON CORREA VIANA**

HERMES VALVERDE DA CUNHA VASCONCELLOS FILHO, OFICIAL TITULAR do 6º Serviço Registral de Imóveis, atendendo a requerimento de 05/03/2024, prenotado sob o nº **490.709**, procede por meio do presente, nos termos do art. 26, § 4º da Lei nº 9.514/97, à INTIMAÇÃO de **JEFFERSON CORREA VIANA**, para que compareça a esta Serventia, situada na Avenida Rio Branco, nº 39 -- 7º andar -- Centro -- Rio de Janeiro/RJ, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados desta data, a fim de efetuar o pagamento do(s) encargo(s) vencido(s) e não pago(s), previstos na Escritura de financiamento imobiliário e compra e venda, com pacto de Alienação Fiduciária, emitida em 29/07/2020, registrado na matrícula **118.111**, sob os atos **R-10** e **R-11** a qual diz respeito ao imóvel situado na **Avenida Dom Helder Câmara -- Nº 6644 -- SALA 522 - PILARES · RIO DE JANEIRO/RJ**, de responsabilidade de V. Senhoria. Segundo o requerimento, o valor deste(s) encargo(s), posicionado em 05/03/2024, sujeitase a atualização monetária, juros de mora e ao acréscimo do(s) encargo(s) que vencer(em), até a data do efetivo pagamento, conforme planilha de débitos que o acompanha. Fica V. Senhoria cientificado de que o não cumprimento da obrigação no prazo estipulado implica na consolidação da propriedade do imóvel acima mencionado, em favor do credor fiduciário, nos termos do art. 26, § 7º, da lei nº 9.514/97. Rio de Janeiro. **HERMES VALVERDE DA CUNHA VASCONCELLOS FILHO, MAT. 94/22042.**



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº CPLI.1120240037
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de crescimento vegetativo, manutenção e melhorias operacionais, em ligações prediais e redes menores que DN 200, para os sistemas de distribuição de água, e menores que DN 400, para os sistemas de esgotamento sanitário, na área de abrangência da Gerência Regional Belo Horizonte Oeste - (GRBO) da COPASA MG, no município de Belo Horizonte, incluindo vilas e favelas. Dia: 18/6/2024 às 14h30. Local: Rua Carangola, nº 606, Térreo, Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, pelo download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo número da licitação), a partir do dia 22/5/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº CPLI.1120240047
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços continuados de crescimento vegetativo de esgoto, manutenção de redes e ligações prediais de esgoto, melhorias operacionais e manutenção de unidades de esgoto na área de abrangência da Gerência Regional Ipatinga - (GRIP), da COPASA-MG. Dia: 17/6/2024 às 08h30. Local: Rua Carangola, nº 606, Térreo, Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, pelo download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo número da licitação), a partir do dia 22/5/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº CPLI.1120240049
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de crescimento vegetativo de esgoto, manutenção em redes e ligações prediais de esgoto, melhorias operacionais e recomposição de pavimentos na área de abrangência da Gerência Regional Montes Claros - (GRMC), e demais localidades que vierem a fazer parte da área de abrangência da Gerência Regional Montes Claros - (GRMC), da COPASA-MG. Dia: 17/6/2024 às 14h30. Local: Rua Carangola, nº 606, Térreo, Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, pelo e download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo número da licitação), a partir do dia 22/5/2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo: 20.894.087-2; Edital: 01/2024

Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural/PR

Objeto: As empresas Aliança do Brasil Seguros S.A. e Brasilseg Companhia de Seguros, estão aptas e qualificadas à implementação de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural SEPSR/PR ao produtor com propriedade no Estado do Paraná.

A **Comissão de Credenciamento**; Curitiba, 21 de maio de 2024.

AES TUCANO HOLDING I S.A.

CNPJ/MF nº 33.113.381/0001-74 - NIRE nº 35.3.0053351-8
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Em 31/03/2024 às 9h00, na sede social da **AES Tucano Holding I S.A.** ("Companhia"), localizada no SP/SP na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Sala Confiabilidade, Brooklin Paulista. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações com e sem direito a voto, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. **Sabrina Cassará Andrade da Silva** e secretariados pelo Sr. **André Guilherme Gil Guimarães. Deliberações:** Após análise das matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, sem reservas ou ressalvas: Aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão pela Companhia, ao preço unitário de emissão de R$1,058824354879710, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, no valor total de R$168.790.000,00, dos quais (a) R$33,00 serão destinados ao capital social da Companhia; e (b) R$168.789.967,00 serão destinados à conta de reserva de capital da Companhia, de 159.412.652 ações, sendo 67.881.891 ações ordinárias classe B, e 91.530.761 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, desconsiderando-se frações de ação, de modo que o capital social da Companhia passará de R$688.787.094,78 representado por 2.610.584.850 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.676.188.686 são ações ordinárias classe B e 934.396.164 são ações preferenciais, para R$688.787.127,78 representado por 2.769.997.502 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.744.070.577 são ações ordinárias classe B e 1.025.926.925 são ações preferenciais. As 67.881.891 ações ordinárias classe B emitidas em conexão com o referido aumento foram subscritas pela acionista AES Brasil Energia S.A. e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição que constitui o **Anexo I** à presente ata. As 91.530.761 ações preferencias emitidas em conexão com o referido aumento foram subscritas pela acionista AES Brasil Operações S.A. e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição que constitui o **Anexo II** à presente ata. Tendo em vista as deliberações tomadas com fulcro no item 5.1. acima, aprovar a alteração da redação do Artigo Quinto do Estatuto Social, de modo que o *caput* passará a vigorar com a nova redação a seguir, mantida a redação de seus parágrafos: ***"Artigo Quinto -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$688.787.127,78 representado por 2.769.997.502 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.744.070.577 são ações ordinárias classe B e 1.025.926.925 são ações preferenciais."* Aprovar a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar nos termos do **Anexo III** à presente ata. Autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos relacionados à implementação das matérias deliberadas nesta Assembleia, ficando desde já ratificados todos os atos e medidas que já tenham sido tomados ou praticados relativos às matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos desta Assembleia para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 31/03/2024. **Mesa: Sabrina Cassará Andrade da Silva -** Presidente; **André Guilherme Gil Guimarães -** Secretário. **Acionistas: AES Brasil Energia S.A. -** p.p. Sabrina Cassará Andrade da Silva e André Guilherme Gil Guimarães; **AES Brasil Operações S.A. -** p.p. Sabrina Cassará Andrade da Silva e André Guilherme Gil Guimarães. **JUCESP** nº 151.870/24-0 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **A íntegra desta Ata encontra-se neste Endereço:** https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
CNPJ 62.577.929/0001-35
AVISO DE LICITAÇÃO
UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90028/2024. Objeto: Prestação de Serviços de Fornecimento de Crédito em Cartão Eletrônico - Vale Transporte. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 10/06/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL e INTIMAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO
1º. Público Leilão – 04/06/2024 às 11:00 hs
2º. Público Leilão – 11/06/2024 às 11:00 hs
Leilão na modalidade eletrônica através do site: www.bspleiloes.com.br

BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO, Leiloeira Pública Oficial, registro Jucerja nº 156,devidamente autorizada por **ATOBÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ 14.803.128/0001-06, venderá na forma da Lei 9.514/97, em leilões públicos nos dias, horários, e endereço eletrônico acima referidos, a **Sala 308 situada na Avenida Nelson Cardoso, nº 309, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ**, e correspondente fração ideal de 0,002717 do respectivo terreno designado por lote 1 do PAL 48163, melhor descrito na matrícula nº 411493 do 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, objeto da Escritura de Financiamento Imobiliário e Compra e Venda de Imóvel com Pacto Adjeto de sua Alienação Fiduciária em garantia, lavrada em 17/06/2019 pelo 1º Ofício de Notas desta Cidade/RJ, tendo como Credora Fiduciária, ATOBÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., e como **Fiduciantes Devedores, EVERALDO DOS SANTOS BOAVENTURA DA FONSECA e ELAINE CRISTINA DOS SANTOS MARCOLINO DA FONSECA,** inscritos nos CPF's sob os nºs 074.213.017-71 e 047.646.967-89, respectivamente. O referido imóvel com área de 20 m2, encontra-se registrado em nome da empresa comitente, conforme CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE averbada no Av.17 da matrícula mencionada acima. O imóvel será vendido na forma da Lei 9.514/97 no estado em que se encontra, por preço não inferior a **R$ 260.597,42** (duzentos e sessenta mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos) em 1° Leilão, nos termos do § 1º do art. 27 da L.9.514/97. Em 2º Leilão o imóvel será vendido, em caráter definitivo, por preço não inferior a **R$ 346.180,13** (trezentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta reais e treze centavos), conforme trata o §2° do art. 27 da Lei 9.514/97. Eventuais débitos de condomínio, IPTU e Funesbom serão informados nos dias dos leilões e serão de responsabilidade do arrematante. Recursos judiciais necessários para desocupação do imóvel serão suportados pelo arrematante. A comissão da Leiloeira será paga pelo arrematante na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem arrematado, bem como as despesas efetuadas com os leilões, as relativas a registros de imóveis, ITBI e demais impostos. A venda deverá ser feita com pagamento à vista. Os devedores fiduciantes serão comunicados na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários, e endereço eletrônico da realização dos leilões, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo os fiduciantes adquirirem sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances.Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site da Leiloeira (www.bspleiloes.com.br) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade online, sujeito a aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise de documentação exigida na forma e no Prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site da Leiloeira). Todos os lances efetuados por usuários certificados não são passíveis de arrependimento. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2024. (ass.) Bianca Soares Pais de Carvalho – Leiloeira Pública Oficial.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte de árvores no município de Castro, para implantação de rede de distribuição de energia elétrica para atendimento ao consumidor – Projeto n° 1539757.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Ambiental para implantação de rede de distribuição de energia elétrica 34,5 kV a ser instalada no município de Castro. Projeto n° 1539757.

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

7ª (SÉTIMA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª E 44ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª e 44ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à 7ª (sétima) Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("7ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **12 de junho de 2024, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 7ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 7ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 7ª AGT tem como objetivo, deliberar sobre: **(i)** A não declaração de vencimento antecipado das debêntures e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 8.1.2, item "ii" do Termo de Securitização, em razão do descumprimento da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Devedora e dos Fiadores referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras 2023), cujo prazo limite para envio se encerrou em 31 de março de 2024 conforme cláusulas 6.1, item (ix), subitem (a) e 6.2, item "i" da Escritura de Emissão de Debêntures; e **(ii)** Caso o item "i" acima seja aprovado, autorizar a concessão de prazo adicional para a Devedora e os Fiadores apresentarem suas Demonstrações Financeiras 2023, conforme definido acima, até 31 de maio de 2024; e **(iii)** aprovar a inclusão da seguinte cláusula no Termo de Securitização "Nos termos do §5º, do artigo 30, da Resolução CVM 60, os Titulares dos CRI poderão votar por meio de processo de consulta formal, desde que respeitadas as disposições aplicáveis à Assembleia dos Titulares dos CRI, previstas deste Termo de Securitização e no edital de convocação, incluindo, mas não se limitando, a observância dos quóruns previstos. É de responsabilidade de cada Titular de CRI garantir que sua manifestação por meio da consulta formal seja enviada dentro do prazo estipulado e de acordo com as instruções fornecidas no edital de convocação, sendo certo que os investidores terão o prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação"; e **(iv)** a possiblidade das futuras convocações das Assembleias de Titulares de CRI serem publicadas somente no site da CVM, devido a Resolução CVM 60 não exigir publicação em jornal; Os termos iniciados por letras maiúsculas aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e demais Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 7ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. A 7ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.6 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.10 do Termo de Securitização.
São Paulo/SP, 22 de maio de 2024. Diretora de Securitização

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90001/2024 (P.A.3271/2024)
A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do Município de Itaguaí, por intermédio do seu Agente de Contratação designado, torna público o adiamento da licitação referente ao processo administrativo **nº 3271/2024, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90000/2024**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GASES MEDICINAIS**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, que seria realizado na data de 20 de maio de 2024 às 10:00 horas. Fica **ADIADO SINE DIE**, devido à Impugnação de Edital.
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino)/Autoridade Competente.

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 003/2024
PROCESSO Nº 691/2024
A Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018 e no uso de suas atribuições legais conforme artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, autoriza a **dispensa de licitação por chamada pública nº 003/2024**, referente à **CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS CRECHES, PRÉ ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**, para atender a demanda da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no período de **10 meses**, por intermédio do Processo Administrativo **nº 691/2024**, em favor de **WILLIAM SHIOSE ALVES MOREIRA**, inscrito no CPF nº123.393.687-58, no valor de **R$39.998,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), **ALVARO HONDA**, inscrito no CPF nº093.471.457-69, no valor de **R$ 39.998,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), **MÔNICA ASSIS DE ARAÚJO E SILVA**, inscrita no CPF nº002.463.317-80, no valor de **R$ 39.998,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), **PAULO ROBERTO MONTEIRO DA SILVA**, inscrito no CPF nº721.003.467-68, no valor de **R$ 39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **HERCÍLIA HARUMI IWANAGA**, inscrita no CPF nº027.340.217-06, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **DANIEL CARDOSO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº097.755.967-00, no valor de **R$ 39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **JOSÉ EDUARDO DA SILVA MEDINA**, inscrito no CPF nº878.941.657-00, no valor de **R$ 39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **HERMAN DINALDO SOARES FERREIRA**, inscrito no CPF nº001.359.607-11, no valor de **R$ 39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **ANGÉLICA RABELO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº123.489.017-81, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **ROSA MARIA MENDES MARINS DO NASCIMENTO**, inscrito no CPF nº092.374.907-12, no valor de **R$ 39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **NILCÉIA CORDEIRO DE ARAUJO LISTO**, inscrito no CPF nº027.247.307-39, no valor de **R$3.300,00** (Três mil e trezentos reais), **JOSÉ FRANCISCO PAULINO**, inscrito no CPF nº686.481.707-53, no valor de **R$3.300,00** (Três mil e trezentos reais), **ANA DAS NEVES CAMPANHÃO**, inscrito no CPF nº083.702.477-33, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **ADENILSON RABELO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº127.891.287-82, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **GABRIEL QUEIROZ DA SILVA**, inscrito no CPF nº155.723.577-58, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **MARIA BEATRIZ DA SILVA CANITES**, inscrito no CPF nº857.242.897-68, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **MARIA LAURENÇO MORITA**, inscrito no CPF nº027.338.667-02, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **ANTÔNIO MARCOS ALVES**, inscrito no CPF nº848.773.597-53, no valor de **R$39.930,00** (Trinta e nove mil, novecentos e trinta reais), **LUIS ANTÔNIO MOURISCO DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº091.632.217-30, no valor de **R$40.000,00** (Quarenta mil reais), **EDEMILSON RABELO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº110.870.897-86, no valor de **R$39.996,00** (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), **ALCEMIR RABELO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº115.645.537-52, no valor de **R$39.980,00** (Trinta e nove mil, novecentos e oitenta reais), **COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIAR DE RIO PARDO**, inscrito no CNPJ nº30.248.992/0001-31, no valor de **R$536.526,00** (Quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos e vinte e seis reais), **COOPERATIVA DOS TRABALHADORES ASSENTADOS DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE – COOTAP**, inscrito no CNPJ nº01.112.137/0001-09, no valor de **R$186.984,90** (Cento e oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), **COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA TERRA LIVRE LTDA**, inscrito no CNPJ nº10.568.281/0001-37, no valor de **R$856.081,00** (Oitocentos e cinqüenta e seis mil e oitenta e um reais). Itaguaí, 20 de Maio de 2024.
Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Educação - Matrícula: 45.972.

AVISO DE CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2023 (P.A. 16713/2023)
A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do Município de Itaguaí, por intermédio do Pregoeiro designado, torna público o **CANCELAMENTO** da Licitação cadastrada no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br (Licitação nº 977845)** referente ao **processo administrativo nº 16713/2023, Pregão Eletrônico nº 177/2023**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO COM TIRAGEM E DISTRIBUIÇÃO EM TODO O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, para atender as demandas do Município de Itaguaí, por um período de 12 (doze) meses, fica **CANCELADA** por conveniência e oportunidade da Administração Pública.
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2024 (P.A. 8575/2024)
Objeto resumido: O objeto da presente Chamada Pública é a **CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, POR MEIO DE PATROCÍNIO POR COTA, PARA CUSTEIO DAS DESPESAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ EM 2024, no período de 28 a 30 de Junho e 04 a 07 de Julho de 2024, conforme especificado no edital e seus anexos.**
Condições e local para a retirada do edital: apresentar documento de identificação com foto e comprovante de residência, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 09 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Entrega da documentação: do dia 23 de maio de 2024 ao dia 11 de junho de 2024, de 09 às 16:00horas, nas dependências da P. M. I na Secretaria de Licitações e Contratos.
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/2024 (P.A.7139/2024)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO/PRODUÇÃO/REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO COREOGRAFADO, COM FORNECIMENTO DOS FOGOS DE ARTIFÍCIO, BEM COMO, O SERVIÇO DE BALSAS REBOQUE E FUNDEIO VISANDO À REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS PIROTÉCNICOS**, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 10 de junho de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: Novo Licitações-e **(bb.com.br)**
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90007/2024 (P.A.5573/2024)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE RAÇÕES DIVERSAS para aves, caprinos, ovinos, coelhos, bovinos, bubalinos, equinos e peixes, visando atender o projeto sistema agroecológico de produção animal do Centro didático produtivo para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca**, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 06 de junho de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras**
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos(Interino) /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90008/2024 (P.A.999/2024)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE ÁGUA MINERAL, conforme especificação e quantitativos definidos no Edital, para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Itaguaí, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal Educação e Secretaria Municipal Assistência Social, por um período de 12 (doze) meses,** conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 06 de junho de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024 (P.A.6060/2024)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRANSFORMADORES DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, para atender a eventos festivos no Parque Municipal de Itaguaí/RJ, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 10 de junho de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: Novo Licitações-e **(bb.com.br)**
Licitação nº 1046305
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos(Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 90007/2024
DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
O Secretário Municipal de Agricultura e Pesca com base no Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 110/2024, descrito na folha 068 á 076, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo nº 6304/2024, Dispensa de Licitação n° 90007/2024, oriundo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas sob a ID Contratação PNCP n° 42498600000-1-003080/2024, e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 09 de maio de 2024, às 08:00 horas, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM BOTIJAS DE 13 KG E AQUISIÇÃO DE BOTIJAS VAZIAS, **HOMOLOGA** o resultado da sessão, bem como declara a licitação **FRACASSADA.** Itaguaí, 21 de maio de 2024.
Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro - Secretário Municipal de Agricultura e Pesca - Matrícula: 47.695.

AVISO DO ADIAMENTO E REMARCAÇÃO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90006/2024 (P.A.4946/2024)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRUTURA MÓVEL DE ATENDIMENTO MÉDICO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E MEDICAMENTOS** para atender as demandas da Secretaria Municipal de Eventos, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o ca-rimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Realização: ADIADO do dia 24 de maio de 2024, às 10:00 horas PARA O DIA 11 DE JUNHO DE 2024, ÀS 10:00 HORAS
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 1045313
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **novo licitacoes-e (bb.com.br)**
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

INÊS249

Investimentos Crédito avança no espaço da renda variável no principal fundo da gestora

Verde Asset, de Stuhlberger, faz cortes na equipe de ações

Adriana Cotias
De São Paulo


GABRIEL REIS/VALOR

No início de maio, Stuhlberger contou que a parcela em renda variável no Brasil tinha sido reduzida de 15% para 10%

Num momento em que a renda variável perde espaço na carteira do principal fundo da Verde Asset Management e o holofote está voltado para a estratégia de crédito, a gestora liderada por Luis Stuhlberger fez mudanças na equipe de ações.

Elmer Ferraz e dois analistas de ações deixaram a casa na segunda-feira. O gestor, vindo da família de fundos Itaú Dunamis e com uma trajetória anterior no Safra, ficou menos de dois anos na casa. Com ele, saem também Raul Cavendish e Luiz Paulo Nogueira. Por enquanto, Antônio Barreto, que também foi da equipe do Dunamis, assume como chefe de pesquisa. As decisões de investimentos em bolsa passam a ser centralizadas em Stuhlberger.

O diretor de uma gestora de fortunas, que seleciona os melhores fundos para os seus clientes, relaciona as mudanças à fraqueza de resultados do portfólio de bolsa local, com o Ibovespa patinando, e também à perda de relevância do "book" de ações brasileiras no principal fundo da asset. O crédito vem ocupando esse espaço como o próprio Stuhlberger disse em entrevista ao **Valor**, em janeiro.

No início de maio, em encontro com investidores, ele contou que a parcela em renda variável no Brasil tinha sido reduzida de 15% para 10% e a exposição em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), historicamente relevante, tinha sido inteiramente vendida. Havia naquele momento uma profunda decepção com a evolução fiscal diante das mudanças nas metas de superávit previstas no orçamento.

O gestor disse que as estimativas de gastos e receitas versus o crescimento da economia fizeram do plano fiscal para 2025 uma "peça de ficção". "A gente via o governo petista, com o Lula falando para a plateia. Mas o [ministro da Fazenda Fernando] Haddad vinha segurando as pontas. E o governo fez um arcabouço fiscal que o mercado acreditou", afirmou. "Eu me penitencio por ter acreditado que o PT poderia minimamente ter alguma seriedade fiscal para valer."

Da parceria com a Lumina Capital, de Daniel Goldberg, que adquiriu a fatia de 24,9% da Verde que pertencia ao Credit Suisse, no fim do ano passado, houve seis coinvestimentos em áreas distintas de crédito em situações especiais no exterior. A gestora também colocou de pé o seu primeiro veículo próprio, um fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC), o Ipê, em fase de captação, em que pretende levantar R$ 1 bilhão.

> Asset chegou a reunir R$ 55 bi sob gestão em 2021, mas não passou ilesa à onda de saques nos fundos de maior risco

A Verde Asset como um todo chegou a reunir cerca de R$ 55 bilhões sob gestão em 2021, mas não passou ilesa à onda de saques nos fundos de maior risco, com a escalada da Selic dos 2% durante a pandemia até os 13,75% ao ano — passando a cair a partir de agosto de 2023. Ao fim de março, a asset tinha R$ 23,3 bilhões. Em estratégias de ações, a casa reunia R$ 1,9 bilhão. Neste ano, os resgates líquidos foram de R$ 1,9 bilhão até março, segundo a Anbima. Em 12 meses, o fluxo estava negativo em R$ 8,1 bilhões.

Segundo a Anbima, em 2022 e 2023, os multimercados perderam R$ 262,9 bilhões, com outros R$ 28,2 bilhões neste ano até março. As carteiras de ações registraram saques de quase R$ 27 bilhões em 2022, mas atraíram R$ 4,1 bilhões no ano passado, com a captação concentrada nos dois últimos meses, com R$ 30,2 bilhões. Em 2024, o fluxo é negativo em R$ 2,1 bilhões.

Ferraz chegou à Verde em dezembro de 2022, na posição que antes tinha sido ocupada por Pedro Sales, que estava ao lado de Stuhlberger desde os tempos da Hedging-Griffo, em 2005. Procurada, a Verde confirmou as movimentações na equipe.

ETFs de ether podem levar 'criptos' às máximas

Ricardo Bomfim
De São Paulo

Após meses de silêncio em relação aos fundos negociados em bolsa (ETFs) à vista de ether, a segunda maior criptomoeda, a SEC (comissão de valores mobiliários dos EUA) provocou uma reviravolta nos mercados no começo desta semana após pedir que as bolsas de valores atualizassem formulários para negociações desses produtos, o que foi visto como uma chance maior de aprovação dos fundos de ether.

Agora, analistas projetam que tanto o ether quanto o bitcoin devem bater novas máximas históricas este ano. No caso do bitcoin, a moeda digital atingiu recorde no dia 14 de março, de US$ 73.750, impulsionada pelo rali ligado à aprovação dos ETFs em janeiro. Ontem, variou perto de US$ 70 mil.

Mesmo tendo acompanhado o bitcoin em parte do rali, o ether não subiu tanto e ainda está longe do recorde histórico de US$ 4.878, atingido em novembro de 2021. Ontem, a moeda oscilou pouco abaixo de US$ 3.800 após saltar da casa de US$ 3.000 no domingo.

Nos meses seguintes ao lançamento dos ETFs de bitcoin, o vácuo de comunicação da SEC com as gestoras que arquivaram proposta de ETFs de ether levou os investidores a ver a aprovação só em 2025. A movimentação recente às vésperas do prazo para resposta aos pedidos das gestoras VanEck (23 de maio) e Ark Invest (24 de maio) trouxe o tema de volta. Os analistas da Bloomberg James Seyffart e Eric Balchunas elevaram suas projeções de probabilidade de aprovação de 25% para 75%.

Mudança na Petros teria de se submeter a governança

Juliana Schincariol
Do Rio

As recentes mudanças na diretoria da Petrobras, com a indicação da futura presidente, Magda Chambriard, levantaram a hipótese de que a alteração poderia se estender à Petros, fundo de pensão dos funcionários da estatal. Mas nenhuma substituição na fundação é simples. A Petrobras pode até indicar um nome, mas o apontado é visto como mais um candidato que precisa passar por todo o processo seletivo em questão. O atual presidente, Henrique Jäger, foi indicado pela estatal no ano passado, em uma seleção que gerou questionamentos de participantes. Em março deste ano, foi reconduzido para um novo mandato.

Nesta semana, o colunista Lauro Jardim, de "O Globo", informou que as mudanças na Petrobras devem se estender à Petros.

Oficialmente, a indicação do principal executivo não é feita diretamente pela patrocinadora, como ocorre em outros fundos de pensão estatais.

De acordo com as regras da entidade, a Petrobras até pode indicar um nome, mas ele deve passar pelos mesmos crivos internos que os outros candidatos. Os procedimentos foram adotados para reforçar a governança e afastar indicações políticas.

Segundo o jornal "O Globo", na Petrobras, Chambriard pretende trocar executivos da diretoria da estatal que são considerados próximos ao ex-presidente Jean Paul Prates. O diretor de engenharia, tecnologia e inovação, Carlos Travassos, que responde pelas obras de refinarias e estaleiros, e o diretor de governança e conformidade, Mario Spinelli, deverão ser substituídos.

Além deles, o diretor financeiro, Sérgio Caetano Leite, o gerente-executivo de relações institucionais, João Paulo Madruga, e o advogado-geral da Petrobras, Marcelo Mello, já foram destituídos pelo conselho de administração.

> **12,6%** foi a rentabilidade consolidada da fundação em 2023

Conforme manda o estatuto do fundo de pensão, o nome do principal executivo deve ser escolhido após processo seletivo no mercado e sob orientação e supervisão do conselho deliberativo. Além disso, precisa cumprir os requisitos exigidos pelo estatuto para assumir o cargo.

O mandato da diretoria-executiva da Petros tem prazo de um ano. Em março, o conselho deliberativo decidiu reconduzir toda a diretoria executiva, incluindo Jäger, para mais um ano.

No processo de seleção, a primeira etapa da escolha dos candidatos deve ser realizada por uma empresa de recrutamento. Depois, uma comissão da Petros analisa os nomes para escolher uma lista tríplice e apresentá-la ao conselho deliberativo.

As últimas gestões da Petros aprimoraram os quesitos de governança corporativa, além de implementar profissionalização. Além da CPI que investigou os fundos de pensão, ex-dirigentes da entidade foram alvo da Greenfield, operação da Polícia Federal que investigou malfeitos nas fundações. Na esfera administrativa, a Previc, regulador do setor, aplicou autos de infração a alguns deles.

Jäger foi oficialmente indicado como presidente da Petros em julho do ano passado, com apoio de sindicalistas. O executivo foi questionado por aposentados e participantes da fundação sob o argumento de que a Petrobras estava influenciando a escolha do nome e ferindo a governança da instituição. A comissão da fundação entrevistou cinco candidatos como finalistas no processo, incluindo Jäger. Destes, quatro nomes foram encaminhados para aprovação do conselho deliberativo, que escolheu o economista.

Consultores e gestores do setor reconhecem que o executivo conhece o setor e a própria fundação. E, em 2023, os dois maiores planos de benefício definido do fundo de pensão apresentaram superávit. A rentabilidade consolidada da fundação em 2023 foi de 12,6%, acima do objetivo médio de 9,7%, em seu melhor resultado desde 2019.

Em nota, a Petros reiterou que seus diretores são escolhidos por processo seletivo e nomeados pelo conselho deliberativo. Também citou a recondução da diretoria em março para um novo mandato. Procurado, Jäger disse à reportagem para buscar a assessoria da Petros.

Por que focar em qualidade em ações nos EUA?

Palavra do gestor



Marina Valentini

Depois das surpresas positivas de 2023, os dados econômicos dos EUA continuam sólidos, enquanto a inflação segue em trajetória gradual em direção à meta de 2%. Além disso, temas de investimento não relacionados com a economia continuam sendo um fator chave por trás dos fortes retornos das ações americanas nos últimos trimestres. A inteligência artificial ainda predomina, mas a tendencia mais interessante tem sido a expansão dos retornos para outras empresas além das "Magnificent 7" (ou das 7 maiores empresas do índice S&P 500). Esses fatores, junto com as expectativas de corte de juros, têm gerado um ambiente favorável para as ações americanas, que apresentam retorno de mais de 9% em dólares em 2024.

No entanto, permanecem riscos como a incerteza macroeconômica, tensões geopolíticas, eleições globais, uma elevada concentração dos índices e outros. Embora não antecipemos uma recessão este ano, esperamos que um menor consumo leve a uma moderação da atividade econômica, o que poderá desafiar a rentabilidade e os lucros das empresas. Além disso, embora a probabilidade de uma recessão seja baixa, não é zero.

Quaisquer que sejam as preocupações dos investidores, faz sentido aumentar a exposição a empresas que apresentam características de qualidade. Estas empresas tendem a ter lucros mais consistentes, uma forte geração de fluxo de caixa e margens operacionais elevadas e, portanto, podem estar melhor preparadas para uma potencial moderação na atividade econômica.

O mercado está de olho em qualquer sinal de fraqueza das empresas e tem altas expectativas para o crescimento de lucros em 2024, depois de um ano em que os lucros praticamente não cresceram. Os analistas estimam um aumento de 11% nos lucros do S&P 500 este ano, bem como uma estabilização das margens. Em um contexto de moderação econômica, este crescimento pode ser visto como otimista.

As empresas enfrentarão desafios como a desinflação e um consumo moderado, o que poderá impactar suas receitas e levar a um crescimento levemente inferior ao que o mercado atualmente estima. Ainda assim, esperamos ver contribuições mais amplas de empresas para o crescimento dos lucros, o que melhora a qualidade dos retornos do S&P 500.

Em 2023, todo o crescimento do lucro veio das "Magnificent 7". Este ano, espera-se que sejam responsáveis por 40% do crescimento dos lucros, enquanto os restantes 60% poderão vir de outras ações do S&P 500. É provável que outras empresas continuem apresentando retornos positivos e contribuam mais para o retorno da bolsa como um todo, mas a exposição a empresas de qualidade será fundamental se os lucros crescerem mais lentamente do que o esperado.

Outra grande preocupação tem sido o próximo passo do Federal Reserve. A questão atual é "quando", e não "se", haverá cortes nas taxas de juros este ano, mas os cortes provavelmente serão menores e virão depois do esperado, já que a economia permanece forte e o processo de desinflação tem sido mais lento do que desejado.

Os mercados começaram o ano projetando sete cortes em 2024, mas já diminuíram suas expectativas para um a dois cortes. Mesmo quando os cortes comecem, é provável que os juros permaneçam altos em comparação com a última década. Portanto, os balanços das empresas devem ser capazes de suportar custos de capital mais elevados.

A boa notícia é que quase 50% da dívida pendente das empresas do S&P 500 tem vencimento em 2030 ou depois e foi financiada previamente com taxas baixas, o que sugere que as atuais taxas mais elevadas não tiveram impacto tão negativo na dívida delas.

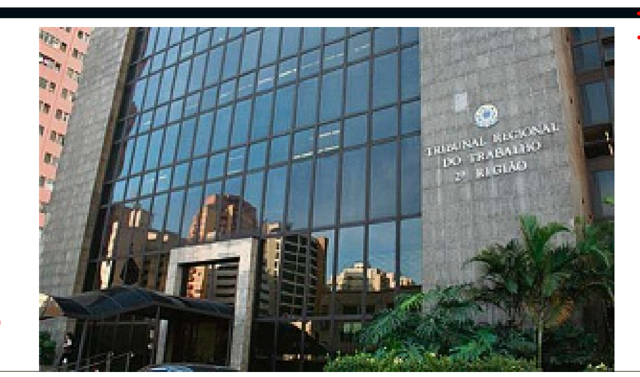
As empresas de qualidade são aquelas que tendem a ter balanços sólidos, baixos níveis de endividamento, retornos sobre o capital próprio mais altos, e podem estar melhor posicionadas para o ambiente de juros altos.

Além disso, as empresas que possuem bastante caixa podem oferecer dividendos, recomprar ações, saldar dívidas e investir no futuro por meio de pesquisas, despesas de capital e fusões e aquisições. Várias empresas têm atualmente saldos de caixa consideráveis, resultado de um crescimento estável dos lucros.

Historicamente, os setores de crescimento estavam associados a ter pouco dinheiro, mas agora os seus balanços são mais saudáveis, o que aumenta a sua qualidade. Os setores de serviços de comunicação, tecnologia, saúde e consumo discricionário, por exemplo, têm um caixa como porcentagem dos seus balanços de 52%, 51%, 40% e 36%, respectivamente.

Independentemente do setor, ações de qualidade, com sua geração de lucros consistente e balanços sólidos, podem proporcionar um refúgio mais seguro em tempos macroeconômicos incertos. Ainda assim, o fator qualidade mantém a capacidade de capturar retornos tanto dos mercados em alta como nos de baixa, e continua a ser uma opção muito atrativa para investidores que pretendam manter a exposição aos EUA com uma gestão prudente dos riscos existentes.

Marina Valentini é estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset
E-mail
marina.valentini@jpmorgan.com





Valor E
Quarta-feira, 22 de maio de 2024

Legislação & Tributos SP

Tributário Conselheiros entenderam que varejista estava, durante fiscalização da Receita, protegida por liminar contra o pagamento de PIS/Cofins

Carf afasta multa sobre cobrança bilionária do Magazine Luiza

Marcela Villar
De São Paulo

O Magazine Luiza conseguiu, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), afastar multa em cobrança bilionária de PIS e Cofins sobre a venda de eletrônicos. A penalidade, de 75% sobre o valor das contribuições sociais, foi anulada porque os conselheiros entenderam que a varejista estava protegida por liminar contra o pagamento dos tributos — cassada e posteriormente restabelecida — durante a fiscalização da Receita Federal que levou à autuação fiscal.

O auto de infração, somando os tributos devidos, multa de ofício e juros é de R$ 2,2 bilhões. O valor isolado da multa não foi especificado no processo, mas advogados estimam que é de cerca de R$ 800 milhões. A decisão unânime é da 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção e, segundo especialistas, serve de precedente para os contribuintes, principalmente para os que entram na Justiça para suspender a cobrança de impostos. Cabe recurso.

A discussão começou no Judiciário, em 2016, quando o Magalu pediu a isenção das contribuições sociais na venda de mercadorias eletrônicas, por conta da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05). O programa, que deveria durar até 2018, foi revogado em 2016. Para usufruir dos benefícios até o fim do período estabelecido inicialmente, ela foi à Justiça.

A empresa conseguiu liminar (tutela de urgência) contra o pagamento dos tributos em janeiro de 2016. A decisão foi cassada em agosto de 2018, mas restabelecida pela segunda instância um mês depois, em setembro de 2018. Justamente nesse intervalo em que a liminar não estava vigente, a Receita Federal iniciou a fiscalização contra a companhia. O auto de infração oficialmente só veio em outubro de 2019.

Para a Receita, a multa poderia ser aplicada porque quando se iniciou a fiscalização a tutela não estava vigente. Para a empresa, a multa é "um absurdo" e "descabida", pois a liminar voltou a valer em menos de 30 dias, prazo processual estabelecido pela legislação tributária para o pagamento de um imposto que estava com a exigibilidade suspensa.

"No nosso ordenamento jurídico, quando uma liminar é cassada, ela ainda tem um lapso temporal de produção de efeitos de 30 dias", diz o diretor jurídico do Magalu, José Aparecido. "A Receita Federal de forma absolutamente equivocada e absurda não considerou o restabelecimento da liminar e fez o auto de infração com a multa, que nunca poderia ter sido aplicada."

Além da multa, o Magalu questionou o valor do tributo cobrado, alegando erro na base de cálculo. Esse pedido não foi acatado pelo Carf, que afastou apenas a penalidade e manteve o principal. Caso a ação judicial seja finalizada de forma desfavorável, a empresa precisará pagar o imposto apenas acrescido de juros.

Na visão de Aparecido, são baixíssimas as chances da varejista de perder no Judiciário, onde ocorre a discussão de mérito sobre o pagamento do tributo. "Esse assunto está pacificado no Superior Tribunal de Justiça. Não temos a provisão porque não temos preocupação sobre a disputa, a chance é remota", diz ele, citando julgados da 1ª e 2ª Turmas (REsp 1928635 e REsp 1848221).

O processo judicial aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com sede em Brasília. No tribunal administrativo, a empresa deve recorrer sobre o "detalhe" do valor do tributo, segundo Aparecido.


DIVULGAÇÃO


"Fisco não pode aplicar multa se a Justiça livrou o contribuinte do imposto"
Vinícius Caccavali

A relatora da ação no Carf, a conselheira Juciléia de Souza Lima, afirmou que é como se a cassação da liminar "não tivesse existido". Ou seja, desde 2016, quando concedida a primeira tutela, "a recorrente conta com decisão vigente suspendendo a exigibilidade do crédito tributário".

A conselheira ainda suscitou os princípios da segurança, certeza e estabilidade das relações jurídicas que, se não respeitados, poderiam criar "situações afrontosas ou, no mínimo, indesejáveis à ordem jurídica". "Restabelecida a liminar concedida, por óbvio, não se apresentou tal decisão como se nova decisão judicial fosse, a qual teria efeitos apenas para períodos futuros", diz ela no acórdão, publicado recentemente (processo nº 13855.721993/2019-66).

Segundo advogados, o Fisco tem até cinco anos, desde o fato gerador, para fazer a cobrança da dívida, sob o risco de prescrever — período conhecido como decadência. Para o tributarista Vinícius Caccavali, do VBSO Advogados, é dever da Fazenda usar esse prazo. "Se a Receita não fizer nada, decai seu direito de cobrar", afirma. "Mas quando ela faz isso, não pode aplicar multa se o Judiciário autorizou que o contribuinte não pagasse o imposto", completa.

O tributarista Thiago Cerávolo Laguna, sócio do escritório Dib, Almeida, Laguna e Manssur Advogados, chama a atenção que a fiscalização se iniciou em setembro de 2018, dois dias antes do restabelecimento da liminar pelo TRF-1, e o auto de infração só foi lavrado mais de um ano depois, em outubro de 2019 — mais um argumento para não ter sido cobrada a multa de ofício.

"Quando a autoridade administrativa praticou o auto de infração, a exigibilidade do crédito já estava suspensa porque foi restabelecida a liminar. Então, não poderia ter aplicado a multa. Se o auto de infração tivesse sido lavrado 15 dias antes do restabelecimento da liminar, aí sim a multa poderia ser devida", afirma Laguna.

Para os dois advogados, a decisão é positiva e pode servir como argumentação em outras discussões semelhantes. "O precedente dá mais relevância para a lavratura do auto de infração do que para o início da fiscalização, então enquanto não foi constituído o crédito tributário, posso brigar pelo restabelecimento da liminar para que a multa não seja lançada quando da autuação", conclui Thiago Laguna.

Cremer consegue no STJ manter decisão sobre ágio

Marcela Villar
De São Paulo

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou ontem um segundo recurso da Fazenda Nacional para tentar manter a cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL em um caso de amortização de ágio da empresa de produtos médicos Cremer. A decisão foi unânime para rejeitar os embargos de declaração apresentados e manter julgamento anterior de setembro de 2023 que afastou a tributação.

O caso é o primeiro sobre ágio julgado pelo STJ e envolve uma operação societária da Cremer feita em 2004. Segundo informações nos autos, foram pagos R$ 87 milhões na época e a empresa conseguiu amortizar ágio de R$ 60 milhões em cinco anos.

Na visão dos ministros, não há problema em abater o sobrepreço no IRPJ e CSLL. Já a Fazenda alega que a negociação carece de "expectativa de rentabilidade futura" e que não há como amortizar o ágio quando há uso de uma empresa veículo.

O julgamento dos embargos começou em fevereiro. Na ocasião, o relator, o ministro Gurgel de Faria, votou a favor do contribuinte. A análise foi interrompida por pedido de vista do ministro Sérgio Kukina, que ontem acompanhou integralmente o relator (REsp 2026473).

Para Kukina, a Fazenda tentava mudar o que foi decidido em setembro no ano passado, o que não é possível por meio de embargos de declaração. "Não se descortina qualquer traço de omissão, contradição ou obscuridade no arcabouço fundamentatório adotado", disse Kukina, na sessão. "O que se verifica é um indisfarçável propósito da Fazenda embargante de alcançar o rejulgamento do mérito recursal, já decidido em seu desfavor."

No julgamento em setembro de 2023, Gurgel de Faria, também acompanhado por unanimidade, entendeu que a incorporação entre investidor e investida efetivamente aconteceu, o que permite a dedutibilidade do ágio. E que a Receita Federal não pode, alegando não ver propósito negocial nas operações, impedir a dedução do ágio quando ele é interno ou materializado via empresa veículo.

No caso, a Cremer tentava afastar a cobrança de IRPJ e CSLL decorrente do cancelamento do uso de ágio para amortização na apuração do lucro real, nos exercícios seguintes à incorporação da Cremerpar, em 2004. A negociação que gerou o ágio foi a compra do controle da Cremer pelo Merryl Linch.

A operação foi realizada em três etapas. Primeiro, os controladores da Cremer formaram a Cremerpar para reunir suas participações. Na sequência, com aporte do Merryl Linch, compraram as ações dos minoritários. A terceira etapa foi a aquisição do controle da Cremer pelo Merryl Linch.


DIVULGAÇÃO/STJ

"A Fazenda tentava mudar o que foi decidido, o que não é possível por meio de embargos"
Sérgio Kukina

Para o advogado Guilherme Pereira das Neves, sócio Neves & Battendieri Advogados, que representou a Cremer, a decisão de hoje é um "precedente importante", pois legitima investimentos estrangeiros no Brasil. "A criação de empresa veículo confere segurança maior para bons investimentos no país", diz. Segundo ele, os ministros levaram em consideração que a aquisição foi feita por empresa no exterior, entre partes não relacionadas.

Ele pondera, contudo, que como não foi julgado em recurso repetitivo, não se aplica para outros casos concretos e ainda há muita discussão no STJ e no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) para acontecer. "É um precedente firme a nosso favor, mas é preciso cautela, não é uma carta em branco."

Jorge F. Lopes, sócio do Pinheiro Neto Advogados, diz que a Fazenda usou argumento semelhante em outros casos. "Quando ocorreu a incorporação, a alegação do Fisco foi de que não teriam sido cumpridos os requisitos legais para a amortização, mas não existe vedação para situações de ágio interno antes da reforma da lei, em 2014", afirma. "A mera existência de empresa veículo não prejudica o direito de amortização do ágio", completa, citando a lei nº 12.973. Ele também diz que as decisões do Carf têm oscilado nos últimos anos, com decisões contra e favor às empresas.

Para o professor de direito tributário da Universidade de São Paulo (USP) André Mendes Moreira, sócio do Sacha Calmon – Misabel Derzi Consultores e Advogados, havia dúvida se o Judiciário iria aceitar a amortização no período anterior à 2014, com a nova legislação. "A interpretação dos contribuintes, acatada pelo ministro Gurgel de Faria, é de que não havia vedação legal, desde que a operação seja legítima e realizada a valores de mercado."

Moreira também acrescenta que no caso de empresas estrangeiras, a constituição de uma empresa veículo ou holding é o requisito e única forma para aproveitar a amortização do ágio. "A legislação permite que o ágio seja compensado ao longo de cinco anos, desde que ocorra um evento societário. A empresa veículo é necessária para que o estrangeiro seja tratado com isonomia em relação às empresas nacionais. Do contrário, só o empresário nacional poderia se valer do aproveitamento do ágio", conclui.

A discussão, segundo advogados, não teria como ser levada à 1ª Seção pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por não haver paradigma na 2ª Turma. Procurada, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição.

A Cremer, por meio de nota, afirma que o STJ "concluiu pela viabilidade da utilização de empresa veículo e que o voto do relator trouxe um efetivo investimento por empresa estrangeira e que a utilização de holding tem fundamento na legislação".

Destaques

Cobrança de tributo

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o Ministério Público não é parte legítima para ajuizar ação com o propósito de impedir a cobrança de tributo, mesmo que ele tenha sido declarado inconstitucional. O entendimento foi estabelecido em ação civil pública na qual o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) buscava impedir que uma concessionária continuasse cobrando dos consumidores a alíquota de ICMS de 25% aplicada sobre as contas de energia elétrica. Segundo o MPRJ, a alíquota já havia sido declarada inconstitucional pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A ação foi extinta sem resolução de mérito em primeiro grau, com sentença mantida pelo TJRJ. Em recurso especial, o MPRJ alegou que, por meio da ação civil pública, tentava assegurar tratamento igualitário a todos os consumidores, inclusive àqueles que não ajuizaram ação contra a concessionária. Para o órgão, como a matéria teria implicações no direito do consumidor, estaria justificada a sua legitimidade no caso. Relator do recurso no STJ, o ministro Afrânio Vilela apontou que, ainda que o objetivo do MPRJ seja dar efetividade ao julgado que reconheceu a inconstitucionalidade do tributo, fazendo cessar a sua cobrança, o processo tem natureza essencialmente tributária, o que afasta a legitimidade do órgão para ajuizá-lo (REsp 1641326).

Correção monetária e taxa de juros legais

Opinião Jurídica

Fernanda Girardi Tavares e Rodrigo Ustárroz Cantali

O Senado Federal aprovou ontem importante projeto de lei (PL) que modifica o Código Civil com o objetivo de padronizar o índice de correção monetária e estabelecer a taxa de juros legais, a serem aplicados a débitos originários de contratos que não prevejam indexador ou taxa de juros previamente definida, além de casos envolvendo responsabilidade civil extracontratual. O texto retornará à Câmara dos Deputados para análise.

O PL nº 6.233, na versão aprovada, propõe, dentre outras questões, que, quando o contrato silenciar a respeito ou quando não houver lei determinando diversamente, o indexador para correção monetária será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e a taxa legal de juros corresponderá à taxa Selic, deduzido o índice de correção monetária já aplicado.

Sem entrar na discussão sobre a adequação do índice de correção monetária eleito e da taxa de juros escolhida, deve-se louvar a proposição, por representar importante passo para maior segurança jurídica no mundo dos negócios. Isso por dois principais motivos, relacionados à atual redação do Código Civil.

O artigo 389 do Código Civil hoje em vigor estabelece que a correção monetária será aplicada "segundo índices oficiais regularmente estabelecidos". Ocorre que existe uma pluralidade de índices de correção monetária aplicáveis no Brasil, divulgados por diferentes institutos — a exemplo do já mencionado IPCA, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) e do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), entre outros. Assim, ao remeter aos "índices oficiais", o comando legal cai no vazio. Caso os contratantes não prevejam expressamente o indexador aplicável, haverá lacuna a ser preenchida e que não é sanada pela aplicação supletiva da lei.

Além disso, cada indexador tem as suas peculiaridades: o IPCA mede a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, considerando o custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos, enquanto o INPC toma por base o custo de vida médio apenas de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários-mínimos. Já o IGP-M é calculado a partir da movimentação do preço de uma variedade de produtos, desde matérias-primas dos setores agrícola e industriais até produtos voltados ao consumidor. O INCC, por sua vez, analisa o custo dos insumos utilizados em construções habitacionais.

Cada indexador parte de critérios distintos que conduzem a amostras de dados que não refletem todas as relações comerciais. A relação de locação, por exemplo, não é adequadamente representada pelos índices já referidos (apesar de ser muitas vezes prevista a aplicação de um deles contratualmente), a ponto de novos indicadores surgirem para fornecer uma correção monetária mais fidedigna, a exemplo do índice FipeZAP.

O fato de cada índice ser baseado em uma cesta de fatores distintos faz com que haja oscilações relevantes em um mesmo período. Recorde-se que, no auge da pandemia da covid-19, em maio de 2021, o IGP-M ultrapassou os 37% no acumulado em 12 meses, enquanto no mesmo período o IPCA acumulou 8,06%.

Essa diferença é agravada pelo fato de que cada Tribunal de Justiça estadual buscou uniformizar, em suas decisões, o indexador entendido como geral e mais adequado: em São Paulo, por exemplo, recorrentemente aplica-se o INPC, enquanto no Rio Grande do Sul, o IGP-M. Consequentemente, credores e devedores são tratados desigualmente conforme litiguem em um ou outro Estado: a correção monetária é a reposição do valor da moeda em razão da ação do tempo e, portanto, deveria ser igual a todos. Soma-se a isso os problemas de contingenciamento de empresas que atuam em âmbito nacional e veem-se diante de confuso mosaico de indexadores aplicados pelos diferentes tribunais.

Quanto aos juros, o atual artigo 406 do Código Civil estabelece que, em não havendo disposição legal ou contratual quanto aos juros moratórios, esses "serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional". Desde a edição do Código Civil em 2002 há discussões sobre qual seria a taxa de juros legal no Brasil, existindo atualmente posição tendencialmente favorável à Selic em contraposição à aplicação de 1% ao mês. Prova dessa falta de unanimidade é o recente julgamento pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.795.982: após apertadíssimo placar de 6 votos a 5 a favor da aplicação da taxa Selic, o ministro relator suscitou questão de ordem que pode conduzir à anulação do julgamento.

O cenário atual gera incertezas e impede o contingenciamento ou mesmo uma avaliação de risco mais assertiva quando se está frente a uma disputa jurídica. A aplicação de um ou outro índice de correção monetária e de uma ou outra taxa de juros pode impactar significativamente o cálculo final de uma contingência. A falta de unanimidade e de segurança jurídica causa maior prolongamento das disputas e risco de tratamento desigual entre credores e devedores. Pode-se discutir, é verdade, se o indexador e taxa agora propostos no PL são os mais adequados; no entanto, o PL representa importante passo para garantir maior previsibilidade e contribuir para um ambiente de negócios mais profícuo.

Fernanda Girardi Tavares e Rodrigo Ustárroz Cantali são sócios de Souto Correa Advogados

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 209ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0276807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de fevereiro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 209ª Série da 1ª Emissão – (IF 19B0276807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 283ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855350) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 283ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0855350), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 182ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18G0704721) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 182ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 182ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de junho de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 182ª Série da 1ª Emissão – (IF 18G0704721), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 20 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 86ª E 87ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 11L0018734/11L0018829) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 11 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 86ª e 87ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando de forma individual "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 86ª e 87ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de dezembro de 2011, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **11 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 86ª e 87ª Séries da 1ª Emissão – (IF 11L0018734/11L0018829), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 20 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 242ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1034250) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando de forma individual "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de junho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 242ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1034250), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE MARÇO DE 2024

DESTAQUES

RECEITA LÍQUIDA
R$ 382,0 MM
+4,1% (vs 2022/23)

INVESTIMENTOS P&D
R$ 205,6 MM
+2,7% (vs 2022/23)

MARKET SHARE
30% de plantio
20% variedades protegidas

LUCRO BRUTO
R$ 254,9 MM
+20,4% (vs 2022/23)

EBITDA
R$ 185,8 MM
+28,6% (vs 2022/23)

LUCRO LÍQUIDO
R$ 152,3 MM
+66,6% (vs 2022/23)

MARGEM EBITDA
48,6%
+9,2 p.p. (vs 2022/23)

MARGEM LÍQUIDA
39,9%
+15,0 p.p. (vs 2022/23)

CAIXA LÍQUIDO
R$ 447,1MM
+18,9% (vs 2022/23)

RESUMO FINANCEIRO

A safra 2023/24 foi marcada por números excepcionais, com crescimento de receita e lucro recorde. Nossas margens de contribuição se expandiram e continuamos avançando em nosso pipeline de desenvolvimento visando o aumento de produtividade do setor sucroenergético.

Em R$ mil	4T24	4T23	Var. R$ mil	Var. %	2024	2023	Var. R$ mil	Var. %
Receita Líquida	**100.649**	**92.166**	**+8.483**	**+9,2%**	**382.068**	**367.142**	**+4.926**	**+4,1%**
Lucro Bruto	**73.593**	**45.761**	**+27.832**	**+60,8%**	**254.938**	**211.799**	**+43.139**	**+20,4%**
Margem Bruta	73,1%	49,6%	–	*+23,5 p.p.*	66,7%	57,7%	–	*+9,0 p.p.*
EBITDA	**50.701**	**28.757**	**+21.944**	**+76,3%**	**185.843**	**144.516**	**+41.327**	**+28,6%**
Margem EBITDA	50,4%	31,2%	–	*+19,2 p.p.*	48,6%	39,4%	–	*+9,2 p.p.*
Lucro Líquido	**38.742**	**11.106**	**+27.636**	**+248,8%**	**152.307**	**91.437**	**+60.870**	**+66,6%**
Margem Líquida	38,5%	12,1%	–	*+26,4 p.p.*	39,9%	24,9%	–	*+15,0 p.p.*
P&D[1]	**56.355**	**58.408**	**-2.053**	**-3,5%**	**205.626**	**200.139**	**+5.487**	**+2,7%**
Caixa Líquido	**447.143**	**375.917**	**+71.226**	**+18,9%**	**447.143**	**375.917**	**+71.226**	**+18,9%**

(1) Inclui o intangível

Piracicaba, 22 de maio de 2024 (Bovespa Mais (CTCA3), sem negociação). O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira ("Companhia"), líder em soluções de melhoramento genético para o setor de cana-de-açúcar no Brasil e um dos mais renomados centros de biotecnologia aplicada à cana do mundo, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre e consolidado para a safra 2023/24 (4T24 e 2024), que correspondem respectivamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, e à toda a safra contemplando os meses entre abr/23 e mar/24. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), Lei das S.A. e práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A safra 2023/24 foi de recordes para o setor, seja na produção total de cana-de-acúcar, açúcar e etanol, na elevação da produtividade média dos canaviais - a maior dos últimos 10 anos - e de preços remuneradores para seus produtos, com destaque para o açúcar. Com relação aos números consolidados para o CTC, encerramos o ano safra com EBITDA de R$ 185,8 milhões (+28,6% YoY), e margem EBITDA de 48,6%, demonstrando a robustez operacional da Companhia.

Outros destaques foram o nosso lucro líquido recorde, que subiu 66,6% em relação à safra passada, chegando a R$ 152,3 milhões na safra, e uma posição financeira sólida, com caixa líquido de R$ 447,1 milhões, aumento de 18,9% na comparação com a safra 2022/23. A melhoria do mix de produtos, com a comercialização de variedades de maior valor agregado, e a retomada da trajetória de expansão de nossas variedades elite e geneticamente modificadas (GM), com maiores margens de contribuição, contribuíram para o resultado positivo.

O avanço acelerado no desenvolvimento do projeto Sementes, a expansão do pipeline de Variedades Geneticamente Modificadas, além do contínuo investimento em nosso programa de Melhoramento Genético, resultaram em incremento nos investimentos e despesas de P&D da ordem de 2,7% (YoY), para R$ 205,6 milhões no período.

O CTC vem avançando no desenvolvimento de suas plataformas tecnológicas, com o objetivo de:

(i) lançar novas variedades elites e geneticamente modificadas, mais produtivas e contemplando diferentes características de interesse (*traits*), visando entregar um portfólio robusto que abranja todas as áreas canavieiras do Brasil; e

(ii) desenvolver um novo sistema de plantio baseado no uso de sementes de cana "engenheiradas", buscando a substituição do sistema atual e elevação de taxas de multiplicação de variedades, com benefícios significativos à sanidade do material e à eficiência do plantio.

Seguimos focados na execução do nosso planejamento estratégico de longo prazo, sendo a única empresa brasileira com infraestrutura e recursos humanos capacitados globalmente, investindo em larga escala no aperfeiçoamento genético e comercialização de cana-de-açúcar no Brasil.

Nosso caixa robusto e sólida posição financeira nos possibilitam manter a consistência de investimentos necessários para o nosso programa de pesquisa e desenvolvimento a longo prazo, condições necessárias para oferecermos soluções que incrementem, cada vez mais, a rentabilidade dos produtores, e elevem a produtividade e sustentabilidade do setor.

Nosso lucro líquido e margens de contribuição são resultado do trabalho de colaboradores engajados que nos ajudam a superar grandes desafios, bem como a transformar e evoluir nosso negócio.

Por fim, agradecemos a todos nossos parceiros, acionistas e clientes, pelo empenho e confiança depositados em nossa empresa. Seguimos trabalhando para enfrentar os desafios do futuro, e consolidar o Centro de Tecnologia Canavieira como um player global de grande relevância para o fomento da agricultura sustentável de cana-de-açúcar e o futuro da mobilidade no Brasil.

A Administração

SOBRE O CTC

Somos uma empresa de BIOTECNOLOGIA E GENÉTICA aplicadas ao AUMENTO DE PRODUTIVIDADE da cana-de-açúcar.

O Centro de Tecnologia Canavieira é líder mundial em melhoramento genético e biotecnologia aplicados à cultura da cana-de-açúcar. Presente ao longo de toda a cadeia de valor, referência internacional de pioneirismo nas inovações do setor, e peça-chave para o aumento da produtividade desta cultura, atua há mais de 50 anos no desenvolvimento de soluções para o setor sucroenergético. Em 2017, a Companhia lançou a primeira variedade de cana geneticamente modificada do mundo, com a característica (*trait*) de resistência à broca, uma das principais pragas que afetam os canaviais, com prejuízos anuais superiores a R$ 5 bilhões às usinas. Esse lançamento foi um marco histórico mundial para o setor de cana-de-açúcar. Hoje, o CTC possui quatro variedades geneticamente modificadas em comercialização, além de um pipeline robusto de variedades geneticamente modificadas, resistentes à broca e tolerantes ao glifosato.

Adicionalmente ao *trait* de resistência à broca, o CTC também trabalha no desenvolvimento da cana resistente ao *Sphenophorus*, praga de difícil controle e que vem gerando perdas econômicas ao setor. Já foram identificadas proteínas promissoras e novas parcerias vem sendo firmadas para aceleração do desenvolvimento deste produto.

Amparada no amplo conhecimento das necessidades de seus clientes, a Companhia desenvolve e comercializa variedades convencionais e geneticamente modificadas, mais produtivas e adaptadas às diferentes regiões canavieiras do país. Contando com o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo, e empregando as mais modernas ferramentas de melhoramento genético e biotecnologia - como a seleção genômica - aumenta-se a probabilidade de desenvolver as melhores variedades para as diferentes regiões produtivas do país.

Desde 2018, o CTC também conta com a operação do CTC Genomics, subsidiária integral na cidade de Saint Louis - Missouri, Estados Unidos, com o objetivo de acelerar os planos de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia vegetal da cana-de-açúcar, com ênfase na edição genômica, e que permitirá o desenvolvimento de variedades que incorporem novas características, como resistência a doenças, maior produtividade, e tolerância à seca.

Com 28 cultivares de exploração comercial, o portfólio atual de variedades protegidas de cana-de-açúcar está dividido em três grupos: Variedades Convencionais, Variedades Elite (Série 9000) e Variedades Geneticamente Modificadas (GM). Tais variedades são de alta produtividade e confiabilidade, e reduzem riscos de perda na colheita para os clientes.

Através do lançamento contínuo de variedades superiores, o setor vem substituindo as variedades mais antigas pelas mais recentes, contemplando características de alto interesse comercial (traits), antes inexistentes nessa indústria, elevando a produtividade potencial do setor.

Por fim, o CTC desenvolve um novo sistema de plantio comercial baseado no uso de sementes sintéticas a partir de embriões de cana-de-açúcar, em substituição ao sistema atual. O objetivo é acelerar os ganhos de produtividade do setor, através da redução dos ciclos de renovação, maior sanidade do material genético, e aumento da eficiência técnica e operacional do plantio.

Temos como objetivo dobrar a produtividade do setor até 2040, com novas tecnologias para acelerar o desenvolvimento sustentável da cana-de-açúcar no Brasil.

MELHORAMENTO GENÉTICO
O programa de Melhoramento Genético tem como objetivo o desenvolvimento de variedades comerciais com produtividade superior e tolerantes a doenças.

BIOTECNOLOGIA
Desenvolvimento de variedades GM com diferentes características de interesse (traits), como resistência a pragas, tolerância a herbicidas, entre outros.



SEMENTES
Tecnologia disruptiva para o plantio de cana, visando maior germinação, alta sanidade, menores perdas e maior capacidade de plantio, possibilitando a expansão acelerada de novas variedades e traits de interesse.

MANEJO
Visa extrair o potencial máximo das variedades CTC, a partir de pacote tecnológico e assistência técnica para o aumento de produtividade em nossos clientes.

IMPACTOS AMBIENTAIS

O compromisso com o meio ambiente está na essência do CTC. Ao desenvolver novas tecnologias com ganhos de produtividade, permitimos o crescimento sustentável do setor, com redução do impacto ambiental da produção agrícola em consequência da menor expansão da área de cultivo e necessidade de recursos e insumos.

Trabalhamos diretamente para que toda cadeia de valor na qual estamos inseridos seja mais produtiva, competitiva e sustentável.

Internamente, mensuramos os impactos diretos sobre o meio ambiente, inventariando as emissões de gases de efeito estufa (GEE), monitorando a biodiversidade da fauna e da flora presentes em nossas instalações e gerindo os recursos hídricos e energéticos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, o CTC informa que a política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa assegurar a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseia em princípios que preservam a independência do auditor.

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais (ITR) relacionados ao exercício findo em 31 de março de 2024 (4T24) foram realizados pela Ernst & Young Auditores Independentes, que não prestou serviços não relacionados à auditoria no período.

Disclaimer
Este material é proprietário do Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e não poderá ser reproduzido ou disseminado, no todo ou em parte, sem nosso consentimento prévio e por escrito. As declarações aqui contidas são projeções e estimativas *("forward-looking statements",* segundo a definição da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933 - U.S. Securities Act of 1933 - e suas posteriores atualizações). Desta forma, são apenas expectativas de nossa administração quanto ao futuro da Companhia e de nossos negócios, feitas com base em circunstâncias e informações disponíveis nesta data e sem qualquer garantia de efetiva de resultados/performance ou obrigação de atualização. Apesar de baseadas em suposições razoáveis, tais projeções estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, tais como, mas não se limitando a: (1) condições econômicas gerais, políticas, demográficas e comerciais que afetem o setor e países em que atuamos; (2) inflação, depreciação e desvalorização do real; (3) alteração do cenário competitivo (especialmente, mas não se limitando ao setor de etanol e açúcar); (4) nossa habilidade de implementar nosso plano de investimento de capital, incluindo nossa habilidade de obter financiamento quando necessário e em termos razoáveis; (5) nossa habilidade de concorrer e conduzir nossos negócios no futuro; (6) alterações na demanda dos consumidores; (7) alterações em nossos negócios; (8) intervenções do governo resultantes em alterações na economia ou legislação (regulatória, tributária, entre outras) que possam afetar nossos negócios; e (9) outros fatores que vierem a afetar nossa situação financeira, liquidez e resultados operacionais.
As informações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários Brasileira) e os CPCs (Comitês de Pronunciamento Contábeis Brasileiros) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (emitidas pelo International Accounting Standard Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO - R$ mil	4T24	3T24	2T24	1T24
Caixa e equivalentes de caixa	227.402	190.499	219.525	254.942
Aplicações financeiras	294.176	394.535	108.165	57.332
Contas a receber	19.405	28.160	80.556	99.524
Estoques	11.173	9.912	10.391	10.972
Impostos a recuperar	–	5.323	15.779	–
Ativo biológico	1.204	1.207	1.185	1.173
Outras contas a receber	4.976	5.872	9.566	9.736
Total do ativo circulante	**558.336**	**635.508**	**445.167**	**433.679**
Contas a receber	25.129	21.123	25.454	25.951
Outras contas a receber	15.463	15.468	15.474	15.479
Depósitos judiciais	1.453	1.453	1.453	11.442
Impostos a recuperar	6.188	4.233	4.110	3.301
Ativo fiscal diferido	28.795	29.375	29.796	34.239
Total do realizável a longo prazo	**77.028**	**71.652**	**76.287**	**90.412**
Imobilizado	92.067	86.003	83.407	79.772
Direito de uso	28.135	30.392	32.269	33.436
Intangível	439.111	410.010	395.211	381.728
Total do ativo não circulante	**636.341**	**598.057**	**587.174**	**585.348**
Total do ativo	**1.194.677**	**1.233.565**	**1.032.341**	**1.019.027**

PASSIVO - R$ mil	4T24	3T24	2T24	1T24
Fornecedores	21.810	14.496	15.649	10.343
Obrigações com arrendamentos	8.546	8.674	9.016	9.576
Empréstimos e financiamentos	110	137	–	–
Impostos e contribuições a recolher	2.632	6.785	5.757	3.372
Salários, férias e encargos	40.522	30.742	31.051	41.665
Dividendos a pagar	38.030	1.908	2.189	23.738
Receitas auferir	–	88.409	1.278	–
Benefícios pós-emprego	926	667	667	667
Outras contas a pagar	266	2.461	2.457	2.804
Total do passivo circulante	**112.842**	**154.279**	**68.064**	**92.165**
Obrigações com arrendamentos	20.571	22.569	24.147	24.789
Empréstimos e financiamentos	74.325	74.325	–	–
Benefícios pós-emprego	5.946	5.314	5.314	5.314
Provisão para processos judiciais	1.362	1.362	953	953
Total do passivo não circulante	**102.204**	**103.570**	**30.414**	**31.056**
Patrimônio líquido				
Capital social	562.203	562.203	562.203	562.203
Reserva de capital	12.630	12.059	11.435	12.678
Reserva legal	26.420	18.805	18.805	18.805
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	376.485	267.966	267.966	267.966
Lucros acumulados	–	1.118	72.207	33.049
Ajustes acumulados de conversão	1.893	113.565	1.247	1.105
Total do patrimônio líquido	**979.631**	**975.716**	**933.863**	**895.806**
Total do passivo	**215.046**	**257.849**	**98.478**	**123.221**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.194.677**	**1.233.565**	**1.032.341**	**1.019.027**

RESULTADO CONSOLIDADO

Em R$ mil	4T24	4T23	2024	2023
Receita operacional	**100.649**	**92.166**	**382.068**	**367.142**
Custo de pesquisa e serviços prestados	(27.056)	(46.405)	(127.130)	(155.343)
Lucro bruto	**73.593**	**45.761**	**254.938**	**211.799**
Despesas administrativas e com vendas	(32.043)	(27.401)	(109.935)	(105.610)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	516	(14.002)	5.776	(13.552)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	42.066	4.358	150.779	92.637
Receitas financeiras	14.795	13.905	53.422	45.805
Despesas financeiras	(2.191)	227	(4.252)	(2.386)
Variação cambial, líquida	(32)	(8)	(47)	1.736
Financeiras líquidas	12.572	14.124	49.123	45.155
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**54.638**	**18.482**	**199.902**	**137.792**
Imposto de renda e contribuição social:				
Diferidos	(581)	1.918	(2.809)	524
Do exercício	(15.315)	(9.294)	(44.786)	(46.879)
Lucro líquido do período	**38.742**	**11.106**	**152.307**	**91.437**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

Em R$ mil	4T24	4T23	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	**38.742**	**11.107**	**152.307**	**91.437**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	9.395	10.397	37.682	38.327
Provisão para perdas de crédito esperada	244	9.129	(3.158)	7.950
Provisão para participação nos lucros	9.078	8.188	21.894	18.483
Provisão para processos judiciais	–	–	403	154
Pagamento baseado em ações	572	499	2.190	1.958
Provisões de juros	706	–	1.468	273
Imposto de renda e contribuição social	581	(1.918)	2.809	(524)
Receita de subvenção	1.552	5.981	1.552	5.981
Resultado na Venda do Ativo	(2.046)	5.952	951	6.863
	58.824	**49.335**	**218.098**	**170.902**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	4.374	15.534	1.726	12.811
Estoques	1.261	380	(705)	(3.123)
Impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	18.380	11.587	42.013	45.840
Outras contas a receber	828	(4.838)	(388)	(4.657)
Depósitos judiciais	–	(5)	9.622	177
Fornecedores	7.325	2.459	5.612	1.559
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	(3.785)	(6.323)	2.825	(5.601)
Salários, férias e encargos a pagar	(1.160)	(3.499)	(15.076)	(16.018)
Receitas a auferir	(88.409)	(79.244)	–	–
Outras contas a pagar	(2.316)	(21)	(2.887)	(104)
Caixa usado nas atividades operacionais	**(7.200)**	**(14.635)**	**260.840**	**201.432**
Impostos pagos	(15.315)	(9.294)	(44.786)	(46.879)
Juros pagos	(733)	–	(1.358)	(273)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(23.248)**	**(23.929)**	**214.696**	**154.280**
Aplicação e resgates de instrumentos financeiros	100.359	113.470	(152.046)	4.170
Aquisições de imobilizado	(8.675)	(6.331)	(28.123)	(20.328)
Ativo biológico	3	3	86	39
Intangível	(29.002)	(17.490)	(78.629)	(50.429)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**62.685**	**89.652**	**(258.884)**	**66.998**
Amortização de arrendamentos	(4.549)	(2.893)	(12.696)	(9.498)
Dividendos	(51)	799	(21.958)	(33.480)
Recompra de ações	(1.866)	–	(1.868)	–
Financiamentos captados/pagos	–	–	74.325	(16.190)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(2.734)**	**(3.692)**	**37.803**	**(59.168)**
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	200	(144)	–	308
(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**36.903**	**61.887**	**(6.385)**	**28.422**
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	190.499	171.900	233.787	205.365
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	227.402	233.787	227.402	233.787
(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**36.903**	**61.887**	**(6.385)**	**28.422**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2024 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**227.402**	233.787	**226.348**	232.888
Aplicações financeiras	8	**294.176**	142.130	**294.176**	142.130
Contas a receber	9	**19.405**	16.880	**19.405**	16.880
Estoques		**11.173**	10.468	**11.173**	10.468
Ativo biológico		**1.204**	1.118	**1.204**	1.118
Outros ativos	10	**4.976**	4.639	**4.320**	4.130
Total do ativo circulante		**558.336**	409.022	**556.626**	407.614
Contas a receber	9	**25.129**	26.353	**25.129**	26.353
Outros ativos	10	**15.463**	15.485	**15.463**	15.485
Depósitos judiciais	19	**1.453**	11.075	**1.453**	11.075
Impostos a recuperar		**6.188**	3.718	**6.188**	3.718
Ativo fiscal diferido	11	**28.795**	31.604	**28.795**	31.604
Total do realizável a longo prazo		**77.028**	88.235	**77.028**	88.235
Investimento	12	**–**	–	**3.041**	4.742
Imobilizado	13	**92.067**	79.765	**89.700**	76.246
Direito de uso	14	**28.135**	35.910	**27.505**	34.441
Intangível	15	**439.111**	370.577	**438.857**	369.992
Total do ativo não circulante		**636.341**	574.487	**636.131**	573.656
Total do ativo		**1.194.677**	983.509	**1.192.757**	981.270

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Passivo					
Fornecedores	16	**21.810**	16.209	**19.504**	14.871
Obrigações com arrendamentos	14	**8.546**	10.302	**7.793**	9.306
Financiamento	18	**110**	–	**110**	–
Impostos e contribuições a recolher		**2.632**	175	**2.632**	175
Salários, férias e encargos	17	**40.522**	33.709	**40.193**	33.345
Dividendos a pagar	26	**38.030**	23.815	**38.030**	23.815
Provisão benefícios pós-emprego	20	**926**	667	**926**	667
Outras contas a pagar		**266**	2.946	**1.734**	4.170
Total do passivo circulante		**112.842**	87.823	**110.922**	86.349
Obrigações com arrendamentos	14	**20.571**	26.813	**20.571**	26.048
Financiamento	18	**74.325**	–	**74.325**	
Provisão benefícios pós-emprego	20	**5.946**	5.314	**5.946**	5.314
Provisão para processos judiciais	19	**1.362**	959	**1.362**	959
Total do passivo não circulante		**102.204**	33.086	**102.204**	32.321
Total do passivo		**215.046**	120.909	**213.126**	118.670
Patrimônio líquido	21				
Capital social		**562.203**	562.203	**562.203**	562.203
Reserva de capital		**12.630**	12.308	**12.630**	12.308
Reserva legal		**26.420**	18.805	**26.420**	18.805
Reserva de integralidade do patrimônio líquido		**376.485**	267.966	**376.485**	267.966
Ajustes acumulados de conversão		**1.893**	1.318	**1.893**	1.318
Total do patrimônio líquido		**979.631**	862.600	**979.631**	862.600
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.194.677**	983.509	**1.192.757**	981.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital – Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de integralidade patrimônio líquido	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de abril de 2022	562.203	10.859	14.233	202.818	1.010	–	791.123
Pagamento baseado em ações	–	1.449	–	–	–	–	1.449
Resultados abrangentes:							
Efeito de conversão de moeda estrangeira	–	–	–	–	308	–	308
Lucro líquido do Exercício	–	–	–	–	–	91.437	91.437
Destinações:							
Reserva legal	–	–	4.572	–	–	(4.572)	–
Dividendos mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(21.716)	(21.716)
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	–	–	–	65.149	–	(65.149)	–
Saldos em 31 de março de 2023	562.203	12.308	18.805	267.967	1.318	–	862.601
Pagamento baseado em ações	**–**	**2.190**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.190**
Recompra de ações	**–**	**(1.868)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.868)**
Resultados abrangentes:							
Efeito de conversão de moeda estrangeira	**–**	**–**	**–**	**–**	**(85)**	**–**	**(85)**
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos					**660**		**660**
Lucro líquido do Exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**152.307**	**152.307**
Destinações:							
Reserva legal	**–**	**–**	**7.615**	**–**	**–**	**(7.615)**	**–**
Dividendos mínimo obrigatório	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(36.173)**	**(36.173)**
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	**–**	**–**	**–**	**108.519**	**–**	**(108.519)**	**–**
Saldos em 31 de março de 2024	**562.203**	**12.630**	**26.420**	**376.486**	**1.893**	**–**	**979.632**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Receita operacional líquida	22	**382.068**	367.142	**382.068**	367.142
Custo de pesquisa e serviços prestados	23	**(127.130)**	(155.343)	**(121.645)**	(147.786)
Lucro bruto		**254.938**	211.799	**260.423**	219.356
Despesas administrativas e com vendas	23	**(109.935)**	(105.610)	**(109.935)**	(105.610)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**–**	–	**(5.445)**	(7.442)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	**5.776**	(13.552)	**5.642**	(13.719)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**150.779**	92.637	**150.685**	92.585
Receitas financeiras		**53.422**	45.805	**53.422**	45.805
Despesas financeiras		**(4.252)**	(2.386)	**(4.158)**	(2.334)
Variações cambiais, líquida		**(47)**	1.736	**(47)**	1.736
Financeiras líquidas	24	**49.123**	45.155	**49.217**	45.207
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**199.902**	137.792	**199.902**	137.792
Imposto de renda e contribuição social:					
Diferidos	11	**(2.809)**	524	**(2.809)**	524
Do exercício	11	**(44.786)**	(46.879)	**(44.786)**	(46.879)
Lucro líquido do exercício		**152.307**	91.437	**152.307**	91.437
Lucro por ação	21				
Resultado básico do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		**0,4748**	0,2851	**0,4748**	0,2851
Resultado diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		**0,4729**	0,2840	**0,4729**	0,2840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Consolidado e controladora 2024	Consolidado e controladora 2023
Lucro líquido do exercício	**152.307**	91.437
Resultado abrangente:		
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado:		
Efeito de conversão de moeda estrangeira	**(85)**	308
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	**660**	–
	575	308
Total do resultado abrangente do exercício	**152.882**	91.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua →★

INÊS249



CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



→★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido		152.307	91.437	152.307	91.437
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	13, 14, 15	37.682	38.327	35.173	35.677
Provisão para perdas de crédito esperada	9, 25	(3.158)	7.950	(3.158)	7.950
Provisão para participação nos lucros	17	21.894	18.483	21.655	18.118
Resultado de equivalência patrimonial em controlada	12	–	–	5.445	7.442
Provisão para processos judiciais		403	154	403	154
Pagamento baseado em ações	21	2.190	1.958	2.190	1.958
Provisões de juros	18	1.468	273	1.468	273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.809	(524)	2.809	(524)
Provisão para benefício pós-emprego		1.552	5.981	1.552	5.981
Resultado na venda de ativo		951	994	951	994
		218.098	165.033	220.795	169.460
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		1.726	12.811	1.857	12.811
Estoques		(705)	(3.123)	(705)	(3.123)
Impostos a recuperar e ativo fiscal corrente		42.013	45.840	42.013	45.840
Outros ativos		(388)	(4.657)	(234)	(4.552)
Depósitos judiciais		9.622	(177)	9.622	(177)
Fornecedores		5.612	1.559	4.632	926
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente		2.825	(5.601)	2.825	(5.601)
Salários, férias e encargos a pagar		(15.076)	(16.018)	(14.807)	(15.515)
Outras contas a pagar		(2.887)	204	(2.644)	313
Caixa usado nas atividades operacionais		260.840	195.871	263.354	200.382
Impostos pagos	11	(44.786)	(46.879)	(44.786)	(46.879)
Juros pagos	18	(1.358)	(273)	(1.358)	(273)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		214.696	148.719	217.210	153.230
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicação e regastes de aplicações de financeiras		(152.046)	4.170	(152.046)	4.170
Aquisições de imobilizado	13	(28.123)	(14.459)	(27.978)	(13.740)
Ativo biológico		(86)	39	(86)	39
Investimentos em controlada	12	–	–	(3.744)	(6.379)
Intangível	15	(78.629)	(50.879)	(78.629)	(50.798)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(258.884)	(61.129)	(262.483)	(66.708)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de arrendamentos	14	(12.696)	(9.498)	(11.681)	(8.726)
Dividendos pagos	21	(21.958)	(33.480)	(21.958)	(33.480)
Recompra de ações	21	(1.868)	–	(1.868)	–
Financiamentos captados/(pagos)	18	74.325	(16.190)	74.325	(16.190)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		37.803	(59.168)	38.818	(58.396)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa equivalentes de caixa		–	–	(85)	308
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(6.385)	28.422	(6.540)	28.434
Caixa e equivalentes de caixa do início do período		233.787	205.365	232.888	204.454
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período		227.402	233.787	226.348	232.888
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(6.385)	28.422	(6.540)	28.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Receitas	22	422.175	393.672	422.175	393.672
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		398.927	373.778	398.927	373.778
Outras receitas		20.090	27.844	20.090	27.844
Provisão para perdas de crédito esperada		3.158	(7.950)	3.158	(7.950)
Insumos adquiridos de terceiros		(99.404)	(126.346)	(96.888)	(123.652)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	23	(45.478)	(45.565)	(48.462)	(45.204)
Outras		951	994	951	994
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	23	(54.877)	(81.775)	(49.377)	(79.442)
Valor adicionado bruto		322.771	267.326	325.287	270.020
Depreciação e amortização	13, 14, 15	(37.682)	(38.327)	(35.173)	(35.677)
Valor adicionado líquido produzido		285.089	228.999	290.114	234.343
Valor adicionado recebido em transferência		53.375	41.939	47.932	34.329
Receitas financeiras		53.422	45.805	53.422	45.805
Variações cambiais, líquida		(47)	1.736	(47)	1.736
Resultado de equivalência patrimonial em controlada		–	–	(5.445)	(7.442)
Outras		–	(5.101)	1	(5.270)
Valor adicionado total a distribuir		338.464	271.439	338.045	269.172
Distribuição do valor adicionado		(338.464)	(271.439)	(338.045)	(269.172)
Pessoal		(97.361)	(96.281)	(97.037)	(94.066)
Remuneração direta		(50.489)	(52.666)	(50.489)	(50.833)
Benefícios		(40.688)	(39.155)	(40.364)	(38.773)
F.G.T.S.		(6.184)	(4.460)	(6.184)	(4.460)
Impostos, taxas e contribuições		(84.544)	(81.335)	(84.544)	(81.335)
Federais - PIS/COFINS		(36.470)	(34.480)	(36.470)	(34.480)
Estaduais - ICMS		(479)	(500)	(479)	(500)
Federais - Imposto de renda e contribuição social		(47.595)	(46.355)	(47.595)	(46.355)
Remuneração de capitais de terceiros		(4.252)	(2.386)	(4.158)	(2.334)
Despesas financeiras		(4.252)	(1.934)	(4.158)	(1.883)
Outras		–	(452)	–	(451)
Remuneração de capital próprio		(152.307)	(91.437)	(152.307)	(91.437)
Dividendos		(36.173)	(21.716)	(36.173)	(21.716)
Lucro líquido do exercício		(116.134)	(69.720)	(116.134)	(69.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("CTC" ou "Companhia") tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo. Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e integra o segmento Bovespa Mais. A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento genético no qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da modificação genética utilizando a biotecnologia aplicados à cana. Outro foco é na área de Novas Tecnologias, explorando tecnologias disruptivas buscando ganhos de produtividade, como por exemplo, as sementes artificiais. Sendo esses apenas um segmento seguindo o CPC 22 - Informações por segmento. O Projeto de Sementes Artificiais reforça o nosso papel disruptivo pois busca desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de semente sintética que poderá simplificar as operações de transporte, armazenagem e plantio dos produtores e usinas de cana-de-açúcar, e promover o aumento de competitividade, tanto na redução de custo (máquinas, mão de obra, insumos) como no aumento da receita. A Companhia possui uma subsidiária integral, denominada CTC Genomics LLC, localizada em Saint Louis, Estados Unidos da América, ("CTC Genomics" ou "Controlada"), cujo objeto social é de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Companhia e sua controlada são denominadas em conjunto como "Grupo", nessas informações trimestrais. Em linha com a nossa estratégia de desenvolver tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola no setor sucroenergético, em 8 de junho de 2017, obtivemos da CTNBio, a aprovação da primeira variedade geneticamente modificada de cana-de-açúcar denominada CTC20BT. Essa variedade representou um marco na indústria sucroenergética global. Desenvolvida com tecnologia 100% brasileira pelo Grupo, a variedade CTC20BT é resistente à broca da cana (Diatraea saccharalis), principal praga das lavouras brasileiras. Em 2018, tivemos a aprovação da segunda variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada, a CTC9001BT. No terceiro trimestre de 2019, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do terceiro evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC9003BT. A nova variedade também tem como característica a resistência à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Mais uma variedade elite transformada e adaptada a diferentes regiões foi aprovada para comercialização. Por fim, no terceiro trimestre de 2020, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do quarto evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC7515BT. A aprovação dessa quarta variedade geneticamente modificada consolida o know how do CTC em desenvolver e aprovar variedades geneticamente modificadas de cana-de-açúcar que atendam às necessidades do setor sucroenergético brasileiro. Em 21 de setembro de 2020 foi aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Diretoria o orçamento para um potencial oferta pública inicial de ações ("IPO") da Companhia, considerando as demais despesas necessárias para a referida operação. Em 21 de outubro de 2020 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a migração de segmento de listagem da Companhia, do segmento especial denominado Bovespa Mais, para o segmento especial de negociação denominado Novo Mercado, ambos perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e a consequente submissão à B3 do pedido de migração de segmento de listagem, nos termos do Manual do Emissor e do Regulamento do Novo Mercado da B3. Em 20 de abril de 2021 a Companhia informou ao mercado sobre a postergação da oferta pública pela Companhia, em função da deterioração das condições do mercado. Atualmente a Companhia está aguardando um momento mais oportuno para a realização do IPO.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 16 de maio de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9 - Provisão para perdas de créditos esperada; • Notas Explicativa nº 6d e 15 - Capitalização de gastos com desenvolvimento; • Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros; • Nota Explicativa nº 14 - Arrendamentos mercantis operacionais. b) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6.d (iii) - Vida útil do intangível; • Nota 6.e - Redução ao valor recuperável; • Nota explicativa nº 20 - Provisão benefícios pós-emprego; • Nota Explicativa nº 21.d - Reserva de capital - Plano de outorga de ações. *Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao Chief Executive Officer (CEO) que assumiu interinamente as responsabilidades de Chief Financial Officer (CFO). A equipe de avaliação revisa regularmente os dados necessários para o cálculo e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivale CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivale ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivale ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação (equivale ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivale ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas alterações não tiveram impacto relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de consolidação: i) *Controlada:* As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ii) *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (impairment) do ativo. b) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *Contas a receber outros recebíveis:* As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. ii) *Passivos financeiros não derivativos:* Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. iii) *Capital social:* As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários. c) Imobilizado: i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente serão usufruídos pela Companhia e que o seu custo seja medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos. iii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	10%
Edifícios e benfeitorias	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d) Intangível: i) *Projetos de pesquisa & desenvolvimento:* Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. ii) *Software:* Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. iii) *Amortização:* Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se nos benefícios econômicos futuros com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

Software	5 anos
Projetos de pesquisa & desenvolvimento	15-20 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. e) Redução ao valor recuperável (*Impairment*): i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:* A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Diretoria se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. f) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas. g) Provisão Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. *Provisão benefício pós-emprego - Planos de saúde:* O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde Companhia e sua controlada são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e sua controlada são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. h) Transações envolvendo pagamento baseado em ações: Funcionários da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pelo Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. *Transações liquidadas com títulos patrimoniais:* O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 20) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. i) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da Provisão para perdas de créditos esperada que segue a política da Companhia. j) Receita operacional: i) *Receitas de royalties:* Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros e royalties, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os royalties devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato. As receitas de royaties reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do período seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como "receitas diferidas" no passivo circulante. ii) *Venda de bens e serviços:* A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos poderão ser compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. m) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação. n) Ativos arrendados: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente; • Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. i) *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. o) Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia gerencia os riscos associados com assuntos ambientais em todas as atividades que possam causar impacto ambiental. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

7. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; Alterações ao • AS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O Grupo classifica como equivalente de caixa os saldos de depósitos bancários de curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Qualquer tipo de depósito bancário que não satisfaça essas características cumulativamente, ou mesmo que satisfaçam os critérios, mas não são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo são classificados com aplicações financeiras, no ativo circulante ou não circulante.

	Rentabilidade média acumulada da carteira no exercício % do CDI	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Caixa					
Em moeda local		4	3	4	3
Em moeda estrangeira		15	1	15	1
		19	4	19	4
Bancos					
Em moeda local		171	296	171	296
Em moeda estrangeira		1.054	944	–	45
		1.225	1.240	171	341
Aplicações					
CDB (i)	102%	520.334	374.383	520.334	374.383
Compromissada (ii)	60%	–	290	–	290
		520.334	374.673	520.334	374.673
Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		521.578	375.917	520.524	375.018
Caixa, equivalentes de caixa		227.402	233.787	226.348	232.888
Aplicações financeiras		294.176	142.130	294.176	142.130

(i) CDB: aplicações realizadas em bancos de primeira linha, e rendimento pré-fixado em CDI. (ii) Compromissada: aplicação realizada em bancos de primeira linha. Aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento, conforme remuneração em DI. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 25.g.

continua→★



CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

9. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes ao licenciamento de variedades, composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2024	**2023**
Clientes	**44.600**	43.086
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	**55.369**	58.740
Total	**99.969**	101.826
(–) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	**(30.777)**	(32.973)
(–) Provisão para perda de crédito esperada	**(24.658)**	(25.620)
Total (nota explicativa nº 25)	**(55.435)**	(58.593)
Circulante	**19.405**	16.880
Não circulante	**25.129**	26.353

(i) Estão classificadas na rubrica de longo prazo o saldo de R$17.105 referente a royalties a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes.

A movimentação da provisão está apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	**2023**
Saldo inicial em 31 de março de 2023	**(58.593)**	(50.643)
Reversões	**4.912**	–
Constituições	**(1.754)**	(7.950)
Saldo final em 31 de março de 2024	**(55.435)**	(58.593)

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais", que é divulgada na nota explicativa nº 23. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 25.

10. OUTROS ATIVOS

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Despesas antecipadas (i)	**6.642**	4.437	**6.642**	4.437
Custos de abertura de capital	**11.048**	11.048	**11.048**	11.048
Adiantamento a fornecedores	**1.457**	3.896	**1.457**	3.896
Outros ativos	**1.292**	743	**636**	234
	20.439	20.124	**19.783**	19.615
Ativo circulante	**4.976**	4.639	**4.320**	4.130
Ativo não circulante	**15.463**	15.485	**15.463**	15.485

(i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela disponibilização de mudas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente quanto à responsabilidade de multiplicação. Os valores serão amortizados na proporção do faturamento de *royalties*.

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável apuração de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Consolidado e Controladora	2022	Reconhecidos no resultado	2023	Reconhecidos no resultado	2024
Perda de crédito esperada	12.047	2.882	14.929	**(1.073)**	**13.856**
Receita auferir	10.646	(1.687)	8.959	**(1.798)**	**7.161**
Provisão participação nos lucros	4.963	505	5.468	**1.895**	**7.363**
Incentivo de longo prazo	4.989	666	5.655	**148**	**5.803**
Diferenças temporárias	(1.565)	(1.842)	(3.407)	**(1.981)**	**(5.388)**
Imposto diferido líquido	31.080	524	31.604	**(2.809)**	**28.795**

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos:

Ativos fiscais diferidos	
Exercício de realização	**Consolidado**
2025	7.714
2026	6.967
Após 2027	14.114
Total	28.795

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2024	**2023**
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**199.902**	137.792
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	**(67.967)**	(46.849)
Equivalência patrimonial	**(1.851)**	(2.530)
Lei do Bem (i)	**20.583**	4.887
Outras adições e exclusões	**1.640**	(1.863)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(47.595)**	(46.355)
Alíquota efetiva	**24%**	34%
Imposto diferido	**(2.809)**	524
Imposto corrente	**(44.786)**	(46.879)

(i) A Companhia reconheceu no exercício créditos extemporâneos relacionados à Lei 11.196 ("Lei do Bem") no montante de R$ 11.720.

12. INVESTIMENTO

Valor contábil	País	Negócio	Percentual de participação	Investimento 2024	Investimento 2023	Equivalência patrimonial 2024	Equivalência patrimonial 2023
CTC Genomics	USA	P&D	100%	**3.041**	4.742	**(5.445)**	(7.442)
				3.041	4.742	**(5.445)**	(7.442)

A movimentação do investimento é como segue:

Saldo em 31 de março de 2022	5.497
Aporte de capital	6.379
Equivalência patrimonial	(7.442)
Ajuste acumulado de conversão	308
Saldo em 31 de março de 2023	4.742
Aporte de capital	**3.829**
Equivalência patrimonial	**(5.445)**
Ajuste acumulado de conversão	**(85)**
Saldo em 31 de março de 2024	**3.041**

As principais rubricas contábeis da controlada são como seguem:

	2024	**2023**
Ativo	**6.430**	**8.340**
Passivo	**3.389**	**3.597**
Patrimônio líquido	**3.041**	**4.743**
Prejuízo líquido	**(5.445)**	**(7.442)**

13. IMOBILIZADO

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Benfeitorias imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Custo:										
Saldo em 31 de março de 2023	74.235	6.239	9.725	8.819	2.893	49.506	11.874	931	7.580	171.802
Adições	**4.357**	**554**	**2.323**	**2.802**	–	**4.187**	**12.251**	**1.649**	–	**28.123**
Conversão moeda	**(82)**	**(7)**	**(13)**	–	–	**(40)**	–	–	–	**(142)**
Baixas	**(60)**	–	**(6)**	**(1.214)**	–	–	**(950)**	–	–	**(2.230)**
Transferências	**684**	**121**	**1.160**	–	–	**6.546**	**(8.511)**	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2024	**79.134**	**6.907**	**13.189**	**10.407**	**2.893**	**60.199**	**14.664**	**2.580**	**7.580**	**197.553**
Depreciação:										
Saldo em 31 de março de 2023	(46.938)	(2.789)	(6.851)	(5.308)	(964)	(23.224)	–	–	(5.963)	(92.037)
Depreciação no exercício	**(5.199)**	**(518)**	**(1.453)**	**(910)**	**(237)**	**(4.847)**	–	–	**(737)**	**(13.901)**
Baixa depreciação	–	–	–	**368**	–	–	–	–	–	**368**
Conversão moeda	**41**	**2**	**8**	–	–	**32**	–	–	–	**83**
Saldo em 31 de março de 2024	**(52.096)**	**(3.305)**	**(8.296)**	**(5.850)**	**(1.201)**	**(28.039)**	–	–	**(6.700)**	**(105.487)**
Saldo em 31 de março de 2023	27.297	3.450	2.874	3.511	1.929	26.282	11.874	931	1.617	79.765
Saldo em 31 de março de 2024	**27.038**	**3.602**	**4.893**	**4.557**	**1.692**	**32.160**	**14.664**	**2.580**	**880**	**92.066**
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%	

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Benfeitorias imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Custo:										
Saldo em 31 de março de 2023	68.284	5.892	9.166	8.818	2.893	50.004	9.872	931	7.580	163.440
Adições	**4.267**	**554**	**2.268**	**2.802**	–	**4.187**	**12.251**	**1.649**	–	**27.978**
Baixas	**(60)**	–	**(6)**	**(1.214)**	–	–	**(950)**	–	–	**(2.230)**
Transferências	**684**	**121**	**1.160**	–	–	**6.546**	**(8.511)**	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2024	**73.175**	**6.567**	**12.588**	**10.406**	**2.893**	**60.737**	**12.662**	**2.580**	**7.580**	**189.188**
Depreciação:									7.580	
Saldo em 31 de março de 2023	(44.503)	(2.665)	(6.409)	(5.310)	(964)	(21.380)	–	–	(5.963)	(87.194)
Depreciação no exercício	**(4.499)**	**(467)**	**(1.297)**	**(910)**	**(237)**	**(4.515)**	–	–	**(737)**	**(12.662)**
Baixa depreciação	–	–	–	**368**	–	–	–	–	–	**368**
Saldo em 31 de março de 2024	**(49.002)**	**(3.132)**	**(7.706)**	**(5.852)**	**(1.201)**	**(25.895)**	–	–	**(6.700)**	**(99.488)**
Saldo em 31 de março de 2023	23.781	3.227	2.757	3.508	1.929	28.624	9.872	931	1.617	76.246
Saldo em 31 de março de 2024	**24.173**	**3.435**	**4.882**	**4.554**	**1.692**	**34.842**	**12.662**	**2.580**	**880**	**89.700**
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%	

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Benfeitorias em imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Custo:										
Saldo em 31 de março de 2022	68.402	5.672	8.449	7.982	2.722	43.356	13.718	480	7.294	158.075
Adições	**5.016**	**555**	**1.173**	**1.502**	**171**	**252**	**4.572**	**932**	**286**	**14.459**
Conversão moeda	**285**	**24**	**53**	–	–	**164**	–	–	–	**526**
Baixas	**(25)**	**(25)**	**(8)**	**(665)**	–	–	**(54)**	**(481)**	–	**(1.258)**
Transferências	**557**	**13**	**58**	–	–	**5.734**	**(6.362)**	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2023	**74.235**	**6.239**	**9.725**	**8.819**	**2.893**	**49.506**	**11.874**	**931**	**7.580**	**171.802**
Depreciação:										
Saldo em 31 de março de 2022	(41.934)	(2.342)	(5.762)	(4.516)	(714)	(18.902)	–	–	(4.391)	(78.561)
Depreciação no exercício	**(4.885)**	**(442)**	**(1.071)**	**(1.043)**	**(250)**	**(4.223)**	–	–	**(1.572)**	**(13.486)**
Baixa depreciação	**5**	–	**8**	**251**	–	–	–	–	–	**264**
Conversão moeda	**(124)**	**(5)**	**(26)**	–	–	**(99)**	–	–	–	**(254)**
Saldo em 31 de março de 2023	**(46.938)**	**(2.789)**	**(6.851)**	**(5.308)**	**(964)**	**(23.224)**	–	–	**(5.963)**	**(92.037)**
Saldo em 31 de março de 2022	26.468	3.330	2.687	3.466	2.008	24.454	13.718	480	2.903	79.514
Saldo em 31 de março de 2023	**27.297**	**3.451**	**2.874**	**3.510**	**1.929**	**26.282**	**11.874**	**931**	**1.617**	**79.765**
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%	

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Benfeitorias em imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Custo:										
Saldo em 31 de março de 2022	63.451	5.365	7.931	7.981	2.722	44.018	11.716	480	7.294	150.958
Adições	**4.301**	**539**	**1.185**	**1.502**	**171**	**252**	**4.572**	**932**	**286**	**13.740**
Baixas	**(25)**	**(25)**	**(8)**	**(665)**	–	–	**(54)**	**(481)**	–	**(1.258)**
Transferências	**557**	**13**	**58**	–	–	**5.734**	**(6.362)**	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2023	**68.284**	**5.892**	**9.166**	**8.818**	**2.893**	**50.004**	**9.872**	**931**	**7.580**	**163.440**
Depreciação:										
Saldo em 31 de março de 2022	(40.266)	(2.273)	(5.444)	(4.518)	(714)	(17.604)	–	–	(4.391)	(75.210)
Depreciação no exercício	**(4.242)**	**(392)**	**(973)**	**(1.043)**	**(250)**	**(3.776)**	–	–	**(1.572)**	**(12.248)**
Baixa depreciação	**5**	–	**8**	**251**	–	–	–	–	–	**264**
Saldo em 31 de março de 2023	**(44.503)**	**(2.665)**	**(6.409)**	**(5.310)**	**(964)**	**(21.380)**	–	–	**(5.963)**	**(87.194)**
Saldo em 31 de março de 2022	23.185	3.092	2.487	3.463	2.008	26.414	11.716	480	2.903	75.748
Saldo em 31 de março de 2023	**23.781**	**3.227**	**2.757**	**3.508**	**1.930**	**28.624**	**9.872**	**930**	**1.617**	**76.246**
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%	

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. A análise foi realizada com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados em 31 de março de 2024. Plantio de cana corresponde às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura semiperene, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes. O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e incluindo melhorias sistêmicas. O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, havendo indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para os exercícios findos em 31 de março de de 2024 e 2023 o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14. DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso: A movimentação no direito de uso é como segue:

Direito e uso

Consolidado	Imóveis partes relacionadas (NE 22)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 29)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2022	18.832	1.292	3.996	4.762	1.548	30.430
Adição/remensuração	1.940	827	7.034	1.700	3.083	14.584
Conversão de moeda	–	153	–	–	–	153
Amortização	(3.059)	(803)	(2.266)	(2.246)	(883)	(9.257)
31 de março de 2023	**17.713**	**1.469**	**8.764**	**4.216**	**3.748**	**35.910**
Adição/remensuração	**792**	–	–	**3**	**1.549**	**2.344**
Conversão de moeda	–	**(24)**	–	–	–	**(24)**
Amortização	**(3.323)**	**(816)**	**(3.187)**	**(1.927)**	**(843)**	**(10.096)**
31 de março de 2024	**15.182**	**629**	**5.577**	**2.292**	**4.454**	**28.134**
Taxa de amortização	**9%**	**9%**	**33%**	**10%**	**10%**	

Controladora	Imóveis partes relacionadas	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 26)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2022	18.832	3.996	4.762	1.548	29.138
Adição/remensuração	1.940	7.034	1.700	3.083	13.757
Amortização	(3.059)	(2.266)	(2.246)	(883)	(8.454)
31 de março de 2023	**17.713**	**8.764**	**4.216**	**3.748**	**34.441**
Adição/remensuração	**792**	–	**3**	**1.549**	**2.344**
Amortização	**(3.323)**	**(3.187)**	**(1.927)**	**(843)**	**(9.280)**
31 de março de 2024	**15.182**	**5.577**	**2.292**	**4.454**	**27.505**
Taxa de amortização	9%	33%	10%	10%	

b) Passivo de arrendamento: A movimentação no passivo de arrendamento é como segue:

Consolidado	Imóveis partes relacionadas (NE 26)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 26)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2022	20.529	1.553	3.034	5.095	1.665	31.876
Adição/remensuração	1.940	827	7.034	1.693	3.075	14.569
Conversão de moeda	–	335	–	–	–	335
Apropriação de encargos financeiros	1.473	63	260	419	274	2.489
Pagamento	(4.171)	(1.017)	(3.153)	(2.646)	(1.167)	(12.154)
31 de março de 2023	19.771	1.761	7.175	4.561	3.847	37.115
Adição/remensuração	**792**	–	–	**3**	**1.533**	**2.328**
Conversão de moeda	–	**(28)**	–	–	–	**(28)**
Apropriação de encargos financeiros	**1.370**	**35**	**397**	**255**	**340**	**2.397**
Pagamento	**(4.493)**	**(1.015)**	**(3.832)**	**(2.279)**	**(1.077)**	**(12.696)**
31 de março de 2024	**17.440**	**753**	**3.740**	**2.540**	**4.643**	**29.116**
Circulante	**3.400**	**753**	**2.707**	**1.024**	**661**	**8.545**
Não circulante	**14.040**	–	**1.033**	**1.516**	**3.982**	**20.571**

Controladora	Imóveis partes relacionadas (NE 26)	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 26)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2022	20.529	3.034	5.095	1.665	30.323
Adição/remensuração	1.940	7.034	1.693	3.075	13.742
Apropriação de encargos financeiros	1.473	260	419	274	2.426
Pagamento	(4.171)	(3.153)	(2.646)	(1.167)	(11.137)
31 de março de 2023	19.771	7.175	4.561	3.847	35.354
Adição/remensuração	**792**	–	**3**	**1.533**	**2.328**
Apropriação de encargos financeiros	**1.370**	**397**	**255**	**340**	**2.362**
Pagamento	**(4.493)**	**(3.832)**	**(2.279)**	**(1.077)**	**(11.681)**
31 de março de 2024	**17.440**	**3.740**	**2.540**	**4.643**	**28.363**
Circulante	**3.400**	**2.707**	**1.024**	**661**	**7.792**
Não circulante	**14.040**	**1.033**	**1.516**	**3.982**	**20.571**

Em 31 de março de 2024 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento consolidado é como segue:

Exercícios	**Valor presente**
1 a 12 meses	7.793
13 a 24 meses	6.053
25 a 36 meses	4.953
37 a 48 meses	5.383
A partir de 49 meses	4.181
Total bruto	28.363
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)	(2.624)
Total líquido	25.739

(i) Refere-se ao direito potencial de créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%. Esta divulgação visa atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constituem efetivamente os créditos que poderão ser tomados no futuro, sendo que quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes devido à possibilidade de a alíquota efetiva ser diferente da teórica ou o pagamento não estar sujeito à tomada de crédito, por exemplo, por conta de alterações subsequentes na legislação tributária.

15. INTANGÍVEL

Consolidado	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Total
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2022	26.694	159.626	178.083	364.403
Adições	6.086	21.298	23.414	50.798
Conversão moeda	88	–	84	172
Saldo em 31 de março de 2023	32.868	180.924	201.581	415.373
Adições	**2.704**	**30.821**	**48.850**	**82.375**
Conversão moeda	**(21)**	–	**(21)**	**(42)**
Saldo em 31 de março de 2024	**35.551**	**211.745**	**250.410**	**497.706**
Amortização:				
Saldo em 31 de março de 2022	(17.571)	(12.954)	(5.023)	(35.548)
Amortização	(3.053)	(2.205)	(3.899)	(9.157)
Conversão moeda	(56)	–	(35)	(91)
Saldo em 31 de março de 2023	(20.680)	(15.159)	(8.957)	(44.796)
Amortização	**(4.115)**	**(4.932)**	**(4.783)**	**(13.831)**
Conversão moeda	**17**	–	**15**	**32**
Saldo em 31 de março de 2024	**(24.778)**	**(20.091)**	**(13.725)**	**(58.595)**
Saldo em 31 de março de 2023	**12.188**	**165.765**	**192.624**	**370.577**
Saldo em 31 de março de 2024	**10.773**	**191.654**	**236.685**	**439.111**

Controladora	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Total
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2022	25.486	159.626	176.918	362.030
Adições	6.086	21.298	23.414	50.798
Saldo em 31 de março de 2023	31.572	180.924	200.332	412.828
Adições	**2.582**	**30.821**	**48.692**	**82.217**
Saldo em 31 de março de 2024	**34.276**	**211.745**	**249.024**	**495.045**
Saldo em 31 de março de 2022	(16.799)	(12.954)	(4.535)	(34.288)
Amortização do exercício	(2.811)	(2.205)	(3.532)	(8.548)
Saldo em 31 de março de 2023	(19.610)	(15.159)	(8.067)	(42.836)
Amortização do período	**(3.962)**	**(4.932)**	**(4.457)**	**(13.352)**
Saldo em 31 de março de 2024	**(23.572)**	**(20.091)**	**(12.524)**	**(56.188)**
Saldo em 31 de março de 2023	**11.962**	**165.765**	**192.265**	**369.992**
Saldo em 31 de março de 2024	**10.704**	**191.654**	**236.500**	**438.857**

Os custos com desenvolvimento referem-se a gastos incorridos com novas tecnologias para o setor sucroenergético, segregados da seguinte maneira:

	2023	Adições	Conversão de moeda	2024
Melhoramento genético (a)	180.924	30.821	–	211.745
Novas Tecnologias (b)	201.581	48.850	(21)	249.368
Total	382.505	79.671	(21)	461.113
	2022	**Adições**	**Conversão de moeda**	**2023**
Melhoramento genético (a)	159.626	21.298	–	180.924
Novas Tecnologias (b)	178.083	23.414	84	201.581
Total	337.709	44.712	84	382.505

Os custos com os projetos Melhoramento genético e Novas tecnologias, são classificados conforme segue: • Fase 1: Pesquisa aplicada e prova de conceito, a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico, o potencial de aplicação no mercado, definição de protocolos e protótipo de laboratório. • Fase 2: Desenvolvimento precoce, a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *startups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto. • Fase 3: Desenvolvimento avançado, a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração. • Fase 4: Pré-lançamento, a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial. a) *Melhoramento genético:* O Programa de Variedades Geneticamente modificadas, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País (PR/MG/MS/MT/TO/SP/GO), permite o Grupo desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil. A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades pelo período de 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997). b) *Novas tecnologias:* I) Projetos Melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgenia): A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil. O Programa de Biotecnologia, tem como foco principal é a produção de plantas geneticamente modificadas com o uso de genes que conferem tolerância a insetos e herbicidas. Esta estratégia de controle já foi empregada em outras culturas, tais como milho, soja e algodão, e apresentam bons resultados em relação ao controle de suas pragas agrícolas. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas à aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades e das tecnologias relacionadas por pelo menos 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados provisórios de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) e/ou por pelo menos 20 anos a contar da data de depósito de pedido de patente de invenção, conforme estabelece a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996). II) *Projeto Sementes Artificiais:* O Projeto de Sementes Artificiais tem por objetivo desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de sementes sintéticas, a fim de obter um aumento da eficiência no processo produtivo como um todo por meio da utilização de materiais genéticos de qualidade, livres de pragas e doenças, maquinários mais leves para plantio, levando a menor compactação do solo, menor volume de material por hectare, dentre outros. Esse projeto reforça o nosso papel disruptivo, uma vez que a Companhia acredita que inexista tecnologia semelhante no Brasil ou no mundo. c) *Alocação dos desembolsos com pesquisas:* As despesas de pesquisa são reconhecidas no resultado, desembolsos com desenvolvimento são capitalizados apenas como ativos intangíveis se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos, isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento. No caso do Grupo, isso ocorre de acordo as regras atribuídas para cada tecnologia, sendo elas: • Variedades Convencionais: todos os gastos incorridos em variedades comerciais até a Fase 3; • Novas Tecnologias: todos os gastos incorridos em variedades comerciais de tecnologia já conhecidas até sua desregulamentação internacional e nos casos de desenvolvimento de novas tecnologias, apenas gastos de Fase 3; Os custos com os projetos de Variedades Convencionais e Novas Tecnologias, incorridos fora das normas citadas acima, são reconhecidas no resultado na rubrica de "custos de pesquisa e serviços prestados". A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "custos e despesas por natureza", nota explicativa nº 23. d) *Redução ao valor recuperável* (*impairment*): O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023 o Grupo não identificou indícios de perda no valor recuperável.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores nacionais	**18.947**	15.006	**18.947**	14.684
Fornecedores estrangeiros	**2.863**	1.203	**557**	187
	21.810	16.209	**19.504**	14.871

17. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Provisão de férias, 13° e encargos	**10.930**	10.033	**10.930**	10.033
Provisão para participação nos resultados	**21.894**	16.448	**21.655**	16.083
Encargos trabalhistas a pagar	**7.602**	7.217	**7.602**	7.217
Outros	**6**	11	**6**	12
	40.432	33.709	**40.193**	33.345

(i) O Grupo reconhece provisão para participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação.

18. FINANCIAMENTO

Controladora e Consolidado Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento de	Vencimento até	Garantias	Saldo devedor 2024	Saldo devedor 2023
FINEP	R$	TR + 3,3% a.a.	2027	2035	Fiança	**74.435**	–
						74.435	–
					Passivo circulante	**110**	–
					Passivo não circulante	**74.325**	–

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por exercício de vencimento:

Exercício de vencimento	**2024**	**2023**
2024	**110**	–
2025 a 2026	–	–
2027	**9.290**	–
Demais anos	**65.034**	–
	74.435	–

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento, para captação de recursos junto a FINEP, no montante de R$180.000, com vencimento final em 2035. Sobre o montante principal incidirão juros de taxa referencial ("TR") + 3,3% ao ano. O recebimento inicial foi no montante de R$ 74.325 ocorreu em 24 de outubro de 2023, e o prazo de disponibilidade do restante do recurso é de até 36 meses de acordo com prazo de execução do projeto. Demais valores serão disponibilizados pelo FINEP conforme andamento dos projetos dos quais o financiamento está atrelado. O pagamento dos juros ocorre mensalmente e o pagamento do principal terá primeira parcela a partir de 2027, o qual também será pago mensalmente. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2023	Fluxo de caixa: Financiamentos captados	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	Transferências	2024
Empréstimos e financiamentos	–	**74.325**	**1.468**	–	**(1.358)**	–	**74.435**
Total	–	**74.325**	**1.468**	–	**(1.358)**	–	**74.435**

	2022	Fluxo de caixa: Financiamentos captados	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	Transferências	2023
Empréstimos e financiamentos	16.190	–	**273**	**(16.190)**	**(273)**	–	–
Total	**16.190**	–	**273**	**(16.190)**	**(273)**	–	–

Cláusulas restritivas (covenants): Em 31 de março de 2024, o Grupo não possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira, portanto não há exigibilidade de cumprimento de *covenants*, somente existe a obrigação do desenvolvimento dos projetos atrelados ao financiamento.

19. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível entre outros. A Diretoria, apoiada pela opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de março de 2024, se encontra provisionado o montante de R$1.362 (R$ 954 em 31 de março de 2023), o qual, na opinião da Diretoria e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de despesas administrativas e com vendas. Se encontram registrados na rubrica de depósitos judiciais referentes a esses processos, R$1.453 em 31 de março de 2024 (R$11.075 em 31 de março de 2023).

	Provisões de natureza trabalhista	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de março de 2022	(805)	10.898
Adições	(154)	410
Baixas	–	(233)
Saldo em 31 de março de 2023	(959)	11.075
Adições	**(409)**	**319**
Baixas (i)	**6**	**(9.941)**
Saldo em 31 de março de 2024	**(1.362)**	**1.453**

(i) Em exercícios anteriores a Companhia foi notificada pelo FINEP pelo suposto não cumprimento de prestação de contas referente ao saldo de financiamento de projetos e depositou judicialmente os valores envolvidos (R$22.917). O valor parcialmente compensado, R$12.974, com o financiamento no exercício findo em 31 de março de 2021 e o saldo restante (R$9.941) resgatado pela Companhia em função de sentença favorável à Companhia transitada em julgado no exercício findo em 31 de março de 2024. Adicionalmente, o Grupo está sujeito a processos judiciais classificados como possível, sendo as de natureza Tributária Federal, no montante de R$ 61.480 (R$55.040 em 31 de março de 2023), cível no montante de R$23.101 (23.695 em 31 de março de 2023) e trabalhista, no montante de R$1.600 (1.435 em 31 de março de 2023), em diversas fases do rito processual.

20. PROVISÃO BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia possui um compromisso de assistência médica pós-emprego com seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes, em decorrência das contribuições fixas e mensais que foram realizadas pelos empregados, garantindo a esse grupo a continuidade no plano de assistência médica e outros benefícios pós-emprego. Os saldos relativos à provisão de benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	**2023**
Assistência médica pós-emprego	**5.716**	5.981
Outros benefícios	**1.156**	–
	6.872	5.981
Circulante	**926**	667
Não circulante	**5.946**	5.314

O plano de assistência médica está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco. Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos e contribuições variáveis de alguns procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. Revisão anual do plano de saúde: Os compromissos atuariais e os custos com os benefícios pós-emprego dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão: • Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e • Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. a) *Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido:* As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela a seguir:

continua →

INÊS249

CTC
CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

Controladora e consolidado	31/03/2024	31/03/2023
Passivo em 31/03/2022	**5.980**	6.242
Despesa Reconhecida (Custo do Serviço + Custo do Juros)	**667**	661
Benefícios Pagos	**(271)**	(220)
Passivo Atuarial Projetado em 31/03/2022 (esperado)	**6.376**	6.683
(Ganho)/Perda pela Mudança de Hipóteses Financeiras	**422**	(586)
(Ganho)/Perda Experiência	**(1.082)**	(116)
Outros benefícios	**1.156**	–
Passivo Atuarial Projetado em 31/03/2023 (efetivo)	**6.872**	5.980

	2024	2023
Tábua de Mortalidade	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 1957	IAPB 1957
Rotatividade	0,30/(Tempo de Serviço + 1) (1)	0,30/(Tempo de Serviço + 1) (1)
Idade para Aposentadoria	100% aos 60 anos (2)	100% aos 60 anos (2)
Composição Familiar		
- Ativos	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres
- Inativos	Grupo Familiar informado	Grupo Familiar informado
Taxa Estimada de Permanência no Plano	100%	100%

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social da Companhia era de R$562.203 em 31 de março de 2024 e 2023, representado por 320.748.000 ações sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente subscrita e integralizadas. b) Reserva legal: Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva de integralidade do patrimônio líquido: O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro remanescente após destinações legais e provisionamento dos dividendos poderá ser destinado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta do Conselho de Diretoria, observado o limite do capital social para uma reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido, o valor atual desta reserva é de R$376.485 (R$267.966 em 31 de março de 2023), que representa a totalidade do saldo residual após destinações legais. d) Reserva de capital: *Pagamento baseado em ações:* A Companhia conta com um Plano de Remuneração baseada em ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016, pelo qual são elegíveis a receber ações ordinárias determinados membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial, a critério do Conselho de Diretoria ("Beneficiários"). As ações serão outorgadas anualmente, de acordo com atingimento de metas organizacionais e individuais, na forma virtual (sem qualquer relação com um *phantom stock option*), ou seja, representarão mera expectativa de direito. As ações físicas serão entregues aos Beneficiários através do exercício de opções de compra de ações somente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez. Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia ("IPO") no futuro, com a negociação das ações de sua emissão no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como qualquer outro evento de liquidez privado assim considerado pelo Conselho de Diretoria e cujo volume financeiro seja equivalente ao IPO. Caso não ocorra um Evento de Liquidez, o Beneficiário perderá o direito ao recebimento das ações, bem como não fará jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano.
No momento que a Companhia tenha suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à quantidade de ações distribuídas, multiplicados pelo valor da ação medida com base de mercado. O plano de incentivo de longo prazo aprovado em 2016 estabelecia 5 lotes de outorga (Safra 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021). A proposta de alteração deste Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, rerratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de janeiro de 2021 ("Plano ILP"), sob o qual foram outorgadas opções aos beneficiários de referido plano. A sexta outorga referente a Safra 2021/2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2022. Em julho de 2023 a Companhia realizou a distribuição da 7ª outorga do Programa de Opção de Compra de Ações aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2023, com a distribuição de 111.200 ações aos executivos-chave. Os preços de exercício de cada plano foram determinados com base no valor justo estimado das ações da Companhia em cada data de outorga.

Plano	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	6ª outorga	7ª outorga	
Data da outorga	20/07/2017	25/06/2018	19/07/2019	20/07/2020	13/07/2021	21/06/2022	21/07/2023	Total
Ações outorgadas	210.000	227.600	249.600	223.200	181.600	170.000	111.200	1.373.200
Ações canceladas (i)	–	(17.200)	(27.200)	–	–	–		(44.400)
Ações concedidas	210.000	210.400	222.400	223.200	181.600	170.000	111.200	1.328.800
Ações recompradas (ii)	(18.960)	(18.960)	(20.040)	(20.040)	(16.320)	(15.360)	(10.080)	(119.760)
Ações Restantes	191.040	191.440	202.360	203.160	165.280	154.640	101.120	1.209.040

(i) Refere-se a outorgas concedidas a ex-beneficiários que não pertencem mais ao quadro de funcionários da Companhia. (ii) Refere-se à recompra de ações de ex-beneficiários da Companhia. A Companhia reconheceu no período uma despesa administrativa de R$2.190 com opções de ações (R$1.449 em 31 de março de 2023). Em função da concessão das ações estar vinculada à ocorrência do Evento de Liquidez, não houve qualquer exercício dessas desde a constituição do plano. O total de ações outorgadas em 31 de março de 2024, 1.328.800 ações (1.217.600 em 31 de março de 2023) foi reconhecida no patrimônio líquido à rubrica de reserva de capital. O programa tem como objetivo reforçar a retenção dos executivos-chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Diretoria fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. e) Dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:	2024	2023
Resultado do exercício	**152.307**	91.437
(–) Reserva legal 5%	**7.615**	4.572
Base de cálculo	**144.692**	86.865
% Dividendos mínimos obrigatórios	**36.173**	21.716
Dividendos mínimos propostos	**36.173**	21.716

f) Resultado por ação: A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
Básico	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	**152.307**	91.437
Média ponderada de ações em circulação (b)	**320.748.000**	320.748.000
Resultado por ação ordinária em (a)/(b) x 1000	**0,4748**	0,2851
Diluído		
Média ponderada de ações potencial diluidora em circulação (c)	**322.076.800**	321.965.600
Resultado por ação ordinária em (a)/(c) x 1000	**0,4729**	0,2840

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Receitas de *royalties*	**103.568**	108.072
Receitas de *royalties* - partes relacionadas (nota explicativa nº 26)	**295.359**	265.706
Venda de mudas	**14.801**	23.579
Outras Receitas	**5.289**	4.265
Impostos	**(36.949)**	(34.480)
Receita operacional líquida	**382.068**	367.142

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal	**(97.361)**	(96.280)	**(97.035)**	(94.066)
Serviços contratados	**(45.478)**	(55.871)	**(48.462)**	(54.656)
Despesas com materiais	**(34.713)**	(44.571)	**(32.072)**	(44.210)
Depreciação e amortização	**(37.683)**	(38.327)	**(35.173)**	(35.677)
Provisão/reversão para perda de crédito esperada	**3.158**	(7.950)	**3.158**	(7.950)
Despesas gerais	**(20.163)**	(25.904)	**(17.305)**	(24.786)
Outras despesas (receitas)	**951**	(5.602)	**951**	(5.770)
	(231.289)	(274.505)	**(225.938)**	(267.115)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	**(127.130)**	(155.343)	**(121.645)**	(147.786)
Despesas administrativas	**(109.935)**	(105.610)	**(109.935)**	(105.610)
Outras receitas (despesas) operacionais	**5.776**	(13.552)	**5.642**	(13.719)
	(231.289)	(274.505)	**(225.938)**	(267.115)

24. FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita com aplicações financeiras	**45.987**	41.191	**45.987**	41.191
Juros	**7.435**	4.614	**7.435**	4.614
Receitas financeiras	**53.422**	45.805	**53.422**	45.805
Despesas bancárias	**(623)**	(425)	**(564)**	(370)
Juros sobre empréstimos (Nota 18)	**(1.358)**	(272)	**(1.358)**	(272)
Ajuste a valor presente despesa	**(1.518)**	(1.237)	**(1.483)**	(1.241)
Outras despesas financeiras	**(753)**	(452)	**(753)**	(451)
Despesas financeiras	**(4.252)**	(2.386)	**(4.158)**	(2.334)
Variações cambiais, liquida	**(47)**	1.736	**(47)**	1.736
Financeiras líquidas	**49.123**	45.155	**49.217**	45.207

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado		Valor contábil		Valor justo	
Instrumentos financeiros		31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024 Nível 2	31 de março de 2023 Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras (nota 8)	Valor justo por meio de resultado	**520.334**	374.673	**520.334**	**374.673**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras de liquidez não imediata (nota 8)	Custo amortizado	**–**	–	**–**	–
Depósitos à vista (nota 8)	Custo amortizado	**19**	4	**–**	–
Conta corrente (nota 8)	Custo amortizado	**1.225**	1.240	**–**	–
Contas a receber (nota 9)	Custo amortizado	**99.969**	101.826	**–**	–
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	Valor justo por meio de resultado	**74.435**	–	**–**	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	**21.810**	16.209	**–**	–
Outras contas a pagar	Custo amortizado	**1.734**	4.170	**–**	–

Controladora		Valor contábil		Valor justo	
Instrumentos financeiros		31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024 Nível 2	31 de março de 2023 Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras (nota 8)	Valor justo por meio de resultado	**520.334**	374.673	**520.334**	374.673
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras de liquidez não imediata (nota 8)	Custo amortizado	**–**	–	**–**	–
Depósitos à vista (nota 08)	Custo amortizado	**19**	4	**–**	–
Conta corrente (nota 8)	Custo amortizado	**1.225**	341	**–**	–
Contas a receber (nota 9)	Custo amortizado	**99.969**	101.826	**–**	–
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	Valor justo por meio de resultado	**74.435**	–	**–**	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				**–**	–
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	**19.504**	14.871	**–**	–
Outras contas a pagar	Custo amortizado	**266**	2.946	**–**	–

Valor justo versus valor contábil: Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. b) Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. c) Estrutura do gerenciamento de risco: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Grupo. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. d) Risco de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as transações são denominadas, e a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R$ e USD. *Risco de variação do dólar sobre ativos e passivos expostos à moeda - redução do índice:*

			Cenários					
	Exposição		Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
Instrumentos / Ativo Financeiros	2024 USD	Risco	Taxa	Valor		Valor	%	Valor
Bancos em moeda estrangeira	211	Redução Dólar	5,00	1.054	3,75	791	2,50	527
Fornecedores estrangeiros	573	Redução Dólar	5,00	2.863	3,75	2.147	2,50	1432
Resultado financeiro projetado				3.390		2.938		1.959
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				–		(398)		(1.396)

Risco de variação do dólar sobre ativos e passivos expostos à moeda - aumento do índice:

			Cenários					
	Exposição		Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
Instrumentos / Ativo Financeiros	2024 USD	Risco	Taxa	Valor		Valor	%	Valor
Bancos em moeda estrangeira	211	Aumento Dólar	5,00	1.054	6,24	1.318	7,49	1.581
Fornecedores estrangeiros	573	Aumento Dólar	5,00	2.863	6,24	3.579	7,49	4.295
Resultado financeiro projetado				3.990		4.896		5.876
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				–		999		1.996

e) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. *Exposição a riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. *Riscos de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas nºs 8 e 9. *Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:* O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. *Contas a receber:* Com relação às contas a receber, o Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises da situação dos clientes e de medidas cabíveis de acordo com a política vigente. Em 31 de março de 2024, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. *Contas a receber de clientes e outros recebíveis:* A despesa com a constituição dessa provisão de perdas foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A composição por vencimento dos recebíveis na data das Informações contábeis era a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
A vencer	**42.241**	52.926
Vencido de 1 a 30 dias	**996**	359
Vencido de 31 a 60 dias	**143**	139
Vencido de 61 a 180 dias	**6.545**	10.150
Vencido de 181 a 360 dias	**3.545**	1.999
Vencido acima de 360 dias	**46.499**	36.253
Total (nota explicativa n° 9)	**99.969**	101.826
(–) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	**(30.777)**	(32.973)
(–) Provisão para perda de crédito esperada	**(24.658)**	(25.620)
Total (nota explicativa n° 9)	**(55.435)**	(58.593)
	44.534	43.233

f) Risco de liquidez: A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados: *Cronograma de amortização da dívida*

31 de março de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Fornecedores	**21.810**	**21.810**	**21.810**
Empréstimos e financiamentos	**74.325**	**76.464**	**–**
31 de março de 2023	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**12 meses**
Fornecedores	16.209	16.209	16.209

g) Risco de mercado: Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros. *Risco de taxa de juros:* Risco de taxa de juros é o risco do Grupo vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os ativos e passivos do Grupo indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário. *Perfil:* Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis do Grupo era:

		Consolidado	
Consolidado e controladora	Risco	2024	2023
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		**21.810**	16.209
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	**520.334**	374.673
Empréstimos e financiamentos	TR	**74.435**	–

Análise de sensibilidade: No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10,75%, taxa média de juros efetivos nos últimos doze meses. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.
Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

			Cenários					
	Exposição 2023		Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
Instrumentos		Risco	%	Valor		Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	520.334	Redução CDI (*)	10,75	55.936	8,06	41.952	5,38	27.968
Empréstimos e financiamentos								
Financiamentos	74.435	Redução TR	3,3	2.456	4,13	3.070	4,95	3.685
Outros Instrumentos								
Benefícios pós-emprego	6.872	Redução CDI (*)	10,75	739	13,44	923	16,13	1.108
Resultado financeiro projetado				59.131		45.945		32.761
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				–		(13.186)		(26.370)

(*) Fonte: Receita Federal do Brasil.
Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação de taxas apreciação das taxas

			Cenários					
	Exposição 2023		Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
Instrumentos		Risco	%	Valor		Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	520.334	Crescimento CDI (*)	10,75	55.936	13,44	69.920	16,13	83.904
Empréstimos e financiamentos								
Financiamentos	74.435	Redução TR	3,3	2.456	2,48	1.842	1,65	1.228
Outros Instrumentos								
Benefícios pós-emprego	6.872	Crescimento CDI (*)	10,75	739	8,06	554	5,38	369
Resultado financeiro projetado				59.131		72.316		85.501
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				–		13.185		26.370

(*) Fonte: Receita Federal do Brasil.
O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativas tecnológicas. h) Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Diretoria. Esses indicadores correspondem aos índices:
De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) — Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	**558.336**	409.022	**556.626**	407.614
Passivo circulante	**112.842**	87.823	**110.922**	86.349
Índice de liquidez	**4,95**	4,66	**5,02**	4,72

26. PARTES RELACIONADAS

i) Controladora e controlador final: O grupo de Controladores finais é formado pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool. ii) Remuneração do pessoal-chave da Diretoria: A remuneração paga para Diretoria é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R$ 9.928 (R$ 10.471 em 31 de março 2023). Em adição as despesas acima mencionadas, a Companhia possui um plano de remuneração baseada em ações conforme divulgado na nota explicativa nº 21. iii) Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício decorrem de transações que são realizadas de acordo com os preços acordados entre as partes, com o Grupo e suas partes relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

Ativo	Nota	2024	2023
Contas a receber (a)	9	**55.369**	58.740
Passivo			
Dividendos a pagar (b)		**36.173**	23.815
Obrigações com arrendamento (c)	14	**19.980**	24.332
Outras contas a pagar (d)		**1.469**	1.359
		2024	**2023**
Resultado			
Receita de vendas (e)	22	**295.359**	265.706

a) *Contas a receber:* Operações com licenciamento de variedades de cana-de-açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

Contas a receber (nota explicativa)	2024	2023
Grupo Bunge	**14.788**	14.799
Grupo Virgolino de Oliveira	**8.301**	8.301
Grupo Adecoagro	**6.099**	9.916
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	**5.228**	4.926
Usina Açúcareira Ester S.A.	**4.805**	2.981
Tonon Bioenergia S.A.	**2.335**	2.335
Clealco Açúcar e Álcool S.A.	**2.114**	1.364
Usina Santa Rosa S.A.	**1.728**	1.728
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	**1.404**	1.289
Usina Açucareira Furlan S.A.	**1.164**	182
Usina Uberaba S.A.	**1.140**	1.140
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	**872**	284
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	**811**	844
Usina São Francisco S.A.	**666**	666
Usina Santo Antônio S.A.	**627**	627
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	**523**	25
Usinas Itamarati S A.	**496**	–
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	**389**	–
Contas a receber (nota explicativa)	**2024**	**2023**
Della Coletta Bioenergia S.A.	**199**	39
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	**181**	166
Serranópolis	**175**	334
Usina São Luiz	**170**	–
Pedra Agroindustrial	**167**	187
Naoum	**156**	156
Grupo Raízen	**155**	36
Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.	**127**	82
J. Pilon Açúcar e Álcool	**122**	151
Nova América Agrícola Ltda.	**109**	219
Grupo Unialco	**104**	–
Usina Santa Adelia S.A.	**100**	–
Grupo Biosev	**69**	208
Zilor	**45**	–
Grupo Eth	**–**	2.287
Usj - Açúcar e Álcool S.A.	**–**	1.161
Usina Açúcareira São Manoel S.A.	**–**	664
Usina Petribu S/A	**–**	457
Usina Santa Fé S.A.	**–**	452
Agroterenas S.A.	**–**	327
Grupo São Martinho	**–**	265
Grupo Alto Alegre	**–**	91
Destilaria Nova Era Ltda.	**–**	28
Usina Açúcar Santa Terezinha	**–**	23
	55.369	58.740

b) *Dividendos a pagar:* De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A companhia possui registrados na rubrica de dividendos a pagar o montante de R$ 38.332 (R$23.815 em 31 de março de 2023) o qual está à disposição dos acionistas.
c) *Passivo de arrendamento:* Em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia possuía registrado no passivo contratos de arrendamento das transações com partes relacionadas.

Obrigações com arrendamento de imóveis (nota 14)	2024	2023
Copersucar S.A.	**17.440**	19.771
	17.440	19.771

Obrigações com arrendamento agrícola (nota 14)	2024	2023
São Martinho S.A.	**–**	1.055
Usina Açúcar Santa Terezinha Ltda.	**1.019**	1.259
Raizen Energia S.A.	**1.297**	1.966
Pedra Agroindustrial S.A.	**–**	17
Cocal Com Ind Cana Açúcar e Álcool Ltda.	**45**	55
Jallles Machado S.A.	**179**	209
Total	**2.540**	4.561

d) *Outras contas a pagar - Controladora:*

Outras contas a pagar	2024	2023
CTC Genomics LLC	**1.469**	1.359
	1.469	1.359

e) *Receita com royalties:*

Receita de royalties (nota explicativa)	2024	2023
Grupo Raízen	28.526	26.117
Grupo Bunge	26.154	26.052
Grupo Adecoagro	22.326	18.765
Grupo São Martinho	19.328	20.989
Grupo Biosev	17.382	16.609
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	16.557	14.344
Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.	13.706	14.944
Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	13.260	11.747
Grupo Tereos	12.429	11.066
Noble do Brasil S.A.	11.846	9.206
Pedra Agroindustrial	11.291	11.280
Cia. Melhoramentos	6.997	6.522
Agroterenas S.A.	6.849	6.006
Jalles Machado S.A.	6.311	5.712
Zilor	6.310	6.102
Grupo Eth	6.108	5.629
Usina São Luiz	5.130	–
Usina Santa Adelia S.A.	4.946	4.944
Grupo Alto Alegre	4.361	4.079
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	4.317	3.873
Grupo Unialco	3.702	72
Usina São José da Estiva S.A. Açúcar e Álcool	3.499	3.567
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	3.478	2.451
Nova América Agrícola Ltda.	3.278	3.225
Usina Uberaba S.A.	2.796	2.530
Ferrari Agroindustrial S.A.	2.694	2.840
Usina Santa Fé S.A.	2.424	2.544
Usina Açucareira São Manoel S.A.	2.409	2.471
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	2.351	1.860
J. Pilon Açúcar e Álcool	2.289	2.191
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	2.260	1.293
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	2.159	2.933
Receita de royalties (nota explicativa)	**2024**	**2023**
Usina Açucareira Ester S.A.	2.118	1.833
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	1.996	788
Clealco Açúcar e Álcool S.A.	1.792	991
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda.	1.667	1.608
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	1.646	1.474
Usina Açucareira Furlan S.A.	982	889
Naoum	972	785
Usinas Itamarati S.A.	900	307
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	872	1.015
Usina Petribu S.A.	765	648
Usina São Francisco S.A.	753	829
Usina Santo Antônio S.A.	651	769
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S.A.	504	327
Jacarezinho	499	–
Della Coletta Bioenergia S.A.	424	112
Wd Agroindustrial Ltda.	384	643
Companhia Muller de Bebidas	306	–
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	249	332
Serranópolis	227	126
Destilaria Nova Era Ltda.	69	55
Usina Trapiche S.A.	49	80
Alcon - Cia. de Álcool Conceição da Barra	43	86
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	18	46
	295.359	**265.706**

27. SEGUROS

O Grupo possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação. As coberturas contratadas são baseadas em avaliação de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Diretoria, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades do Grupo. Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$43.000 para danos materiais e R$40.000 para responsabilidade civil.

28. COMPROMISSO COM RECEITA FUTURA

Para melhor compreensão das demonstrações financeiras, essa nota ilustra os efeitos dos recebimentos futuros já compromissados junto a nossos clientes e condicionados à existência nas datas dos faturamentos futuros, relativos aos cortes remanescentes das áreas que já se encontram plantadas. O CTC celebra contrato sem prazo determinado de licenciamento de direito de uso de suas variedades, recebendo de seus clientes royalties anuais pelo período em que suas variedades estiverem sendo cultivadas por aproximadamente 5 anos. Tal obrigação se mantém até o término do prazo de sua proteção da propriedade intelectual 15 anos para variedades convencionais, e 20 anos para aquelas geneticamente modificadas. A Companhia estima que, os direitos decorrentes dos futuros cortes do atual plantio, a valor presente, totalizem no montante de R$ 875 milhões em 31 de março de 2024, conforme demonstrado abaixo:

Direitos futuros decorrentes de safra futura
(números abaixo em milhões de reais)

Total compromisso de recebimento futuro de receita	**1.207**
Dos quais a ser reconhecido dentro de 2 anos	**681**
Dos quais a ser reconhecido entre 3 e 5 anos	**526**
Valor presente líquido do fluxo	**875**

A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo do valor presente da receita futura: • Inexistência de erradicação das lavouras; • Cinco cortes (anos safra) nas lavouras existentes; • Ajuste a valor presente; • Direito de cobrança de *royalties* pelo prazo de proteção da cultivar; Conforme divulgado na nota 6.j, o CTC reconhece a receita anual de acordo com o CPC 47 e IFRS 15, sob os quais os valores dos diretos acima mencionados serão reconhecidos como receita nas demonstrações financeiras de exercícios futuros da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente
Massimiliano César de Barros Júnior

Diretor
Viler Corrêa Janeiro

CONTADOR RESPONSÁVEL

Luis Ricardo Teixeira
CRC-1SP294147/O-2

continua→★



CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do **CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.** Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 1 Bairro Santo Antonio. Piracicaba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Intangíveis de desenvolvimentos de produtos:*** A Companhia registra no ativo intangível os desembolsos incorridos em conexão com o desenvolvimento e aprimoramento de novos produtos. A determinação da natureza dos gastos que podem ser capitalizados, de acordo com os requisitos das normas contábeis aplicáveis, envolve julgamentos significativos por parte da diretoria, incluindo viabilidade comercial e tecnológica, previsão de lançamento dos respectivos produtos, geração esperada de receitas e estimativa do ciclo de sua vida útil. Em função dos julgamentos significativos, como acima descrito, os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia foram considerados relevantes para a nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos intangíveis de desenvolvimento de produtos, a avaliação dos controles e critérios de classificação de gastos do intangível, teste amostral das adições de intangível para validação da existência e avaliação da natureza dos gastos e a correta classificação, e a avaliação da análise da diretoria sobre a viabilidade comercial e tecnológica dos ativos em desenvolvimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 6.d e nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de maio de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador-CRC SP-198698/O

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 62.073.200/0001-21 - NIRE nº 35.300.097.505

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar, na Capital do Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em razão de estarem presentes os acionistas titulares da totalidade das ações da Sociedade, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Eduardo Alcalay e secretariados pelo Sr. Daniel Fazzolari. **4. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras. As contas dos administradores compreendem o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023. As Demonstrações Financeiras, por sua vez, incluem: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas; e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, tomaram as deliberações que seguem: 5.1. Aprovar em sua íntegra, após exame e discussões as contas dos administradores, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, documentos esses publicados no jornal "Valor Econômico", edição do dia 27.03.2024, nas páginas impressas H17, H18, H19, H20 e H21, respectivamente, e na versão digital do jornal "Valor Econômico" edição do dia 27.03.2024, certificado por Editora Globo SA número 04067191000160 em 27/03/2024. 5.2. Aprovar a proposta da administração para destinar o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2023, no valor total de R$ 904.899.332,00 (novecentos e quatro milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e dois reais), da seguinte forma: (a) O valor bruto de R$ 205.457.986,43 (duzentos e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos) foi destinado como Juros Sobre o Capital Próprio, tendo o valor líquido total de R$ 154.124.822,17 (cento e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos) sido pago aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.09.2023; (b) O valor de R$ 45.244.966,60 (quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, é destinado ao Fundo de Reserva Legal, conforme previsto na alínea "a" do artigo 22 do Estatuto Social; (c) A fim de assegurar o cumprimento da alínea "b" do artigo 22 do Estatuto Social, será deliberada a distribuição do valor de R$ 9.455.604,92 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais e noventa e dois centavos), a título de dividendos adicionais, na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital da Sociedade, correspondendo ao valor declarado e pagável de: (i) R$ 9.441.184,62 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) ao acionista BOFAML EMEA HOLDINGS 2 LIMITED, e (ii) R$ 14.420,30 (quatorze mil e quatrocentos e vinte reais e trinta centavos) ao acionista MERRILL LYNCH GROUP HOLDINGS II, L.L.C. ("Créditos dos Acionistas"); e (d) A fim de assegurar o cumprimento da alínea "c" do artigo 22 do Estatuto Social, o valor remanescente de R$ 644.740.774,05 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, setecentos e setenta e quatro mil reais e cinco centavos) será destinado à conta de Reservas de Lucros - Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória da Sociedade, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização da distribuição de dividendos. 5.3. Consignar que a destinação do lucro líquido ora realizada foi aprovada por unanimidade, não havendo objeção por parte de nenhum acionista. 5.4. Determinar, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, que a integralidade do Crédito dos Acionistas seja destinada à conta de Reservas de Lucros - Estatutária. Fica estabelecido que a Sociedade deverá tomar as providências necessárias ao cumprimento das regras relativas ao registro de investimento estrangeiro junto ao Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. 5.5. Determinar que a Sociedade efetue os respectivos lançamentos contábeis, ficando desde já autorizados os representantes legais da Sociedade a tomarem todas as providências necessárias para tanto. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 30 de abril de 2024. Eduardo Alcalay, Presidente; Daniel Fazzolari, Secretário dos trabalhos; p.p. BOFAML EMEA HOLDINGS 2 LIMITED, Eduardo Alcalay; e p.p. MERRILL LYNCH GROUP HOLDINGS II, L.L.C., Eduardo Alcalay. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Eduardo Alcalay - Presidente; Daniel Fazzolari - Secretário. JUCESP 203.819/24-0 em 15/05/2024.

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 02.670.590/0001-95 - NIRE nº 35.300.156.382

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar, na Capital do Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em razão de estarem presentes os acionistas titulares da totalidade das ações da Sociedade, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Eduardo Alcalay e secretariados pelo Sr. Daniel Fazzolari. **4. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras. As contas dos administradores compreendem o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023. As Demonstrações Financeiras, por sua vez, incluem: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas; e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, tomaram as deliberações que seguem: 5.1. Aprovar em sua íntegra, após exame e discussões, as contas dos administradores, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023 documentos esses publicados no jornal "Valor Econômico", edição do dia 27.03.2024, nas páginas impressas H14, H15 e H16, respectivamente, e na versão digital do jornal "Valor Econômico", edição do dia 27.03.2024, certificado por Editora Globo SA número 04067191000160 em 27/03/2024. 5.2. Aprovar a proposta da administração para destinar o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2023, no valor total de R$ 30.834.907,75 (trinta milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos), da seguinte forma: (a) O valor bruto de R$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais), foi destinado como Juros Sobre o Capital Próprio, tendo o valor líquido total de R$ 10.875.066,70 (dez milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e sessenta e seis reais e setenta centavos) sido pago aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.09.2023; (b) O valor de R$ 1.541.745,39 (um milhão e quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, é destinado ao Fundo de Reserva Legal, conforme previsto na alínea "a" do artigo 22 do Estatuto Social; (c) A fim de assegurar o cumprimento da alínea "c" do artigo 22 do Estatuto Social, o valor remanescente do lucro líquido de R$ 14.793.162,36 (quatorze milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos) será destinado à conta de Reservas de Lucros – Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória da Sociedade, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização da distribuição de dividendos. 5.3. Consignar que a destinação do lucro líquido ora realizada foi aprovada por unanimidade, não havendo objeções por parte de nenhum acionista. 5.4. Determinar que a Sociedade efetue os respectivos lançamentos contábeis, ficando desde já autorizados os representantes legais da Sociedade a tomarem as devidas providências necessárias para tanto. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 30 de abril de 2024. (aa) Eduardo Alcalay, Presidente; Daniel Fazzolari, Secretário dos trabalhos; p.p BOFAML EMEA HOLDINGS 2 LIMITED, Eduardo Alcalay; e p.p MERRILL LYNCH INTERNATIONAL, LLC, Eduardo Alcalay. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Eduardo Alcalay - Presidente; Daniel Fazzolari - Secretário. JUCESP nº 203.820/24-1 em 15/05/2024.



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00285515172024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico - Aquisição de Medicamentos
Nº Processo: 024.00076298/2024-27
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 01 (um item).
Valor total da licitação: (sigiloso)
Disponibilidade do edital: 22/05/2024
Horário: das 08h00 às 18h00
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: a partir de 23/05/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 06/06/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00285307342024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico para aquisição de medicamentos.
Nº Processo: 024.00076300/2024-68.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais com Determinação de Marca Comercial.
Total de Itens Licitados: 01 (um item).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 23/05/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 23/05/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 06/06/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ nº 06.981.381/0001-13 - NIRE 35.300.391.144

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 25 de Junho de 2024

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam os senhores acionistas do **CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.** ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia"), a ser realizada, havendo quórum legal, **de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* nos termos do artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e disciplinada na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), sem prejuízo da possibilidade do uso do boletim de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto, em **25 de junho de 2024**, às **11:00 horas**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2024; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme descrito na Proposta da Administração; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Examinar, discutir e votar a proposta de limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024/2025, conforme descrito na Proposta de Administração; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta do novo Plano de Incentivo de Longo Prazo dos administradores contemplados, conforme descrito na Proposta da Administração, em substituição ao Plano de Incentivo de Longo Prazo vigente; e **(iii)** Examinar, discutir e votar a proposta de aumento do percentual de diluição máximo do capital social (1.23%) para contemplar o Plano de Incentivo de Longo Prazo. Para a instalação da Assembleia, é necessária a presença de pelo menos ¼ (um quarto) do total de ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A. e em conformidade com o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. No caso de tal quórum não ser atingido, a Assembleia não será instalada e será publicado novo edital de convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, podendo ser instalada com qualquer número de acionistas presentes. **Informações Gerais: • Documentos disponíveis:** encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site de RI da Companhia (http://ri.ctc.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital e estabelecidos em lei e na regulamentação aplicável. • **Cadastro para participação:** nos termos do artigo 6º, §3º, da RCVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão acessar o link https://qicentral.com.br/m/agoe-ctc-2024, até 2 (dois) dias antes da AGOE (*i.e.* até o dia 23 de junho de 2024), clicar no botão "Quero Participar", vinculando os seguintes documentos, conforme aplicáveis, em formato PDF:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de ações escriturais atualizado, expedido pela instituição financeira depositária das ações da Companhia, com antecedência não superior a 5 (cinco) dias contados da data da realização da Assembleia	X	X	X
Cópia digital (scanner ou foto) do documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista(2)	–	X	X
Regulamento consolidado do fundo(2)	–	–	X

(1) *Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.* (2) *Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.* Alternativamente, os documentos também poderão ser encaminhados às áreas de Relações com Investidores e Jurídica da Companhia, para o e-mail assembleia@ctc.com.br. Caso o acionista já tenha participado de outras assembleias gerais utilizando o envio de documentos pela plataforma Qi Central, deve utilizar as mesmas credenciais de acesso, digitando seu e-mail e senha. Caso seja a primeira vez, clique em "Inscreva-se agora", e informe seu endereço de e-mail. O sistema encaminhará um código de verificação para seu e-mail para que possa completar o seu cadastro. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para participar da AGOE e votar em seu nome, sendo que nessa hipótese o acionista deverá enviar procuração e dados do procurador pelo e-mail indicado acima, observando os termos do Art. 126 da Lei das S.A. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não tiver procuração assinada em seu próprio nome, deverá apresentar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Após a análise e confirmação de que a documentação apresentada cumpre os requisitos necessários para validar a participação e, conforme o caso, representação do acionista na AGOE, o acionista receberá, por e-mail, até o dia 24 de junho de 2024: (i) a confirmação de que seu cadastro foi devidamente concluído e (ii) o convite individual para admissão e participação na AGOE (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Caso o acionista não receba tal confirmação, o acionista poderá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail assembleia@ctc.com.br, **com até 2 (duas) horas de antecedência** do horário da AGOE. • **BVD - Boletim de Voto a Distância:** Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da RCVM 81, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância ("BVD") diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. O BVD deverá ser recebido, em qualquer dos casos, em até 7 (sete) dias corridos antes da data da AGOE. O acionista cujo BVD tenha sido considerado válido pela Companhia ou que tenha registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância será considerado presente e assinante da ata da AGOE, nos termos da RCVM 81. • **Informações, regras e procedimentos para participar e votar na AGOE:** A Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante a Assembleia. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Ao acessar a conferência digital da Assembleia, o acionista deverá se apresentar com áudio e vídeo abertos e, quando solicitado, apresentar seu documento de identidade pelo sistema, de modo que possa ser identificado e admitido na Assembleia. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação de seu acesso. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do *Zoom* com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas na AGOE, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. Piracicaba, 22 de maio de 2024. **Pedro Isamu Mizutani -** Presidente do Conselho de Administração.

CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

CNPJ/ME 20.512.213/0001-00 - NIRE 35.300.466.802

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO AOS DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A. PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Nos termos da Cláusula Oitava - Assembleia Geral de Debenturistas do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.*", celebrado de 12 de agosto de 2015 ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), ficam os titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Emissão", respectivamente) e a Trustee Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários LTDA ("Agente Fiduciário") convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), que se realizará, em segunda convocação, no dia 29 de maio de 2024, às 15:00h horas, **exclusivamente por meio digital**, sendo aplicáveis as normas previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e regulamentada pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, nos termos deste Edital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Observado o Evento de Inadimplemento que acarreta o vencimento antecipado não automático previsto na Cláusula 5.1 (jj) da Escritura de Emissão, declarar ou não vencimento antecipado pelo não atingimento do ICSD mínimo nos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Considerando que a AGD será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do Artigo 70, inciso I da Resolução CVM nº 81/2022, a administração da Emissora encaminhará previamente ao Agente Fiduciário, para que este disponibilize aos Debenturistas, as informações contendo os procedimentos de acesso ao sistema eletrônico do fórum de deliberação seguro (link e senha de acesso), sendo permitido ao Debenturista participar e votar a distância por meio de Boletim de Voto à Distância. Por fim, os termos iniciados em letra maiúscula, não definidos neste edital de convocação, terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Observado o disposto no artigo 126 Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 72, §1º da Resolução CVM nº 81/2022, os Debenturistas deverão encaminhar, no prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data da Assembleia Geral, para a Emissora nos e-mails ext.paulo.chan@contourglobal.com e tesouraria@contourglobal.com, com cópia ao Agente Fiduciário para o e-mail fiduciario@trusteedtvm.com.br, cópia dos documentos comprobatórios de sua representação, bem como lista da(s) sociedade(s) e/ou fundo(s) que representam e suas respectivas quantidades. Referidos documentos deverão contemplar: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica ou veículo de investimento, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; e (iii) quando for representado por procuração, o procurador deverá ter sido constituído a menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. Em qualquer caso, na entrega dos documentos, será verificada a titularidade do Debenturista, sem prejuízo de nova confirmação, na data de realização da AGD, da efetiva titularidade e quantidade de Debêntures detidas por cada Debenturista no dia imediatamente anterior.

São Paulo, 21 de maio de 2024.
CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

Agis Construção S.A.

CNPJ 61.099.826/0001-44 - NIRE 35.300.069.587

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Dia, Hora e Local: 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Paulista, nº 2421, 8º andar, sala 1, Bela Vista, nesta Capital do Estado de São Paulo, CEP 01311-300. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976. **Mesa:** Sr. Erasto Messias da Silva Junior, Presidente; e Sra. Patricia Bueno Moreira, Secretária. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que a atual Diretoria Executiva estava a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações julgadas necessárias e que a Assembleia se manifestará sobre a seguinte **Ordem do Dia:** em **Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme publicado no Jornal "Valor Econômico" no dia 30/04/2024; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(iii)** Deliberar sobre a fixação da remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício de 2024. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** em **Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovado, sem ressalvas, o Relatório da Diretoria, Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** Foi aprovado que, após a constituição da reserva legal, no valor de R$1.560.074,87 (Um milhão, quinhentos e sessenta mil, setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), o saldo remanescente do lucro líquido da Companhia em 31/12/2023, no valor de R$29.640.932,55 (Vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), será destinado da seguinte forma: **a)** R$296.414,23 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte e três centavos) para pagamento de dividendos aos acionistas; e **b)** R$29.345.008,32 (Vinte e nove milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oito reais e trinta e dois centavos), será incorporado à conta reserva de lucros; e **(ii)** Fixada a remuneração da Diretoria da Companhia no montante total, global, anual de até R$6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais), sendo que o "quantum" destinado a cada um dos Diretores será fixado em Reunião da Diretoria Executiva, convocada especificamente para esse fim. Nada mais havendo a tratar e encerrada a presente ata com a assinatura do Sr. Presidente e da Sra. Secretária, sendo suspensa a Assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata no livro próprio, na forma sumária conforme faculta o artigo 130, §1º e §2º da Lei nº 6.404/76. Reaberta a sessão, foi a ata lida e achada conforme por todos os presentes. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Mesa:** Erasto Messias da Silva Junior - Presidente; Patricia Bueno Moreira - Secretária. **Diretoria Executiva:** Erasto Messias da Silva Junior - Diretor Presidente; Patricia Bueno Moreira - Diretor Jurídico e Diretor de *Compliance*; José Lima da Silva Junior - Diretor de Operações. **Diretoria Adjunta:** Eduardo Bezerra Alves; Alexandre Biselli; Eduardo Augusto Mesquita Junior; e André Antunes da Silva. **Acionistas:** Agrocap Participações Ltda., representada por Eduardo Ribeiro Capobianco e Agis Mineração Ltda., representada por Eduardo Ribeiro Capobianco. **A Presente é Cópia Fiel da Original Transcrita em Livro Próprio. Erasto Messias da Silva Junior -** Presidente - RG nº 15.769.119-6 SSP/SP; **Patricia Bueno Moreira -** Secretária - RG nº 18.600.615-9 SSP/SP. **Visto do Advogado: Fernando Bissolotti -** OAB/SP nº 256.360. **JUCESP** nº 201.256/24-1 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A.

CNPJ nº 35.850.230/0001-24 - NIRE 35.300.546.71-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25.04.2024

Data, Hora, Local: 25.04.2024, às 10h, Sede social, na Av. Paulista, nº 1728 - 7º andar, São Paulo-SP. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Mesa**: Presidente: George Meisel; Secretário: David Assine. **Deliberações Aprovadas: 1.** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, haviam sido publicados na versão digital do "Valor Econômico", na edição de 24.04.2024, cuja verificação é feita através do link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/24/OURINVEST1575611024042024.pdf. **2.** A destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2023 no montante de R$112.732.997,91, a saber: (i) Reserva Legal, prevista no artigo 193 da Lei 6.404/76, no montante de R$5.636.649,90; (ii) Dividendos e Juros sobre Capital, no montante de R$94.089.491,10 dos quais R$ 84.089.491,10 já foram integralmente declarados e pagos antes da realização dessa assembleia, mas ora ratificados, sendo R$739.491,10 a título de dividendos, conforme deliberação aprovada na AGE de 10.08.2023; R$8.350.000,00 a título de juros sobre capital próprio, conforme deliberação aprovada na AGE de 04.12.2023; e R$75.000.000,00 a título de dividendos, conforme deliberação aprovada na AGE de 01.03.2024; e o restante, no valor de R$10.000.000,00 será pago aos acionistas até 30.04.2024 e equivalem a aproximadamente R$ 1,662662421 por ação. (iii) Reservas Especiais de Lucros - Outras, no montante de R$13.006.856,91. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 25.04.2024. Acionistas Presentes: Bruce Thomas Philips, Charles Assine; Daniel O. Assine; David Assine, George Meisel, Ralph Ezra Bigio e Rodolfo Schwarz. JUCESP nº 201.950/24-8 em 14.05.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

HYPERA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21.431

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: 20 de maio de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital. **2. Convocação e Presença**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por videoconferência. **3. Mesa**: Presidente - Alvaro Stainfeld Link, Secretária - Juliana Aguinaga Damião Salem. **4. Deliberações**: Instalada a reunião, após a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(a) Distribuição de juros sobre capital próprio.** (a.i) Na forma do Estatuto Social da Companhia, aprovar a distribuição de juros sobre o capital próprio, de R$ 0,09735 por ação ordinária, com retenção de imposto de renda na fonte, equivalente ao montante total bruto R$ 61.548.809,22 (sessenta e um milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e nove reais e vinte e dois centavos), observado o disposto no item (a.iv) abaixo. (a.ii) O valor ora aprovado corresponde aos juros sobre capital próprio referente ao patrimônio de 2023 e, na medida do necessário, a anos anteriores ainda não pagos. (a.iii) O montante líquido a ser distribuído na forma de juros sobre capital próprio será imputado, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, ao montante total de dividendos que vier a ser declarado pelos acionistas da Companhia para o exercício social de 2024, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis. (a.iv) Consignar que o pagamento dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos será realizado até o final do exercício social de 2025, em data a ser oportunamente definida pela Companhia, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final de 23 de maio de 2024. A partir de 24 de maio de 2024 as ações serão negociadas "ex-juros sobre capital próprio". Entre esta data e a data do pagamento não incidirá qualquer atualização monetária sobre o montante declarado. **(b) Autorização aos Administradores:** (b.i) A autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação tomada nos termos da presente ata. **5. Encerramento**: Nada mais havendo. Mesa: Alvaro Stainfeld Link (Presidente) e Juliana Aguinaga Damião Salem (Secretária). **Conselheiros Presentes:** Srs. Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha. *Confere com a original lavrada no livro próprio.* São Paulo, 20 de maio de 2024. **Juliana Aguinaga Damião Salem** - Secretária.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 285ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855277) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 285ª Série da 1ª Emissão – (IF 20G0855277), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 83ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13A0035641) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 83ª Série da Primeira Emissão da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 27 de fevereiro de 2013, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de junho de 2024, às 11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação ou não da formação de um comitê específico de Titulares dos CRI para acompanhamento das tratativas para a liquidação do ativo integrante do Patrimônio Separado ("Terreno Humaitá"), a ser negociado com terceiros em benefício dos Titulares dos CRI, em razão do recebimento de proposta formal de compra do Terreno Humaitá, observando que a efetiva liquidação do ativo dependerá de deliberação em assembleia a ser tempestivamente convocada, observado o quórum de deliberação estabelecido na Cláusula 12.12 do Termo de Securitização ("Comitê de Investidores"); e **(ii)** Caso aprovada a matéria indicada no item (i) acima, aprovar ou não a eleição dos membros do Comitê de Investidores, sendo indicados, desde já, os(as) Sr(s)a(s): Frederico Alkaman e Frederico Almeida. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer umas delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 83ª Série da 1ª Emissão - IF 13A0035641), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 20 de maio de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 81ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12L0023493) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 11 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 81ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 81ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de dezembro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de junho de 2024, às 11:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **11 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 81ª Série da 1ª Emissão – IF 12L0023493), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.312.229/0001-73 - NIRE 35300334345 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Maio de 2024

Data, Hora e Local: Dia 2/5/24, às 15h, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Silvio Ernesto Zarzur. Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** Por unanimidade: (i) com fulcro no parecer favorável do Comitê de Auditoria, proferido na reunião realizada em 2/5/24 às 11h, na forma do Anexo I à presente ata, com relação à aprovação dos resultados da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2024, aprovar as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2024, nos termos do artigo 17, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia; e (ii) nos termos do parágrafo único do artigo 27 do Estatuto Social, a declaração de dividendos intermediários, apurados nos termos da legislação vigente, no valor bruto total de R$ 13.467.617,11, correspondente a R$ 0,061742458 por ação ordinária. O montante total bruto dos dividendos intermediários ora declarados (i) tem como base o saldo da reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", conforme apurado nas Informações Financeiras Intermediárias da Companhia de 31/3/24; (ii) será pago em 31/5/24; e (iii) será imputado e deduzido o valor dos dividendos obrigatórios referentes ao exercício social que se encerrará em 31/12/24 e não será objeto de qualquer atualização monetária. Farão jus aos dividendos ora declarados os acionistas que constarem da base acionária da Companhia no final do pregão do dia 9/5/24. Fica consignado que a partir de 10/5/24, inclusive, as ações da Companhia passarão a ser negociadas ex-dividendos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão. Os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos ora declarados serão divulgados pela Companhia através de Aviso aos Acionistas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. JUCESP nº 202.318/24-2 em 17/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ/MF Nº 23.419.923/0001-88 - NIRE 35.300.483.103

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Companhia para Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 29/05/2024, às 10 horas, via videoconferência, na forma dos artigos 121, parágrafo único e 124 caput e § 2º-A da Lei nº 6.404/76, cujo link será enviado previamente por e-mail aos Acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022; (ii) apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; (iv) a aprovação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal para 2024 e (v) a publicação da AGO sob a forma de sumário. São Paulo (SP), 17/05/2024.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 160ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17F0035000) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de junho de 2017, conforme aditamento ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 160ª Série da 1ª Emissão – (IF 17F0035000), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 20 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIE DA 50ª EMISSÃO (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão – (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 20 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
17 DE JUNHO DE 2024, ÀS 14:30 HORAS

A **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Enauta" ou "Companhia") convida seus acionistas para participarem da sua Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia" ou "AGE") a realizar-se em 17 de junho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22 e com o prazo de cadastramento até às 14:30 horas do dia 15 de junho de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, no contexto da já anunciada proposta de incorporação de ações de emissão da Companhia pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R" e "Incorporação de Ações", respectivamente): (i) aprovar os termos e condições do "Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de emissão da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.", celebrado em 16 de maio de 2024 pelas administrações da Companhia e da 3R ("Protocolo e Justificação"); (ii) aprovar a Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso), de acordo com o artigo 125 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, nos termos e condições ali descritos ("Condições Suspensivas"); (iii) retificar a remuneração global dos administradores da Companhia para refletir os efeitos da antecipação da liquidação dos atuais planos de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia; e (iv) autorizar que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a confirmação dos efeitos da aprovação da Incorporação de Ações após a satisfação, ou renúncia se for o caso, das Condições Precedentes, e a subscrição das novas ações a serem emitidas pela 3R em decorrência da Incorporação de Ações em nome dos acionistas da Enauta. Os documentos e as informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGE estão à disposição dos acionistas nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Os acionistas da Companhia poderão participar da AGE, ora convocada, por si, por seus representantes legais ou por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, consoante o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos ou contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos acionistas/representantes legais/procuradores: **(a) Se pessoas naturais:** cópia de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **(b) Se pessoas jurídicas:** (i) cópia do último estatuto ou contrato social consolidado; (ii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(c) Se fundos de investimento:** (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo; (ii) cópia do estatuto ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme aplicável; (iii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iv) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Deve ser apresentado ainda o comprovante da titularidade das ações de emissão da Enauta, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia. Excepcionalmente para a AGE ora convocada, a Companhia não exigirá reconhecimento de firma em procurações, desde que haja identificação clara do signatário, nem cópia autenticada de documentos, bastando que os documentos acima sejam enviados em cópia simples, responsabilizando-se o apresentante pela veracidade dos mesmos. Em caso de documento estrangeiro, desde que esteja redigido em inglês, basta que seja enviado juntamente com uma tradução livre para o português. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da AGE ora convocada, que será realizada de forma exclusivamente digital, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da AGE, ou seja, até às 14:30 horas (horário de Brasília) do dia 15 de junho de 2024, impreterivelmente, nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: 1. Acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/467996965/auth; 2. Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGE, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGE, se for o caso; 3. Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, haverá a liberação para participação digital na data e horário da AGE, utilizando-se o mesmo endereço eletrônico acima. Para mais informações sobre a participação na AGE, consulte o Manual para Participação e Regras e Procedimentos que está disponível nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 17 de maio de 2024. Mateus Tessler Rocha - **Presidente do Conselho de Administração.**

Ez Inc Incorporações Comerciais S.A.

CNPJ 35.727.157/0001-06 - NIRE 35.300.561.384

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Maio de 2024

Data, Hora e Local: Aos 02 dias do mês de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede social na sede social da Ez Inc Incorporações Comerciais S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 15, §4º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente - Marcos Ernesto Zarzur; Secretário - Marcelo Ernesto Zarzur. **Ordem do Dia:** deliberar sobre os resultados das operações da Companhia relativos ao primeiro trimestre do exercício social de 2024. **Deliberações:** Após exame e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar os resultados das operações da Companhia relativos ao primeiro trimestre do exercício social de 2024. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Marcos Ernesto Zarzur - Presidente, Marcelo Ernesto Zarzur - Secretário. Conselheiros: Flavio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Marcelo Ernesto Zarzur, Marcos Ernesto Zarzur e Antonio Emilio Clemente Fugazza. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de maio 2024. JUCESP nº 204.820/24-8 em 17/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 282ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0798867) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 282ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0798867), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 221ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19H0262186) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de agosto de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 221ª Série da 1ª Emissão – (IF 19H0262186), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, leiloeiro oficial inscrito na **JUCESP n° 844**, com escritório à Alameda Santos, 787, Jardim Paulista, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A,** com sede administrativa na Rua Bandeira Paulista nº 600, Conjunto 44, no Bairro Itaim Bibi – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.609.050/0001-64, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças, firmado em 31/05/2019 e Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao citado Instrumento, firmado em 18/06/2019, no quais figuram como Devedora Fiduciante **COMPANHIA BRASILEIRA DE AGROINDÚSTRIA,** sociedade por ações sem registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.316.941/0001-55, com sede na Avenida Bernardino de Campos nº 98 – 14º andar, sala 16 - Bairro Paraíso, em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **presencial** e **online** (www.megaleiloes.com.br), nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 13/06/2024, às 15:00 horas,** em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 69.896.000,00 (sessenta e nove milhões e oitocentos e noventa e seis mil reais),** o imóvel comercial situado na Rua Vergueiro, nº 2009 – Vila Mariana, em São Paulo – SP, constituído do prédio denominado "Edifício Life Center I", com área total construída de 10.507,224 m² (7.268,460 m² de área útil e área comum real de 3.238,764 m²) e respectivo terreno com área de 1.395,4796m², com a propriedade consolidada em nome da Credora Fiduciária. O Prédio possuí 3 subsolos (com 125 vagas de garagem, sendo: 87 no nível A e 38 no nível B) e 10 pavimentos, os quais encontram-se melhores descritos e caracterizados nas **Matrículas nºs 98.931 – 1º Subsolo; 98.932 – 2º Subsolo; 98.933 – 3º Subsolo; 98.934 – 1º Pavimento; 98.935 – 2º Pavimento; 98.936 – 3º Pavimento; 98.937 – 4º Pavimento; 98.938 – 5º Pavimento; 98.939 – 6º Pavimento; 98.940 – 7º Pavimento; 98.941 – 8º Pavimento; 98.942 – 9º Pavimento e 98.943 – 10º Pavimento, todas do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Obs.: (i) Imóvel encontra-se desocupado e possui fiel depositário; (ii) Imóvel possui débitos de IPTU inscritos na Dívida Ativa referente aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, no valor aproximado de R$ 3.510.000,00 e exercício de 2024 no valor aproximado de R$ 723.000,00, totalizando o valor de aproximadamente R$ 4.233.000,00/base maio de 2024. Para os débitos inscritos na Dívida Ativa, existe o PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) – Lei nº 18.095/24 (Arts. 16 a 26), regulamentado pelo Decreto nº 63.341/24, cujo prazo para adesão tem o término previsto para 28/06/2024. Competirá exclusivamente ao ARREMATANTE a responsabilidade pelos pagamentos, sem direito a reembolso, eximindo a VENDEDORA de qualquer responsabilidade; (iii) A VENDEDORA esclarece que a propriedade do imóvel está consolidada em seu favor conforme averbação feita em 30/04/2024 nas matrículas e nos termos descritos no acordo homologado nos autos da falência n. 1037133-31.2015.8.26.0100; (iv) A baixa da indisponibilidade constante da Av. 09 da matrícula 98.942, será providenciada pela VENDEDORA sem prazo determinado. Visitas: Deverão ser previamente agendadas com o Leiloeiro, através dos telefones (11) 3149.4600 ou (11) 96994.0770.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20/06/2024**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 34.948.000,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil reais).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado físico e de conservação, inclusive documental em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.megaleiloes.com.br, o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecido. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 12.108.897/0001-50 - NIRE 33.300.294.066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("**Companhia**") para a Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar em 19 de junho de 2024, às 14h, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, sala 306, Barra da Tijuca CEP 22775-003 ("**AGE**"), para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, fixar a quantidade de membros do referido órgão; **(iii)** caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, eleger os membros efetivos e suplentes do referido órgão, bem como indicar o seu Presidente; e **(iv)** caso seja instalado, fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **Instruções Gerais:** I) Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: **(a) pessoalmente**; **(b)** por seus **representantes legais ou procuradores**, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"); ou **(c)** via **boletim de voto à distância** por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada. I.1) Os Boletins deverão ser encaminhados de acordo com as orientações previstas na Seção "*Orientações para participação mediante o envio de boletim de voto à distância*" da Proposta da Administração para a presente AGE e, no caso de envio dos Boletins para a Companhia, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 12 de junho de 2024. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. I.2) Os acionistas que optarem por enviar os Boletins para o escriturador da Companhia ou para os seus respectivos agentes de custódia, deverão observar os procedimentos e prazos por eles determinados, observado que caso não seja previsto prazo diverso por tais prestadores de serviços, os Boletins deverão ser por eles recepcionados até 12 de junho de 2024. II) Para participar da AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, 3º andar, sala 306, Barra da Tijuca, CEP: 22775-003, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGE: **(a)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia em, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGE, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e **(b)** documentos de identificação e/ou constituição do acionista, conforme o caso, acompanhados de instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à AGE munido dos documentos referidos nos itens (a) e (b), até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. III) Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.reded1000.com.br), bem como nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas na AGE. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2024. **Fernando Perrone -** Presidente do Conselho de Administração.

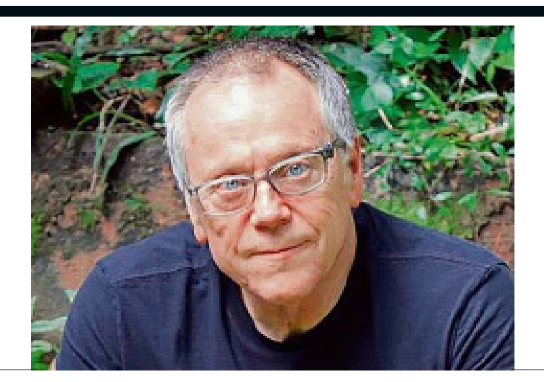
Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

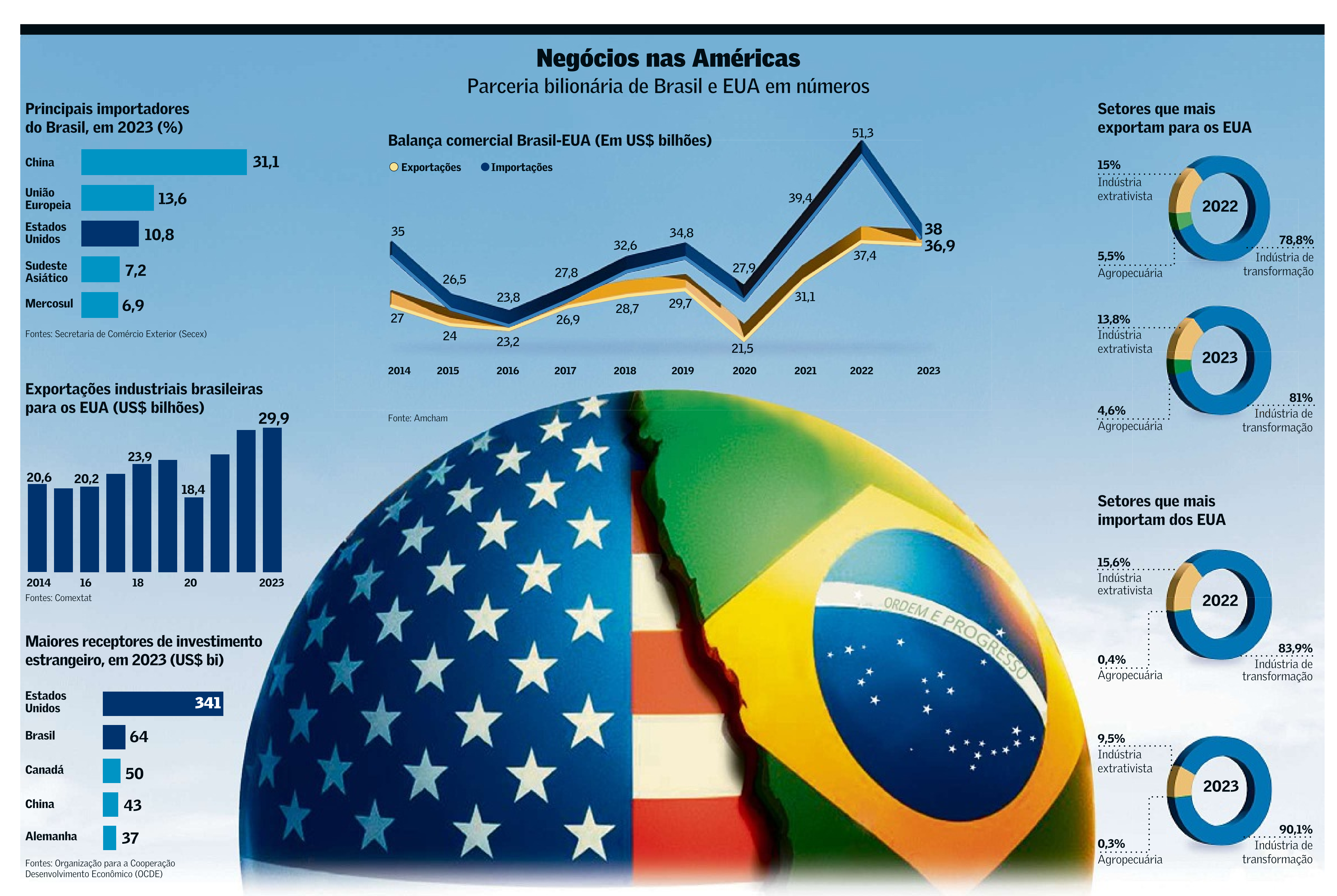
Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 31 de maio de 2024, às 9h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, a fim de examinar proposta da Diretoria para cisão parcial do patrimônio da Sociedade com incorporação das respectivas parcelas cindidas pela Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Bradesco Vida e Previdência S.A. Barueri, SP, 21 de maio de 2024. **Ivan Luiz Gontijo Júnior** - Diretor-Presidente.



Valor F
Quarta-feira, 22 de maio de 2024

Especial
Brasil - EUA



Espaço para crescer

Relações bilaterais Brasil e Estados Unidos chegam a 200 anos de uma parceria marcada por ganhos na economia, como o recorde de exportações brasileiras no primeiro trimestre, mas entraves tributários e diplomáticos limitam avanços

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

Há espaço e oportunidades para crescer. Esta é a percepção do lado de cá na relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, o segundo maior parceiro de negócios do país, atrás apenas da China. O perfil das exportações brasileiras nessa corrente bilateral revela o protagonismo da indústria de transformação, com produtos de maior valor agregado. A expectativa de aumentar essa relação, que completa 200 anos em 2024, é reforçada pela posição privilegiada do país na corrida para a transição energética.

De acordo com o Monitor do Comércio Brasil-Estados Unidos, da Câmara Americana de Comércio (Amcham), as exportações brasileiras de bens industriais para os EUA responderam por 81% do total e alcançaram o recorde de U$ 29,9 bilhões no ano passado. É o principal mercado para o Brasil no setor, superando vendas para União Europeia (US$ 23,6 bilhões) e o Mercosul (US$ 19,4 bilhões).

> O sistema tributário brasileiro pune as exportações, ao contrário do resto do mundo

O comércio entre Brasil e EUA atingiu U$ 74,8 bilhões, o segundo maior valor da série histórica, abaixo apenas de 2022 (US$ 88,7 bilhões). O déficit comercial do país nessa relação foi o menor em seis anos.

As exportações totais brasileiras para os EUA atingiram um pico de US$ 37,4 bilhões em 2022, com uma oscilação para US$ 36,9 bilhões em 2023. Mas, apesar do protagonismo dos produtos de maior valor agregado, os EUA foram destino de apenas 10,9% das exportações brasileiras. Para a China, foi embarcado quase o triplo disso: US$ 104,3 bilhões (30,7%).

As importações dos EUA pelo Brasil totalizaram US$ 38 bilhões em 2023, uma queda expressiva em relação ao ano anterior, quando esse valor foi de US$ 51,3 bilhões.

Para o CEO da Amcham, Abrão Neto, mais importante do que a posição brasileira nessa relação são o volume e a diversificação das exportações. "A qualidade e a magnitude do fluxo comercial entre Brasil e EUA são mais importantes", afirma. "Estamos falando de um comércio bilateral altamente diversificado e composto majoritariamente por produtos de maior valor agregado e intensidade tecnológica."

Oito dos dez principais produtos exportados pelo Brasil são da indústria de transformação, e o mercado norte-americano é o maior destino para sete deles. Os três itens mais vendidos: produtos semiacabados de ferro e aço, óleos brutos de petróleo e aeronaves, este último um caso de sucesso da indústria brasileira sem paralelo, resultado da história e do desenvolvimento da Embraer, que, dizem os especialistas, dificilmente voltará a ocorrer.

A análise mostra o peso dessa relação para o Brasil na balança comercial e as dificuldades que um sistema tributário que reduz a competitividade externa pode representar. Uma das apostas para desatar esse nó repousa na Reforma Tributária aprovada no Congresso. "O sistema tributário brasileiro pune as exportações, ao contrário do resto do mundo, que tem incentivos", diz Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). "Há muita expectativa de que isso [o sistema tributário] possa ser corrigido. Faço uma série de críticas, mas ela [a reforma] é mais do que necessária e pode ser muito relevante para a evolução das exportações brasileiras, inclusive para os EUA", afirma.

Apesar de ser um dos motores da economia brasileira, o setor agropecuário fica atrás das indústrias de transformação e extrativa. Seu desempenho esbarra em recorrentes alegações de protecionismo. Um dos exemplos mais conhecidos dessa prática foi a disputa de dez anos, encerrada em 2014, na Organização Mundial do Comércio (OMC), entre Brasil e EUA, em torno dos incentivos dados pelo governo americano aos produtores de algodão.

Dez anos depois, a reclamação ressurgiu, desta vez na boca do ex-presidente Donald Trump, que será candidato à Casa Branca na disputa com Joe Biden. No fim de abril, o republicano listou os países "difíceis de lidar" no comércio internacional — o Brasil estava entre eles. Trump, assim como Biden, não visitou o Brasil na presidência. A última visita presidencial americana ao país aconteceu em 2011, com a vinda de Barack Obama.

O protecionismo, no entanto, não é a única explicação para o desempenho modesto do agronegócio brasileiro nessa pauta. Os dois países são líderes mundiais nas exportações de diferentes produtos agrícolas e disputam mercados internacionais. "Isso induz a menos comércio nesse setor, um exemplo é o mercado da soja. Obviamente o Brasil não importa nem exporta soja para os EUA porque tem uma produção muito forte, é um exportador mundial, assim como são os EUA", diz Abrão Neto.

O CEO da Amcham vê um outro aspecto nessa relação. "Além da concorrência, existe também uma dimensão de trabalho conjunto e coordenado entre os dois para a abertura de mercados na área agropecuária em outros países".

> Desempenho do agronegócio esbarra em recorrentes alegações de protecionismo

Nesse cenário, surgem oportunidades para o Brasil não apenas na relação de trocas comerciais, mas também como destino de investimentos. A maior delas está ligada à transição energética. A necessidade de descarbonização da economia mundial coloca o país, com sua imensa potencialidade de geração de energia limpa, no centro do mapa de negócios verdes.

Em 2023, Brasil e EUA, ao lado da Índia, trabalharam para a criação da Aliança Global para Biocombustíveis. A iniciativa foi anunciada durante a Cúpula do G20. "O agro e o setor de energia se destacam. A transição energética na América Latina atrai muitas oportunidades e mais investimento americano", diz o ex-secretário Barral.

O tempo presente dessa relação mostra que há espaço, e o futuro, novas oportunidades para o Brasil.

Juros Banco central americano adiou corte das taxas, o que pode levar autoridade brasileira a reduzir a velocidade de queda da Selic

Decisão do Fed pode esfriar o ritmo da economia brasileira

Nelson Rocco
Para o Valor, de São Paulo

O Fed, o banco central americano, jogou água nos anseios do mercado financeiro no início de maio. A expectativa era que Jerome Powell, presidente do Fed, anunciasse o início da redução dos juros, mas o que ele fez foi manter as taxas entre 5,25% e 5,5%, os níveis mais altos em mais de 20 anos. Com isso, adiou o anúncio da redução, que agora pode acontecer nas reuniões do comitê de política monetária dos Estados Unidos (Fomc) de setembro ou até de dezembro, a depender do comportamento da inflação, que teima em não cair, e da geração constante de novos postos de trabalho.

O que o Fed sinalizou ao mercado é que o afrouxamento monetário deve vir, mas não agora. Vai ficar, quem sabe, para o segundo semestre. "O banco central norte-americano mostrou que pode haver apenas uma redução das taxas de juros, o que mantém o dólar forte e a dívida do país com custo elevado", afirma Simão Silber, economista, professor e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). "O Fed mostrou que pode haver um ou dois cortes de 0,25 ponto percentual, baixando a taxa no fim do ano para 4,85% a 5%", complementa Marcelo Kfoury Muinhos, economista e professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/Eeesp).

Segundo analistas, as consequências esperadas por aqui, diante desse cenário, são um empenho menos incisivo do Banco Central (BC) em reduzir a taxa Selic, a decorrente manutenção das taxas de crédito, o esfriamento da atividade econômica e o aumento do custo da dívida interna brasileira. Com os juros elevados no Brasil, a dívida pública, que tem parte indexada à Selic, parte ao câmbio e parte à inflação, aumenta. "A curva dos juros exigidos para rolar a dívida pública esticou. A expectativa em relação ao câmbio mudou, o mesmo se pode dizer sobre a previsão para a taxa de inflação", diz Roberto Dumas, professor de economia internacional do Insper de São Paulo. "Tudo isso influencia da decisão do Copom [Comitê de Política Monetária do BC] no futuro e no carregamento da dívida pública", afirma.

Um componente importante que afeta a dívida pública é o desempenho fiscal. Se o país gera recursos maiores que as despesas, tem superávit e sobra dinheiro para abater a dívida. Em 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguiu aprovar no Congresso Nacional o novo arcabouço fiscal em substituição ao mecanismo que estabelecia o teto de gastos. Pelas novas regras, a meta era anular o déficit fiscal neste ano, chegando a um superávit primário correspondente a 0,5% do PIB em 2025, e elevando-o a 1% do PIB em 2026. Em abril, porém, houve uma revisão das contas por parte da área econômica, estabelecendo zerar o déficit só no ano que vem. Para 2026, 2027 e 2028, as metas passaram para 0,25%, 0,5% e 1% de superávit, respectivamente. "Nem bem o arcabouço entrou em vigor, já mudamos", critica Dumas.

Silber, da Fipe, lembra que o país não gera superávit fiscal desde o governo Dilma Rousseff (2011-2016). "Se não há superávit, temos que pedir dinheiro ao credor para pagar os juros da dívida". Nesse caso, lembra, a saída para fazer frente a compromissos como investimentos e gastos correntes, com aposentadorias e saúde será gerar mais inflação. "O brasileiro sabe muito bem o que é inflação e não quer isso. Nós acumulamos 3,4 trilhões percentuais de inflação entre 1980 e 1994. No governo Sarney (1985-1990), tivemos inflação de 2,5% ao dia e uma taxa de juros de 4% ao dia. Foi um filme de terror que ninguém mais quer ver", diz.

Com a sinalização do Fed de deixar uma eventual redução dos juros para o segundo semestre, e do BC brasileiro de reduzir o ritmo de queda de Selic, as previsões para a economia do país para este ano arrefeceram. O boletim Focus, que reúne estimativas dos agentes do mercado financeiro, previa um crescimento do PIB de 1,5% para 2024 no início do ano. Depois, demostrando otimismo com os rumos da economia, passou a sinalizar 2% de alta. Agora, especialistas refazem as suas avaliações.

"As perspectivas para o segundo semestre estão meio nubladas", diz Kfoury, da FGV. Pelas suas contas, o país deve ter crescer 2,4% neste ano. "Minha expectativa é de um desempenho mais forte que a visão do mercado. Pressupõe estabilidade e até algum crescimento no segundo semestre", avalia. "Nos últimos dois anos, as projeções do mercado para o PIB ficaram abaixo da realidade e pode haver alguma surpresa positiva este ano também."

Dumas, do Insper, tem um cálculo diferente. Para ele, o PIB deve registrar aumento entre 1,8% e 2%. Alerta, no entanto, para um componente das contas públicas que pode contribuir para a manutenção da inflação: o custo da mão de obra. Entre 1996 e 2022, o salário mínimo subiu 90% em termos reais. "Obviamente, a produtividade do trabalhador brasileiro não cresceu 90% em termos reais no período. Então, o custo unitário do trabalhador aumentou, o que afeta a inflação de serviços", item que está na pauta do Banco Central.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Silber, da Fipe: sem superávit, país empresta dinheiro para pagar juros

Inflação e juros nos EUA
Dados acumulados em 12 meses - em %
Inflação PCE | Juros básicos (a.a.)

8, 6, 4, 2
1,6; 1,5; 1,1; 0,1; 4,6; 0,1; 6,4; 4,3; 5,3; 3,1
Jan/20 | Jan/21 | Jan/22 | Jan/23 | Mar/24

Fonte: Fed (Banco Central dos EUA)

Para analistas, eleição de Trump jogaria o Brasil 'no colo' da China

Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

Um eventual novo governo de Donald Trump seria mais protecionista, mais contencioso com a China e mais disposto a cortar impostos sem preocupação com a situação fiscal americana e a desmontar parcerias ambientais, inclusive com o Brasil, avaliam cientistas políticos. Seria o primeiro mandato, também, em que Trump teria uma relação pouco amistosa, ideologicamente, com o Brasil, agora sob Lula. As eleições nos Estados Unidos ocorrem em 5 de novembro.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, cita a entrevista do republicano à revista "Time" em abril como exemplo de como seria seu governo. "O Trump de agora é um Trump pior, mais ressentido. É um espírito de perseguição, um comportamento econômico muito mais deletério, protecionista em um grau muito maior", avalia.

À revista, Trump cita o Brasil ao listar países que classifica como "difíceis de lidar comercialmente", apontando que a China seria o líder. "O Brasil é muito difícil no comércio. O que eles fazem é cobrar muito para entrar. Eles dizem 'não queremos que você envie carros para o Brasil ou que envie carros para a China ou Índia. Mas se você quiser construir uma fábrica dentro do nosso país, tudo bem e empregar nossa gente'", afirmou o republicano.

Christopher Garman, diretor executivo para as Américas na Eurasia Group, também prevê que um governo Trump 2 não seria como o Trump 1. "A principal mensagem é mais protecionismo, redução de imigração e um [cenário] fiscal um pouco mais descontrolado. Com [Joe] Biden também há uma questão fiscal descontrolada; Trump seria um pouquinho mais".. Ele pontua que, para o Brasil, representaria um cenário mais inflacionário, com tarifas elevando preços, e pressão sobre os juros.

Outra preocupação, diz Garman, é sobre uma possível relação ruim entre Trump e Lula, principalmente ao fim do que parece que será uma campanha eleitoral hostil e polarizada. "Está havendo o uso da democracia como arma política em debates eleitorais. Isso contamina e exacerba o que já iria ser uma relação difícil entre Lula e Trump", prevê. Garman não vê, no entanto, riscos para a democracia.

O executivo diz que, embora o protecionismo americano venha crescendo, avançaria em ritmo mais intenso com Trump. No caso da reeleição de Biden, esse aumento continuaria gradual, como em medidas como a lei de redução da inflação e a decisão de quadruplicar o imposto sobre a importação de veículos elétricos chineses de 25% para 100% em 2024.

No caso de Trump, a guerra comercial com a China seria ainda mais acirrada. "Essas ameaças de colocar uma tarifa de 10% sobre todos os produtos que entram nos EUA ou de 60% sobre produtos chineses talvez não sejam absolutamente contempladas, mas precisamos levar a sério", diz Garman.

Para o bem ou para o mal, entretanto, os analistas avaliam que o Brasil não estará no foco comercial de um eventual governo Trump.

A situação fiscal americana preocupa nos dois cenários, diz Vale, que vê tendência de aumento de gastos por lá. "Mas talvez na questão fiscal é onde mais há sinais de que Trump não vai fazer o necessário. E não só ele, como também o Congresso". O economista avalia que um governo Trump tenderia a "empurrar" o Brasil para uma aproximação maior com a China. "Joga a gente mais para o colo da China", diz, citando a proximidade maior de Lula com Xi Jinping do que teria com o americano. "Se Trump ganha, a guerra comercial acelera, o protecionismo acelera, você tem a tendência de a China olhar outros parceiros comerciais com mais voracidade". Segundo Vale, nesse cenário o Brasil seria um player cada vez mais relevante.

Garman também prevê que, em caso de acirramento comercial, a China poderia impor tarifas a produtos agrícolas americanos, abrindo espaço para o agro brasileiro ocupar mercado. "Podemos ter um repeteco do que aconteceu no primeiro mandato de Trump".

A hostilidade da campanha americana, em que os dois candidatos apresentarão seus adversários como uma ameaça à democracia, pode respingar no Brasil pela similaridade da dinâmica entre Lula, Bolsonaro e seus apoiadores. Para Vale, um ponto de preocupação é a potencial interferência geopolítica de Trump em um momento repleto de conflitos pelo mundo — para ele, os EUA deixariam ser o "policial do mundo", posição que ocupanos últimos 70 anos. "Deixa de ser o policial para ser aquele que bota lenha na fogueira, ajuda a incendiar o cenário. Sai de um extremo conciliador para um extremo polemista, divisionista", diz.

"Seria um cenário de turbulência mundial", avalia o economista. "Esse cenário de incerteza geopolítica resulta em volatilidade que, para o cenário macro brasileiro, o maior risco de volatilidade em ativos podem se traduzir em câmbio mais pressionado e taxa de juros mais pressionada".

GABRIEL REIS/VALOR



Garman: China poderia impor tarifas a produtos agrícolas americanos, abrindo espaço para o agro brasileiro

Autonomia da política externa incomoda Washington

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

Os princípios da política externa brasileira de manutenção de uma autonomia em relação aos Estados Unidos e de aproximação a outros países emergentes vêm cobrando seu preço, avaliam analistas. "Esse bater de cabeças em relação a vários assuntos internacionais relevantes aos Estados Unidos causam irritação em Washington", afirma Christopher Chivvis, doutor em estudos internacionais avançados e diretor da Carnegie Endowment for International Peace, com sede na capital americana.

A aproximação do Brasil com a China, sua posição sobre as guerras na Ucrânia e em Gaza e encontros com russos empurram para segundo plano pontos que poderiam ser comuns entre os dois países, como a estabilidade regional, os problemas na Venezuela e o desmatamento, aponta Chivvis.

Esse desalinhamento não é novo. Em 2002, o Brasil presidia a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), com José Maurício Bustani, quando inspetores foram autorizados a buscar esses armamentos no Iraque momentos antes da guerra no país, contrariando planos de Washington. Uma campanha americana tirou Bustani do cargo. Em 2020, um ano antes do previsto, Roberto Azevêdo deixou a direção da Organização Mundial do Comércio (OMC) em meio a críticas do então presidente Donald Trump.

"Não sei se fomos de fato um grande incômodo aos EUA na OMC", diz Rodrigo Cezar, professor de relações internacionais e coordenador do grupo de pesquisa Comércio Internacional e Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGV). "Creio que nossas parcerias comerciais com China e Rússia, essas sim, são motivos de certo receio e desconfiança, gerando posicionamentos distintos e atritos nessas instituições".

Hoje, o Brasil ocupa cadeiras em instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), presidido por Ilan Goldfajn, e o Banco de Desenvolvimento do Brics, comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff, que em 2015 esteve em um dos atritos diplomáticos mais lembrados entre os dois países, o da espionagem dos telefones governamentais brasileiros pela NSA, a agência americana de segurança nacional.

> "Nossas parcerias com China e Rússia são motivos de certo receio"
> *Rodrigo Cezar*

Até novembro, o Brasil também preside o G20, grupo de ministros da área de finanças e chefes de bancos centrais das 19 maiores economias do mundo — no cargo está o presidente Lula. Nesse período, o país sediará mais de cem reuniões e conferências em que terá voz para influenciar mudanças em organismos como a ONU e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Um crescente número de experts em Washington acredita que seria do interesse dos EUA algum tipo de reforma no Conselho de Segurança da ONU. Mas países como o Brasil precisam desenvolver planos concretos e realistas de como avançar essas reformas", afirma Chivvis, que não crê no poder de "varinha mágica" americana de criar assentos no conselho, já que os cinco membros permanentes teriam de olhar também para Alemanha e Índia, dois países que compartilhariam da mesma legitimidade geopolítica do Brasil.

Entre os pontos para a desconfiança dos americanos estão episódios que ocorreram no início do terceiro mandato de Lula, como o envio de uma delegação secreta à Venezuela, a recusa do presidente em assinar a declaração conjunta na ONU denunciando ações de crimes contra a humanidade do governo da Nicarágua, a permissão para que navios de guerra do Irã atracassem no Brasil, apesar da pressão da diplomacia dos EUA, e a recusa no envio de armas para a Ucrânia na guerra contra a Rússia.

"A relação entre os dois países, que na visão do presidente [americano Joe] Biden poderia ficar mais calorosa, rapidamente esfriou. A Venezuela, por exemplo, é um dos grandes problemas regionais para os EUA, dado o grande número de imigrantes do país. O Brasil, poderia ter um papel mais construtivo neste caso", avalia Chivvis.

Assim, a força do Brasil na geopolítica mundial estaria enfraquecida, posição que não tende a mudar independente de quem vença as eleições americana, afirma Cezar. "Este é o padrão atual da política externa brasileira".

Cenário Medidas para transformar país em destino preferencial de aportes incluem redução de entraves legais, econômicos e tributários

Atração de negócios requer investimento em capital humano


DIVULGAÇÃO

Maciel: "O investidor olha para o país e vê potencial, mas começa a colocar na balança e ela não pende para o lado do Brasil"

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

Dois indicadores dão a dimensão do desafio: o Brasil ocupa o 127º lugar entre 184 países no Índice de Liberdade Econômica e o 49º posto entre as 132 economias no Índice Global de Inovação. A receita para corrigir a rota e transformar o ambiente de negócios brasileiro está longe de ser desconhecida e passa pelas obrigatórias reduções dos entraves legais, econômicos e tributários. Um item menos lembrado dessa agenda, no entanto, precisa ser enfrentado ao mesmo tempo, concordam os especialistas ouvidos pelo **Valor**: investir em capital humano.

Sem esse passo definitivo, o investimento de países como os Estados Unidos em áreas que produzem maiores resultados no Brasil continuará a tropeçar no mesmo problema. Enquanto medidas como a Reforma Tributária aprovada no Congresso avançam para tornar o caminho menos tortuoso, a formação de mão de obra qualificada, capaz de acompanhar as necessidades, por exemplo, de um processo de reindustrialização, continua sem entrar na pauta das necessidades mais urgentes.

O resultado dessa lacuna também pode ser aferido. "Fizemos uma pesquisa sobre a contratação de profissionais para área de tecnologia e 70% das empresas disseram que têm dificuldade para contratar mão de obra capaz de atender a demanda de transformação digital e as demandas de tecnologia da informação", diz Fabrizio Panzini, diretor de políticas públicas e relações governamentais da Câmara Americana de Comércio (Amcham).

O retorno desse investimento não virá em curto prazo, mas ainda assim é fundamental para atrair e manter o capital interessado em aportar no Brasil. "Esse é um trem que a gente tem que pegar, até porque quando você tem investimento na formação de capital humano o retorno para o PIB do país dá resultados exponenciais", afirma Panzini.

O exemplo mais eloquente desse processo também é tão conhecido quanto a receita para mudar o ambiente de negócios na economia brasileira. Em 1980, o PIB per capita da Coreia do Sul correspondia a 17,5% do PIB per capita dos Estados Unidos, enquanto o do Brasil era 39%. Quarenta anos depois, o PIB per capita do país asiático passou a representar 66% do norte-americano, enquanto o do Brasil caiu para 25,8%.

> "Esse é um trem que a gente tem que pegar"
> *Fabrizio Panzini*

A virada coreana veio com o investimento massivo em educação que se transformou em aumento de produtividade e capacidade de inovação. Mas não só. "Quando se fala da Coreia do Sul não se pode desconsiderar o que o país promoveu de melhoria institucional para você poder empreender, investir, abrir seu negócio e criar um ambiente de concorrência interno no país", diz o economista e coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Vladimir Maciel.

Sem essas reformas, a geração de valor de uma cadeia produtiva se perde aos poucos no emaranhado de regras e obstáculos produzidos pelo Estado. "Tudo o que eu, Vladimir, produzo passa por uma cadeia e vai morrendo a cada alíquota de imposto, a cada burocracia que te faz perder tempo, a cada custo de infraestrutura ruim que você paga mais caro", diz.

Esse cenário se repete em escala maior para as empresas. "Você já deve ter escutado isso: o peso da área tributária para uma multinacional americana que opera no Brasil é dez vezes maior do que a área tributária que ela tem em outros países. Isso é produtividade. É riqueza perdida", diz Panzini.

A falta de previsibilidade e de segurança jurídica agravam o problema para o investidor internacional. Mesmo em áreas em que o Brasil tem posição favorável, o passivo de alterações nas regras no passado é precificado. "O investidor olha para o país e vê potencial, mas aí começa, então, a colocar na balança e ela não pende para o lado do Brasil. Ele quer investir, por exemplo, no setor de energia e olha para trás e vê a bagunça que teve com intervenção que veio lá [do governo] Dilma, a privatização da Eletrobrás que foi super difícil de sair, e ainda assim meio quadrada", diz o professor do Mackenzie.

Um passo foi dado com a aprovação da Reforma Tributária, em 2023, no Congresso. A alteração no arcabouço da tributação trará efeitos positivos para os principais pilares que abrangem os impostos sobre valor agregado e a garantia de não cumulatividade. "Isso vai desonerar o investimento em exportação e vai reduzir o custo de compliance das empresas", afirma o diretor de políticas públicas e relações governamentais da Amcham. "A questão agora é regulamentar tudo isso para garantir que esses princípios, de fato ocorram. Estamos otimistas, há números interessantes que mostram que o Brasil pode crescer em 15 anos em até 20% do seu PIB."

Comércio exterior O presidente da agência, Jorge Viana, coloca o país como prioridade e vai lançar neste ano um mapa de oportunidades de negócios

Apex defende uma política 'exclusiva e estratégica' com EUA

Mário Camera
Para o Valor, de São Paulo

As exportações brasileiras fecharam 2023 com um recorde de US$ 339 bilhões e um aumento de 8,7% no volume exportado. No entanto, com os Estados Unidos, segundo parceiro comercial do Brasil, houve queda de 1,5% nas vendas, para US$ 36,9 bilhões. O ex-governador do Acre Jorge Viana, que assumiu a presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) no início do atual mandato de Lula, porém, vem repetindo que os EUA, o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, são a sua prioridade.

Em entrevista concedida ao **Valor** em São Paulo, um dia antes de uma turnê por diversos países e que inclui os Estados Unidos, ele promete lançar, ainda este ano, um mapa de oportunidades de negócios e diz estar trabalhando com o presidente Lula para avançar na relação com os americanos. "As exportações [totais] de janeiro a abril já alcançaram US$ 108 bilhões", lembra ele. A cifra é cerca de 5% acima do registrado no mesmo período do ano passado — para os EUA, a alta foi de quase 18%.

Viana defende que é preciso ter uma "uma política exclusiva e estratégica" com os Estados Unidos — e afirma que suas expectativas "são muito boas". Ele diz se inspirar na iniciativa privada para tentar conquistar mais espaço no mercado americano, aproveitando a política de diminuição de importações chinesas adotada pelo país. Isso tudo, com um olhar pragmático em relação a governos e ideologias políticas.

Ao falar de uma possível volta de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos e das promessas do republicano de aplicar sobretaxas sobre importações, o presidente da Apex não se diz preocupado. Ele lembra ainda que as barreiras que o ex-presidente americano quer impor a produtos chineses podem ser uma "oportunidade" para as exportações brasileiras. "A boa relação que eu quero construir é comercial e o Brasil está pronto para ampliar seu fluxo de comércio", afirma Viana.

O mesmo vale para as preferências políticas de seu partido, o PT, historicamente reticente e desconfiado em relação aos EUA. "Você não pode, sob pena de você prejudicar o interesse nacional, dizer 'não, com aquele país eu não quero, porque eu não gosto disso ou daquilo'", afirma. Leia a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Desde que assumiu a presidência da Apex, o senhor tem dito que os Estados Unidos são uma prioridade. No entanto, segundo o ministério do Desenvolvimento, houve queda de 1,2% nas exportações para aquele país em 2023, apesar desse ter sido um ano recorde para o comércio exterior do país. O que tem dificultado o comércio entre Brasil e EUA?*

Jorge Viana: Bem, a situação do Brasil nos últimos anos era conhecida. Nós tínhamos um governo carregado de uma ideologia na pauta de costumes, e que se ausentou do cenário internacional. Fazer uma opção por um isolamento, a virar quase pária, não combina com a história do Brasil e muito menos com os negócios que o Brasil fez.

No governo passado, lamentavelmente, se fazia piada com a China, o maior parceiro comercial do Brasil, o maior importador do Brasil, o maior importador do agronegócio brasileiro. Estabelecia-se um permanente conflito com a Argentina, nosso maior parceiro comercial no continente sul-americano. Lembro que o próprio governo brasileiro demorou mais de 30 dias para reconhecer a eleição de John Biden. Somando-se a isso, o descaso com os povos originários e tradicionais, o desprezo pelas regras ambientais, que são tão fundamentais até mesmo para o agronegócio e para a imagem de qualquer país — ainda mais tropical! — num período de crise climática.

O governo passado acabou com o Ministério da Indústria e Comércio. Quando se acaba com o Ministério do Comércio, os países compradores de produtos manufaturados do Brasil, como a Argentina, viram o comércio cair 40%. Os Estados Unidos, também são um grande comprador, é bom vender para os EUA.

> "Não se pode fazer beicinho com os EUA. Não se trata de gostar ou não, é um mercado prioritário"
> *Jorge Viana*

Agora, tem uma eleição [nos EUA]. Eu espero que a gente siga crescendo a relação comercial. E com os Estados Unidos, temos que dar prioridade. Os Estados Unidos são o segundo maior exportador para o Brasil e o segundo maior comprador nosso, depois da China. Então, ele são duplamente importantes para nós.

No governo, temos conversado muito sobre a importância de termos um mapa de atração de investimentos e de ampliação dos negócios entre o Brasil e os Estados Unidos.

Valor: *Em relação a 2024, quais são as projeções da Apex para o comércio entre os dois países?*

Viana: São muito boas. As exportações de janeiro a abril já alcançaram US$ 108 bilhões. No ano passado registramos um recorde, mesmo com uma queda no preço das commodities. O preço do petróleo caiu perto de 20%, assim como o minério de ferro. Mesmo assim, conseguimos ter uma exportação recorde e o saldo na balança comercial foi extraordinário. Agora, 2024 começa muito bem com os Estados Unidos.

O desafio com os Estados Unidos é que em 2018 eles começaram explicitamente a tentar diminuir sua dependência de importação de produtos chineses. Perto de 23% do que eles importavam eram da China. Com a pandemia, essa dependência do mundo inteiro ficou mais explícita, inclusive a nossa. Os Estados Unidos montaram uma estratégia e hoje eles estão perto de 10% de importação da China. Em 13% do total, eles substituíram a China por outros países. E o Brasil ficou de fora. O Brasil tem uma oportunidade nisso.

Eu me inspiro muito no setor privado. Empresas brasileiras são responsáveis por 34% da proteína animal produzida nos EUA. A JBS, Minerva, Marfrig estão lá. Setenta e cinco por cento do suco de laranja produzido nos EUA são de empresas brasileiras. E quando a gente fala da Embraer, é uma coisa extraordinária. O maior consumidor do produto com maior tecnologia e maior agregação de valor que o Brasil tem são os Estados Unidos. Em Worcester e Porto Rico, milhões de passageiros são transportados mensalmente em aviões da Embraer. O Phenom 300 é o avião executivo mais vendido nos EUA.

Planejamos lançar este ano, em Washington, Nova York e aqui no Brasil um mapa de oportunidades de negócios.

Valor: *Quais os setores da economia brasileira contam com maior potencial para aumentar as exportações para os Estados Unidos?*

Viana: São muitos. Toda essa área de serviço e indústria de transformação para mim é prioridade, porque quem está lucrando muito com isso é o México, por conta da tal substituição de importação, e o Brasil tem que se oferecer para isso, com a sua competitividade, com a sua capacidade. E acho que o vice-presidente [Geraldo Alckmin], que é o Ministro de Indústria e Comércio, já entendeu isso. Então, a ideia é ter uma agenda de presença forte nos EUA, seja com Nova York, com os fundos, que estão sempre sediados lá, e ao mesmo tempo tentando trabalhar essa questão de indústria, de transformação e serviço, como prioridade. Sem tirar, obviamente, toda essa parte de tecnologia, de inovação. O Brasil tem que avançar também nesse aspecto. Ninguém pode fazer beicinho com os Estados Unidos. Não se trata de gostar ou não gostar, é um mercado prioritário. É com esse pragmatismo que eu estou tentando trabalhar.

Valor: *Em uma entrevista à revista "Time" no fim de abril, o ex-presidente Donald Trump disse que o Brasil "é muito difícil de negociar" devido às tarifas aplicadas no país. O que precisa ser feito pelo governo brasileiro para reverter esse tipo de percepção e fomentar o comércio bilateral entre Brasil e EUA?*

Viana: Eu acho que tem que ter uma visão de estratégia. Eu estive lá no Ministério de Comércio. Nós vamos defender a construção de uma modelagem, nós estamos fazendo isso junto com o Itamaraty, junto com o ministro Alckmin e seu time, pra gente construir uma proposta com os Estados Unidos onde seja vantajosa essa neoindustrialização no Brasil e os Estados Unidos como um importante endereço daquilo que nós estamos fazendo. Eu vejo que é uma janela de oportunidades, até por conta da decisão dos Estados Unidos de seguir mudando e diversificando seus fornecedores.

Valor: *Este ano teremos eleições nos EUA e Trump tem grandes chances de ser eleito novamente. O ex-presidente tem tido um discurso protecionista, afirmando que pretende impor uma sobretaxa de 10% sobre qualquer produto importado e de mais de 60% sobre produtos chineses. O senhor teme que uma nova guerra comercial acabe afetando o Brasil caso Trump retorne à Presidência?*

Viana: Se o Biden ganhar a eleição, é um cenário futuro conhecido. Se o Trump ganhar a eleição, também é um cenário futuro conhecido. Ele [Trump] tensiona. Tensiona com a China, tensiona com outros países, mas com o Brasil não tem razão. Conhecendo o perfil do presidente Lula, ele consegue ter boas relações, independente de qual partido está liderando os EUA. A boa relação que eu quero construir é comercial e o Brasil está pronto pra ampliar seu fluxo de comércio.

Acho que nos Estados Unidos temos de ter uma política exclusiva, estratégica, por se tratar de um grande consumidor nosso. Para a China, a gente está vendendo três vezes mais. Mas onde tem potencial maior de crescimento? Eu acho que na relação com os Estados Unidos.

Valor: *Como a Apex tem trabalhado para contornar os entraves às exportações para os EUA?*

Viana: Eu acho que nós estávamos com muitos problemas internos. A parte de juros estava um absurdo, com isso havia uma ausência de financiamento, um envelhecimento do parque industrial. Com os EUA ou com a Europa tem que ter políticas públicas que possam tirar os entraves e, ao mesmo tempo, dar incentivos financeiros à exportação.

Valor: *O senhor foi nomeado pelo atual governo Lula e é um quadro histórico do PT. O partido sempre teve uma relação conflituosa com os Estados Unidos. Isso não dificulta o seu trabalho dentro da Apex?*

Viana: Até aqui nenhuma dificuldade. Eu acho que o partido pode e deve ter posições divergentes seja dos Estados Unidos, da Argentina, de algum país da Europa, seja de onde for. É uma posição partidária. Quem não pode ter é governo. Governo é governo, partido é partido. Eu sou pragmático nisso. E quando você trabalha com o comércio, aí o negócio é à parte. Não tem escolha. Você não pode, sob pena de você prejudicar o interesse nacional, dizer "não, com aquele país eu não quero, porque eu não gosto disso ou daquilo". Eu acho que no governo do presidente Lula nós vamos avançar muito na relação com os EUA, independentemente das nossas preferências sobre o resultado da eleição.

Valor: *Em uma audiência recente no Congresso americano dedicada a uma suposta "censura" no Brasil, houve ataques ao presidente Lula e ao ministro do STF Alexandre de Moraes por membros do Partido Republicano e blogueiros brasileiros. Esse tipo de ataque tanto de brasileiros quanto de americanos em pleno Congresso dos EUA pode atrapalhar de alguma maneira o comércio entre os dois países?*

Viana: Eu acho lamentável o que houve e estou dando a minha opinião pessoal. É lamentável porque é como alguém falar de corda em casa de enforcado, com todo respeito. Os Estados Unidos sofreram uma tentativa de golpe, quebraram o Capitólio. E as pessoas vão lá falar isso, o mesmo que ocorreu aqui no Brasil. É o mesmo modus operandi de setores extremistas, algo que não cabe mais. Quando a extrema direita governou o mundo, o mundo viveu tragédias. A mais clássica foi a Segunda Guerra, com Hitler. Aquilo era a extrema direita: família, liberdade... Esse discurso falseado. Mas efeito disso, sinceramente, nenhum. Eu acho que a agenda positiva de ampliar as relações comerciais, o diálogo entre os Estados Unidos e o Brasil é muitas vezes maior do que essa agenda negativa, depreciativa e improdutiva que a gente vê por iniciativa de alguns poucos congressistas brasileiros.



GUILHERME MARTIMON/MAPA

Viana: "O maior consumidor do produto com maior tecnologia e maior agregação de valor que o Brasil tem são os EUA"

Toma lá, dá cá

Os destaques do comércio bilateral - em US$ milhões

Os dez principais produtos exportados para os EUA

	2022	2023
Produtos semi-acabados de ferro e aço*	4.505	4.829
Óleos brutos de petróleo	5.064	4.642
Aeronaves *	2.156	1.973
Equipamentos de engenharia civil*	1.179	1.781
Ferro-gusa*	1.977	1.680
Óleos combustíveis de petróleo	492	1.234
Celulose	1.169	1.191
Café não torrado*	1.713	1.131
Sucos de frutas ou de vegetais*	675	930
Madeira parcialmente trabalhada*	1.108	721
Demais produtos	17.398	16.773
Total	37.438	36.867

Os dez principais produtos importados dos EUA

	2022	2023
Motores e máquinas não elétricas*	4.219	4.858
Óleos combustíveis de petróleo	12.789	4.801
Carvão*	1.751	1.676
Óleos brutos de petróleo	3.001	1.601
Aeronaves*	1.212	1.342
Inseticidas, fungicidas e semelhantes	1.241	1.082
Polímeros de etileno*	1.161	1.056
Instrumentos de medição, verificação, outros*	899	1.025
Outros medicamentos, incluindo veterinários*	701	855
Medicamentos e produtos farmacêuticos	794	788
Demais produtos	23.536	18.872
Total	51.304	37.958

Fonte: Amcham *Produtos que têm os EUA como principal destino das exportações brasileiras

Mato Grosso do Sul mira em infraestrutura para captar investimento nos EUA


DIVULGAÇÃO
Reunião com potenciais investidores fez parte da agenda do governador Riedel e do presidente da Fiems, Sérgio Longen (ao centro)



A agroindústria de MS:

+ de 7,3 mil empresas industriais ativas (RAIS 2022);

+ de 159.000 trabalhadores formais diretamente empregados (Novo Caged);

+ de US$ 5,6 bilhões em exportação (ComexStat MDIC);

+ de 130 países compram da indústria de Mato Grosso do Sul (ComexStat MDIC);

A Indústria de transformação de MS está entre as **10 que mais exportam** no Brasil (ComexStat MDIC);

Produção Industrial anual superior a **R$ 86 bilhões** (VBPI / PIA IBGE).

Expectativa é que o estado atraia mais R$ 33 bilhões este ano em vários projetos de desenvolvimento industrial com apoio da iniciativa privada

Considerado um dos maiores produtores de alimentos nacionais, Mato Grosso do Sul incorporou mais uma vocação: a de potência agroambiental, que garante competitividade a custos baixos por meio de práticas sustentáveis de produção. Com previsão de de R$ 33 bilhões em recursos privados para este ano, o estado oferece um amplo portfólio de oportunidades aos investidores em um ambiente atrativo de negócios.

Essas e outras ações foram apresentadas pelo governador do estado, Eduardo Riedel, aos participantes do Summit Valor Econômico Brazil-USA, evento organizado em Nova York no último dia 15 para discutir os desafios e as principais oportunidades de negócios entre os dois países. Riedel expôs aos presentes a agenda de investimentos no estado que envolve desde o agronegócio a obras de infraestrutura.

"Até há pouco tempo o termo agroambiental era pouco conhecido. Ele está relacionado ao nosso clima tropical e suas respectivas emissões de carbono. As boas práticas empregadas em Mato Grosso do Sul nos tornam mais competitivos na produção de alimentos. As áreas de pastagens, por exemplo, foram reduzidas nos últimos dez anos, agregando valor direto na nossa industrialização", declarou o governador.

Entre as metas da atual gestão está o reconhecimento do território carbono neutro até 2030. O projeto MS Carbono Neutro tem como objetivo gerar a base metodológica para uma economia de baixo carbono no estado, desenvolvendo e adaptando tecnologias para a redução e mitigação das emissões de gases de efeito estufa em vários setores da economia. Na agropecuária, já estão em execução ações de manejo e conservação do solo e da água, energia renovável e desmatamento ilegal zero.

Na área de infraestrutura, está previsto o leilão de 900 quilômetros de rodovias. Entre os projetos estão as concessões das rodovias BR-262, BR-267, MS-040. "Também vamos investir em ferrovias e hidrovias, que fazem parte da infraestrutura necessária para dar competitividade às nossas exportações, que têm um corredor estratégico para outros mercados", acrescentou o governador.

Localizado na região de tríplice fronteira, Mato Grosso do Sul faz fronteira com Paraguai e Bolívia. O município de Porto Murtinho abriga, ainda, o ponto de saída do Brasil para a Rota Bioceânica rodoviária. A megaestrada possibilitará ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico, no Chile. "As concessões fazem parte de um conjunto que precisa de investimentos para qualificar a infraestrutura e logística, já que são importantes para a rota econômica do estado", declarou.

> "As boas práticas empregadas em Mato Grosso do Sul nos tornam mais competitivos na produção de alimentos"
>
> **Eduardo Riedel,** governador do estado

EQUILÍBRIO FISCAL E ENERGIA RENOVÁVEL

O equilíbrio fiscal é outra meta capitaneada pelo governo para atrair investidores em um ambiente de negócios seguro e regulado. Só em 2023, foram investidos 18,3% da receita corrente líquida em infraestrutura. O PIB do estado foi de R$ 142,2 bilhões, em 2021, representando 1,6% do PIB nacional. A expectativa para este ano é que os números cheguem a R$ 185 bilhões, um crescimento nominal de 9,3%.

Na transição energética, Mato Grosso do Sul criou o MS Renovável, política pública de incentivo às atividades de produção de energia renovável no estado. O objetivo é estimular a implantação de sistemas geradores de energia a partir de fontes renováveis, como a eólica, a termossolar e a fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, biogás, hidrogênio, entre outras alternativas.

"Economia verde não é só biodiversidade, não é só floresta. É um conjunto de ações de resiliência climática, de bioenergia. A matriz energética brasileira tem um diferencial em relação ao mundo, e os estados têm muito a oferecer nesse sentido", declarou Riedel.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Entre os destaques da produção agroindustrial de Mato Grosso do Sul está o processamento de soja e milho. O estado é o quinto maior exportador de produtos derivados da soja, com US$ 981 milhões em exportações (1,65 milhão de toneladas). Entre os países compradores estão Holanda, Polônia, Índia, Indonésia, Tailândia, Venezuela, Dinamarca, Alemanha e China.

A região também possui o quinto maior rebanho bovino, com 18,4 milhões de cabeças (8% do rebanho do país). É, ainda, a quarta maior exportadora de carnes e miudezas bovinas, com US$ 1 bilhão arrecadado (244 mil toneladas).

"A indústria se consolidou como um dos mais importantes setores para a economia de Mato Grosso do Sul. Ela realiza investimentos bilionários e contribui de forma significativa para a geração de empregos e para o aumento das exportações. Por tudo isso, a nossa indústria de transformação é a que mais cresce no Brasil", declarou o governador.

Riedel aproveitou o evento para se reunir com empresas potenciais que podem investir no estado em diferentes setores. A agenda foi formada por reuniões com instituições bancárias, fundos de investimento, empresários globais e câmaras de comércio. Os eixos de captação de investimento concentraram-se em infraestrutura, meio ambiente e novos negócios, com ênfase nas áreas de agroindústria e energias renováveis.

Parceria com a Fiems alavanca prospecção internacional

A comitiva do estado de Mato Grosso do Sul aproveitou a ida a Nova York para participar de outra rodada de apresentações com empresários: o MS Day. A iniciativa contou com a valiosa parceria da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems) e a presença do presidente da instituição, Sérgio Longen.

"Grandes oportunidades de negócios foram prospectadas em Nova York. Com muita tranquilidade, o Mato Grosso do Sul saiu na frente com as suas propostas. Entendemos que todas as reuniões representaram um passo adiante. Empresas que já estão instaladas no estado, outras que também têm interesse em nos conhecer e, acima de tudo, deixamos nos agentes financeiros a impressão sobre o que é o Mato Grosso do Sul hoje", declarou Longen.

Ainda conforme o líder empresarial, diversos setores do estado estão avançando, e isso deve ser mostrado para o mundo. "Hoje temos diversas oportunidades e em breve estaremos apresentando um balanço com os nomes e com resultados oficiais dessa missão, com setores que ganharam força em Nova York", finalizou.

A edição MS Day, em Nova York, foi a segunda etapa do projeto, que começou ano passado, em São Paulo. Na ocasião, foram apresentadas as potencialidades de Mato Grosso do Sul para empresários do centro financeiro do país, onde foram anunciados R$ 5,5 bilhões em novos investimentos para a região.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

INÊS249

Investimento estrangeiro direto Perfil dos setores que mais recebem dinheiro vem mudando, com expansão de serviços de tecnologia e financeiros

Aportes americanos são cerca de 26% do que entra no Brasil

Cláudio Marques
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil mantém uma relação com os Estados Unidos que demonstra ser inabalável, quando se trata de investimentos diretos. E a China, maior parceira comercial do Brasil, ainda está longe de ameaçar a posição americana, segundo Carolina Moehlecke, professora de relações internacionais da FGV. “O fluxo dos EUA para o Brasil apresenta flutuações ao longo dos anos, respondendo a questões políticas domésticas globais, mas é um vínculo consolidado, não sofre grandes variações”, diz.

Os números são a radiografia desse relacionamento. Dados elaborados pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) com informações do Banco Central mostram que em 2023 os EUA investiram cerca de US$ 10 bilhões — ou 25,8% do total de aportes desse tipo vindos do exterior. Os números se referem ao fluxo de participação de capital e não consideram lucros reinvestidos no país. “Pensamos que eles refletem melhor a relação”, diz Fabrizio Panzini, diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais da Amcham. Segundo ele, esse cálculo, em geral, representa reinvestimentos de empresas instaladas aqui, novos investimentos em companhias entrantes no país e empréstimos de matriz para filiais.

Nos últimos cinco anos, a média desses investimentos estrangeiros diretos (IED) dos EUA no Brasil foi de US$ 10,4 bilhões. No quinquênio anterior, a média foi de US$ 8,1 bilhões. Na comparação entre os dois períodos, há um crescimento de 28,4%. “Esses números mostram uma presença americana forte na última década no Brasil”, comenta Panzini. O pico ocorreu em 2021, com US$ 13 bilhões. A participação dos EUA em relação ao total desse tipo de investimentos que entra no Brasil também é crescente. No período de 2014 a 2018, era de 14,7% em média do total desses aportes e chegou a 25,6% em média no quinquênio seguinte. Segundo Moehlecke, a presença chinesa está em torno de 4%. “Os investimentos dos EUA estão ascendentes e ganhando espaço em relação ao total de investimentos estrangeiros no Brasil”, diz Panzini.

DIVULGAÇÃO

> “O fluxo para o Brasil é um vínculo consolidado, não sofre grandes variações”
> *Carolina Moehleck*

Mesmo quando se considera o estoque, a participação americana é marcante. O estoque pode ser considerado como os ativos que as empresas têm no Brasil. Nesse quesito, os EUA são o maior país investidor, com US$ 167 bilhões em estoque, de um total de US$ 1,1 trilhão, ou seja, cerca de 16%. E os aportes são diversificados: 70% em serviços, 15% em indústria e 15% em agricultura. O desempenho também está relacionado ao fato de a presença dos EUA no Brasil ser mais tradicional e longeva, o que também fomenta investimentos. “A China ainda precisaria de muito tempo para chegar ao mesmo nível”, declara Moehlecke.

Panzini lembra que das mil maiores empresas do Brasil, 198 tinham participação de capital estrangeiro. “E, dessas, 23,2% possuem capital dos EUA, o maior estrangeiro. Representam R$ 243 bilhões em receita bruta”, diz ele, que também ressalta a longa trajetória dos investimentos dos EUA no Brasil. “As empresas de capital dos EUA participaram de maneira muito ativa da industrialização brasileira durante o século XX”, ressalta Panzini. “Historicamente, o IDE concentrou-se nos segmentos automóvel, energias renováveis, petróleo e gás, agricultura e infraestruturas”, diz Malcolm Dorson, head da estratégia de mercados emergentes da Global X ETFs, uma gestora americana de ETFs, que acompanha mercados emergentes.

Panzini argumenta que, atualmente, investimento estrangeiro e exportação estão muito ligados, porque grande parte do comércio mundial é feito por multinacionais, numa relação entre matriz e filiais. Em meio a esse cenário, também houve mudança no perfil dos IEDs americanos, indo do industrial para a ênfase no setor de serviços de tecnologia, com TI, saúde e serviços financeiros, além de maior participação das áreas de energia limpa e minerais. Informativo da Embaixada americana no Brasil afirma que todas as startups unicórnios brasileiras receberam investimentos dos Estados Unidos.

O executivo da Amcham projeta que a tecnologia continuará tendo um papel “muito importante”, citando que em 2023 a empresa de data center Cloud HQ, anunciou que fará investimentos de US$ 3 bilhões em data center aqui no Brasil. “Também vejo aumento dos investimentos relacionados à transição energética. A Amazon, por exemplo, fez um investimento de US$ 200 milhões em energia eólica no Rio Grande do Norte.”

Investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil
Em US$ bilhões

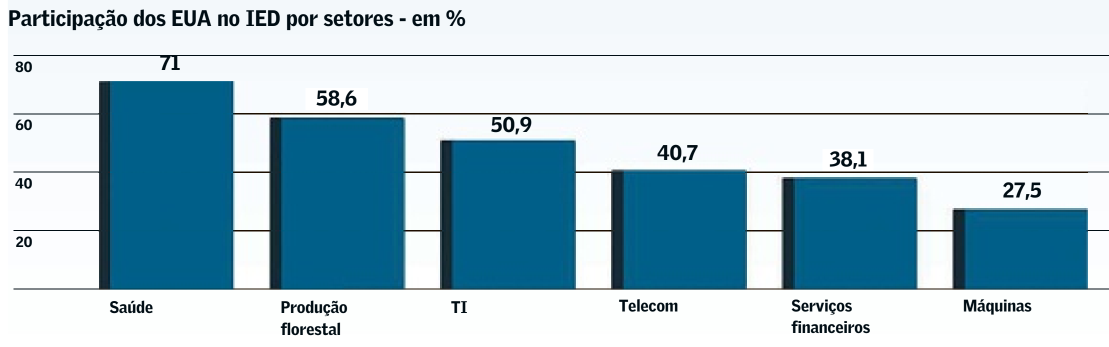
● IED total no Brasil ● Investimento direto dos EUA no Brasil

IED total no Brasil: 56,4 (2014); 60,3 (2017); 32,9 (2020); 7,8 (2024*)
Investimento direto dos EUA no Brasil: 8,6 (2014); 11,1 (2017); 7,5 (2020); 1,3 (2024*)

Participação dos EUA no IED total - em %

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
15,2	11,8	12,3	18,3	15,8	21,0	22,9	33,1	25,2	25,8	17,3

Participação dos EUA no IED por setores - em %



Fonte: Amcham com dados do Banco Central. * Primeiro trimestre.

EUA têm quase 10% do investimento brasileiro no exterior

Mário Camera
Para o Valor, de São Paulo

O estoque de investimentos brasileiros no mundo, atualmente, é de US$ 327,5 bilhões, segundo os números mais recentes publicados em fevereiro deste ano pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e com dados gerais dos últimos três anos compilados pelo Banco Central (BC). Os EUA são o quinto destino do capital de investidores brasileiros e representam pouco mais de 10% do total (US$ 33 bi).

“A grande diferença dos EUA é que existe um mercado consumidor enorme e que, se você tiver um produto e souber acessar, a sua capacidade de crescimento é exponencial comparada com praticamente qualquer outro mercado. É um mercado mais maduro”, diz Andres Sinclair, sócio da Legend, holding que tem escritório em Miami e reúne assessoria de investimentos e wealth management. No entanto, o ambiente de negócio nos EUA não é de fácil acesso. “É muito mais competitivo, no sentido de que os investimentos são muito maiores. Se você não é bom ou não tem escala, não sobrevive.”

Ainda segundo o relatório da ApexBrasil, em relação a fusões e aquisições, o chamado investimento “browfield”, destaca-se a compra da marca de calçados sustentáveis Rothy’s pela Alpargatas em 2021, por um valor de estimado de US$ 275 milhões. O relatório chama atenção também para a compra da Usend pelo Banco Inter, estimada em US$ 157 milhões em 2022. Nos últimos dez anos, foram feitas 47 operações de fusões e aquisições brasileiras nos EUA.

Em investimentos “greenfield”, que têm o objetivo da criação ou expansão de capacidade produtiva de uma companhia, a ApexBrasil cita a Bauducco, que também investiu pesado, comprando um terreno para a construção de centro de distribuição na Flórida por US$ 200 milhões. A agência, que realizou ainda o “Mapeamento de Empresas Brasileiras Instaladas nos Estados Unidos”, mostra que 70% das empresas brasileiras decidiram ter seu centro de operações na Flórida, que tem forte imigração latino-americana e brasileira.

DIVULGAÇÃO



Unidade industrial da Braskem para a produção de polipropileno em Neal, na Virgínia Ocidental; entre as multinacionais brasileiras com instalações nos EUA também estão JBS, Metalfrio e Gerdau

DIVULGAÇÃO



Para André Sinclair, o ambiente de negócios nos EUA não é de fácil acesso

Outras gigantes brasileiras têm investido ao longo dos anos nos EUA. Somente a Braskem tem cinco unidades no país produzindo polipropileno. Segundo a American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham), entre as dez multinacionais brasileiras instaladas nos EUA, estão pesopesados como a JBS, Metalfrio e Gerdau, que detêm grandes fatias do mercado americano.

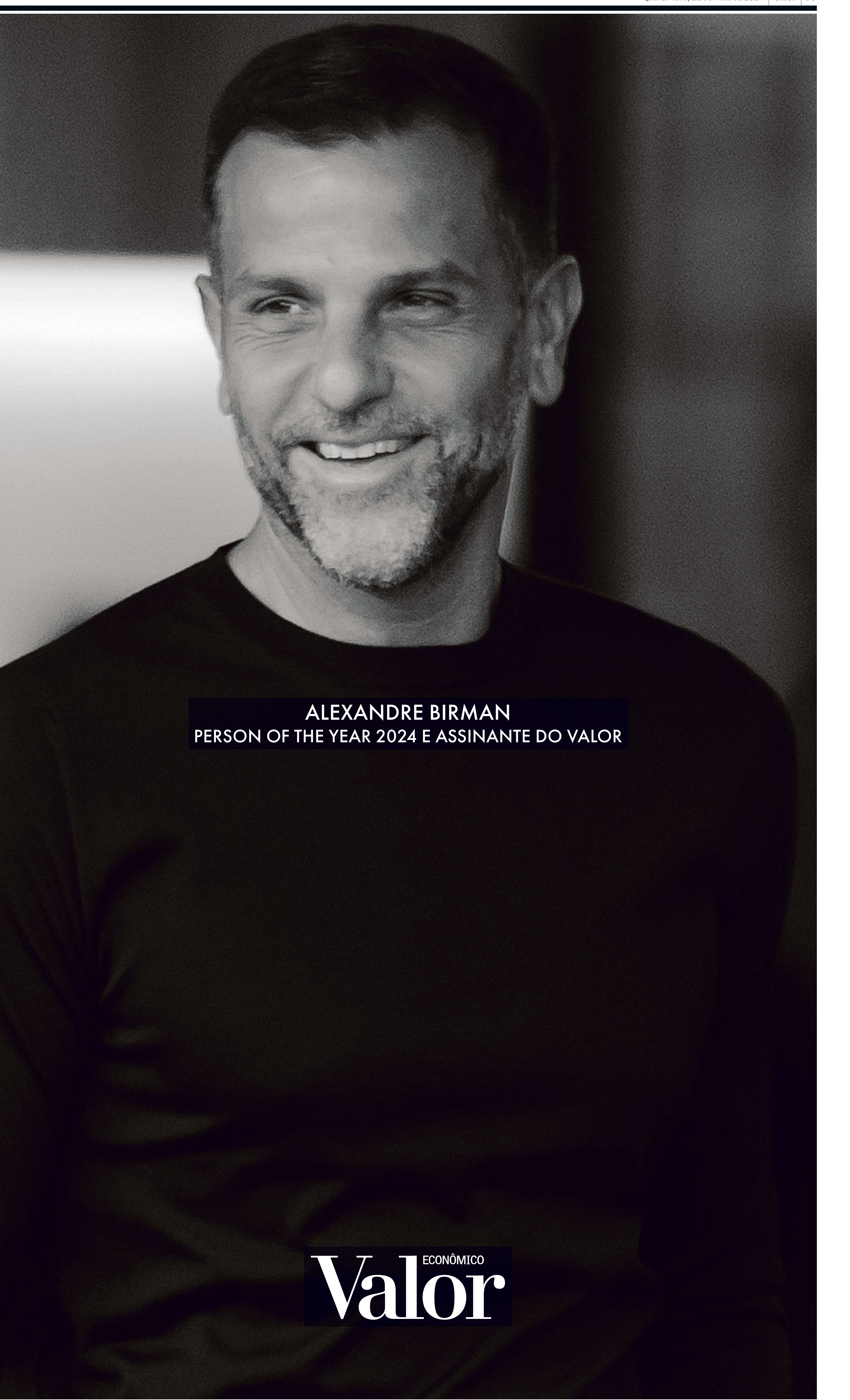
A legislação também é um fator que pesa na hora da escolha, segundo Sinclair. “Os Estados Unidos são um lugar muito diverso. Cada Estado é praticamente um país diferente por causa da sua legislação e até do tipo de mercado que você pode desenvolver”, diz.

De acordo com a última série histórica do BC, em 2022, os EUA eram o principal destino de investimentos brasileiros em carteira, com US$ 17,7 bilhões, o que representou uma queda em relação a 2021, quando o valor alcançou seu ápice, com US$ 24,8 bilhões.

Na posição em operações intercompanhia, que são instrumentos de dívida e dividem-se em matrizes no exterior e suas filiais no Brasil, filiais no exterior a matrizes no Brasil e operações entre empresas irmãs, os investimentos se mantiveram estáveis em 2022 em relação ao ano anterior, em torno de US$ 4,4 bilhões, de acordo com o BC. Os números registram um aumento se comparados aos níveis registrados de 2014 a 2020, quando variaram entre cerca de US$ 3 bilhões e US$ 3,5 bilhões.

Em relação aos investimentos diretos em participação no capital de empresas americanas, a posição brasileira em 2022 chegou a US$ 29,3 bi, uma alta de 2,75% comparado a 2021. O valo está abaixo do registrado em 2020, quando atingiu o recorde de US$ 39,2 bilhões.

INÊS249


ALEXANDRE BIRMAN
PERSON OF THE YEAR 2024 E ASSINANTE DO VALOR
Valor ECONÔMICO

Produção CNA aponta aumento de discussões sobre barreiras que usam ambiente como justificativa

Diálogo sobre agropecuária segue aberto

Cláudio Marques
Para o Valor, de São Paulo

As preocupações com o aquecimento global e a necessidade de reduzir emissões se materializaram, ou estão no caminho de se tornarem realidade, em políticas que colocam o agronegócio no centro desse debate. "O mundo está se tornando mais protecionista. A pandemia e os conflitos geopolíticos mudaram a cara do comércio internacional. Em meio a esse quadro, há a preocupação legítima com as mudanças climáticas — e temos visto o aumento ou de regulamentos ou de discussões de normas que geram barreiras comerciais tendo questões ambientais como justificativa", afirma Sueme Mori, diretora de relações internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

Se há o temor de legislações restritivas pelo mundo e eventual uso de questões ambientais para disfarçar barreiras protecionistas, com os Estados Unidos a relação é de diálogo, diz a executiva. Uma situação diferente da União Europeia (UE), que baixou uma legislação considerada impositiva e unilateral que a partir de 2025, por exemplo, proíbe a entrada de produtos provenientes de áreas desmatadas, mesmo que sejam de desmatamento legal. "No Brasil, a legislação permite a abertura de áreas, dentro dos limites do código florestal", lembra Mori.

Brasil e EUA ocupam o topo do ranking internacional de produção e exportação do agro. Segundo a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), com dados da Trade Map, em 2023 os americanos exportaram US$ 175 bilhões, e o Brasil, US$ 145,8 bilhões em produtos agropecuários. Os números mostram que o Brasil teria muito a perder num eventual cenário de protecionismo por parte dos EUA, que importaram US$ 26,1 bilhões em produtos brasileiros nos últimos cinco anos, segundo os dados levantados pela Amcham.

Em 2023, o Brasil vendeu para lá US$ 5,8 bilhões. Os principais produtos exportados foram café (19,5% do total), carne bovina (7,9%) e suco de laranja (7,8%). Na lista dos US$ 500 milhões importados dos EUA no período estão rações animais (16,2%), preparações alimentícias, (10,5%) e sucos e extratos de lúpulo (8,7%).

Segundo o secretário de comércio e relações internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Roberto Perosa, na questão ambiental, os dois países têm posições semelhantes. "Pensamos que não existe uma solução única para os problemas ambientais da produção; cada região tem o seu modo de praticar a sustentabilidade. E temos mantido diálogo com todos os países sobre o assunto, principalmente com Estados Unidos e UE", afirma Perosa.

"Estamos sempre conversando com os americanos, para que nos escutem e não tomem uma medida unilateral", conta Mori, da CNA. Segundo a executiva, o Brasil foi citado em um estudo americano que analisou possíveis caminhos para a questão e suas repercussões. "Qualquer discussão relacionada à cadeia de fornecimento livre de desmatamento tem o Brasil na centralidade, porque o país é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e o que mais vende são produtos que vão para a cadeia, B2B", diz a executiva.

Foi analisado se os EUA devem se encaminhar para algo punitivo. Uma das preocupações considera que proibir ou taxar produtos poderia elevar a inflação de alimentos. "O tema, na visão dos Estados Unidos, tem que ser tratado com outras ferramentas, como cooperação financeira e técnica em acordos comerciais", diz Carolina Matos, gerente de relações Brasil-EUA e sustentabilidade da Amcham.

WENDERSON ARAÚJO/DIVULGAÇÃO



Sueme Mori, da CNA: "O mundo está se tornando mais protecionista"

Acordo tributário discutido há anos está mais próximo

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

Brasil e Estados Unidos tentam sem sucesso, há mais de seis décadas, negociar um acordo para evitar a dupla tributação (ADT) entre ambos. Algumas barreiras justificadas pelos EUA para não celebrar o ADT já foram ultrapassadas. A mais recente refere-se a mudança na regra de preços e transferências, tributação entre empresas matrizes e filiais, o que torna o terreno mais favorável a um acordo.

A Lei 14.596/23 eliminou a defasagem da regulamentação de preço de transferência no Brasil, que não contemplava o princípio do arm's Lenght. Esse princípio prevê que empresas de um mesmo grupo multinacional façam transações como importação e exportação sem a transferência artificial de lucros como forma de reduzir a carga tributária, explica Juliana Porchat de Assis, sócia responsável pela prática de planejamento e consultoria tributária do FAS Advogados in cooperation with CMS.

Com o arm's lenght, há a expectativa entre tributaristas e organizações, como a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), de que se inicie uma nova etapa na negociação de um ADT para aplicação das regras de preços de transferência. "Um elemento especialmente positivo dessa legislação foi a inclusão dos royalties dentre as transações sujeitas às regras de preços de transferência para fins de determinação dos limites de dedutibilidade da despesa no Brasil, abandonando os percentuais fixos", ressalta Assis.

DIVULGAÇÃO



Juliana de Assis: nova lei é positiva

Embora a mudança seja encarada com otimismo, tributaristas afirmam que o caminho até um possível ADT entre os dois países é um processo complexo de negociação de tratados e que vem enfrentando barreiras há anos.

Outro ponto sensível é a tributação de serviços prestados nos EUA por empresas americanas para uma entidade brasileira. O Brasil entende que esse rendimento está sujeito à alíquota de 15% do Imposto de Renda retido na fonte; os EUA, que não deveria haver incidência de IR na fonte no Brasil, uma vez que o serviço é prestado fora do território brasileiro.

Para tributaristas, o movimento do Brasil para modernizar seu entendimento sobre acordos e tratados internacionais tem como pano de fundo seu ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Leonardo Briganti, sócio do escritório Briganti Advogados, diz que os acordos firmados recentemente pelo Brasil com Cingapura, Suíça e Emirados Árabes Unidos têm regras que alinham o país ao plano da OCDE para combater a fuga de capitais para paraísos fiscais e o aumento da evasão fiscal. "As alterações, principalmente no que tange à Lei dos Preços de Transferências, são significativas, pois convergem com o padrão seguido internacionalmente pela grande maioria dos países desenvolvidos, assim como os EUA, em conformidade com as recomendações da ONU e OCDE", afirma Briganti.

Abrão Neto, CEO da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), ressalta que um dos efeitos de um ADT entre Brasil e EUA seria a redução de custos do financiamento de projetos de investimentos e de empréstimos entre empresa. "Estamos em um momento com menos dificuldades do que se tinha há dois anos", diz Neto, mencionando uma possível nova rodada de negociações.

Dados da Amcham apontam que os Estados Unidos representam a maior fatia de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, respondendo, em média, 25,6% nos últimos cinco anos, cerca de US$ 170 bilhões em estoque. O mercado americano também é o principal destino de operações realizadas por empresas brasileiras em outros países. Ainda, segundo a Amcham, os Estados Unidos são o maior parceiro do Brasil no comércio de serviços, com 40,7% das exportações e 37,6% das importações.

Corporações devem mirar saneamento e energia

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

Em que pese o governo federal ter retirado grandes empresas do Programa Nacional de Desestatização (PND), como os Correios, o Serpro (de processamento de dados), a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Dataprev (de tecnologia e serviços da Previdência), os Estados estão dispostos a vender grandes ativos públicos — e muitas das estatais na fila para serem concedidas à iniciativa privada podem interessar aos fundos e corporações americanas.

Além da Sabesp (saneamento), por exemplo, o governo paulista quer vender a geradora de energia Emae e serviços de hidrovias, rodovias, ferrovias, educação, loterias e complexos esportivos, como o Constâncio Vaz Guimarães, no Ibirapuera. Em Minas Gerais, o governo já se mostrou disposto a vender a Cemig (energia), a Codemig (desenvolvimento) e a Copasa (saneamento). Outros grandes ativos devem ser leiloados em Alagoas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí e Distrito Federal.

Nas grandes privatizações dos anos 1990, os americanos compraram diversos lotes de empresas do setor energético, como Light, Eletropaulo — comprada pela AES — e as geradoras Paranapanema e Tietê, além de algumas partes da fatiada Telebrás, de telecomunicações. O setor de energia deve seguir atrativo para os americanos, como o de saneamento, dizem analistas.

Diante das pautas ESG (governança ambiental, social e corporativa), o head de análise da Levante Investimentos, Enrico Cozzolino, vê um grande potencial de produção de energia limpa, como eólica, solar e hidroelétrica, o que deve ser de grande interesse a expansão americana nesse segmento. "No entanto, os processos são lentos, há risco de futuras intervenções estatais. Por isso os americanos vão calcular bem o risco com a taxa de retorno, para aí, sim, determinar um desconto que poderão dar na oferta", completa.

Já Ângelo Belitardo, gestor da Hike Capital, vê nas empresas de saneamento as grandes oportunidades para o capital estrangeiro, diante do mercado a se avançar e explorar no Brasil em se tratando de água e esgoto. "Além disso, ao dividir a gestão com a iniciativa privada, as empresas podem futuramente se capitalizar via 'follow on' [oferta subsequente de ações], além de ganhar mais na redução do custo de capital, o que melhoraria a rentabilidade e poderia antecipar a meta de universalização de água e esgoto de 2033 para 2029".

Por outra perspectiva, o CEO da Amero Consulting, Igor Lucena, afirma que os americanos olhariam para as empresas brasileiras como uma forma de conter o avanço da China na América Latina, especialmente na área de energia. "Eles devem olhar para a Cemig e também para os ativos da Enel, que está em dificuldade financeira no exterior. Talvez esses sejam um dos pontos mais importantes na questão estratégica de reduzir a influência chinesa na região", diz.

Já no lado do saneamento, Lucena avalia que os fundos de investimentos americanos foram grandes players no marco do setor e têm interesse em atuar na expansão dos serviços de água e esgoto no Brasil. "Se fosse para visualizar agora, eu acredito que as empresas estatais de água e esgoto também estariam na mira dos americanos", completa.

DIVULGAÇÃO



Compra seria forma de conter avanço chinês no Brasil, avalia Igor Lucena

EUA são o principal destino de exportação financiada pelo BNDES

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

Nas exportações do Brasil para os Estados Unidos, vendas de itens como óleos brutos de petróleo, óleos combustíveis e café cru atingiram o recorde no primeiro trimestre. Em valor, superaram aquelas feitas para outros parceiros, como China e Europa. A alta foi generalizada entre todos os setores — mineração, agropecuária e indústria.

Para analistas, o comércio entre os países deve continuar aquecido. O BNDES deve liberar R$ 40 bilhões até 2026 para financiar empresas brasileiras que vendem para o exterior. "Queremos que nossas companhias ganhem mercado e escala, gerando empregos", diz José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do banco. Os EUA são o principal destino das exportações financiadas pelo BNDES. Foram para lá 15% dos embarques de bens de alta intensidade tecnológica em 2023. "O comércio bilateral, inclusive de produtos de alto valor agregado, pode aumentar", completa Gordon.

A professora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Lia Valls, lembra que construtoras brasileiras já executaram grandes obras nos EUA, como a expansão do aeroporto de Miami feita pela Novonor (ex-Odebrecht), que contou com apoio do BNDES. Para ela, o momento é de retomada. "Estamos resgatando o que já tivemos, porém com mais garantias. E é necessário reabrir este canal de investimentos", frisa. "Os EUA abrem janelas de oportunidades enquanto precisamos melhorar nosso perfil como exportador de serviços".

Para a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) a parceria entre os países é um case de sucesso, sobretudo, no comércio de aeronaves, máquinas e equipamentos. Além disso, os Estados Unidos são o principal destino de internacionalização das empresas brasileiras. A entidade defende que o momento é propício para o Brasil apostar nas vendas.

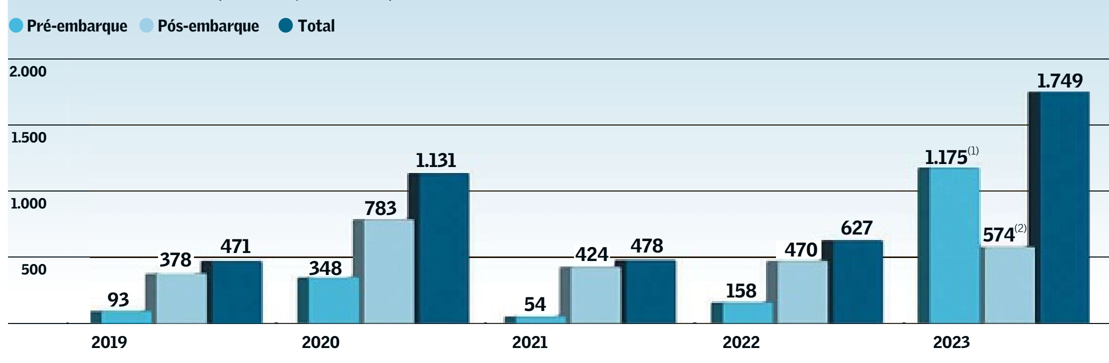
"A indústria da transformação e a construção civil estão puxando o PIB americano para cima e estas são áreas que o Brasil tem condição de suprir com ferro, aço, energia. Eles [os EUA] também estão reorganizando as cadeias e buscando parceiros próximos geograficamente, o que favorece nosso país", comenta Fabrizio Panzini, diretor de relações governamentais da entidade.

No entanto, a Amcham lembra que o crédito e a burocracia para tomá-lo ainda são entraves entre pequenas e médias exportadoras. Conforme estudo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), 3,7 mil micro e pequenas empresas exportaram para os EUA em 2023.

A Marel Design Mobili, fabricante paranaense de móveis planejados, envia um container por mês aos EUA e irá inaugurar uma loja em Orlando e outra em Houston no final do ano. Embora a moveleira nunca tenha tomado crédito de qualquer instituição financeira, Marcos Malavolta, gerente de expansão, conta que percebe que alguns segmentos precisam de assessoria e financiamento para atingir o mercado externo. "Para alguns gêneros, como o alimentício, este tipo de apoio parece vital, sobretudo para o pequeno exportador. Ainda assim, nas rodadas de negócios, vejo que existem boas linhas de créditos disponíveis", diz.

Malavolta aconselha o futuro exportador a dar um passo de cada vez. "Se o pequeno se deparar com uma grande demanda por conta do gigantismo do mercado consumidor americano, por exemplo, ele pode não ter condições de entregar o que prometeu. Daí, irá queimar sua imagem", avisa. Com 16 lojas no Brasil, a Marel planeja inaugurar oito lojas no exterior nos próximos dois anos, incluindo um showroom em Miami.

Financiamento do BNDES para exportações
Últimos cinco anos (em US$ milhões)



Fonte: BNDES/Comunicação. (1) Linha BNDES Exim Pré-Embarque (para a produção de bens para exportação). (2) Linha BNDES Exim Pós-Embarque (para a comercialização)

Relação bilaterais Summit Valor Econômico Brazil-USA, realizado em Nova York, reuniu empresários, autoridades e especialistas brasileiros e norte-americanos

Evento debateu oportunidades de negócios e urgência climática



De São Paulo

A urgência de buscar respostas efetivas para enfrentar as mudanças climáticas, ainda mais evidente para o Brasil e o mundo a partir da tragédia que o Rio Grande do Sul vive desde o fim de abril, foi um dos temas de destaque no Summit Valor Econômico Brazil-USA.

Um minuto de silêncio em homenagem às vítimas das enchentes e a projeção de imagens de cidades inundadas, arrasadas, rios tomando campos e ruas, estradas destruídas e pessoas à espera de ajuda — são mais de 2 milhões de atingidos — marcaram a abertura do evento realizado em Nova York, no dia 15.

Além de reforçar a solidariedade ao povo gaúcho, Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, sublinhou a urgência de encarar com pragmatismo as mudanças climáticas. Também destacou a importância da mobilização de empresas, empresários, sociedade civil e do voluntariado em um momento sem precedentes na história do Rio Grande do Sul.

Kachar defendeu ainda a necessidade de um maior investimento no Brasil por parte dos Estados Unidos. "Temos uma matriz energética limpa, que é de fato um diferencial para o resto do mundo, mas não somos prioridade de investimento, inclusive dos Estados Unidos", afirmou.

VANESSA CARVALHO/VALOR



VANESSA CARVALHO/VALOR



Frederic Kachar na abertura do Summit: iniciativa é parte da ampla programação que dá largada às comemorações de 25 anos do Valor, em maio do ano que vem

A programação do dia espelhava essas preocupações. "Vamos conversar sobre um tema muito importante para mitigar os efeitos do aquecimento global: as finanças climáticas", disse Maria Fernanda Delmas, diretora de Redação do **Valor**. O arco de temas analisados foi amplo: as relações comerciais e diplomáticas que estão completando 200 anos, o efeito dos juros nos mercados mundiais, os impactos das eleições americanas para o Brasil, energia verde como alavanca de negócios e o futuro do agronegócio.

A iniciativa é parte de uma ampla programação que dá largada às comemorações de 25 anos do **Valor**, em maio do ano que vem. A internacionalização, uma das frentes, inclui debates que aprofundem os conhecimentos sobre a realidade brasileira e ampliem os horizontes de negócios, sempre com painelistas do Brasil e do país anfitrião. Em janeiro, a série começou com o Brazil China Meeting, em Shenzhen.

O evento em Nova York reuniu empresários, autoridades e especialistas brasileiros e norte-americanos no Hotel The Plaza e contou com mediação de jornalistas do **Valor** e de "O Globo", ampla cobertura nas plataformas dos dois veículos e também na CBN e na GloboNews, além de cobertura em inglês pelo Valor International.

> Programação dá largada às comemorações de 25 anos do Valor, em maio do ano que vem

O Summit Valor Econômico Brazil-USA foi apresentado por Banco Master, tem o patrocínio máster de Gulf e JBS, patrocínio de Gerdau, JHSF, Cedae, Copel e Aegea, além do apoio de Cidade de São Paulo, Governo de São Paulo, Governo do Mato Grosso, Governo do Pará, Governo de Goiás e Invest.Rio. As companhias aéreas oficiais são Latam e Delta Airlines. A realização foi do **Valor Econômico**.

Cooperação pode crescer com transição energética

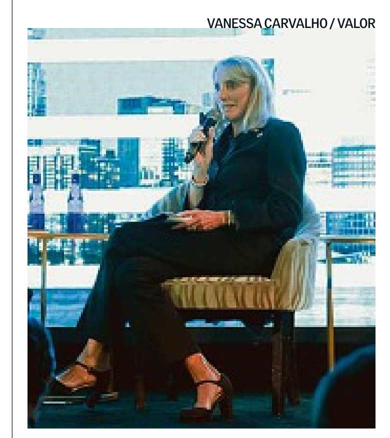
Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

O foco do governo brasileiro em trabalhar numa parceria para a transição energética tem o potencial de aprofundar a cooperação entre Brasil e EUA em áreas com grande capacidade de investimento, como biocombustíveis, hidrogênio e minerais críticos, afirmou a embaixadora dos EUA no Brasil, Elizabeth Frawley Bagley.

"A energia limpa, uma área onde as empresas americanas estão prontas para investir, oferece excelentes oportunidades para solidificar ainda mais a parceria", afirmou, ao participar do Summit Valor Econômico Brazil-USA.

Bagley enalteceu os esforços dos dois países em gerar empregos e mais prosperidade e citou a iniciativa para combater a precarização do trabalho e promover a criação de empregos dignos, formalizada paralelamente à Assembleia-Geral da ONU, que será viabilizada em colaboração com parceiros sindicais das duas nações e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

VANESSA CARVALHO / VALOR



Embaixadora Elizabeth F. Bagley

Gastos públicos Secretário da Fazenda defende socorro em etapas e responsabilidade fiscal

Coordenação federal deve dar eficiência à aplicação de recursos no RS


VANESSA CARVALHO/VALOR
Lauro Jardim, colunista do jornal 'O Globo' (à esq.), e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan

Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

Para o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, foi um grande acerto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamar para si a responsabilidade de coordenar a reconstrução do Rio Grande do Sul, operação que será a maior já realizada no Brasil. A decisão é benéfica também do ponto de vista fiscal, já que, conforme enfatizou o segundo na hierarquia da pasta, é compromisso do governo conciliar a ajuda ao Estado, para a qual não se pode medir esforços, ao cumprimento das regras e das metas fiscais.

"O que não se deveria fazer agora é sair cada um fazendo uma resposta; o mais importante é que a gente coordene a resposta", afirmou Durigan, durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York, acrescentando que a coordenação foi importante para aumentar a eficiência do uso do dinheiro público, organizando os socorros financeiros em etapas, com estudos para escolher as melhores alternativas para atender às demandas de cada momento.

"Estamos falando de R$ 50 bilhões de crédito, mais de R$ 10 bilhões de investimento do próprio Estado e hoje um crédito para as pessoas que estão desabrigadas poderem começar a reconstruir suas vidas", disse. "Ao mesmo tempo, temos um cuidado grande com restrição fiscal e transparência do que vai ser feito."

"Estamos usando um dispositivo da LRF para criar uma exceção ao RS" *Dario Durigan*

No evento, o secretário ainda comentou sobre as medidas que devem ser tomadas frente a duas decisões nos Estados Unidos, ainda neste ano, que vão condicionar as opções de política econômica do governo Lula ao longo dos próximos meses: o possível início do ciclo de baixa de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e as eleições presidenciais, que novamente irão opor o atual mandatário, o democrata Joe Biden, e o candidato republicano, o ex-presidente Donald Trump. Do lado fiscal, será preciso um esforço na contenção do gasto, para além das iniciativas que já vêm sendo adotadas para recompor as receitas, disse Durigan. Mas afirmou que isso precisa ser feito de uma maneira que "não destampe a polarização política do país".

Ele defendeu ainda a continuidade das revisões de gastos tributários e das bases de dados de programas sociais, de modo a passar um pente fino nas despesas. "A melhor forma de atrair investidores é dando segurança para o país, fazendo essa ancoragem fiscal".

Sobre o socorro ao Rio Grande do Sul, o secretário pontuou que, em um momento em que o governo se esforça para cumprir a meta de déficit zero em 2024 e que se sugerem medidas para cortar gastos, a equipe econômica tem o cuidado de garantir que o auxílio ao povo gaúcho ocorra sem ferir regras fiscais. As medidas anunciadas pelo governo até agora têm sido feitas a partir de alternativas menos burocráticas, mais eficientes e que atendam mais rapidamente e amenizem os transtornos da população. Não houve alterações no arcabouço fiscal na liberação do dinheiro, que foi feita usando parte da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) para socorrer o Estado. "Nós estamos usando um dispositivo da LRF que aprendemos [a usar] durante a pandemia para criar uma exceção muito restrita ao Rio Grande do Sul", afirmou.

Índice de inflação anima economistas sobre flexibilização dos juros no Fed

Mario Camera
Para o Valor, de São Paulo

Na última quarta-feira (15), os EUA divulgaram que o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) teve alta de 0,3%, em abril, frente ao 0,4% registrado em março. O número ficou abaixo das projeções e animou alguns economistas sobre a possibilidade de uma flexibilização da política monetária do Federal Reserve (Fed), o banco central americano.

O Fed tem mantido a taxa de juros nos EUA entre 5,25% e 5,50% desde julho de 2023, numa tentativa de atingir a meta de inflação de 2% ao ano — em abril deste ano o índice anual estava em 3,6%. "O relatório de hoje foi encorajador, e parece que a política [de aumento da taxa de juros] será, em última análise, bem-sucedida", disse James Bullard, ex-presidente do Fed em Saint-Louis, durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA.

O economista disse acreditar que a meta de 2% de inflação anual estabelecida pelo governo americano será alcançada em breve, embora não ache que o Fed irá baixar as taxas de juros antes das eleições presidenciais de novembro nos EUA. "Acho que a política será bem-sucedida em última análise, e isso se deve à credibilidade do banco central. A credibilidade do Federal Reserve estava em jogo em 2022. O banco central tinha que mostrar que estava resoluto em combater a inflação. Acho que fizemos isso e isso é bom para os EUA, mas também para a economia global e o Brasil", disse.

A crítica ao posicionamento do banco central americano no início da crise inflacionária nos EUA foi apoiada por Kevin Warsh, que também trabalhou no Fed e foi colega de Bullard. "Os EUA também podem fazer um trabalho melhor na liderança da política monetária. Inflação não se deve a pandemias, cadeias de suprimentos ou guerras. A inflação é sobre a política do banco central", disse Warsh. Segundo o economista, as políticas fiscal e monetária americanas passaram a se confundir desde a crise financeira de 2008. "Os EUA têm uma obrigação especial de ter uma política fiscal responsável e uma política monetária responsável, e devo acrescentar que é difícil ter uma política monetária responsável se a política fiscal parecer irresponsável e vice-versa."

Presente no debate, Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central, também falou sobre decisões do governo ao ser indagado porque votou pelo corte de 0,5% da taxa de juros durante a última reunião do Comitê de Política Monetária. O economista foi o único membro do Copom a votar por um corte maior.

"Meta é uma discussão interditada para quem está como diretor do Banco Central. O arranjo institucional da política monetária brasileira é o poder Executivo e o poder democraticamente eleito, quem determina qual é a meta de inflação. Cabe aos diretores colocar a taxa de juros num patamar restritivo suficiente e pelo tempo necessário para que a inflação converja para a meta", disse.


VANESSA CARVALHO/VALOR
Alex Ribeiro (à esq.) coordenou o painel com os economistas Gabriel Galípolo, James Bullard e Kevin Warsh


VANESSA CARVALHO/VALOR
Flávia Barbosa, de 'O Globo', e os estrategistas Simon Rosenberg, do Partido Democrata, e Scott Jennings, republicano

Guerra comercial abre oportunidade para o Brasil, afirmam estrategistas

Emilio Sant'Anna
Para o Valor de São Paulo

Na última semana, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou um pacote de aumento de tarifas sobre importações chinesas, incluindo veículos elétricos, chips de computador e produtos médicos. As medidas podem levar a uma guerra comercial entre EUA e China e, como reflexo, representar uma oportunidade para o Brasil ampliar sua pauta de exportações e receber investimentos. Essa é a opinião de Scott Jennings, estrategista do Partido Republicano, que ao lado de Simon Rosenberg, estrategista do Partido Democrata, participou do Summit Valor Econômico Brazil-USA.

Segundo Jennings, o sentimento anti-China devido à sua atuação agressiva no comércio internacional é algo que une democratas e republicanos. Biden manterá as tarifas impostas por seu antecessor, Donald Trump, e ainda aumentará outras, de acordo com a Casa Branca. O governo citou "riscos inaceitáveis" para a "segurança econômica" dos EUA, devido às práticas chinesas consideradas injustas, que inundam os mercados globais com mercadorias baratas.

As novas medidas terão impacto de US$ 18 bilhões em bens importados da China, incluindo aço e alumínio, semicondutores, baterias, minerais, células solares e guindastes, segundo a Casa Branca. "Para nossos aliados no Ocidente, há muitas oportunidades e vocês vão encontrar pessoas que concordam em ambos os partidos. Há um desejo de lutar contra a China e encontrar outros países como o Brasil para estar do lado dos EUA. A aliança contra a China para todos vocês traz enormes oportunidades de ser parte de algo grande", disse Jennings.

De acordo com Rosenberg, a reação de Biden representou um movimento mais agudo do que o país está acostumado a fazer em questões de comércio externo, o que pode refletir o redesenho em marcha de uma nova era econômica. "Estive envolvido em todos os contratos de comércio livre que temos hoje e o governo de Biden está indo atrás de uma estratégia diferente. Isso representa uma oportunidade para o Brasil porque estamos indo de uma era econômica para outra", afirmou.

Ao menos desde os debates para a criação da Área de Livre Comércio das Américas, em 1994, a América Latina não entra no radar dos EUA com maior relevância. As discussões sobre o bloco econômico foram encerradas em 2005. "Estamos em um período de transição nos EUA, o que aconteceu nesta semana foi um afastamento dramático das abordagens de praxe", afirmou Rosenberg.

O pacote da Casa Branca foi visto como resposta de Biden ao eleitorado que sente o avanço chinês e reclama dos efeitos sobre a geração de empregos e o comércio do país. As eleições devem ser acirradas, com o sentimento de revanche dos eleitores de Trump, e questões como o aborto e a queda da aprovação de Biden na esteira da pressão inflacionária.

País pode se destacar com economia verde

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil tem uma oportunidade única para ganhar protagonismo no cenário mundial com o avanço da economia verde, segundo Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master. "Tem o potencial de gerar renda e riqueza ainda maior do que foi advento do pré-sal no Brasil", disse ele durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA, destacando que o país pode ser um celeiro da produção mundial.

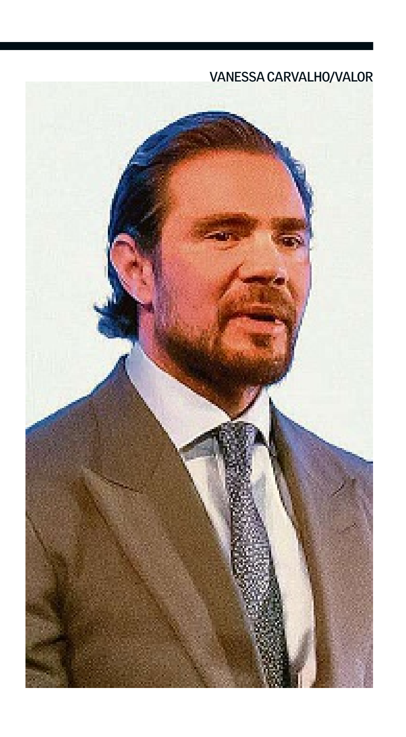
Vorcaro apontou qualidades do mercado nacional. Citou a Constituição de 1988, que garantiu direitos fundamentais aos cidadãos, a alternância de poder por governos de diferentes espectros políticos, a superação de diversas crises e a segurança jurídica. "Nos últimos 40 anos temos muita coisa para nos orgulhar", afirmou, no fórum.

No ano passado, Abrão Neto, CEO da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil), disse que empresas dos EUA têm interesse em aprofundar relações comerciais com o Brasil, especialmente em temas relacionados à economia verde, energias limpas e tecnologia sustentável. Companhias dos EUA já investiram cerca de R$ 30 bilhões em economia verde no Brasil, afirmou.

Em abril, o executivo do Master levou a visão de negócios do banco a outro encontro com lideranças em Nova York. Durante a Brazil Conference em Harvard e MIT, organizada por estudantes brasileiros em universidades americanas para debater temas ligados ao Brasil, ele dividiu um painel com Wellington Vitorino, fundador do Pro-Lider, que se dedica ao desenvolvimento de jovens gestores.

Vorcaro destacou que um dos focos do Master é ajudar empresas no acesso a financiamentos. "Temos que reconhecer também as evoluções no Brasil. Há 25 anos, quando comecei a jornada de empreendedorismo, a burocracia para desenvolver qualquer negócio era muito maior", lembrou. O executivo também é o maior acionista da Biomm, farmacêutica mineira que anunciou acordo para trazer um similar do Ozempic ao país. "Mas ainda há itens de trava, como o acesso a crédito e o custo de capital", continuou. "Várias empresas muitas vezes têm um bom plano, mas o custo de capital elevado e a ausência de acesso ao crédito acabam levando ao insucesso".

"Tem o potencial de gerar renda ainda maior do que foi advento do pré-sal" *Daniel Vorcaro*


VANESSA CARVALHO/VALOR

VANESSA CARVALHO / VALOR



Maria Luíza Filgueiras (à esq.) fez a mediação do painel com o consultor e ex-diretor da Aneel Edvaldo Santana e as pesquisadoras Carolyn Kissane e Luisa Palácios

Transição Brasil tem potencial para atrair grande parte dos recursos e diversificar setores da economia, afirmam especialistas

Energia verde depende de realocação de investimentos

Mário Camera
Para o Valor, de São Paulo

O mundo verá nos próximos anos um crescimento cada vez maior dos investimentos ligados à transição energética. O Brasil, com quase 80% de sua matriz energética limpa, tem potencial para atrair grande parte desses investimentos e diversificar variados setores da economia.

Para isso, será preciso rever políticas públicas, avaliar subsídios e realocar investimentos para áreas que, em princípio, não são percebidas como importantes para a chamada energia verde. Essa foi a principal conclusão dos participantes de um painel sobre o tema que fez parte do Summit Valor Econômico Brazil-USA, realizado em Nova York no dia 15.

"É uma oportunidade enorme em termos de quais são as tecnologias, quais são os sistemas, quais são os setores que vão ser disruptivos para o domínio dos combustíveis fósseis", explicou Luisa Palácios, uma das participantes do encontro e pesquisadora sênior do Centro de Política Global de Energia da Universidade Columbia.

Qualquer iniciativa política nesse sentido precisa ter credibilidade, disse Edvaldo Santana, consultor e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ele citou como exemplo de investimentos mal alocados a construção de linhas de transmissão para levar energia limpa do Nordeste até o Sul e o Sudeste.

"Costumamos dizer que a matriz energética brasileira é a mais limpa do mundo. Por que não utilizar isso para atrair mais investimentos? O Brasil prefere gastar R$ 10 bilhões por ano para construir linhas de transmissão para trazer a energia para o Sudeste e o Sul, do que investir em eletrificação do Nordeste, para atrair empresas que produzam bens descarbonados e gerar empregos ali", disse.

A demanda mundial por energia deve crescer anualmente de 1% a 1,5%, segundo projeções da Agência Internacional de Energia. Diante dos desafios da mudança climática e da importância de se mostrar responsável no tema, empresas têm buscado cada vez mais fontes limpas para seus negócios.

"E quais são os países que podem contribuir para alcançar essa demanda de maneira eficiente e com baixa emissão de carbono? Existem oportunidades significativas em todo o Brasil", disse Carolyn Kissane, especialista em geopolítica com foco em energia, segurança ambiental e mudanças climáticas da Universidade de Nova York.

Kissane explicou também como a transição pode atrair investimentos de setores menos óbvios. "É sobre entender como fazer tudo sustentável", disse a especialista, citando a construção de data centers como exemplo de oportunidades ligadas à transição energética.

"Empresas como Microsoft e Amazon estão procurando lugares para construir datacenters devido ao aumento da demanda. Isso demanda energia e eles realmente querem ir para lugares onde você tem acesso a energia com baixa emissão de carbono. O Brasil oferece um número de oportunidades diferentes", disse.

Copel, listada na Nyse, analisa novos leilões de transmissão e reserva

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O fortalecimento dos negócios entre empresas brasileiras e americanas é uma força para a expansão e a evolução do setor produtivo no Brasil, analisou Daniel Slaviero, CEO da Copel. "Ambos os países convergem na busca por uma matriz energética cada vez mais limpa e renovável", disse. A Copel, que atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, tornou-se, ainda na década de 1990, a primeira empresa do setor elétrico brasileiro a ser listada na bolsa de valores de Nova York (Nyse).

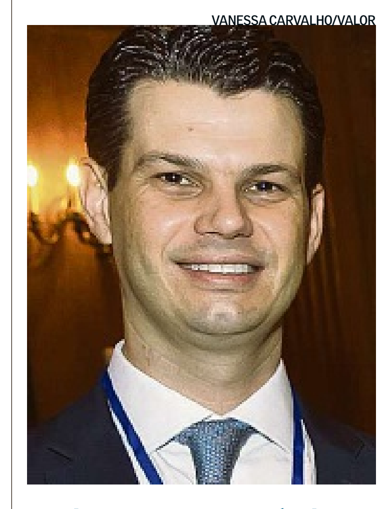
No Summit Valor Econômico Brazil-USA, Slaviero afirmou que a companhia analisa se vai participar do leilão de transmissão, em setembro. "Já vimos que tem um lote que tem muita sinergia com nossos ativos, que fica entre Paraná e Santa Catarina. Mas ainda não tomamos uma decisão, estamos avaliando", disse o executivo. Segundo ele, a agenda mais imediata é o leilão de reserva de capacidade, em agosto. Slaviero explicou que a Copel tem potencial para colocar mais duas turbinas na usina de Foz do Areia (PR), adicionando 900 megawatts (MW) à capacidade instalada. "A ideia é que participemos desse leilão com bastante competitividade", adiantou.

Com atuação em dez Estados (PR, GO, MA, RN, BA, MG, SP, SC, RS, e MT), a companhia tem 62 usinas próprias (18 hidrelétricas, 43 eólicas e uma térmica) e detém participação em outros 14 empreendimentos de geração de energia (uma usina térmica, oito hidrelétricas, quatro parques eólicos e um solar), totalizando capacidade instalada de 6.966,6 MW.

Nos últimos anos, a Copel tem firmado novos compromissos com a agenda de descarbonização. No final de 2023, fez o primeiro investimento em um fundo de venture capital corporativo (CVC) com foco em transição energética, o Copel Ventures I. Aplicou R$ 3,5 milhões na Move, uma startup de software de gestão de carregadores de veículos elétricos com sede em Florianópolis.

A Copel, criada em 1954 com controle acionário do Estado do Paraná, abriu o capital no mercado de ações em 1994 e foi privatizada em 2023. A marca também está presente, desde 2002, na Comunidade Econômica Europeia, quando ingressou no Mercado de Valores Latinamericanos (Latibex), de Madri, na Espanha.

VANESSA CARVALHO/VALOR



"Já vimos que há um lote que tem muita sinergia com nossos ativos"
Daniel Slaviero

Agronegócio Especialistas destacam que serão necessários grandes investimentos e que governos não conseguirão arcar sozinhos com os gastos

Ação conjunta pode garantir a segurança alimentar do mundo

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

Parceiros comerciais, Brasil e EUA deveriam reforçar sua relação em um setor em que concorrem diretamente, o agronegócio. Embora seja um importante motor da economia nacional, são os produtos de menor relevância nas exportações brasileiras para os americanos. Para os participantes do painel sobre agronegócios no Summit Valor Econômico Brazil-USA, realizado na semana passada em Nova York, o objetivo dos dois países deve ser a atuação conjunta para abertura de novos mercados e o investimento em pesquisas.

Para o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Serroni Perosa, apesar de não ser o principal mercado do agronegócio brasileiro, os EUA são um parceiro estratégico para o setor.

De acordo com Perosa, o governo brasileiro fez uma série de reuniões bilaterais com autoridades americanas para "retomar boas relações". "Precisamos abrir mercados. No ano passado tivemos o recorde de abertura de mercados, 78 no total, chegando a 120 neste ano", afirmou o secretário.

A aliança entre Brasil e Estados Unidos no agro também foi defendida pelo CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni. Segundo ele, os dois países precisam levar à frente a busca por mercados juntos e o aumento da produtividade e não apenas focar no mercado bilateral. "São duas potências agrícolas que deveriam fazer uma aliança porque têm muitas coisas em comum", disse.

O executivo ressaltou a importância da expertise dos dois países para o combate às mudanças climáticas e a segurança alimentar do mundo. Nos últimos 50 anos, desde a fundação da Embrapa, a produtividade agrícola no Brasil teve um grande aumento, o que tornou o país um dos principais no agronegócio mundial.

Perosa afirmou que um estudo do Banco do Brasil e da Embrapa aponta o caminho da recuperação


VANESSA CARVALHO/VALOR
Com mediação de Fernando Exman, do Valor, painel reuniu Roberto Azevêdo, Gilberto Tomazoni, Paulo Sousa e Roberto Perosa

de áreas de pastagem degradadas. "Não precisamos avançar sobre as florestas e podemos dobrar a produção brasileira em dez anos."

Tomazoni deu um exemplo de como os dois países podem agir juntos. "Quais são as emissões quando há a associação de bovinos com a produção de grãos e florestas? Estamos fazendo essa pesquisa aqui com a Universidade do Nebraska", disse. "Sustentabilidade tem tudo a ver com a produtividade. Os EUA têm a agricultura de precisão, o Brasil, práticas regenerativas."

Combater as mudanças climáticas e garantir a segurança alimentar, no entanto, não irá prescindir de grandes investimentos, lembrou o ex-diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sócio da YvY Capital, embaixador Roberto Azevêdo. "Serão necessários investimentos pesados, mas isso também não vai acontecer se contarmos apenas com governos. É preciso o setor privado", afirmou.

Brasil e EUA são concorrentes diretos em alguns dos mais importantes mercados de commodities agrícolas, como a soja, o milho e o algodão. Para Paulo Sousa, presidente da Cargill Brasil, o agronegócio brasileiro será uma "fonte do soft power" para o país. Ele lembrou que o setor foi um dos mais afetados pelas inundações no Rio Grande do Sul e acredita que os produtores precisarão de "crédito, renegociação de dívidas e facilidades na obtenção de seguro rural".

Para BID, é preciso estabilidade econômica e social

Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil pode atrair investimentos em diversas áreas da economia verde com grande potencial para o país, afirmou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, referindo-se a quatro setores principais: energia limpa, minerais essenciais como cobre e lítio, biodiversidade e segurança alimentar.

O "dever de casa" a ser feito para incrementar a capacidade de atrair tais oportunidades, segundo o ex-presidente do Banco Central, envolve estratégias para garantir a estrangeiros estabilidade, tanto econômica quanto em segurança. "Sempre que eu vou falar com empresários da Europa, Ásia, eu sento com o investidor, eu sento com empresários e sempre pedem: precisamos de estabilidade econômica, social, precisamos de estabilidade em segurança. Isso é uma questão importante", disse Goldfajn no Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York.

O caminho de preparação para o Brasil, segundo o presidente do BID, envolve aproveitar e investir em oportunidades regionais, crescentes em um mundo cada vez mais fragmentado. "Os investimentos em energia estão vindo para a América do Sul. Em alimentos, a mesma história. Tem muita oportunidade e você tem que ser capaz de atrair esses investimentos. Essa divisão [do mundo] estimula a integração regional na América Latina e Caribe".

Outro ponto importante, na visão de Goldfajn, é investir em reduzir a criminalidade e as preocupações com segurança na região, aspecto que também influencia a


VANESSA CARVALHO/VALOR
Flávia Barbosa, do "Globo", conversa com Ilan Goldfajn, do BID: atração de investimentos requer ações contra a violência

tomada de decisão de investidores. "Segurança e criminalidade viraram uma questão regional. A América Latina tem um terço dos assassinatos do mundo, com população muito menor. Estabilizar isso traz investimentos", afirmou. Uma vez atraídos tais investimentos, disse o presidente do BID, é importante investi-los no aumento de produtividade, principalmente em educação.

Ao comentar a tragédia do Rio Grande do Sul e a grande quantidade de eventos climáticos extremos que já atingiram países da América Latina desde que assumiu a presidência do banco de desenvolvimento, em 2022, Goldfajn destacou que é papel das instituições de desenvolvimento apoiar países para preparem-se para a nova realidade climática. O clima é uma das prioridades do BID, afirmou, fomentando investimentos em transição energética, contingência a desastres e infraestrutura resiliente aos novos tempos.

No auge da tragédia no Rio Grande do Sul, Goldfajn esteve no Brasil e anunciou um pacote de ajuda que pode chegar a R$ 5,5 bilhões, sendo uma parte em recursos imediatos, como ajuda humanitária, até financiamento para pequenas empresas.

Aegea busca agenda de sustentabilidade

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Apoiadora institucional do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar organizações na adoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável — com princípios em áreas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção — a Aegea tem marcado presença de forma constante em eventos sobre sustentabilidade. Mas a crise climática, que já estava na agenda da companhia, passou a tema central com as enchentes no Rio Grande do Sul.

A empresa, que atende mais de 31 milhões de pessoas em 507 cidades de 15 Estados, mobilizou forças-tarefa para restabelecer o abastecimento o mais rapidamente possível. E entre outras medidas, anunciou que vai zerar por seis meses a fatura dos que pagam tarifa social e moram em áreas inundadas.

Segundo o CEO da Aegea, Radamés Casseb, informou no Summit Valor Econômico Brazil-USA, as ações vão demandar investimentos extras da empresa que arrematou a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) em 2022, mas não mudam o planejamento feito à época da privatização, que prevê aportes de R$ 15 bilhões até 2033, prazo final para a universalização dos serviços de saneamento. "O investimento para reconstruir a infraestrutura está coberto por aparatos de risco e seguros."

Em 2023, por meio da sua concessionária Águas do Rio, a empresa foi reconhecida com a certificação internacional da Blue Dot Network pela participação em projetos de infraestrutura que impactam o meio ambiente e a economia. A Blue Dot Network é uma iniciativa multissetorial formada pelos EUA, Japão e Austrália, coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O projeto certificado, para melhoria do saneamento no Rio de Janeiro, inclui o programa Vem com a gente, que viabiliza o acesso à água e ao esgotamento sanitário em comunidades. Desde o início da operação, 250 mil famílias passaram a ter água tratada e encanada pela primeira vez.


LUCIANA WHITAKER/VALOR

"O investimento para reconstruir a infraestrutura [no RS] está coberto"
Radamés Casseb

Gerdau foca em energia limpa e recicla sucata

De São Paulo

Mais metade dos resultados da Gerdau vem hoje da América do Norte, em especial dos Estados Unidos, onde atua há 35 anos, segundo o CEO, Gustavo Werneck. "A América do Norte se tornou uma das áreas de maior crescimento da companhia, com 14 unidades de produção nos EUA, Canadá e México. Também é uma das líderes de mercado na região, na produção de alguns tipos de barras de aço e vigas estruturais", afirmou. A Gerdau está listada na bolsa de valores de Nova York (Nyse) há 25 anos.

Com capacidade para produzir nos EUA 5,4 milhões de toneladas de aço bruto e 4,5 milhões de toneladas de produtos acabados, a empresa tem oito unidades de produção no país, instalações de reciclagem de sucata e operações de "downstream" (que ocorrem após a produção principal). Do total de aço produzido por lá, 98% vêm de sucata reciclada. "Estamos entre as três maiores recicladoras de sucata da América do Norte, com 21 pontos de coleta de material nos EUA e Canadá", disse Werneck.

A fim de impulsionar os negócios bilaterais, Werneck disse que o governo brasileiro tem tarefas a fazer e muitas oportunidades na mesa. "Mas ressalto os gargalos na oferta de infraestrutura no Brasil, que impedem o país de ser competitivo", analisa. "Novos investimentos precisam ser destravados para que obras públicas, como de saneamento básico e rodovias, possam avançar."


VANESSA CARVALHO/VALOR

"Estamos entre as três maiores recicladoras da América do Norte"
Gustavo Werneck

Nos Estados Unidos, a Gerdau continua fazendo seu dever de casa, segundo o CEO. "Seguimos investindo na modernização das operações", garantiu, citando novos projetos na área de energia limpa.

"A empresa investiu na construção de um parque solar na cidade de Midlothian, no Texas", contou. "Com capacidade de 80 MW [megawatts], ocupa uma área de 3 milhões de m², ao lado da usina da Gerdau na cidade, e é uma das maiores instalações 'behind-the-meter' [atrás do medidor, do inglês, ou cuja energia gerada será utilizada sem o uso da rede pública] dos EUA." *(JS)*

JHSF amplia presença nos Estados Unidos

De São Paulo

Companhias brasileiras adquiriram, ao longo do tempo, competitividade e resiliência ímpares, muito em função da alternância frequente do cenário político-econômico local, disse Augusto Martins, CEO da JHSF Participações, durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York. "Essa capacidade é um diferencial, por si só", continuou. O grupo deve inaugurar seu segundo empreendimento hoteleiro nos Estados Unidos, agora em Miami, na Flórida.

Para ele, o avanço na segurança e na previsibilidade do ambiente de negócios, as reformas e a responsabilidade na política fiscal ajudarão no avanço do fluxo internacional de recursos para o Brasil.

As relações comerciais da empresa com os EUA começaram em 2021, com a inauguração do Fasano Fifth Avenue, em Nova York, em um dos quarteirões mais disputados do mundo — na Quinta Avenida, entre as ruas 62 e 63. O empreendimento de 15 andares é dividido em apartamentos duplex, com aproximadamente 330 m² de área cada um, e tem restaurante, bar e área para eventos. Em 2022, foi eleito pela revista "Vogue" americana uma das oito estadias de luxo mais memoráveis da cidade.

"Está em nossa estratégia de expansão internacional [ter] o Hotel Fasano em mais dois locais", disse Martins. A rede também está em Punta del Este, no Uruguai, e no ano que vem vai inaugurar em Londres sua primeira unidade na Europa. Além das inaugurações, o Fasano Fifth Avenue ganhou uma nova área de SPA, um ponto de F&B ("food and beverage" ou alimentos e bebidas, do inglês) e mais categorias de acomodação, detalhou o executivo.

Fundada em 1972, a JHSF atua no setor imobiliário de alta renda; opera em incorporação e renda recorrente, que inclui shoppings, hotéis, aeroporto, gastronomia e gestão de fundos, entre outros. Além de controlar a rede de hotéis Fasano no país, tem 50% do Shopping Cidade Jardim, na capital paulista, e é dona do São Paulo Catarina Aeroporto e da Fazenda Boa Vista, condomínio de 12 milhões de m² em Porto Feliz (SP). *(JS)*


VANESSA CARVALHO/VALOR

"Está em nossa estratégia [ter] o Hotel Fasano em mais dois locais"
Augusto Martins

Cenário Investimento privado depende de previsibilidade, afirma Roberto Azevêdo, ex-diretor da OMC

Transição energética demanda regulação

Fernando Exman
De Nova York

Ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo afirma que os investimentos em transição energética não ocorrerão espontaneamente, e, portanto, é preciso discutir marcos regulatórios que deem previsibilidade para o setor privado.

Esse debate, argumenta, também passará por alianças estratégicas que não são óbvias, pois demandará um entendimento entre países que muitas vezes competem no comércio internacional em determinados mercados. Em outra frente, tem que envolver os investidores, uma vez que é o setor privado quem está realmente fazendo as contas para ver a viabilidade dos projetos.

Diplomata de carreira, Azevêdo chegou ao posto de embaixador, depois passou a trabalhar na iniciativa privada e hoje é sócio da YvY Capital. A seguir, os principais trechos da entrevista ao **Valor**, após participação no Summit Valor Econômico Brazil-USA:

Valor: *Como resistências à globalização colocadas por alguns atores da cena internacional podem interferir nos esforços para a atração de investimentos verdes?*

Roberto Azevêdo: O maior problema de você captar o investimento do setor privado é dar a ele uma equação financeira que seja viável. Que ele veja oportunidade não só de investimentos que levam à transição para economia verde, mas que também são um bom negócio para eles. Isso não vai acontecer espontaneamente. Você vai ter que encontrar um marco regulatório, uma discussão que leve a esse marco regulatório. O governo muitas vezes toma medidas, mas às vezes está olhando mais para o lado climático e aí se esquece da equação do produtor. Às vezes, está olhando só para o produtor, mas aí se esquece da questão climática. Como é que você harmoniza essas coisas? Esse tipo de diálogo é importante e o contexto internacional é fundamental.

Valor: *Mas como viabilizar uma convergência desse tipo, em meio às dificuldades dos organismos multilaterais e tendências isolacionistas de alguns países?*

Azevêdo: Esse unilateralismo e essas medidas que estão pipocando nesses países, muito na Europa e copiado por outros países de uma certa forma, eu não digo que inviabilizam, mas certamente não ajudam.

Valor: *Por exemplo?*

Azevêdo: Energia renovável. Quando você tem um grupo como a União Europeia que só fala de energia solar e eólica, ela deixa de fora tudo o que tem a ver com resíduos orgânicos, biocombustíveis de qualquer geração, de primeira geração ou de segunda geração, e baixa pegada de carbono. Tudo isso é ignorado porque não é um modelo que se que se viabiliza na União Europeia. Os países tendem a procurar replicar os seus modelos mundo afora, mas isso não é bom para o comércio internacional e seguramente não é bom para o agronegócio brasileiro. Nós temos que responder a esse tipo de coisa tentando encontrar alianças, e eu acho que ainda tem espaço para mais.

Valor: *Mas como conseguir fazer alianças com países que, em muitos casos, concorrem com o Brasil?*

Azevêdo: Com os Estados Unidos, no setor de carnes temos uma competição muito forte nos mercados externos, no Japão, na Coreia e em vários países mundo afora. Isso é normal, é natural, faz parte da competição. Mas tem outras áreas de interesse comum. Biocombustíveis, por exemplo, é uma área extraordinária para termos sinergias. Então, em vez de nós ficarmos discutindo se o meu etanol pode entrar aí e o seu não entra aqui, se a sua regulamentação não favorece o meu [produto], vamos pensar também em como que nós podemos viabilizar um mercado global de biocombustíveis que não afete a segurança alimentar e mantenha os preços estáveis. É procurando alianças com os Estados Unidos, com Índia, que não são alianças óbvias. Pelo contrário. E isso passa por um diálogo com o setor privado também porque é ele, no fundo, quem está com o papel e o lápis fazendo a conta para ver se a equação fecha.

VANESSA CARVALHO/VALOR



“Biocombustíveis, por exemplo, é uma área extraordinária para termos sinergias”

Valor: *Por outro lado, os europeus têm sido bastante agressivos quando falam de desmatamento e rastreamento de produtos...*

Azevêdo: O Brasil não é a favor do desflorestamento. Nunca fomos. Mas a mudança do uso da terra, independentemente se é na Amazônia, no Cerrado ou no sertão, já tem uma conotação negativa, quando no fundo para uma agenda ambiental, climática e de biodiversidade, o que você quer ver é, objetivamente, se essa mudança de uso da terra está sequestrando mais carbono ou menos. Está emitindo ou está sequestrando? Viabilizando uma função social mais ampla? Alimentando e dando condições de vida melhor para uma região ou não? Você não pode ignorar esses elementos. Esse tipo de coisa precisa ser melhor avaliada.

Valor: *Há gente no governo que pretende acelerar a tramitação de marcos regulatórios no Congresso Nacional para que eles sejam, de alguma forma, um parâmetro para as negociações internacionais. Com a sua experiência, o senhor acha viável essa estratégia?*

Azevêdo: A pressa não pode ser inimiga do bom. A gente tem que ter certeza de que o que nós viermos a fazer está dando a sinalização correta e adequada tanto para o sistema produtivo interno quanto para o exterior. O que eu tenho grande dificuldade é quando, às vezes na pressa, a gente tenta copiar modelos importados sem ter um esforço criterioso e crítico para ver se efetivamente aquilo atende à realidade brasileira.

Valor: *O Brasil preside temporariamente o G20 e vai realizar em breve uma COP em Belém. Como esses dois fatores podem influenciar as discussões e dar tração ao debate sobre investimentos verdes?*

Azevêdo: São momentos muito importantes em que nós poderíamos — e eu tenho certeza que o governo está pensando nisso — tentar narrativas, declarações e conceitos que possam ser colocados com mais massa crítica. Que não seja o Brasil na presidência apenas falando isso, mas que seja um grupo grande de países ou um grupo de países com peso específico elevado, apresentando conceitos, caminhos e avenidas de avanço que não sejam as tradicionais ou as que vêm sendo impostas pelo Norte. Quando falo aqui “Norte” não estou fazendo geopolítica, eu estou falando de uma realidade econômica, social, climática e geográfica completamente diferente da nossa.

Valor: *A polarização política tem afetado de alguma forma a tomada de decisão dos investidores quando se fala em investimentos em transição energética?*

Azevêdo: O investidor olha para muitas coisas, mas duas delas são fundamentais. A primeira é a lucratividade do investimento. O investimento tem que ser rentável. Mas, você apenas dar a rentabilidade para o investidor não é suficiente, se você não der para ele também uma expectativa de que aquilo será longevo. Que não é uma regulamentação que vai durar um ano ou dois anos, que mudou o governo e muda tudo. Isso, para o investidor, é um pecado capital. As duas coisas têm que estar ali. Você tem que ter um incentivo econômico e você tem a previsão de durabilidade da medida. Então, no Brasil ter um consenso político de que certas coisas são boas para o país e que a gente se desapega um pouco da polarização e da ideologização desse debate é muito saudável para o país e para os investimentos que são necessários para acontecerem no Brasil.



Copel soma R$ 12,7 bi em investimento, o maior da história

Companhia do Paraná sustenta obras de geração, transmissão e distribuição de energia, com cerca de 70% do valor aplicado em modernização e ampliação da infraestrutura

Nos últimos anos, a economia do Paraná vem se fortalecendo. Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu 5,8% — o dobro da média nacional. Se a atividade produtiva do estado vem sustentando resultado tão expressivo, é, em parte, graças ao esforço da Copel, maior empresa paranaense, que tem realizado melhorias constantes nas estruturas de geração, transmissão e distribuição de energia, setor vital para o desenvolvimento.

Do início de 2019 até o final de 2024, a Copel terá somado R$ 12,7 bilhões em investimentos, sendo R$ 8,8 bilhões, ou aproximadamente 70% do total, aplicados em obras de modernização e ampliação da infraestrutura elétrica no Paraná. Só neste ano, quando completa 70 anos de existência, a companhia está aplicando R$ 2,4 bilhões em recursos, sendo R$ 2,1 bilhões direcionados à distribuição de energia.

Nesses seis anos, os valores se traduziram em 26 novas subestações entregues, 18 em construção e outras 80 com capacidade de fornecimento de energia duplicada. “No planejamento do atual ciclo de investimentos, priorizamos a distribuição, que reduz custos e atende melhor o cliente”, informa Daniel Slaviero, presidente da empresa desde 2019.

No Paraná, a companhia atende quase a totalidade da população, de 11,5 milhões de pessoas, distribuídas em 5,1 milhões de unidades consumidoras.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Parte importante dos recursos incluídos no plano estratégico da companhia é destinada a dois dos principais programas de atualização da rede elétrica no estado. Com o Paraná Trifásico, a companhia está investindo R$ 2,7 bilhões, até 2025, para construir 25 mil quilômetros de redes trifaseadas no campo — um suporte importante para o agronegócio, que representa uma das principais forças motrizes do PIB do estado. Até agora, foram concluídos 16,3 mil quilômetros, com previsão de chegar a 20 mil até o final do ano.



“No planejamento do atual ciclo de investimentos, priorizamos a distribuição, que reduz custos e atende melhor o cliente”

DANIEL SLAVIERO, PRESIDENTE DA COPEL

Outro programa que leva tecnologia e benefícios para a população é a Rede Elétrica Inteligente, lançada em 2020. Por meio dela, a companhia já instalou 750 mil medidores inteligentes em imóveis no Paraná.

Cada equipamento funciona como um microcomputador que se comunica de forma autônoma com o centro de operações da Copel. Ainda em 2024 serão mais de 1 milhão de medidores instalados. “O Paraná Trifásico é o maior programa do gênero na América Latina”, afirma o presidente da companhia. “E a Rede Inteligente visa promover a integração automatizada, com operação remota, que permite ao cliente acompanhar o próprio consumo.”

DIVULGAÇÃO



Rede do Paraná Trifásico, localizada em Francisco Beltrão (PR)

E complementa: “A empresa também desenvolve soluções inovadoras no setor elétrico, como um software que utiliza IA para antecipar o impacto de tempestades sobre a rede e sistemas de baterias gigantes que podem fornecer energia em caso de desligamentos”.

INFRAESTRUTURA EXPRESSIVA

Atualmente, a Copel administra 75 usinas entre próprias e em parcerias com outras empresas, que somam quase 7 GW de potência instalada. O parque é constituído principalmente por usinas hidrelétricas e complexos eólicos. “Existe uma demanda crescente de energia, especialmente a renovável. A Copel tem dado essa resposta com o maior programa de desenvolvimento da sua história. Também trabalha para se tornar 100% renovável, resultado de um esforço para se desfazer dos ativos baseados em combustíveis fósseis”, afirma.

A Copel foi, ainda, a primeira empresa a vender energia no ambiente de contratação livre, em 1999. Em 2016, criou uma comercializadora para atuar no mercado livre de energia, que hoje é uma das maiores do país. Atualmente, a comercializadora da companhia atende aproximadamente 1,7 mil consumidores de 24 estados brasileiros.

“O Paraná cresce com a força da Copel, que tem um papel decisivo no desenvolvimento estadual”, diz o presidente. “A empresa sustenta uma visão de longo prazo, apoiada num olhar para o cliente, o investidor, o colaborador e a sociedade.”

Estados Tarcísio de Freitas espera dobrar a capacidade de investimento paulista com concessões, privatizações e PPPs

Aos investidores, governadores defendem agenda liberal

Cristiane Agostine
De São Paulo

A uma plateia de empresários e investidores brasileiros e americanos, no Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York, sete governadores brasileiros defenderam uma agenda de concessões, privatizações e parcerias público-privadas (PPPs) para ampliar os investimentos nos Estados que comandam. Os chefes dos executivos estaduais citaram a necessidade de medidas duras, como ajuste fiscal e reforma administrativa, para equilibrar as contas e dessa forma se tornarem atrativos para investidores.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por exemplo, aposta em uma agenda liberal para dobrar a capacidade de investimento do Estado nos próximos anos, com a realização de concessões, privatizações, Parceria Público-Privadas (PPPs), além de uma reforma administrativa para reduzir o tamanho da máquina pública. A principal bandeira do governo paulista é a venda da Sabesp, que deve ter a operação concluída em junho.

Em sua fala no Summit, Tarcísio disse que mais de R$ 300 bilhões de investimentos devem ser contratados no Estado nos próximos anos. "Para fazer tanto investimento, era preciso estruturar o Estado. Estamos agindo na redução do custeio, cortando cargos. No ano passado fizemos uma 'perna' da reforma administrativa e diminuímos 20% dos cargos", disse Tarcísio. "Estamos investindo na extinção de órgãos, fazendo uma análise econômica de cada um dos benefícios tributários, extinguindo os que não fazem sentido, renegociando a dívida do Estado com a União, vendendo imóveis, fazendo concessões, privatizações para que a gente possa mais do que dobrar a capacidade do Estado de fazer investimentos", afirmou.


VANESSA CARVALHO/VALOR

> "Estamos agindo na redução do custeio, cortando cargos"
> *Tarcísio de Freitas*

O governador paulista declarou ainda que São Paulo tem buscado eliminar a burocracia e "tornar mais fácil a vida do investidor". "Procuramos trazer o máximo de investimento no menor tempo possível", disse . Ele ressaltou a primeira privatização de seu governo, com a venda da Emae em abril. Afirmou que o próximo leilão de privatização será o da Sabesp. A operação está prevista para junho.

Aos investidores, Tarcísio disse que o Estado tem um programa "muito ambicioso" de investimentos em infraestrutura e citou como exemplo os trens intercidades, a expansão das linhas do metrô e a conclusão do Rodoanel, que circunda a região central da Grande São Paulo. O governador afirmou ainda que a gestão fará PPPs na área social. "Vai ter Parceria Público-Privadas de parque, de educação, de habitação", afirmou. "Estamos investindo muito na parceria com o setor privado. A gente sabe", disse.

RJ aposta em vocação energética e tecnológica

Camila Zarur
De Rio

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), defendeu o Estado como um dos que têm maior potencial de investimento no país. Durante participação no Summit, o chefe do Executivo fluminense afirmou que, na perspectiva da reforma tributária, o Rio é o segundo maior mercado consumidor do Brasil. "Então, na perspectiva da teoria do destino, o Rio tende a ser, nos próximos anos, um dos Estados com maior potencial de investimento", disse Castro.

O governador também defendeu o que chamou de vocação energética do Rio. Segundo Castro, o Estado é responsável por 85% da produção de petróleo e de cerca de 77% de gás natural do país. Além disso, está tentando a primeira planta de eólica offshore.

"A única planta de eólica offshore em teste hoje fica no Rio de Janeiro", disse Castro, que exaltou os investimentos do Estado no Porto de Açu, no norte fluminense, por produção energética. Castro também afirmou que, em termos de equilíbrio fiscal, o Rio de Janeiro se encontra em um bom momento. Ainda aproveitou o evento para fazer uma leve crítica à dívida do Estado com a União.



VANESSA CARVALHO/VALOR
Castro: vocação energética do Rio

O governo do Rio enfrenta um embate judicial para revisar os débitos federais do território fluminense. "Rio de Janeiro, diferente de tempos recentes, vive um momento de equilíbrio fiscal, sobretudo se não fosse a questão da dívida [com a União]. O Rio passou três anos no perfeito equilíbrio", disse.

Além disso, Castro disse que está investindo em governança digital e citou dados do aumento de abertura de empresas no Estado. Ele afirmou que, só em abril, foram mais de 7 mil novos CNPJs na Junta Comercial do Rio (Jucerja). "Éramos o 23º e 24º colocados na abertura de empresas e empregos até 2021. Há dois anos ocupamos a segunda colocação [do ranking nacional] nesses dois quesitos."

Pará negocia 2 milhões de toneladas de carbono

Diogo Max
De Nova York

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), afirmou que o Estado encerra em junho a comercialização de dois milhões de toneladas de carbono. Cada tonelada saiu por US$ 15.

O Estado, segundo ele, possui 156 milhões de toneladas de carbono a serem comercializadas até 2026, montante acumulado entre 2017 e 2021. "Já iniciamos este processo. Nós estamos encerrando agora em junho a primeira comercialização de dois milhões de toneladas. Cada tonelada a US$ 15, o que permite inclusive que seja o piso mais elevado de comercialização de crédito jurisdicional de carbono", afirmou Barbalho, durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York.

Os recursos arrecadados, segundo o governador, serão distribuídos com os "povos tradicionais", isto é, entre indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. "O Estado que possui 75% do seu território de floresta nativa apostou que seria viável a construção de uma nova economia verde", afirmou. Além disso, Barbalho disse que o Pará fará a primeira concessão de 10 mil hectares de áreas de restauro do Brasil no segundo semestre deste ano.


VANESSA CARVALHO/VALOR
Barbalho: nova economia verde

"Esta concessão, por exemplo, representa em 40 anos a redução e a captura de carbono que se assemelha a 2,5 milhões de viagens de uma aeronave entre Belém e São Paulo. Aquilo que aeronave fará representa o que estará sendo preservado e capturado de carbono nesta primeira experiência de concessão de 40 anos", afirmou. Segundo ele, a expectativa é que o Estado arrecade com essa iniciativa R$ 1,7 bilhão, com taxa de retorno que varia de forma conservadora entre 12% e 16%, tendo uma geração de mais de 3 mil empregos.

Mendes, do MT: país pode liderar agro por décadas

Fernando Taquari
De São Paulo

O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), disse que o Brasil tem potencial para liderar o agronegócio no mundo nas próximas décadas diante de um quadro crescente de mudanças climáticas. Durante sua fala no Summit Valor Econômico Brazil-USA, Mendes ressaltou que o país possui uma grande capacidade de produzir alimentos e pode garantir a segurança alimentar no planeta.

Esse protagonismo, ponderou o governador, vai exigir que o país encontre um novo modelo de desenvolvimento sustentável e avance na mesma dimensão de suas capacidades e competências, o que não tem ocorrido ultimamente, em sua opinião.

"Quando olhamos para o mundo e, principalmente, para a Ásia, percebemos que muitos países conseguiram um modelo de desenvolvimento sustentável que ao longo das últimas décadas tem permitido uma grande transformação. O Brasil caminha numa velocidade menor", afirmou Mendes. "Se não formos capazes de encontrar um modelo de desenvolvimento um pouco mais acelerado, essa distância provavelmente aumentará nos próximos anos."


VANESSA CARVALHO/VALOR
Mendes: política fiscal rígida no MT

Para uma plateia de empresários e investidores, o governador observou que o Mato Grosso tem a honra de "ser o Estado com a maior presença do agronegócio brasileiro" e que liderar esse setor traz uma enorme responsabilidade. Lembrou ainda que no começo de sua gestão foi obrigado a fazer uma política fiscal rígida.

"Com isso, conseguimos garantir um modelo de investimento com capital próprio, que hoje gravita em torno de 20% da receita. Ou seja, 20% daquilo que arrecadamos de impostos está se transformando em investimentos."

Caiado, de GO, quer ações duras para atrair aportes

Luciana Marinelli
De São Paulo

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), afirmou que são necessárias "medidas drásticas", como ajuste fiscal e reforma administrativa, para atrair investimentos e realizar plenamente o potencial de cada Estado. Ele também defendeu independência de ação em relação à União para fazer avançar as políticas desenhadas para Goiás.

"O potencial de cada Estado depende da conduta de cada governador, isso depende muito daquele que tem a coragem de assumir medidas duras, para poder, mesmo perdendo musculatura política, mostrar que o caminho é este", afirmou Caiado, durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA.

Segundo ele, alcançar posição de referência em educação, saúde, segurança e inclusão social depende de "medidas drásticas, que têm relação com o ajuste fiscal, que nós fizemos, reforma da previdência, e também uma reforma administrativa restrita ao nosso Estado. Redistribuímos incentivos, para que não houvesse uma sobrecarga maior em benefício de A em detrimento de B."


VANESSA CARVALHO/VALOR
Caiado: autonomia para governadores

"Se tem um custo Brasil, esse custo tem de ser diminuído em cada Estado e, modéstia à parte, nós estamos fazendo nossa tarefa de casa", acrescentou Caiado, mencionando também o incentivo à industrialização e à liberdade econômica, para diminuir burocracias para as empresas. Ele citou ainda a necessidade de ações na área de segurança para redução desse custo Brasil e disse que essa é uma prioridade em sua gestão.

Caiado defendeu mais autonomia para os governadores e ressaltou também o potencial do Brasil para atender a demanda global por energia verde, com fontes como biomassa e etanol.

Riedel destaca MS como potência agroambiental

Álvaro Campos
De Nova York

O governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), afirmou que o Estado é uma potência agroambiental. "Não são termos antagônicos", comentou durante o Summit Valor Econômico, em Nova York. Segundo Riedel, a agricultura tropical brasileira é muito diferente daquela em países de clima temperado, em termos de pega de carbono. "Temos nas nossas práticas relações de competitividade diferentes do que muitas se vê precificado pelo mundo afora. Isso, talvez, seja uma das nossas grandezas".

Riedel apontou que nos últimos dez anos o Mato Grosso do Sul passou de 22 milhões para 17 milhões de hectares de pastagem, ainda assim com aumento da produção. "Crescemos 6,5% no ano passado, e este ano a previsão é de 5,8%. É a demonstração que estamos na direção certa."

O Estado, disse Riedel, tem investido para melhorar a infraestrutura e elevar a produtividade, com custos mais baixos. Para isso, também conta com a participação do setor privado. Ele lembrou que no segundo semestre deste ano o Estado vai leiloar 900 quilômetros de rodovias e mencionou o projeto de uma ponte com o Paraguai para criar outras alternativas de escoamento da safra.


VANESSA CARVALHO/VALOR
Riedel: leilão de 900 km de rodovias

Riedel apontou que a questão ambiental também pode ser vista como um ativo, como oportunidade de investimento. "Nossa lei ambiental talvez seja um exemplo para o mundo", disse, ressaltando que o estoque de carbono do Estado é um diferencial competitivo.

Ratinho Jr. vê ambiente político como trunfo no PR

Cristiane Agostine
De São Paulo

O governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), afirmou que o ambiente político do Estado é propício aos empresários e à atração de investimentos. Ao participar do evento Summit Valor Econômico Brazil-USA, Ratinho Junior disse que as disputas políticas ficam em segundo plano no Estado e fez uma forte defesa da agenda de privatizações e concessões no Paraná.

"Não gastamos tempo brigando politicamente. O governador se dá bem com o presidente da Assembleia, com o presidente do Tribunal de Justiça, com os órgãos de regulação e isso cria um ambiente de paz política para o investidor, que quer trabalhar, pagar seu imposto e gerar o seu emprego", disse. "Além disso, construímos um ambiente que facilita a vida de quem quer vir investir no Paraná, fazendo com que o Estado não seja um problema para o investidor."

O governador listou alguns dos atrativos econômicos do Estado, como ser o maior gerador de energia do país. "18% de toda energia do país é produzida no Paraná e 98% dela é energia limpa. Temos um dos maiores percentuais [de energia limpa] do planeta", disse. "Além disso, somos um grande polo de produção de alimentos. Somos o maior produtor de proteína animal e o segundo maior produtor de grãos do Brasil. Temos industrializado tudo isso para fazer que o valor agregado da produção do agro possa ficar no Estado, gerando emprego, renda e aumentando o valor do produto a ser vendido", disse Ratinho Junior.


VANESSA CARVALHO/VALOR
Ratinho: 98% de energia limpa no PR

Cidade de São Paulo fala em frota verde, e Rio, em tech

Luciana Marinelli e Fernando Taquari
De São Paulo

Em busca de investidores, representantes das prefeituras de São Paulo e do Rio Janeiro presentes do Summit apresentaram indicadores econômico e exaltaram a importância das respectivas capitais para diversos setores da economia nacional como atestados de solidez.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Luiz Fernando Arellano, ressaltou a descarbonização da frota de ônibus da cidade como o principal projeto de investimento para os próximos anos. Segundo ele, são necessários R$ 35 bilhões até o fim de 2035 para a substituição completa da frota.

Já Alexandre Vermeulen, presidente da Invest.Rio, listou algumas iniciativas da prefeitura do Rio para tornar o município um polo de tecnologia. Entre os exemplos mencionados, Vermeulen destacou a inauguração do hub de inovação Porto Maravalley, capitaneado pela nova faculdade de matemática IMPA.


VANESSA CARVALHO/VALOR
Arellano: descarbonizar frota em SP


VANESSA CARVALHO/VALOR
Vermeulen: Rio, polo de tecnologia

Geopolítica América Latina é a mais recente fronteira de embates entre as maiores potências globais

Fator China muda dinâmica de relacionamentos

Vivian Oswald
Para o Valor, de Brasília

O anúncio do início das obras da montadora chinesa Build Your Dream (BYD) no complexo de Camaçari, na Bahia, é prova de que os tempos são outros. É a maior fábrica de veículos elétricos do mundo, nascida e criada na China, a instalar-se no lugar da Ford. Um dos símbolos máximos do período da industrialização brasileira e da influência dos Estados Unidos no Brasil, a americana foi a primeira automotora a fincar pé no país em 1919. Deixou-o em 2021.

A América Latina — o Brasil em especial — tornou-se a mais recente fronteira de embates entre as duas maiores potências econômicas globais. No foco da disputa estão interesses econômicos despertados sobretudo pelas oportunidades oferecidas pela transição energética e a busca por áreas de influência em um novo contexto geopolítico.

“A América Latina ganha nova dimensão num mundo que funciona na direção da economia de baixo carbono por causa dos minerais. É alvo de interesses estratégicos de certas empresas, como essas de automóveis, baterias e outras. A atratividade da América Latina passou a ser muito, muito maior do que era. E aí, os olhos, as atenções e as ações passam a estar muito voltados para garantir espaço de permanência na região. É imensa a atenção americana nesse sentido”, diz o conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) Marcos Caramuru, que foi diretor executivo do Banco Mundial, em Washington.

Ex-embaixador do Brasil na China, onde morou por 12 anos, Caramuru afirma que na Ásia há um contexto de dependência econômica e estrutural da China, para comércio, investimentos etc. Mas a segurança depende dos Estados Unidos. Na América Latina, não há a questão da segurança envolvida, segundo ele. É mais penetração econômica. Para Caramuru, governos e think-tanks dos dois lados se debruçam sobre os passos um do outro. Historicamente, os Estados Unidos nunca perderam o Brasil de vista. O maior país da região em que mantêm sua hegemonia manteve boas relações nos últimos 200 anos, com altos e baixos, mais e menos proximidade, mas sempre caminharam par e passo.

“Para os americanos, até agora havia a garantia de que se trata de uma região independente, mas em tese pró-americana por estar no continente americano. Repete seu modelo político. Quase todos os países são presidencialistas. É onde o setor financeiro americano sempre atuou com muita tranquilidade, na Argentina, Peru, Colômbia, Brasil. Eles querem garantir isso ao mesmo tempo mesmo que a América Latina começa a achar que o seu futuro é mais ligado à China, pelo comércio, investimentos e até pela sua nova atratividade no mundo”, destaca.

Para Matias Spektor, professor de relações internacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pesquisador visitante na Universidade de Princeton, nos EUA, é natural que a América Latina, e o Brasil em especial, sejam menina dos olhos de Washington e Pequim hoje. Afinal, são celeiro de energia, seja na forma de proteína animal, vegetal ou de baterias de lítio e condutores de cobre. Mas ele destaca uma outra dinâmica dessa competição, que envolve uma disputa entre as três grandes potências do dia — EUA, Rússia e China — a respeito da esfera de influência que Moscou e Pequim, estão tentando construir, no caso chinês, e reconstruir, no caso russo.


GABRIEL DE PAIVA/ AGÊNCIA O GLOBO

> “A atratividade da América Latina passou a ser muito maior do que era” *Marcos Caramuru*

“Entre 1989 e 2014, não havia essa disputa. A única grande potência no sistema internacional eram os EUA. Em 2014, Vladimir Putin começou para valer a reconstruir a esfera de influência perdida com o fim da União Soviética. A marca disso é a ocupação da Crimeia”, diz Spektor. Também desde 2014, segundo ele, Pequim vem tentando transformar o mar do sul da China num Caribe chinês, tentando, na medida do possível, reduzir a dependência que aquela parte do mundo tem dos EUA.

“Esse foi o pano de fundo de algo fascinante: Rússia e a China, sabendo que os EUA fariam de tudo para impedir esse processo de construir esferas de influência, os dois redobraram a aposta em América Latina, que é esfera de influência dos EUA. E convém a eles ter presença político-diplomática e econômica pesada na América Latina”, diz. Spektor destaca que a Rússia é a principal provedora de armamento e treinamento militar para a Venezuela, onde tem uma operação de inteligência pesada. Mas a China tem influência muito mais extensa hoje na região.

“É hoje o principal comprador e investidor de 2/3 dos países da América Latina. Da mesma maneira compraram a fábrica da Ford, os chineses são donos de 1/3 da distribuição de energia elétrica do Brasil e de boa parte da distribuição de todos os países da América do Sul. Têm uma base de observação espacial na Patagônia argentina. Estão investindo na expansão de portos em toda a América Latina, no lado Atlântico e no Pacífico. Conseguem a anuência dos latino-americanos para a maior parte da agenda de política externa chinesa. Conseguiram virar muitos países da América Latina que reconheciam Taiwan e não o fazem mais.”

Para Spektor, a disputa entre americanos e chineses trás para a região uma tensão que já não se vê desde a Guerra Fria. Ele lembra que governo Javier Milei, na Argentina, acaba de anunciar a criação de uma base militar com os americanos em Ushuaia, a primeira na América do Sul, desde a última, que foi desmantelada no Equador. “Essa dinâmica é muito perversa. Traz para a América Latina o choque entre as duas potências e termina obrigando os países da região a fazer uma escolha. O nosso ambiente externo está ficando mais estreito. Quanto mais competição entre China e Estados Unidos, mais demanda tem por alinhamento de um lado e do outro, mais difícil fica cooperar, eu acho.”

Para Kerry Brown, diretor do Instituto Lau China de King's College London, o contexto mudou de maneira dramática. Se historicamente, a China enxergava a América Latina como área de influência americana, fatos recentes mostram que já não é o caso. É um lugar onde a China sente que pode investir, fazer coisas, ter relações, e que não pertence aos EUA, mas que os têm como grande parceiro.

“Mas não acho que seja uma relação chave para a China, mas útil, em boa medida”, diz Brown.

Ele vê menos riscos de segurança, mas ressalta cuidados. “O seu desenvolvimento econômico faz parte da sua segurança. A China meio que oferece algo que não pode simplesmente ser descartado. Se você disser que isso não é uma oportunidade, está assumindo um grande risco. É negar um tipo de possibilidade, quando ela pode ser muito boa para você. A maioria dos países luta com essa necessidade constante de equilibrar suas relações com EUA e China. Para ser honesto, não creio que os países possam escolher entre os dois. O que precisam fazer é ter uma espécie de estratégia”, diz.

Brown afirma que é preciso que saibam o que querem de Washington e de Pequim e ver como equilibrar isso. “Em algumas áreas haverá conflito, tensões. Pode haver áreas em que você simplesmente não pode ter investimentos da China, que os EUA consideram grande risco de segurança. Fazê-lo poderia significar envolver-se. Por exemplo, em equipamentos de alta tecnologia, telecomunicações. Mas na maioria das áreas você pode continuar tentando equilibrar o relacionamento sem fazer uma escolha, que provavelmente não poderia ser feita de qualquer jeito”, afirma.

Diplomacia Ex-embaixador no Brasil vê benefícios na transição energética e em cadeias de valor globais

Parceria com EUA é mais vantajosa, diz Shannon

Ricardo Balthazar
Para o Valor, de São Paulo

Os Estados Unidos têm condições de oferecer ao Brasil vantagens maiores do que as proporcionadas por seu envolvimento crescente com a China, afirma o ex-embaixador Thomas Shannon, por anos um dos principais formuladores da política dos EUA para a América Latina.

Na sua opinião, uma parceria com os Estados Unidos abriria caminho para ganhos expressivos em duas áreas críticas, o desenvolvimento de novas tecnologias para a transição energética e uma integração mais profunda do setor produtivo brasileiro com cadeias de suprimento globais.

Shannon reconhece que vários fatores — da volta do protecionismo à preocupação dos EUA com sua segurança e a tensão causada pelas guerras na Ucrânia e em Gaza — impedem parcerias muito ambiciosas agora, mas acha que os dois países ganhariam com uma maior aproximação.

Diplomata de carreira, Shannon foi embaixador dos EUA no Brasil por quase quatro anos, de 2010 a 2013, e foi secretário de Estado assistente para a América Latina de 2005 a 2009. Ele se aposentou em 2018 e atualmente trabalha para o escritório de advocacia Arnold & Porter.

Para Shannon, a integração maior do Brasil com a China é inevitável, mas os EUA não deveriam se recolher. "Precisamos estar preparados para competir", diz. "E precisamos estar preparados para mostrar ao Brasil que a relação com os Estados Unidos produz resultados." A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:



BENEDIKT VON LOEBELL/ WORLD ECONOMIC FORUM

Shannon: EUA precisam encontrar maneiras de trabalhar com países como Brasil, Argentina e Chile para garantir acesso a minerais críticos, como lítio e cobre

Valor: *A mudança de governo no Brasil e a boa relação estabelecida desde o início pelos presidentes Lula e Biden pareciam abrir caminho para parcerias na transição energética, na integração de cadeias de valor e em outras áreas. O sr. acha que os dois países souberam aproveitar a oportunidade?*

Thomas Shannon: Estamos aproveitando o máximo que podemos, dadas as circunstâncias. Vivemos tempos muito agitados. O governo Lula tem trabalhado para restabelecer a presença brasileira nos assuntos internacionais. O governo Biden tem lutado para buscar financiamento para a Ucrânia no Congresso dos EUA, além de lidar com as consequências dos ataques de 7 de outubro no sul de Israel e a guerra em Gaza. Esses eventos têm absorvido muita energia. Mas eu acho que os dois governos deixaram claro do que são capazes. O acordo feito em setembro para promoção de direitos dos trabalhadores mostra a disposição dos dois lados para trabalhar com questões sociais e econômicas importantes, que geram benefícios significativos para nossos cidadãos. Para mim, isso é indicativo do potencial que poderia ser realizado se ambos os governos conseguissem se manter focados nisso. A questão é manter o foco.

Valor: *Há grande identidade entre os objetivos da nova política industrial americana e as aspirações brasileiras em muitas áreas, em especial no que diz respeito à transição energética. Mas parece que o protecionismo e as preocupações dos EUA com sua segurança têm impedido uma cooperação mais profunda. O sr. concorda?*

Shannon: De certa forma, sim, mas de outra, não. Quando esses programas foram discutidos no Congresso americano, isso foi feito de forma muito estreita, pensando nos Estados Unidos, em seus mercados e seus interesses. Hoje, os responsáveis percebem que isso provavelmente foi um erro, e que os EUA precisam encontrar meios de expandir esses programas se quiserem atingir seus objetivos.

Cada vez mais, os Estados Unidos precisam encontrar maneiras de trabalhar com países como o Brasil, a Argentina, o Chile e outros para garantir acesso a minerais críticos, como lítio e cobre, e energia, com a finalidade de fazer avançar nossos interesses mais amplos de segurança nacional. E também para criar cadeias de suprimentos seguras, que podem e devem ser construídas dentro do nosso hemisfério. O Brasil seria um parceiro muito atraente para isso.

Valor: *Com a proximidade das eleições presidenciais, não parece um bom ano para fazer essa revisão no Congresso americano.*

Shannon: Não é, mas ao mesmo tempo o governo Biden tem mostrado disposição para enfrentar essas questões mais difíceis, enquanto busca maneiras

> "Precisamos mostrar ao Brasil que a relação com os EUA produz resultados significativos"

de mostrar que é capaz de trabalhar com aliados e parceiros para lidar com preocupações globais.

Valor: *Nos dois primeiros mandatos de Lula, no início dos anos 2000, houve esforço para promover cooperação no desenvolvimento de biocombustíveis, mas as barreiras comerciais e a oposição dos produtores de etanol nos EUA obstruíram a ideia. Vê alguma lição aqui?*

Shannon: Bem, que a política nacional importa, assim como os interesses econômicos nacionais. Mas estamos em um momento importante no desenvolvimento da economia global. A transição energética é real. Criar e garantir ecossistemas inovadores para o desenvolvimento de tecnologia é uma necessidade. Embora os governos estejam mais focados no desenvolvimento econômico nacional, muito do que queremos fazer em nossos países não pode ser feito sem parceiros.

Acredito que isso tenha sido entendido em todos os níveis. Especialmente à medida que continuamos preocupados com o papel da China na economia global, a construção de parcerias com países como o Brasil deve ser central no desenvolvimento da nossas próprias economias.

Valor: *A China é o maior parceiro comercial do Brasil e se tornou um grande investidor em energia, telecomunicações e outras áreas. Isso causa preocupação nos EUA?*

Shannon: Em um nível, o aprofundamento dessa relação é inevitável. A China é a segunda maior economia do mundo. É um parceiro comercial importante para o Brasil e é líder em tecnologias que são muito importantes para a transição energética. Dito isso, a parceria com os Estados Unidos oferece mais em termos de inovação tecnológica e valor agregado. E também oferece mais em termos de ajudar a conectar o Brasil com cadeias de suprimentos globais.

Nenhum de nós vai desaparecer. Ambos estaremos presentes no Brasil, e o Brasil vai procurar obter vantagens com esses dois relacionamentos. Isso significa para os EUA que precisamos estar preparados para competir. E precisamos estar preparados para mostrar ao Brasil que a relação com os Estados Unidos produz resultados significativos.

Valor: *A China também está ampliando investimentos no México, ao reorganizar suas próprias cadeias de suprimentos. Pode haver reflexos no Brasil e em outros países da América Latina?*

Shannon: Não sei se essa estratégia pode ser replicada no Brasil. O interesse da China no México tem a ver com o acordo comercial que temos com México e Canadá e o comércio que já existe em nossa fronteira. No ano passado, o México ultrapassou a China e se tornou nosso principal parceiro comercial. Então, a China está procurando uma maneira de entrar nesse mercado ao se estabelecer no México. Mas não estou certo de que eles conseguirão fazer isso por muito tempo, porque haverá resistências no Congresso americano, com certeza.

Valor: *A falta de alinhamento entre o Brasil e os EUA em questões como as guerras em Gaza e na Ucrânia atrapalha?*

Shannon: Depende de como imaginamos essa parceria. Se pensarmos em termos de comércio e negócios, há maneiras de administrar as diferenças que surgiram. Mas essas diferenças têm que ser administradas com muito cuidado, por causa do seu impacto global. Os Estados Unidos entendem a invasão da Ucrânia pela Rússia como uma agressão pura e simples, algo totalmente contrário às normas do direito internacional e que não pode ser tolerado. Nesse sentido, países que escolhem ver isso de forma diferente, ou pensam que há alguma maneira de encobrir o horror do que a Rússia fez, terão que lidar com o impacto disso não apenas no governo, mas também no Congresso e mais amplamente no público americano.

Dito isso, diferenças políticas entre Brasil e Estados Unidos não são novidade. Tivemos que enfrentá-las ao longo de muitas décadas quando se trata de assuntos internacionais. Sempre conseguimos administrá-las para que não prejudiquem aspectos essenciais do relacionamento.

Valor: *Em 2022, o pronto reconhecimento do resultado das eleições brasileiras pelos EUA foi importante para deter articulações golpistas no fim do governo Bolsonaro. Mas o ex-presidente e seus seguidores ainda têm força eleitoral, como Donald Trump nos Estados Unidos. De que forma Brasil e EUA poderiam cooperar para enfrentar novas ameaças à democracia?*

> "Muito do que queremos fazer em nossos países não pode ser feito sem parceiros"

Shannon: Tanto o presidente Biden quanto o presidente Lula deixaram muito claro que querem ser capazes de cooperar em prol da democracia nos dois países. Mas a polarização política e partidária em ambos os países é uma realidade, e o será por muito tempo. Nesse sentido, Estados Unidos e Brasil se espelham, porque somos grandes democracias continentais. Acho que ambos vamos experimentar muita turbulência política ao longo das próximas décadas.

Valor: *Décadas?*

Shannon: Acho que vai demorar para as coisas se estabilizarem. E nesse processo os dois países chegarão a um novo entendimento político de si mesmos. O governo Bolsonaro mostrou ao mundo que um país que todos achavam que era de esquerda era, na verdade, de direita.

De forma semelhante, nos Estados Unidos, a popularidade do presidente [Barack] Obama e a força do Partido Democrata em áreas urbanas e nas duas costas mascararam a deterioração do partido no coração do país e a ascensão do Partido Republicano em muitos Estados.

A celebridade política alcançada por Lula e Obama nos primeiros anos de seus governos mascarou mudanças políticas profundas que ocorreram nos dois países e só recentemente vieram à tona. Isso só poderá ser resolvido por meio de eleições, dentro das instituições democráticas e da ordem constitucional. É nisso que Brasil e EUA precisam se concentrar.

Valor: *Um desempenho econômico melhor pode ajudar?*

Shannon: Crescimento econômico é importante, mas acho que há mais do que isso. Os governos também têm que se mostrar capazes de realizar coisas em áreas como segurança, educação e saúde. A pandemia de covid-19 teve um impacto profundo na política, porque abalou a confiança das pessoas em seus governos, nos partidos e nas instituições.

Acho que ambos os países precisam se concentrar em como mostrar aos seus povos que a democracia pode realizar coisas e entregar resultados. Se os governos não puderem realizar coisas, os eleitores vão procurar os resultados em outro lugar.

Valor: *O que uma vitória de Trump neste ano significaria para o mundo e, em particular, para o relacionamento dos EUA com o Brasil?*

Shannon: Significaria que o governo Biden foi um interregno, um momento em que os Estados Unidos tomaram fôlego antes de deflagrar sua próxima grande mudança. E acho que quase certamente sinalizaria anos de conflito político nos EUA. O que provavelmente enfraqueceria nossa posição internacional. Para o Brasil, seria um grande impulso para os partidos de centro-direita, que veriam isso como sinal de que um retorno ao governo seria possível.

Valor: *E se Biden for reeleito?*

Shannon: Se Biden tiver sucesso, acho que será um evento estabilizador. As pessoas saberão que os Estados Unidos permanecerão engajados globalmente pelos próximos quatro anos. Para o Brasil, em particular, significará que o presidente Lula estará muito mais confortável com seus parceiros americanos.

Acredito que o relacionamento EUA-Brasil é fundamental para a diplomacia do século XXI, e que o Brasil vai desempenhar um papel importante, não apenas como parceiro dos Estados Unidos, mas também como intermediário entre os EUA e a China e o resto do mundo. Quase como um amortecedor. Outras potências regionais farão isso também, como Índia e Indonésia, mas o Brasil conhece bem e entende os Estados Unidos. Nós ajudaremos, à medida que o Brasil se engajar com o resto do mundo.

Fim de sobretaxa para tubos de aço terá pouco efeito

Allan Ravagnani
De São Paulo

Mesmo com uma política muito protecionista para sua indústria siderúrgica, em janeiro de 2024, os Estados Unidos revogaram a cobrança de uma sobretaxa de 103,4% sobre a importação de tubos de aço fabricados no Brasil. A notícia foi bem recebida, pois há uma projeção de aumentar em 25% a exportação desse produto, no entanto, os especialistas ouvidos pelo **Valor** acreditam que o incremento real será pouco relevante para o setor como um todo.

Para se ter uma ideia, no ano de 2023 o Brasil exportou para todo o mundo cerca de US$ 24 milhões em tubos de aço, e desse total, apenas 2% foram destinados aos Estados Unidos, algo em torno de US$ 500 mil, segundo os dados da Câmara Americana de Comércio (Amcham).

Considerando todas as exportações do setor siderúrgico, o Brasil embarcou US$ 16,7 bilhões de produtos em ferro fundido, ferro ou aço em 2023, sendo 44% somente para mercado americano, valor que corresponde a US$ 7,3 bilhões. O Brasil é atualmente o nono maior produtor de aço bruto do mundo, com 21 usinas espalhadas pelo país.

Ou seja, as exportações globais dos tubos de aço brasileiro representaram 1,4% de todos os embarques do setor siderúrgico brasileiro em 2023, enquanto que a parcela destinada aos EUA representou apenas 0,003% do montante.

A medida antidumping sobre os tubos de aço vigorava desde 1992, no entanto, os EUA não retiraram as sobretaxas sobre os outros produtos do setor, como pelotas de aço e laminados. Mesmo assim o Brasil foi o único país a ter uma medida antidumping do setor revogada pelos EUA. Outros países ainda possuem sanções sobre esses produtos, como Índia, México, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) afirmou ao Valor que a revogação da taxa configura um resultado positivo para a relação entre os dois países, no entanto, as exportações do produto seguem limitadas pelas cotas impostas pelo governo americano, de 2.865 toneladas por ano.

O diretor de relações governamentais da Amcham, Fabrizio Panzini, diz que a retirada da sobretaxa sobre os tubos brasileiros é uma medida importante a se reconhecer, pois uma taxa adicional de mais de 100% é um valor muito relevante e que acabava travando as exportações brasileiras. "No entanto, a exportação de tubos soldados de aço para os Estados Unidos nunca foi muito grande, o maior volume desse produto exportado foi de US$ 15 milhões no ano de 2007, então não dá para esperar que o incremento nas vendas de tubo de aço em 2024 seja muito relevante."

Panzini ressalta também que a relação entre Brasil e EUA na siderurgia é longa e muito relevante para a indústria de aço brasileira, lembrando que foram os EUA, por meio do Ex-Im Bank, que financiaram a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941. "Além disso, a relação dos dois países nesse setor vem crescendo, em 2019, por exemplo, as vendas do Brasil para lá representavam 34% das exportações do setor, já em 2023 o número foi para 44%, um aumento de quase 10 pontos percentuais", diz.

Outros analistas também não esperam um grande impacto com a medida anunciada em janeiro. "Não deixa de ser uma conquista do Brasil, mas foi apenas um item específico, não é sobre todo o mercado de aço, fizeram uma concessão sobre um item que não é tão importante assim", afirma o economista Igor Lucena, doutor em relações internacionais e CEO da Amero Consulting.

Segundo Lucena, é provável que as exportações de tubos de aço devam aumentar cerca de 25% em 2024, o que não é suficiente para impactar o mercado brasileiro de aço como um todo.

Agronegócio Entidades dos dois países unem esforços para buscar mais dinamismo no comércio e desenvolver novos mercados

Grupo binacional tenta destravar investimentos

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

Entidades representativas do agronegócio brasileiro e americano trabalham em uma aproximação estratégica com os objetivos de destravar transações entre os dois países e também unir esforços para reduzir protecionismos praticados por terceiros, principalmente na Europa e Ásia. "Temos um interesse comum na liberação do comércio agrícola mundial", diz Caio Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

A iniciativa teve início há três anos e conta com o apoio de representantes brasileiros na Organização Mundial do Comércio (OMC) e é acompanhada pelo Itamaraty. Carvalho prefere não divulgar nomes das organizações envolvidas antes de uma reunião de formalização do grupo prevista para ocorrer no segundo semestre nos Estados Unidos. Ele informa, porém, que estão envolvidas algumas das principais entidades empresariais americanas e brasileiras do agronegócio.

Na pauta das discussões está a busca de pontos convergentes na ótica de mercado, consumo e investimentos entre as empresas dos dois países, ampliando as oportunidades de negócios e de desenvolvimento tecnológico conjunto. Para isso, o grupo pretende atrair grandes universidades e instituições de pesquisas.

"A ideia é avaliar as oportunidades de expansão da troca comercial de produtos básicos e processados, mas também de agregar valor à biomassa produzida nos dois países, com o desenvolvimento de soluções de biotecnologia e bioenergia", diz Carvalho.

Um exemplo de iniciativa com potencial de unir esforços de brasileiros e americanos é o desenvolvimento da cadeia produtiva de combustível sustentável de aviação, conhecido no mercado pela sua sigla em inglês SAF (Sustainable Aviation Fuels), obtido com o processamento de biomassas em substituição aos derivados de petróleo.

O grupo também pretende alcançar posicionamentos conjuntos que sejam capazes de influenciar os respectivos governos a reduzirem barreiras tarifárias e não tarifárias para o comércio agrícola entre os dois países e realizar ações para a abertura de outros mercados. "Não podemos ficar parados, esperando a ação governamental", diz Carvalho.

A expectativa do grupo é que após as tratativas iniciais o Brasil seja capaz de agregar à mesa de negociação os demais países do Cone Sul, enquanto que os EUA atrairiam representantes do México e do Canadá, seus maiores parceiros agrícolas.

O presidente da Abag acredita que a iniciativa de aproximação entre as lideranças empresariais terá um "efeito disruptivo" na relação comercial agrícola entre brasileiros e americanos, tanto pelo aumento da troca de mercadorias como em investimentos.

Brasil e EUA são dois grandes produtores agrícolas e lideram as vendas internacionais do agronegócio. Em 2023 o agronegócio brasileiro exportou US$ 166,5 bilhões, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), e os americanos exportaram US$ 178,7 bilhões no ano fiscal encerrado em setembro, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Em muitos mercados, produtores dos dois países concorrem diretamente. É o que ocorre em soja, milho, algodão e carnes.

Os EUA, porém, são grandes importadores de alimentos, compraram US$ 195,4 bilhões no ano fiscal de 2023 e a previsão do USDA é de importações de US$ 201 bilhões em 2024.

O Brasil não tem sido capaz de explorar as oportunidades do mercado americano. Historicamente, o país atende por volta de 3% das compras internacionais dos EUA. Em 2023 a participação foi de 3,2%, resultado de embarques que somaram US$ 9,8 bilhões.

Mesmo assim, os Estados Unidos foram o segundo principal destino dos produtos agropecuários brasileiros, comprando 5,90% das exportações do país.

Quando se considera os países da União Europeia como um bloco só, os americanos caem para o terceiro posto. Os 27 países europeus compram US$ 21,57 bilhões, sendo destino de 13% das exportações brasileiras. Os chineses compraram US$ 60,24 bilhões, 36,2% do total exportado pelo Brasil.

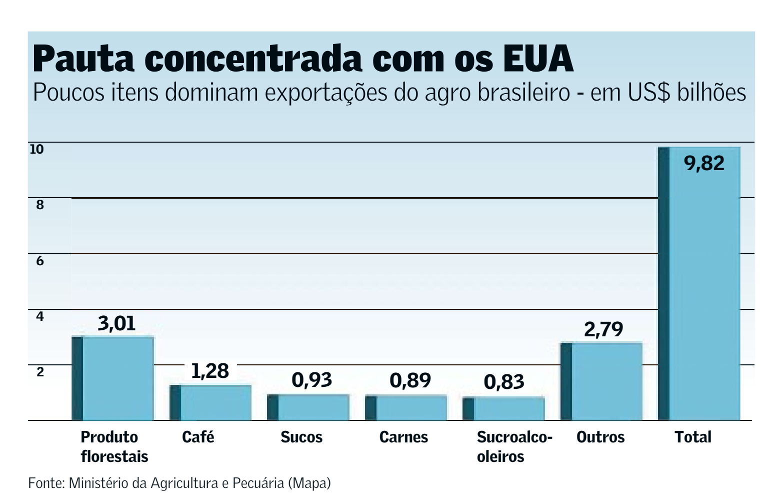
As vendas agropecuárias brasileiras aos EUA estão concentradas em poucos itens. Produtos florestais, principalmente celulose, café verde, carnes, suco de laranja e etanol respondem por quase 70% dos embarques.

"O Brasil se especializou em exportações de commodities agrícolas, para alcançar um maior espaço no mercado americano precisaria investir no desenvolvimento de cadeias produtivas mais sofisticadas", diz Leandro Gilio, pesquisador do Insper Agro Global.

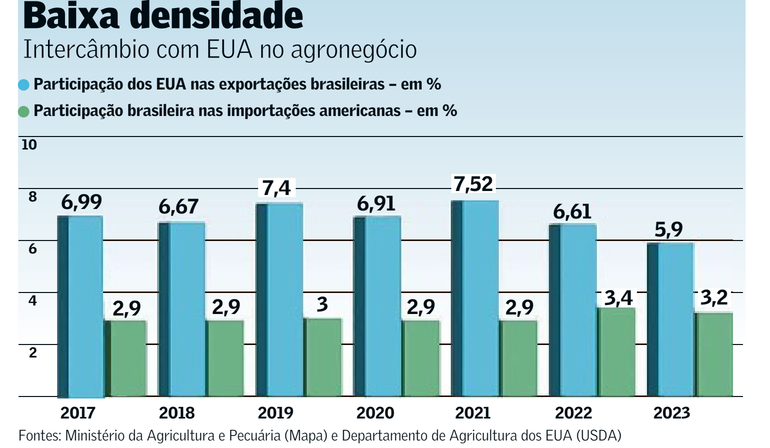
Frutas, laticínios, café torrado, chocolates, biocombustíveis e pescados são alguns dos mercados que o Brasil poderia explorar nos Estados Unidos. "Precisamos também de acordos comerciais que abram mercados para produtos brasileiros mais elaborados. Não temos", diz Gilio.

DIVULGAÇÃO

Caio Carvalho: "Interesse comum na liberação do comércio agrícola mundial"



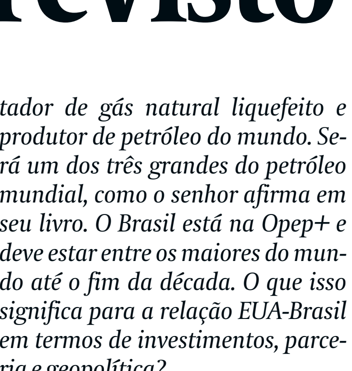
Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa)



Fontes: Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)

Entrevista Segurança energética ganha importância com maior competição entre as potências

Transição energética será mais complicada que o previsto



Vivian Oswald
Para o Valor, de Brasília

Uma das maiores referências do mercado de energia do mundo, o especialista americano Daniel Yergin alerta que a transição energética será multidimensional e mais complicada do que se imaginava. A segurança energética, afirma, provou-se parte importante desta equação, sobretudo após os conflitos na Ucrânia e no Oriente, e deve ser pensada não apenas em termos de petróleo e gás, mas de electricidade, pois há uma procura maior de energia por conta da inteligência artificial (IA). Neste contexto, o autor do livro "O Novo Mapa: Energia, Clima e o Conflito entre Nações" (2023) avalia que Brasil e Estados Unidos têm papéis importantes a exercer e grandes oportunidades de parceria.

"A partilha do progresso tecnológico em áreas como hidrogênio e captura de carbono será uma área fundamental para a cooperação", disse, em entrevista ao **Valor**. Ele fala em "onda do hemisfério ocidental", com crescimento dramático na produção de petróleo sobretudo nos EUA, Guiana, Canadá e Brasil, e destaca que este último tornou-se um dos principais players na renovação do desenvolvimento offshore, importante foco de investimento e de redução da volatilidade dos preços do óleo, ao ajudar a mitigar o potencial de picos em momentos de tensão geopolítica. Mas enfatiza que a crescente concorrência entre detentores de recursos pelo investimento internacional obriga países como o Brasil a manterem-se competitivos e com estabilidade fiscal e na área da regulamentação.

Vice-presidente da S&P Global e vencedor do Pulitzer com o livro "Petróleo" (2012), ele recomenda reflexão, políticas cuidadosas e habilidade de Estado para que Brasil e América Latina encontrem equilíbrio na busca por relações produtivas em meio ao cabo-de-guerra entre EUA e China. Segundo ele, o mundo passou de uma era de consenso da Organização Mundial de Comércio (OMC) — crença no benefício comum de um mundo aberto e globalizado— para uma era de competição entre grandes potências.

Valor: *Os EUA são o maior exportador de gás natural liquefeito e produtor de petróleo do mundo. Será um dos três grandes do petróleo mundial, como o senhor afirma em seu livro. O Brasil está na Opep+ e deve estar entre os maiores do mundo até o fim da década. O que isso significa para a relação EUA-Brasil em termos de investimentos, parceria e geopolítica?*

Daniel Yergin: O equilíbrio de poder no mercado petrolífero global mudou nos últimos dois anos devido ao que chamo de "onda do hemisfério ocidental", o crescimento dramático na produção de petróleo. Tem sido liderado, claro, pelos EUA, que quase triplicaram sua produção desde 2008 e agora são, de longe, o maior produtor mundial. Juntamente com a Guiana e o Canadá, o crescimento do Brasil tem sido muito significativo, o que contribuirá para seu crescimento econômico.

O Brasil é um dos principais players na renovação do desenvolvimento offshore e um importante foco de investimento, contribuindo para a estabilidade no mercado mundial de petróleo. Dadas as duas guerras, no Oriente Médio e na Ucrânia, a produção do Brasil reduziu a volatilidade do petróleo e ajudou a mitigar o potencial para grandes picos de preços em momentos de grande tensão geopolítica. Isto reflete a preocupação do Brasil com a acessibilidade energética e o acesso à energia por países em desenvolvimento. Até o momento a indicação é que o Brasil não participará dos cortes de produção da Opep+. Manter as escolhas de produção nas mãos do Brasil certamente apoiará as ambições do país de atingir o seu potencial e ser uma fonte de crescimento.

Valor: *Especialistas falam em uma cooperação EUA-Brasil na frente petrolífera nos próximos anos. Isso seria viável?*

Yergin: Não vejo potencial para uma grande cooperação na frente petrolífera entre EUA e o Brasil enquanto governos. A verdadeira cooperação é o grau em que o Brasil continua atraindo investimentos e fluxos de tecnologia de empresas internacionais. A concorrência entre os países detentores de recursos pelo investimento internacional tornou-se muito mais intensa à medida que empresas se tornaram mais seletivas, e é extremamente importante permanecer competitivo e manter a estabilidade nos regimes fiscais e de regulamentação.

O Brasil tem sido líder na América Latina na atração de investimentos. Isso apoiou transferências de tecnologia, como o apoio às metas do Brasil para a descarbonização no setor. Minha empresa tem valorizado a oportunidade de trabalhar com a Petrobras em estudos sobre o potencial de captura de carbono e hidrogênio. Esse tipo de colaboração é o que garantirá benefícios financeiros e econômicos ao Brasil nos próximos anos.

Valor: *Seria mais um campo de competição entre os dois?*

Yergin: A diversificação na produção global de petróleo e gás é boa para os mercados internacionais, para o Brasil e para os EUA. O investimento e a produção por parte de muitos países ajudam a garantir a estabilidade nos mercados. Em tempos de instabilidade geopolítica global, como agora, empresas de energia responsáveis, como a Petrobras, que desenvolvem estratégias de investimento transparentes e alinhadas com avaliações da demanda global, proporcionam o tipo de resiliência de que necessitamos. Volto ao meu exemplo da onda do hemisfério ccidental. Trata-se de uma grande contribuição para a estabilidade e para a segurança energética da comunidade global.

> "O equilíbrio de poder no mercado petrolífero global mudou"
> *Daniel Yergin*

Valor: *Como o senhor vê a mudança na transição energética?*

Yergin: Muito do pensamento sobre a transição foi desenvolvido e aguçado durante a covid, quando a procura por energia estava a cair e os preços, em colapso. Levou ao pensamento linear de que a transição energética poderia desenrolar-se como uma linha num gráfico e que a segurança energética não era um problema. Agora vai ficando claro que será uma transição multidimensional, que se desenrolará de diferentes formas em todo o mundo e que será mais complicada. A segurança energética aplica-se não só ao petróleo e ao gás, mas também à electricidade, com aumentos acentuados na procura de energia decorrentes da inteligência artificial. O gás natural e o petróleo continuarão a desempenhar um papel importante. Há preocupações crescentes sobre a disponibilidade de minerais necessários para a transição.

E, o mais importante: tornou-se evidente uma divisão norte-sul na transição energética, uma vez que os países do sul [global] também têm de se concentrar no crescimento econômico, na redução da pobreza e na melhoria da saúde. O que funciona para a Europa não funciona necessariamente para África. Assim, a transição energética vai se desenrolar a ritmos diferentes, com diferentes combinações de tecnologias e com diferentes combinações de prioridades.

Valor: *Neste contexto, quais os papéis a serem desempenhados pelo Brasil e pelos EUA?*

Yerging: Como grandes países que são, simultaneamente, consumidores e produtores, têm papéis importantes. O Brasil possui grandes recursos naturais que contribuem para a gestão do carbono e também possui grande capacidade técnica. Os Estados Unidos têm mercados de capitais profundos e, com a histórica Lei de Redução da Inflação, estão colocando recursos financeiros para trabalhar em todo o espectro energético. A partilha do progresso tecnológico em áreas como o hidrogênio e a captura de carbono será uma área fundamental para a cooperação. O Brasil já possui uma das matrizes energéticas com menores emissões do mundo, devido ao enorme uso de energia hidrelétrica. Mas as secas afetaram a viabilidade da energia hidráulica, deixando clara a necessidade de gás natural ou armazenamento de baterias para ajudar a estabilizar os sistemas energéticos do Brasil no futuro. Estas são áreas em que a S&P global tem grande experiência, e acolhemos com satisfação oportunidades de compartilhar insights nessas áreas com o Brasil, especialmente no contexto de seu papel de presidente do G20.

Valor: *Qual é a diferença entre a transição energética atual e as anteriores?*

Yergin: Isso é algo em que me concentrei no [livro] "Novo Mapa". Queria entender como ocorreram as transições energéticas, já que todos falam em transição energética sem um entendimento histórico. Acho que essa é uma das seções mais importantes do livro e peço às pessoas que a leiam com atenção. As transições energéticas anteriores levaram um século e foram, na verdade, acréscimos de energia — uma fonte em cima da outra. O ano passado foi o maior consumo de carvão da história, três vezes o que foi na década de 1960. Esta transição energética deve acontecer ao longo de um quarto de século, até 2050, e transformar completamente o que hoje é uma economia mundial de mais de US$ 105 trilhões. Se você olhar dessa maneira, dirá que é ambicioso. E veja que cinco países que produzem 45% das emissões — China, Indonésia, Nigéria, Índia e Rússia — têm metas para 2060 ou 2070!

Valor: *Brasil e Estados Unidos pode trabalhar juntos em energias renováveis? Onde e como uniriam forças?*

Yergin: Não faltam empresas que trabalham e investem em energias renováveis. É importante ter o apoio institucional. É uma questão de garantir que o financiamento esteja disponível e que o custo do capital seja acessível aos países em desenvolvimento. O Brasil fez do acesso ao financiamento energético uma questão importante para o G20. O Azerbaijão tem o financiamento da energia como a principal questão da COP29, em novembro. Com a sua presidência da COP30 em 2025, o Brasil terá uma oportunidade contínua de deixar uma marca importante nesta questão, para reunir as questões de sustentabilidade, acessibilidade, disponibilidade, segurança energética e competitividade que são tão críticas para a transição energética. Serão necessários grupos de trabalho sobre inovação tecnológica e financeira para satisfazer as ambições, em particular, dos países em desenvolvimento.

Valor: *Na era da transição energética, o Brasil é uma potência líder. A China investe muito no país. O Brasil pode se tornar uma das frentes de batalha EUA-China?*

Yergin: Sim, o Brasil pode ser líder. Absolutamente. Mas, na sua pergunta anterior, você levantou uma questão crítica que contribuirá muito para definir o mundo futuro. A forma como enquadro o problema no "Novo Mapa" é que passamos da era do "Consenso da OMC" — que é a crença no benefício comum de um mundo aberto e globalizado — para uma era de competição entre grandes potências. E essa concorrência entre os Estados Unidos e a China está cada vez mais intensa, agravada pela invasão da Ucrânia pela Rússia e pela polarização resultante, incluindo o efeito sobre a Europa. Afeta não só as despesas militares, mas também a tecnologia, o investimento, o comércio, os minerais e o protecionismo. E agora até mesmo a indústria transformadora verde.

Ouço repetidamente dos líderes da Ásia, África e América Latina que não querem ser apanhados no meio da arena competitiva entre os Estados Unidos e a China. Querem relações produtivas tanto com os Estados Unidos como com a China. Isso será um desafio para o Brasil e outros países, e será necessária muita reflexão, políticas cuidadosas e habilidade de estadista para encontrar o equilíbrio certo nesta nova era.

DIVULGAÇÃO



Para Daniel Yergin, Petrobras tem grande contribuição para a estabilidade dos preços mundiais de petróleo e para a segurança energética global

Busca de influência em Washington ainda é tímida

Diego Viana
Para o Valor, de São Paulo

Empresas, associações de classe e representantes de governos de todo o mundo se acotovelam em Washington no esforço de influenciar a formulação das leis americanas. A prática do lobby, regulamentada por uma lei de 1995, envolve dezenas de escritórios grandes e pequenos na capital dos Estados Unidos e movimenta quase US$ 2 bilhões por ano, segundo estudo publicado pela Bloomberg em 2022.

O Brasil, porém, é tímido em fazer lobby no Capitólio, de acordo com diplomatas, especialistas e ex-lobistas. Escritórios permanentes na capital americana, como o da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), foram fechados, e hoje as empresas só contratam escritórios especializados quando têm alguma pauta específica e urgente para tratar.

A iniciativa mais importante do lobby brasileiro foi a Brazilian Industries Coalition (BIC), registrada no Congresso em 2008, segundo a lei americana, e dissolvida em 2018. A BIC era derivada de uma iniciativa anterior, o Brazil Information Center, criado em 2000 como parceria entre a embaixada brasileira e empresas brasileiras atuantes nos Estados Unidos, com a finalidade de disseminar informações sobre o Brasil.

Segundo o internacionalista Diego Bonomo, que liderou a entidade nos primeiros anos, o custo anual de manter o escritório permanente em Washington girava em torno de US$ 600 mil. Empresas brasileiras podiam pagar anuidade entre US$ 10 mil e US$ 45 mil para usar os serviços do escritório. Os alicerces da BIC eram a CNI, a ApexBrasil, o BNDES e a Fiesp.

A entidade atuou em episódios como o contencioso do algodão, em que uma disputa na OMC em torno de subsídios americanos ao produto foi encerrada com um acordo, em 2014. Uma das últimas ações da BIC ocorreu no caso das tarifas que o ex-presidente Donald Trump impôs à importação de aço. Após negociações, o Brasil foi poupado da medida protecionista.

Para seus associados, a BIC indicava os escritórios locais mais adequados a determinadas demandas. "Existem lobistas especializados em setores, em países, em ramos do governo. Sem orientação, a empresa pode contratar qualquer um e não tem resultado", explica Bonomo. Ele cita ainda atividades menos visíveis, mas de grande impacto. O serviço de pesquisa do Congresso produz centenas de relatórios, memorandos e análises por ano, usados pelos congressistas para propor ou votar nos projetos de lei. "Um dos resultados da BIC foi aumentar o número e a qualidade das publicações sobre o Brasil. A consciência sobre as políticas e os interesses do país aumentou consideravelmente."

Apesar do custo aparentemente baixo, o escritório fechou as portas por dificuldades de financiamento. Para uma empresa brasileira ou uma entidade de classe, o custo em dólar é significativo. Para piorar, nos últimos anos de funcionamento a BIC deixou de contar com os aportes da Fiesp e da ApexBrasil. "Com isso, fazer lobby nos EUA ficou mais caro. O que a empresa pagava por ano à BIC, agora paga em um mês a uma empresa local", diz.

Segundo o embaixador Rubens Barbosa, que comandou a embaixada em Washington entre 1999 e 2004, um motivo para a ausência de lobby brasileiro é cultural. "Historicamente, nós não atuamos assim", diz. "Para fazer lobby em Washington, é preciso se registrar e obedecer a uma série de regras, mas isso nunca se consolidou como uma prática brasileira."

Ele questiona a efetividade dos investimentos de outras nações na busca de influência em Washington. Países como Turquia, Coreia do Sul e Reino Unido dedicam quantias anuais que podem chegar a US$ 20 milhões, de acordo com a ONG Open Secrets, que recolhe dados de lobbies registrados. "Quando estava em Washington, conversei com muitos embaixadores, que tinham dúvidas sobre as conquistas que essas despesas traziam", relembra Barbosa.

Para Bonomo, a cultura empresarial brasileira tende a pensar em relações exteriores como interação apenas entre Estados. "Só que hoje não é mais assim. Empresas, ONGs, universidades, todos fazem relações internacionais. A [ex-secretária de Estado] Hillary Clinton afirmou que o Departamento de Estado é apenas uma plataforma para que os americanos em geral se relacionem com o mundo. Ela tem razão."

Ambiente Eventual vitória de Trump seria "golpe fatal" em promessa de enviar recursos para a região

Dinheiro para o Fundo Amazônia é incógnita

Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

Recebido como um gesto importante de apoio político à retomada da agenda ambiental brasileira no governo Luiz Inácio Lula da Silva, um ano depois ainda não se sabe como e quando o Fundo Amazônia receberá o total de US$ 500 milhões (R$ 2,5 bilhões) anunciados pelo presidente americano, Joe Biden, em abril do ano passado, durante encontro de chefes de Estado no Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima. No fim de 2023, o Fundo Amazônia recebeu R$ 15 milhões em doações dos EUA.

Na ocasião do anúncio, o presidente dos EUA declarou que pediria ao Congresso que destinasse o montante ao fundo brasileiro, que financia ações de combate ao desmatamento na floresta Amazônica com verba de governos de países ricos e foi reativado no ano passado, após quatro anos paralisado durante o governo Jair Bolsonaro.

A depender do resultado das eleições americanas em novembro, a incerteza só aumenta: a possibilidade de vitória do ex-presidente Donald Trump, sabidamente avesso à agenda ambiental e ideologicamente adversário do presidente Lula, representaria o fim dos repasses e das parcerias ambientais com os EUA, na opinião dos analistas ouvidos pelo **Valor**.

O futuro das doações está nas mãos do Congresso Americano que, a exemplo do Brasil, é dividido entre opiniões bastante divergentes sobre a agenda ambiental. "O governo Biden continua a trabalhar com os legisladores dos EUA para solicitar e garantir US$ 500 milhões em financiamento dos EUA para o Fundo Amazônia e atividades relacionadas até 2028, conforme compromisso assumido pelo presidente Biden", afirmou, por e-mail, o porta-voz da Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil, Luke Ortega.


DIVULGAÇÃO

"Não é um depósito apenas de dinheiro, é um depósito de confiança"
Marcio Astrini

Para especialistas que acompanham o assunto, tais declarações sinalizam que dificilmente os US$ 500 milhões serão realidade: com sorte, o total chegará a US$ 50 milhões.

Em fevereiro, reportagem do Valor informou que o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse que o governo americano avaliava fazer um novo aporte para o Fundo Amazônia de US$ 47 milhões.

"O impacto da eleição do Trump seria não só secar o dinheiro do fundo Amazônia, que é uma coisa menor, mas travar toda a negociação do clima. Por que se trata de um país importante que sairia do acordo de Paris", prevê Marta Salomon, doutora em desenvolvimento sustentável e pesquisadora do Instituto Talanoa, a exemplo do que o ex-presidente fez durante o seu primeiro mandato, anunciando a saída dos Estados Unidos do acordo em junho de 2017. No mesmo dia em que chegou à Casa Branca, o democrata anunciou o retorno do país ao acordo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que administra o fundo junto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), não comenta sua expectativa sobre a demora dos aportes: diz apenas que "estão em fase de negociação, e que cada doação "segue os trâmites de cada país". Como parte do Acordo de Paris, fechado em 2015, os países ricos se comprometeram a garantir o financiamento de US$ 100 bilhões por ano, a partir de 2020, para que países em desenvolvimento pudessem fazer frente à emergência climática e responder a seus impactos.

Além de apoiar comunidades tradicionais e projetos de organizações que atuam na região, o Fundo Amazônia fornece recursos para Estados e municípios para ações de combate ao desmatamento. Entre os principais programas financiados pelo fundo está o edital Restaura Amazônia, que prevê destinar R$ 450 milhões a projetos em grandes áreas desmatadas ou degradadas, com a meta de restaurar 6 milhões de hectares de floresta até 2030.

Maiores doadores em 2023
Em R$ milhões*

País	R$ milhões
Reino Unido	497
Alemanha**	186
Suíça	28
Estados Unidos	15
Total	R$ 726 milhões

Países que mais contribuíram até 2023 - em %

País	%
Noruega	89,9%
Alemanha	8,4%
Suíça	0,8%
Estados Unidos	0,4%

Fonte: BNDES. * Doações contratadas e doações recebidas.. ** Contrato assinado em 2022, durante o governo de transição, e anunciado em janeiro de 2023.

Com a reativação do fundo no ano passado, o governo concentrou esforços para reconstruir equipes de seus comitês técnicos desmontados no governo anterior, em especial o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), responsável por garantir a boa aplicação do dinheiro, e retomar as captações.

Criado há 16 anos, o Fundo foi paralisado em abril de 2019. Descontentes com o modelo de administração proposto com a extinção dos comitês técnicos e com a agenda ambiental do governo, Alemanha e Noruega, principais doadores, suspenderam as contribuições e congelaram os recursos. Na época, 14 projetos estavam qualificados, em fase avançada de aprovação, segundo o Observatório do Clima.

Alemanha e Noruega voltaram a investir depois que Lula foi eleito, e, ainda em 2023, outros países apoiaram a iniciativa, com o compromisso do Brasil de zerar o desmatamento até 2030. Em outubro, a Alemanha desembolsou R$ 107 milhões. No fim do ano, além dos R$ 15 milhões dos EUA, o fundo recebeu R$ 28 milhões da Suíça.

Há mais recursos anunciados em fase de negociação, segundo informou o BNDES em fevereiro: R$ 107 milhões da União Europeia, R$ 245 milhões da Noruega, R$ 218 milhões do Reino Unido e R$ 107 milhões da Dinamarca.

Para, Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, o motivo da demora para os pagamentos dos EUA são disputas políticas semelhantes às que acontecem no Brasil. "Não estou querendo crucificar a promessa, algo tipo cadê a grana que deveria estar aqui já? Sim, deveria estar, mas existem circunstâncias que certamente estão impedindo", afirma.

"Imagina o governo brasileiro adotasse aí uma ajuda emergência para qualquer país que fosse acometido de uma situação catastrófica e aí tivesse que submeter isso ao Congresso Brasileiro?", pondera. " E a Câmara dos Deputados simplesmente se nega, não vota, não aprova, não analisa, ou até usa esse tipo de promessa para expor o presidente e fazer oposição ao governo", exemplifica.

Ele reforça que o anúncio de Biden foi um gesto político importante, e que segue relevante mesmo no cenário atual. "É um fundo em que outros países podem depositar, mas não é um depósito apenas de dinheiro, é um depósito de confiança. E isso daí tem uma repercussão política muito importante", afirma.

INÊS249

Tendências Combinação estratégica inclui proximidade a fontes de água, produção barata de energia renovável e endereço favorável ao escoamento da produção

Em tempos de descarbonização, o caminho é o 'powershoring'

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Se o século XX foi o da globalização, no XXI a geografia ganha relevância ímpar. A localização no planeta é mais decisiva do que nunca, podendo determinar se a região será riscada do mapa em razão dos desastres causados pelo aquecimento global ou alçada a altos níveis de prosperidade. A combinação estratégica que inclui proximidade a fontes de água, produção abundante e barata de energia renovável e endereço favorável ao escoamento da produção surge com o nome de powershoring, definida como uma estratégia corporativa nos tempos da descarbonização para a produção eficiente e segura de bens intensivos em energia para exportação.

Criador do termo, Jorge Arbache, vice-presidente para o setor de desenvolvimento do Banco de Desenvolvimento da América Latina, estima que o powershoring, com investimentos de US$ 96 bilhões em cinco anos, tem potencial de gerar até US$ 395 bilhões em exportações brasileiras ao longo da próxima década, por meio da mobilização de pelo menos 30 projetos industriais de grande porte nos setores de aço, alumínio, fertilizantes, celulose, cerâmica, vidro e química, entre outros.

Segundo Arbache, entre os locais no Brasil que despontam como propícios a receber capital internacional dentro dessa estratégia estão o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), o Porto de Suape (PE) e, entre outros, o Vale do Jequitinhonha (MG). "O movimento ainda vai crescer muito", afirma ele que é também professor de economia da Universidade de Brasília (UnB).

"Temos muito mais do que recursos renováveis. Possuímos matérias-primas industriais importantes, recursos minerais, sistema elétrico interligado, sistema bancário confiável, água em abundância e muitas iniciativas no campo da inovação", afirma Rosana Santos, diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética, que ressalta outra característica favorável: "Não podemos esquecer a importância do friendshoring – a nossa vocação pacífica, pois não estamos em guerra com ninguém", diz.

"O Brasil reúne condições excepcionais e precisa agarrar a oportunidade com unhas e dentes, para atrair os investimentos internacionais de peso, que podem levar a uma neoindustrialização do país sobre bases verdes", diz Santos.

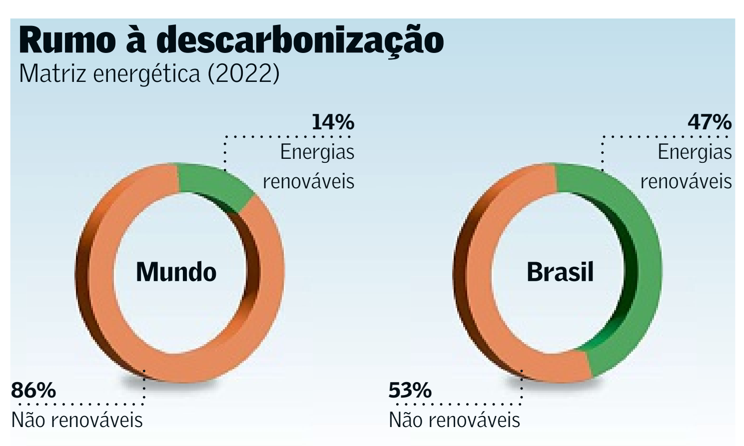
Entre os setores mais promissores, de acordo com a executiva, está a produção de aço. "O Brasil vende hoje uma tonelada de ferro bruto a cerca de US$ 100 no mercado internacional, mas já tem condições de produzir o semiprocessado, cujo preço alcança US$ 700", aponta. "Somando o adensamento ao valor baseado no fato de que estaremos oferecendo produtos feitos com baixas emissões, há muitas possibilidades de avançar nesse caminho, com a China, Austrália e Coreia no topo da lista de potenciais compradores."

Cecilia Tam, responsável pela unidade de investimento energético da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla original), enxerga como robustas as expectativas de chegada de investimentos ao país. "A abundância de energia limpa no Brasil torna-o um destino particularmente atraente para o investimento estrangeiro, à medida que mais países e empresas se comprometem com metas de zerar emissões", diz. A agência calcula que estão confirmados US$ 45 bilhões em investimentos em energia limpa no Brasil até 2030. No mundo todo, a IEA estima que terão de ser gastos US$ 3,1 trilhões na área para cumprir os compromissos climáticos.

Na estimativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a necessidade de investimento para a transição energética somente nos países da América Latina e Caribe seria de US$ 1,3 trilhão por ano, mas a instituição calcula que apenas 3% têm efetivamente chegado. Arbache lista dois empecilhos principais: "Temos que driblar o forte protecionismo da Europa e dos Estados Unidos e levar em consideração que o custo do capital no Brasil é alto".

Já Tam lembra que o subsolo brasileiro pode ser outra fonte de riqueza: "À medida que a emergência climática se intensifica, aumenta a procura pelos minerais essenciais para as tecnologias de energia renovável, como painéis solares, turbinas eólicas e veículos elétricos". De acordo com relatório de 2023 da IEA, a capacidade global de armazenamento terá que crescer seis vezes até 2030. Em 15 anos, os custos das baterias caíram 90%, o que permitiu que as vendas de automóveis elétricos aumentassem de 3 milhões em 2020 para quase 14 milhões no ano passado. A IEA estabelece a eletricidade e transporte como os dois pilares fundamentais para reduzir as emissões e limitar o aquecimento global a 1,5°C.

São conhecidas as reservas de lítio localizadas no Chile, Argentina, Austrália e China. O Brasil tem potencial de entrar na competição com o Vale do Jequitinhonha (MG), que passou a ser chamado de Vale do Lítio, em razão da grande quantidade do mineral ali concentrado, estimada em 900 milhões de toneladas. A InvestMinas, agência mineira de promoção de investimentos, divulga ter atraído de 2019 até hoje R$ 6,8 bilhões em investimentos para o Vale do Lítio.




DIVULGAÇÃO

"Não podemos esquecer a importância da nossa vocação pacífica"
Rosana Santos

A UCB Power, fundada há 50 anos, aposta nas reservas de lítio mineiras para crescer. Com investimento previsto até 2028 de R$ 380 milhões apoiado pelo Invest Minas, a empresa pretende expandir a produção da linha de baterias usadas para armazenamento de energia proveniente da geração solar, fabricadas na planta de Extrema (MG). "Vamos ampliando a capacidade produtiva com segurança e assertividade", diz Marcelo Rodrigues, vice-presidente de negócios e inovação da UCB Power. O faturamento da empresa foi de R$ 1 bilhão em 2023 e há a expectativa de crescer 20% este ano.

Outra empresa que entra no movimento powershoring é a Lightsource bp. Com presença em 19 países, começou a operar em dezembro de 2023 o Complexo Solar Milagres, no município de Abaiara, no Ceará, investimento de R$ 800 milhões obtidos por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). A planta tem capacidade de gerar cerca de 460 mil MWh por ano, energia suficiente para abastecer cerca de 212 mil residências. "Milagres já contribui para um ambiente mais saudável, reduzindo a emissão de aproximadamente 246 mil toneladas de CO_2 por ano, o que equivale às emissões de 57.068 carros movidos a gasolina e diesel", compara Ricardo Barros, country manager da empresa no Brasil.

O principal cuidado a ser adotado pelas organizações que tencionam atrair investimento internacional é manter os custos baixos, de acordo com Erik Rego, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e da Fundação Vanzolini. E a lição para os governos é criar infraestrutura. "Produzir com energia renovável é mais caro. O preço tem feito alguns recuarem, como ocorreu com a Alemanha. É simples, se é perguntado à população desses países: você prefere comprar produtos feitos com energia não-poluente? A resposta é um estrondoso sim; porém, em seguida vem a questão 'concorda em pagar 50% mais caro?' e tudo muda de figura", pondera. "O Brasil precisa encontrar meios de surfar na onda do powershoring e receber os bilhões do investimento internacional. Mas é necessário ficar atento aos custos, à compliance e incrementar pontes, estradas, ferrovias. Urgentemente. Porque se não acelerarmos, podemos perder o bonde e, em 20 anos, sermos ultrapassados pelos países que se mostrarem mais eficientes."

Brasil pode liderar em hidrogênio verde

Luiz Maciel
Para o Valor, de São Paulo

Considerado vital para o cumprimento da meta de limitar o aquecimento do planeta em 1,5º C, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris, em 2015, o hidrogênio verde (H2V), produzido exclusivamente a partir de fontes renováveis de eletricidade, já gerou pelo menos 1.418 projetos — em estágios variados de desenvolvimento — ao redor do mundo, envolvendo investimentos em torno de US$ 570 bilhões até 2030.

Os números fazem parte do último relatório do Hydrogen Council, que reúne 145 grandes empresas globais nas áreas de energia e transportes, e são relativos a 2023. A América Latina deve receber o segundo maior volume de recursos (US$ 85 bilhões) depois da Europa, com plantas dedicadas principalmente à exportação de H2V, segundo o relatório. Não há projeções específicas para o Brasil.

A consultoria Thymos Energia, que trabalha com uma estimativa de investimentos globais menor, de US$ 350 bilhões até 2030, calcula que os projetos destinados ao Brasil atingirão US$ 28 bilhões, equivalente a 8% do total mundial.

"Não há números consolidados sobre a futura produção de H2V, porque ainda é preciso avançar na infraestrutura de armazenamento e transporte, além da parte regulatória, que deve ser harmonizada entre países produtores e importadores", nota Amanda Schutze, coordenadora do FGV Clima, da Fundação Getulio Vargas-SP.

Por sua alta capacidade de transferir calor, o hidrogênio é um insumo industrial importante, usado principalmente nas áreas metalúrgica e petroquímica, mas quase todo ele ainda é obtido a partir de combustíveis fósseis.

A bola da vez é o hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis de energia, que ganha o selo verde por evitar as emissões nocivas que interferem no clima. Sua produção, no entanto, é bem mais cara que a convencional.

"À medida que as plantas de H2V forem ganhando escala, o custo de produção vai cair. Além disso, tudo que for produzido a partir do H2V, como o aço e o alumínio, será valorizado no comércio internacional", diz Schutze.

No Brasil, o número de projetos para a produção de H2V são em torno de 20, concentrados, em geral, no Nordeste, especialmente nos polos de Pecém (CE), Suape (PE) e Camaçari (BA), onde a geração de energia eólica e solar avança mais. "O Brasil é o grande candidato a liderar a produção global de H2V por causa das ótimas condições de sol e vento do Nordeste", afirma a pesquisadora da FGV.

O projeto brasileiro mais avançado é o da petroquímica Unigel, em Camaçari, que está investindo US$ 1,5 bilhão para incluir no seu portfólio tanto o H2V como a amônia — espera produzir 100 mil toneladas/ano do primeiro e 600 mil toneladas/ano da segunda, a partir de 2027. Para isso, a empresa encomendou três eletrolisadores de 20 MW cada um à thyssenkrup.

A amônia, muito usada em fertilizantes, pode ser convertida em hidrogênio e é estratégica para a exportação de H2V em navios-tanque, uma vez que seu estado natural é líquido.

Outros projetos são o da mineradora australiana Fortescue e o da joint venture entre o governo do Ceará e o porto de Roterdã, na Holanda, ambos em Pecém.

Para Guilherme Vinhas, especialista em energia do escritório VRA Advogados, a falta de uma legislação específica é um obstáculo à definição de mais projetos. "Temos recebido consultas de fundos de investimentos interessados na matéria, tanto nacionais quanto internacionais, mas que preferem esperar pelo marco legal do hidrogênio antes de tomar uma decisão", afirma. Neste momento há três projetos de lei tramitando no Congresso sobre a questão.

Tecnologia em saúde tem cenário promissor

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

Startups brasileiras de saúde buscam espaço nos Estados Unidos em movimento incipiente, mas promissor. Algumas foram fundadas por lá mesmo. Outras estruturaram unidades locais. Exportação e comercialização via parceiros são outras estratégias.

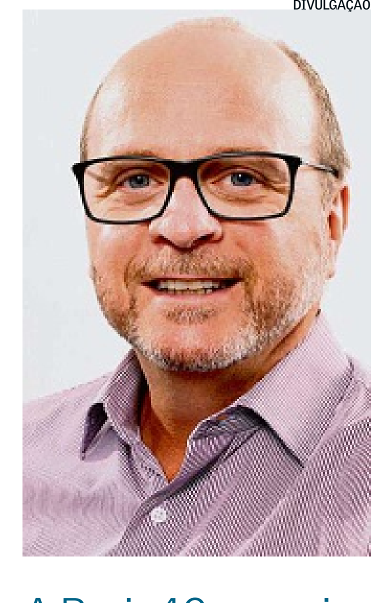
"A pauta está em estágio inicial de maturidade", avalia Claudio Coelho, vice-presidente da Associação Brasileira de Startups de Saúde (ABSS) e CEO da Farmaco. Um dos segmentos mais empenhados é o de tecnologias para tratamento e diagnóstico médico, com representantes maduros, como Magnamed e Phelcom.

A primeira produz ventiladores pulmonares para UTIs e transporte. Sua primeira venda, em 2010, foi para a África do Sul. Hoje exporta para mais de 70 países. Em 2017 instalou centro de distribuição nos EUA para atender os mercados mexicano e da América Central. O processo de certificação do respirador na FDA, correspondente à Anvisa, foi concluído em 2023 e as vendas estão em curso. "Buscamos estabelecer fabricação por lá", diz o CEO da Magnamed, Wataru Ueda.

A Phelcom surgiu em 2016 com a criação de um equipamento portátil mais acessível para exames de retina. Em 2022 montou operação em Boston, com certificação para suas câmeras oftalmológicas, de uso geral e de diagnóstico, diz José Augusto Stuchi, cofundador e CEO. Nos EUA o negócio é voltado a nichos, como universidades, estudantes e pequenas clínicas.

Outras apostam no caminho científico. A Archo Medical criou sistema de conectores universais de próteses para cirurgias de correção de aneurisma e deve iniciar estudos clínicos em 2025. A primeira preocupação foi com patentes. "Já obtivemos quatro nos EUA. Ajuda na aproximação com parceiros ou compradores", diz o CEO Henrique Luckmann.

A estratégia de inovação aberta da Brain4Care resultou em mais de 120 pesquisas e 94 publicações relacionadas à sua tecnologia não invasiva para registrar a hipertensão intracraniana, com base em sensor, inteligência artificial (IA) e aplicativos, já em uso no Brasil. Em 2018 nasceu a subsidiária nos EUA e a startup obteve aprovação da FDA para sensor com fio. Agora aguarda certificação do sensor sem fio, conta o CEO Plínio Targa.


DIVULGAÇÃO

A Brain4Care, cuja inovação aberta gerou mais de 120 pesquisas e 94 publicações, abriu subsidiária nos EUA, conta Plínio Targa

Já a parceria com a GE para distribuição vai ajudar a Ionic Health a vender nos EUA e em mais 30 países. A startup criou sistema para automação de equipamentos, como tomógrafos, com capacidade de monitoramento a distância e automação de laudos para radiologistas, e tem clientes como Hapvida e Dasa. A internacionalização se tornou prioridade em 2020. "Em cinco anos a receita do Brasil vai ser pequena em relação aos outros mercados", antevê o fundador José Leovigildo Coelho.

A IA é base da Sofia e da Aquila. A primeira é um software capaz de transcrever consultas, propor documentação e sumário clínico e sugerir a melhor ação para reduzir a sobrecarga do médico. Tem clientes como Conexa e Unimed, aportou nos EUA em 2022 e está em fase de posicionamento e validação científica, afirma a cofundadora e CMO da Sofia, Aline Fróes.

A Aquila fornece software para técnicos de mamografia e radiologia checarem a eficiência dos exames. A empresa foi incorporada nos EUA em 2019 e chegou a Florianópolis seis meses depois, conta o CEO Rodrigo Greco. Hoje tem 14 clientes no Brasil e um nos EUA.

A plataforma de telemedicina internacional Infinity Doctors também foi aberta por lá, se concentrou em atender viajantes brasileiros até 2021 e chegou aqui em 2022. Hoje a carteira internacional representa 35% dos negócios, nos quais os brasileiros são 70%, diz o cofundador e CEO Fabio Cristilli.

A instalação nos EUA foi mandatória para Ana Julia Kiss criar a Humora, especializada em produtos derivados de cannabis para bem-estar, como qualidade do sono e enxaqueca — no Brasil a legislação exige estudos clínicos caros e complexos. A startup oferece o produto, indica médicos e apoia a importação por pacientes no Brasil. As vendas iniciadas há um ano consomem só 10% da capacidade alocada de 250 litros por mês e um parceiro se encarrega da distribuição inicial no varejo da Califórnia.

Tecnologia Segundo mapeamento da ApexBrasil, 500 empresas, de 29 setores, atuam nos EUA

Flórida é o destino de 70% das startups

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

Há duas décadas, quando o Grupo Stefanini — multinacional brasileira de tecnologia com atuação em 41 países — desembarcou nos Estados Unidos, poucas marcas nacionais se arriscavam a entrar no competitivo mercado americano.

“Chegamos na Flórida com a cara e a coragem, ofertando basicamente serviços de TI, infraestrutura e helpdesk”, lembra o CEO Marco Stefanini. “Foi uma década de aprendizado. Abrimos o mindset da companhia, a empresa ganhou outro status.” Em 2010, a Stefanini deu início ao seu projeto de expansão, com a aquisição da TechTeam e, mais tarde, da CXI e da RCG. Hoje, a operação americana conta com três sedes (Michigan, Virginia e Iowa) e responde por 35% dos negócios do grupo — que no ano passado faturou R$ 7 bilhões e espera crescer 20% em 2024.

“Os desafios que enfrentamos no início dos anos 2000 são os mesmos da atualidade, porém, amenizados”, afirma Stefanini. “Montar uma equipe não é fácil, conhecer o mercado, adaptar a oferta e se desenvolver exige tempo e para ganhar espaço no universo B2B é essencial conquistar a confiança dos prospects.” Segundo ele, trata-se de um investimento de longo prazo, que deve ser construído passo a passo. “Hoje, muitas das nossas inovações vêm da operação norte-americana, um dos nossos principais polos de inteligência artificial fica em Michigan”, ressalta.

De acordo com o Mapeamento de Empresas Brasileiras Instaladas nos Estados Unidos, realizado pela ApexBrasil, 500 empresas, de 29 setores de bens de consumo e serviços, atuavam no país em 2020. A Flórida é o destino preferido de 70% dos negócios brasileiros, seguida por Texas e Califórnia.

Marcelo Marques não fugiu à regra. Em sociedade com o americano Ross Jerman, abriu, em Orlando, a RM PLUS Design & Development LLC, especializada em planejamento, arquitetura e design de interiores. A chegada à Flórida se deu em 2012, depois de muito planejamento, com os sócios se dividindo entre Brasil e EUA. “Ter um sócio americano abre portas, derruba barreiras”, afirma Marques.

Segundo ele, um dos grandes desafios dos brasileiros que desejam empreender no mercado americano é ter mentalidade americana. “Aqui não se começa uma empresa dependendo de crédito, desconto bom é no máximo de 2%, os pagamentos têm de ser rigorosamente em dia”, diz. “Apesar da alta concorrência, os horizontes de crescimento e as oportunidades são grandes.” Com pouco mais de uma década de operação, o escritório se tornou referência. O segmento de entretenimento responde por 50% do faturamento, que em 2023 foi de US$ 6 milhões.


DIVULGAÇÃO
Marco Stefanini: “Para ter espaço no B2B, conquistar a confiança é essencial”.

O sonho de vencer nos EUA atrai cada vez mais startups. Dados da Agência Americana de Incentivo a Novos Negócios, revelam que mais de 1.400 companhias e startups foram fundadas ou adquiridas por brasileiros nos EUA desde 2016. “As startups encontram um terreno fértil para captar recursos. Os americanos são mais abertos para aportar capital em negócios de alto risco, não enxergam a quebra como fracasso, e preparam as empresas para competir no ambiente global desde a sua concepção”, diz Junior Borneli, CEO da StartSe, escola internacional de negócios.

Em 2016, Borneli instalou uma unidade da StartSe no Vale do Silício, com o desejo de viver a experiência e abrir caminho para outros empreendedores. “A realidade exata você só tem in loco”, assegura. “Sem conhecer a fundo a legislação e como funcionam os negócios americanos é praticamente impossível vencer.”

Formado pela Universidade de San Francisco e tendo passado boa parte da vida nos EUA, Álvaro Marongoni instalou um braço da Grit Experts no país, com o objetivo de assessorar brasileiros que migram seus negócios para o mercado americano. A demanda é grande, principalmente nas áreas de investimentos e serviços. “A maioria vem com mentalidade de gestão brasileira e isso não funciona”, diz. “A barreira burocrática é baixa, abra-se uma empresa em poucos dias, mas a concorrência é alta.”

Segundo ele, muitos não se cercam de bons advogados e contadores, e dão pouca importância à cultura local, acreditando que o que dá certo no Brasil terá o mesmo resultado no exterior. Mas o cenário começa a mudar. “Vivemos nos últimos dois anos uma nova onda, a da chegada de empreendedores que desejam implantar negócios para gerar renda em dólar, explorando o investimento real.”

Escalabilidade é crucial para internacionalização das fintechs

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

Em 2017, quando decidiu criar o próprio negócio e deixar a carreira em um grande banco, Pedro Albite, formado em administração, não imaginava que sua empresa, com sede em Porto Alegre, pudesse atuar em um dos mercados mais competitivos do mundo, como o dos Estados Unidos. A internacionalização sequer estava no plano estratégico da butique financeira O2, criada por Albite, com foco em reestruturação empresarial.

Durante a pandemia de covid-19, Albite identificou uma lacuna na oferta de gestão de serviços financeiros para empresas de menor porte. Elas não tinham condições de contratar um executivo de finanças com dedicação exclusiva. Nasceu, então, a O2 Inc., braço fintech da O2.

Em 2023, ele se aproximou de três executivos brasileiros que estavam abrindo uma empresa na Flórida para atender brasileiros empreendedores nos EUA. André Fontana, Alcides Ferreira Filho e Flávio Nicolay Guimarães se tornaram sócios de Albite na O2 Inc.

Albite diz que ter sócios que vivenciam a cultura de negócio nos EUA foi um grande facilitador para a internacionalização da fintech, mas isso não basta para que o empreendimento ganhe tração e sustentabilidade. O grande desafio da O2 nos EUA é a escalabilidade.

“Estamos em um processo de integração de inteligência artificial (IA) na nossa plataforma para escalar nossa inteligência financeira e alcançar maior número de pessoas no mercado americano. Estamos presentes na Flórida, temos clientes em Nova York e já estamos em contato com brasileiros interessados em levar a O2 para Califórnia e Texas”, conta Albite.

A jornada da O2 no mercado dos EUA espelha dados apresentados em estudos feitos pela PwC Brasil com a Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs). Um deles é a pesquisa Fintech Deep Dive 2023, que ouviu 108 fintechs entre fevereiro e abril de 2023. O estudo aponta que 54% das fintechs têm planos de internacionalização.

Willer Marcondes, sócio da PwC Brasil e um dos consultores envolvidos nos estudos, concorda com o CEO da O2. “Ganhar escala na operação e buscar qualidade nos times são os maiores desafios no momento para as fintechs, principalmente em movimentos de internacionalização. Vimos recentemente um banco digital, que é nosso cliente, transferir parte da gestão para os EUA. Levou o centro de decisão para lá”, diz Marcondes.

Dados da PwC Brasil mostram ainda que, após a escassez de financiamentos, as fintechs que sobreviveram a esse momento tornaram-se mais resilientes. Elas compreenderam que o financiamento não é mais o desafio principal, observa Marcondes. Para as fintechs que buscam oportunidade no mercado dos EUA, o consultor aponta o conceito de meios de pagamentos instantâneos como um dos segmentos mais valorizados.

“Toda a agenda de modelos de pagamento e temas de fraudes envolvidos com a indústria de pagamentos abre um espaço importante para as fintechs. Há ainda oportunidades para soluções de crédito e gestão financeira no mercado B2B”, afirma Marcondes.

Franquias superam desafios e avançam no mercado americano

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

Conceber uma franquia do zero para operar no mercado americano tendo como atrativo o açaí. Esse foi o desafio assumido por Georgius Frangulis quando decidiu empreender na Califórnia. Para transformar sonho em realidade, enfrentou vários problemas. Era muito jovem, não tinha credit score e açaí era uma fruta desconhecida da população. Resultado: não conseguiu convencer ninguém a alugar um ponto para o quiosque. A saída foi empreender no Brasil.

A primeira unidade da Oakberry foi aberta em 2016, em São Paulo. A internacionalização veio em 2018. Hoje, a marca tem mais de 300 franquias em 40 países. Os EUA têm 40 operações— 50% próprias —, que respondem por 10% do faturamento global da rede, estimado em R$ 1 bilhão.

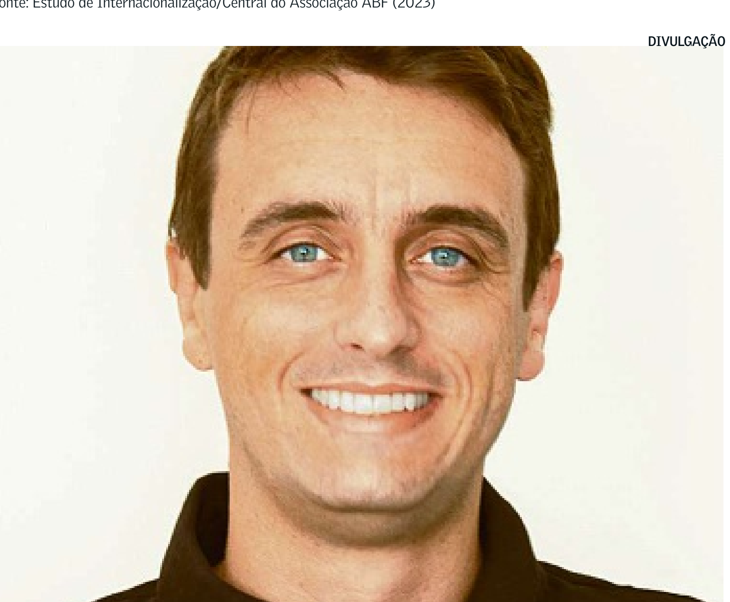
A meta da Oakberry é chegar a 200 lojas em território americano em 2026. “Apesar da expansão, ainda enfrentamos desafios. Cada cidade tem suas regras próprias, desde autorizações para construir até para operar, além da necessidade de se formar uma boa rede de relacionamento e estar inserido na comunidade local”, afirma Leandro Gasparin, head de operações na América do Norte. Outro desafio, segundo o executivo, é ter uma marca globalmente forte e localmente relevante.

A Oakberry é a maior rede de franquias brasileiras nos Estados Unidos. São 74 marcas — em 2021 eram 69 —, dos mais diversos segmentos, de casa e construção à moda e educação. A maioria, porém, é de alimentação. Segundo Cristina Franco, presidente do conselho da Associação Brasileira de Franchising, há quase duas décadas a entidade trabalha para que as redes nacionais se internacionalizem.

Em busca do sonho americano
Maiores redes brasileiras nos EUA

Franquia	Unidades	Setor
Oakberry Açaí	38	Alimentação
Cartaxi	10	Serviços e outros negócios
iGui	9	Casa e construção
Gazin Semijoias	6	Moda
Schutz	6	Moda
CCAA	5	Educação
Ecodecor	5	Serviços e outros negócios
Kingdom Açaí	5	Alimentação
Chilli Beans	4	Moda
Doutor Sofá	4	Limpeza e Conservação

Fonte: Estudo de Internacionalização/Central do Associação ABF (2023)


DIVULGAÇÃO

“Enfrentamos desafios. Cada cidade tem suas regras próprias, desde autorizações para construir até para operar”
Leandro Gasparin

“O Brasil está no radar dos investidores americanos, há interesse pelas marcas brasileiras”, afirma. “O que falta é um preparo maior, um conhecimento mais profundo do mercado e suas peculiaridades, realidade que tem mudando nos últimos anos.”

O desafio não poupou nem mesmo a iGUi, maior produtora de piscinas pré-fabricadas do mundo, presente em 54 países. “Entramos nos Estados Unidos em 2010 enviando piscinas produzidas na fábrica do México”, lembra Filipi Sisson, fundador e CEO. “Foram seis anos nesse modelo. A meta era fabricar localmente e somar 50 lojas, o que não se concretizou.” O caminho foi dar um passo atrás, redesenhar a operação, instalar depósitos. Atualmente são 31 lojas, entre próprias e franqueadas. “No Brasil entregamos 100 mil piscinas de fibra por ano, lá apenas 25 mil, porque a fibra concorre com outros modelos construtivos”, diz.

Muitas vezes ceder ao desejo dos parceiros prejudica a implantação da marca. Foi o que aconteceu com a rede de frango frito Hot n’Tender. A primeira unidade, aberta na Filadélfia, em parceria com um multifranqueado indiano, tinha 350 m² e vendia US$ 6.000 por dia. “Ele se encantou com os resultados e insistiu na abertura de mais cinco franquias. Foi um grande erro”, diz Dany Levkovits, CEO da Foods Brands, dona da HNT. Veio a pandemia e as lojas fecharam. “Aprendemos que os EUA têm muitas oportunidades, mas é preciso escolher muito bem o parceiro.”

Quem também pagou um preço alto pelo pioneirismo de levar a Chilli Beans para o mercado americano há 15 anos é Caito Maia. “Aprendemos na dor. Foram anos insistindo no modelo quiosque, que é fácil de abrir e difícil de manter. Chegamos a ter dez, nenhum conseguiu pagar o investimento.” O CEO da marca entendeu que só ganharia o mercado se abrisse lojas e fizesse parcerias locais. A receita funcionou, hoje são sete lojas. As operações internacionais respondem por 18% do faturamento global da marca, estimado em R$ 1,2 bilhão em 2024, e os EUA respondem por 20% da fatia off-shore.

Rede precisa ajustar processos e operar com sotaque local

De São Paulo

Se implantar uma franquia brasileira nos EUA exige um mergulho nos costumes e na legislação, além de parceria afinada com operadores locais, na mão inversa não é diferente. Pelo contrário, a complexidade tributária e os muitos “Brasis” existentes nas diversas regiões comprometem os resultados. Não à toa assistimos a entrada e saída de redes gigantes do exterior que não conseguem atingir os objetivos esperados no mercado nacional.

Ale Fit, master franqueado no Brasil da centenária Nathan’s Famous, marca de cachorro-quente americana, sabe o que isso significa. Tanto que firmou dois acordos com a franqueadora: o de franquia e de produção local. “Queríamos que tudo fosse feito aqui para conseguirmos adaptar ao paladar brasileiro e controlar custos, sem depender de importação”, afirma. “Foram dois anos com operações próprias e no início de 2024 iniciamos a expansão via franchising.” A ideia é fechar o ano com 40 franquias e até o final de 2025 somar 100 unidades, além dos modelos store in store nas lojas de conveniência AmPm.

Nacionalizar equipamentos e insumos também foi a o caminho adotado por Antonio Augusto, CEO da Johnny Rockets Brasil. “Foram dois anos de tropicalização, o que levou a rede a investir no casual dinner no país. Somos os únicos a testar novos produtos fora dos Estados Unidos.” A estruturação da rede foi feita passo a passo. Até dezembro, serão 60 lojas e um faturamento estimado de R$ 120 milhões, alta de 10% em relação ao ano anterior.

Segundo dados da Associação Brasileira de Franchising, 236 marcas estrangeiras, de 35 países, atuam no Brasil — em 2021 eram 206. Os Estados Unidos são representados por 80 marcas, seguidos por Portugal, Paraguai, Bolívia e Colômbia. Em número de operações, porém, está em segundo lugar, com 190 unidades, atrás de Portugal (266) e na frente da Argentina (161). A tendência é que a entrada de novas redes americanas aumente. “O mercado brasileiro é receptivo às nossas marcas. Do outro lado, os americanos entenderam que o Brasil é grande, que é necessário trabalhar com parceiros regionais”, afirma Joel Reynoso, conselheiro comercial do Serviço Comercial dos Estados Unidos no Brasil. “Nosso trabalho é facilitar as relações, conectar os interessados com as marcas e alinhar a expectativa dos americanos em relação à realidade brasileira.” Segundo ele, não basta fazer uma conta simples para saber quantas franquias cabem no país. É preciso entender o efetivo poder de compra do consumidor e as complexidades do mercado.

André Friedheim, sócio-diretor da Francap, consultoria especializada em franchising, afirma que as marcas americanas estão sempre de olho no Brasil, pela maturidade do sistema de franquia, extensão geográfica e tamanho da população. “O desafio está em mostrar que existe uma diferença grande entre o tamanho da população, de mais de 200 milhões de pessoas, e a dimensão do mercado endereçável para o produto oferecido”, diz. “Quem quer comprar franquia internacional tem de olhar o mercado endereçável. Não se trata de uma conta simples. A maioria acha que cabem 500 unidades e na realidade acomoda apenas 100.” *(KS)*

Lazer Enquanto brasileiros voltam a voar no ritmo pré-pandemia, viajantes dos EUA preferem ir a Porto Rico, República Dominicana e Jamaica

Balança do turismo está desequilibrada

Retomada pós-pandemia
Fluxo turístico entre Brasil e EUA (em milhares)

Ano	Chegada anual de turistas dos EUA para Brasil	Saída de passageiros do Brasil para os EUA
2018	585,5	2.522,4
2019	590,5	2.362,3
2020	172,1	603,4
2021	132,2	465,5
2022	441	1.463,8
2023	668,5	1.977,5
2024*	204	567,6

Fontes: Portal de Dados da Embratur e Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). * até março

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

No ano passado, 1,9 milhão de brasileiros foram aos EUA para visitar, sobretudo, Orlando, Miami e Nova York. Conforme especialistas e operadores do ramo, o país está retomando o fluxo de viagens do período pré-pandemia. Na rota contrária, porém, o cenário permanece desaquecido. Ainda em 2023, pouco mais de 668 mil americanos vieram ao Brasil — o equivalente a apenas 9% dos visitantes estrangeiros recebidos no país.

A maioria dos estadunidenses prefere visitar Porto Rico, República Dominicana, Jamaica e Bahamas, entre outros países da América Central. E, desde 2019, o Brasil perde market share para a Colômbia entre os destinos sul-americanos preferidos. Com vistas a ganhar mercado, a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) vem buscando diversificar os produtos promovidos no exterior. Na pesquisa "Market Insights 2024", a empresa pública detectou que as principais razões para a vinda dos americanos são a cultura e a gastronomia. O levantamento também indica que o Rio de Janeiro continua como destino mais desejado.

Na opinião da professora Ana Maria Fernandes, diretora da Faculdade de Turismo da PUC-Campinas, os esforços do governo federal são bem-vindos. "O Brasil precisa de gestão estratégica no ramo e deve colocar outros atrativos na prateleira. Oferecer o afroturismo, a biodiversidade e o apelo dos povos originários nos pacotes é uma ação acertada. Trabalhar novos destinos, como Ouro Preto, por exemplo, é igualmente uma estratégia acertada. Em termos de Estados Unidos, existe uma demanda reprimida por atender", opina. "O trade também está se esforçando. A frequência dos voos aumentou", conta. Hoje, seis companhias aéreas operam 200 voos semanais entre os dois países.

Para a Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens), entidade que reúne 2.100 operadoras, o sentimento é de otimismo. "O mercado emissor está fortalecido e o gasto dos brasileiros nos EUA deve alcançar nível recorde. O parcelamento sem juros no cartão é o que facilita a compra da viagem, enquanto os inúmeros parques de Orlando e os novos bairros-ilha de Miami continuam fazendo parte do desejo do brasileiro", conta Ana Carolina Medeiros, presidente do conselho da Abav nacional.

Do lado receptivo, a executiva reitera que o pleito do setor é pelo banimento definitivo do visto de turista. "É muito importante continuar sem pedir o visto porque ele, muitas vezes, é um empecilho burocrático que acaba direcionando o americano para outros países", avisa. A isenção de visto para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá e Austrália foi prorrogada pelo governo federal até abril de 2025.

Já para a CVC, que possui escritório em Orlando, a retomada da capacidade de assentos associada à rapidez maior no processamento dos vistos traz boas perspectivas para o setor emissor. O tempo médio para renovação de visto pelo brasileiro, que já chegou a um ano, hoje é de 30 dias. "Com mais assentos, o preço baixou, o que é o drive número um na decisão da viagem. Trata-se dos EUA voltando ao protagonismo de sempre. O ano passado foi da Europa e este ano está sendo deles", acredita Fábio Mader, diretor-executivo de produtos e pricing da CVC Corp.

Ele conta, no entanto, que o perfil da viagem do brasileiro mudou para períodos e gastos menores por conta da inflação alta nos EUA. "O desejo de visitar a Flórida continua, mas o brasileiro está tentando encaixar no bolso dele. A estadia média caiu de dez dias para oito e as famílias também estão alugando menos carros por lá, além de que os ingressos para os parques subiram", explica. Ainda assim, conforme dados da CVC, os EUA ainda são o destino internacional onde os brasileiros mais gastam — US$ 720 dólares por pessoa. Já o ticket médio do americano nos países em que visita é um dos maiores do planeta — US$ 2.600.

Grifes avançam no superlativo mercado americano

Vanessa Barone
Para o Valor, de São Paulo

Estratégia bem desenhada, altos investimentos, persistência e qualidade de produto. É tudo isso e mais um pouco o que exige o superlativo mercado de moda americano a qualquer marca que desejar se aventurar por lá. "É um mercado sólido, mas competitivo, exigente e caro", diz Rafael Azzi, da Azzi&Co de Nova York, agência de relações públicas e estratégia de negócios, especializada em trabalhar marcas brasileiras de luxo nos EUA.

Reconhecida por sua estamparia com estilo tropical-contemporâneo, a marca Farm, do Rio de Janeiro, iniciou em 2016 a sua investida nos Estados Unidos. Em 2019, abriu dois pontos de venda, em Miami e Nova York (no Soho). Com a pandemia e as lojas temporariamente fechadas, redirecionou os investimentos para um e-commerce. Agora, começa uma nova etapa de expansão com a abertura de mais três lojas — no Brooklin, em Nova York, em Washington DC e em Los Angeles (na icônica Melrose Place) — nos próximos meses.

Para evitar a concorrência com o fast-fashion, a estratégia da Farm incluiu adaptações na modelagem e na matéria-prima das peças, com o objetivo de ser percebida como "contemporary brand" — universo onde habitam Isabel Marant, Tory Burch, Maje e Erdem, entre outras.

"São produtos mais sofisticados e que exportam a força da marca", diz Marcello Bastos, cofundador e diretor da Farm, que pertence ao Grupo Soma, em processo de fusão com a também brasileira Arezzo &Co. A companhia combinada terá faturamento próximo de R$ 12 bilhões, com 34 marcas e mais de 2 mil lojas, próprias e franquias.

VANESSA CARVALHO/VALOR



Alexandre Birman recebeu em 15 de maio o prêmio "Person of the Year" em NY

O grupo Arezzo está nos EUA há mais tempo. Estreou em 2012, com uma loja da marca de calçados e acessórios Schutz na Madison Avenue, em Nova York. Foi o início da internacionalização da companhia, que hoje tem 10 lojas no exterior, incluindo a marca Alexandre Birman e a italiana Paris Texas, comprada em 2023.

No ano passado, foi a vez da marca Arezzo entrar no mercado americano, por meio do modelo 'store in store' na loja de departamentos Macy's. A trajetória internacional do grupo rendeu ao seu CEO, Alexandre Birman, o prêmio "Person of the Year", concedido pela Brazilian-American Chamber of Commerce em 15 de maio, em Nova York.

Thomas Simon, CEO da S2 Holding — que detém a marca de calçados Kenner e as de vestuário Redley e Cantão — também pretende conquistar os consumidores americanos pelos pés. "Tivemos experiências no passado que mostraram que é preciso construir a marca no mercado de lá, ou teremos sempre que competir por preço", afirma o CEO. O primeiro passo foi criar um e-commerce internacional, o wearkenner.com, que começou a funcionar em abril e atende todo o território americano. Até o fim do ano, a empresa vai investir US$ 2 milhões no projeto. A próxima etapa será buscar por lojas multimarcas de moda no país.

Rafael Azzi orienta os empresários que querem desembarcar nos EUA a investirem em estudos de mercado para encontrar onde e como sua marca melhor se encaixa. "Todo mundo quer estar em Nova York, pelo glamour da cidade", diz. "Mas não sabem que há, por exemplo, lojas multimarcas no Texas com vendas altíssimas."

De acordo com Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a carga de impostos sobre produtos brasileiros ainda é o principal entrave para o crescimento das exportações de moda para os EUA. "Para se ter uma ideia, o jeans brasileiro é taxado em 17%", diz. Uma das saídas para fomentar os negócios com os EUA é a participação em feiras do setor, onde compradores podem ver de perto os artigos de moda "made in Brazil".

Em fevereiro deste ano, o Programa de Internacionalização da Indústria Têxtil e de Moda Brasileira (Texbrasil) ajudou a levar 24 empresas brasileiras à feira de negócios Coterie, em Nova York. O programa é resultado da parceria entre ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e Abit. A delegação brasileira gerou US$ 1,47 milhão em negócios, com expectativa de US$ 6,9 milhões em retorno em 12 meses — mais do que o dobro do gerado em fevereiro de 2023. Mas ainda há um universo a ser explorado. Segundo a Abit, os Estados Unidos importaram US$ 116 bilhões em vestuário, naquele ano. Desse total, o vestuário brasileiro representou só US$ 28 milhões.

> "Todos querem NY, mas há lojas multimarcas no Texas com vendas altíssimas"
> *Rafael Azzi*

A marca feminina DressTo foi uma das que participaram da feira americana Coterie, além de realizar showrooms em Los Angeles, Dallas e Nova York. "Vendemos para cerca de 56 multimarcas", diz Rodrigo Braga, CEO da marca. "A expectativa de vendas, nessa primeira etapa, era de US$ 500 mil, mas atingimos US$ 1 milhão."

O sucesso animou o executivo a abrir um centro de logística próximo a Miami. A partir de junho, o e-commerce da DressTo começa a efetuar vendas internacionais e, para 2025, está prevista a abertura de uma loja própria em Miami. "Pretendemos investir US$ 1 milhão, por ano, pelos próximos três anos, no mercado americano", afirma Braga. A expectativa é de que as vendas internacionais representem 30% do faturamento até 2026.

Compra de imóveis na Flórida é opção para proteger patrimônio

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

Os desafios macroeconômicos, incluindo os juro elevado nos EUA e a desvalorização do real frente ao dólar, não produziram impacto substancial no fluxo de brasileiros colocando os pés no mercado imobiliário americano.

Segundo dados da National Association of Realtors, os brasileiros ocuparam a quinta posição entre os estrangeiros que mais adquiriram imóveis nos EUA em 2022, tanto em número quanto em volume financeiro, com uma fatia de 3%. A Flórida foi a grande preferência (55%), seguida por Nova Jersey, Wisconsin, Louisiana, Geórgia, Carolina do Norte e Nova York.

Outro levantamento, da Florida Realtors, revela que os brasileiros ficaram em terceiro lugar em número de compradores de imóveis no Estado, em 2023. Em valor desembolsado, ocuparam a segunda posição, com um total de US$ 1,451 bilhão, acima dos US$ 486 milhões registrados em 2022.

Segundo Ricardo Molina, broker da Talent Realty e CEO da Vollare Immigration, o cenário de polarização política e as incertezas econômicas no Brasil têm gerado procura por proteção do patrimônio e renda em dólar. "O mercado imobiliário americano continua atraente para quem busca economia e moeda fortes, além de segurança jurídica."

Na avaliação de Andrea Pointon, CEO e broker da Pointon Realty, os juros altos impactaram mais os consumidores americanos do que os estrangeiros. Quando os juros começaram a subir, houve compasso de espera, mas depois as vendas foram retornando gradativamente. "Esse ano, as vendas seguem bem, mesmo em ano de eleição, o que tem sido uma surpresa positiva para mim", afirma.

Para André Duek, líder do Duek Lara Group, o cenário macro não alterou o apetite do público com maior poder aquisitivo. "Considerando a classe média alta para cima, tenho visto volumes até maiores do que antes", diz o broker.

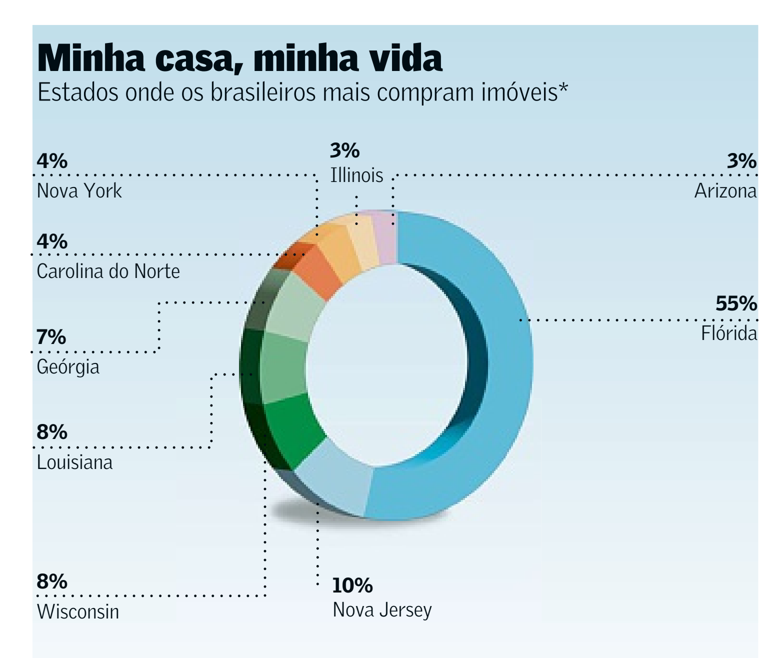
Além de investidores não residentes com foco em renda mensal de aluguel, há cada vez mais imigrantes brasileiros adquirindo imóveis, com mudanças significativas nos seus perfis. De alguns anos para cá, se intensificou a entrada de profissionais brasileiros com formação acadêmica.

Conforme Daniel Ickowicz, CEO e diretor de vendas da Elite International Realty, uma prática comum dos brasileiros é adquirir imóveis menores como "test drive". "Depois, quando tomam a decisão de morar mesmo, acabam mantendo os imóveis pequenos como fonte de renda extra e compram maiores para morar", conta.

Conforme os brokers, o retorno líquido com aluguéis nos EUA varia de 5% a 7% ao ano, mais a valorização dos imóveis. Em linhas gerais, sobre os aluguéis, há incidência de imposto de renda, segundo tabela progressiva. E para aluguéis de imóveis em plataformas como Airbnb, também há o recolhimento de sales tax, similar ao ICMS.

Outra forma de investir em imóveis nos Estados Unidos é por meio de REITs (Real Estate Investment Trust) negociados nas bolsas de valores, com dinâmica semelhante aos fundos imobiliários no Brasil.

Os REITs são empresas que investem pelo menos 75% dos seus ativos no setor imobiliário e, por regulamentação, são obrigadas a distribuir 90% das suas rendas tributáveis na forma de dividendos — o que costuma acontecer mensalmente ou trimestralmente.



Imóveis na Flórida - Rankings dos compradores estrangeiros**

Participação nas compras - %

1º	Canadá	18
5º	Colômbia	10
3º	Brasil	7
4º	Argentina	6
5º	Reino Unido	4

Volume financeiro (US$ milhões)

1º	Canadá	2.133
5º	Brasil	1.451
3º	Colômbia	982
4º	Peru	539
5º	México	524

Fonte: Florida Realtors.* De abril de 2021 a março de 2022. ** De agosto de 2022 a julho de 2023

Essa é uma das maneiras de se expor a uma nova geografia e diferentes oportunidades. "Os Estados Unidos contam com segmentos que nem existem no Brasil, como data centers e torres de telefonia. Além disso, é forte o segmento de REITs residenciais", exemplifica Paula Zogbi, head de Conteúdo da Nomad.

"Temos visto um interesse crescente dos brasileiros por REITs como alternativas de diversificação e renda em dólar, inclusive, alguns ativos já são relevantes em termos de volume em custódia", afirma William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue. Ele comenta que, de forma geral, os REITs sofreram no curto prazo com o aumento dos juros. "Em média, os REITs estão 30% abaixo das máximas históricas, o que nos leva a crer que existe o potencial dessas empresas voltarem para o patamar onde estavam quando os juros cederem", avalia Castro. Hoje, segundo ele, a média de dividend yield (retorno dos dividendos) dos REITs está em 4%.

Recrutamento Lista dos mais requisitados inclui engenheiros e desenvolvedores de softwares

Aumenta a demanda por profissionais com maior qualificação


DIVULGAÇÃO
Kamylle Mourão, da Deel, plataforma para RH: "Observamos um incremento de 75% no valor de salários sobre a média salarial doméstica nas contratações"

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

Profissionais brasileiros interessados em trabalhar nos Estados Unidos vivem, atualmente, o melhor momento para concretizar seus projetos. A demanda de empresas americanas está em alta. Entre os meses de abril de 2023 e abril de 2024, o número de contratados no país por companhias dos EUA aumentou 42%, conforme estatísticas da Deel, primeira plataforma global para RH e gestão de pessoas.

Aliás, entre os países que mais absorveram mão de obra brasileira no ano passado, os Estados Unidos apareceram na primeira posição, conforme recente relatório da companhia, o Global Hiring Research, que consolida o fluxo internacional de contratações. Os dados indicam, ainda, que a procura tem recaído sobre um time qualificado, gente com currículo acadêmico de peso e trajetória bem-sucedida no mundo corporativo.

É um grupo de brasileiros composto, majoritariamente, por engenheiros e desenvolvedores de softwares, remunerados em dólares ou em reais, seja para trabalhar remotamente das cidades brasileiras onde vivem ou cruzar a fronteira rumo aos EUA, com proventos superiores aos obtidos no mercado nacional.

"Observamos um incremento de 75% no valor de salários sobre a média salarial doméstica nas contratações", diz Kamylle Mourão, gerente sênior de mobilidade global da Deel. Segundo ela, que trocou o Nubank pela americana Deel ao optar por se tornar nômade digital, as companhias dos EUA avaliam o mercado do país onde atua o profissional contratado para negociar o valor da remuneração.

A questão, de acordo com Mourão, não está ligada à redução de custos. O motivo é outro, garante: "A qualidade da mão de obra dos brasileiros vem atraindo empresas americanas", diz.

O salário anual médio para um desenvolvedor de software brasileiro nível pleno chega a US$ 165 mil, o mais alto salário da América Latina, conforme a Deel, que chegou ao Brasil em 2021 e hoje atende 75% dos unicórnios locais, além de marcas de peso, como a Embraer. Em média, a região teve, no ano passado, aumento de 2% nos salários em dólares em relação a 2022. Outros profissionais com boa demanda são fonoaudiólogos, influenciadores, designers, coaches, gerentes de produto. Mais de 50% têm entre 24 e 35 anos.

42%
é o crescimento na contratação de brasileiros nos EUA

A pandemia se mostrou determinante para o boom de contratações entre países, quebrando barreiras e mudando o padrão das relações de trabalho. "Um profissional não precisa estar no escritório para executar suas tarefas", diz Mourão, que passou a viver na Indonésia, de onde presta consultoria para a Deel, após deixar seu Estado natal, o Ceará. Mudanças de padrões como essas levaram ao crescimento de 39% no número de brasileiros trabalhando remotamente para companhias internacionais entre abril do ano passado e o mesmo mês de 2024.

Hoje, o Brasil já ocupa a quarta posição entre os países onde empresas americanas mais contratam, atrás dos próprios EUA, Filipinas e Argentina. Já entre o destino preferido de trabalhadores nacionais, os EUA aparecem na quinta posição, atrás de Portugal, Canadá, Alemanha e Espanha. Mesmo em quinto lugar, o número de profissionais qualificados que trocaram o trabalho no Brasil pelo mercado dos Estados Unidos bateu recorde em 2023, segundo o AG Immigration, escritório de advocacia imigratória especializado em green cards, a autorização de residência permanente nos EUA.

Ao todo, 11,7 mil brasileiros receberam os vistos americanos EB-1 e EB-2 (destinados a profissionais com habilidades nas áreas de negócio, artes, ciências, tecnologia, educação e esportes) no ano passado, alta de 58,4% sobre 2022 e maior número histórico. Leda Oliveira, CEO do AG Immigration, observa que ambos dão direito ao green card.

O Brasil foi o terceiro país com maior número de pessoas recebendo os green cards EB-1 e EB-2 em 2023, atrás da China e da Índia. Segundo Oliveira, existem basicamente dois grandes perfis que se qualificam para os vistos EB-1 e EB-2: trabalhadores com ensino superior e mais de dez anos de carreira e profissionais que, mesmo sem diploma, têm uma trajetória de sucesso em suas áreas de atuação.

Apesar do crescimento, ter um visto carimbado no passaporte é um desafio. Não há exigência de teste de inglês, mas são difíceis de se obter. "O mais almejado, o H-1B, é literalmente uma loteria que ocorre em março. Só um pequeno percentual será selecionado", diz Mourão. O idioma não é barreira, mas é um problema. No Brasil, 5% da população consegue se comunicar, mas apenas 1% é fluente. Na Índia, uma das maiores exportadoras de talentos, 12% são fluentes em inglês.

CONTEÚDO PATROCINADO POR  

Com operação conjunta, LATAM e Delta Air Lines expandem rotas e contabilizam aumento de passageiros

Companhias aéreas comemoram resultados positivos de joint venture ativada em 2022; já são mais de 300 novos destinos constituídos entre Américas do Norte e do Sul

Desde que a joint venture (JV) entre LATAM e Delta Air Lines foi implementada, em outubro de 2022, as companhias viram seus números crescerem de forma acelerada. A parceria já contabiliza 21 mil voos operados em conjunto, 4,6 milhões de passageiros transportados e 125 milhões de quilômetros percorridos. "Construímos mais de 300 destinos combináveis entre América do Norte e América do Sul", comenta Aline Mafra, diretora de vendas e marketing da LATAM Airlines Brasil.

Esse grande volume de operações se reflete no balanço das empresas. A Delta ressalta que o primeiro trimestre de 2024 foi histórico: "Tivemos uma receita operacional de US$ 12,6 bilhões, 6% maior do que no mesmo período do ano passado", afirma Danillo Barbizan, gerente de vendas da Delta Air Lines no Brasil. Na mesma direção, a LATAM atingiu US$ 3,3 bilhões, uma elevação de 18,4%.

MALHA AÉREA

A ativação da malha é um dos pilares da parceria, por isso a união entre as companhias ampliou a frequência de voos ao longo do dia, o que permite oferecer mais opções quando é preciso resolver questões como perda de voo, por exemplo.

Outra estratégia da JV é o foco na rota Brasil-EUA. "Sentimos um crescimento de 43% no volume de passageiros transportados entre os dois países no primeiro trimestre deste ano", diz Aline. "Um terço da demanda entre América do Sul e EUA está nas nossas mãos", completa Barbizan.

A rota para Los Angeles é um dos cases de sucesso da JV, operando três vezes por semana. Devido à alta ocupação, as companhias estudam o aumento da frequência para quatro vezes.

Parceria LATAM e Delta Air Lines

Brasil-EUA
- **Aumento de 43%** no volume combinado de passageiros no 1º tri de 2024*
- **434 mil embarques** conjuntos entre os dois países (32% do total dos viajantes nessas rotas)

*comparado ao 1º tri de 2023.

Fontes: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), LATAM e Delta Air Lines.

DIVULGAÇÃO

EXPERIÊNCIA DO PASSAGEIRO

Segundo os executivos, as sinergias operacionais vão além da oferta de mais opções de voos e miram a melhor coordenação de serviços e produtos. As companhias unificaram as operações no mesmo terminal em aeroportos como o de São Paulo (GRU) e Nova York (JFK) e instalaram balcões de check-in lado a lado para otimizar o atendimento. Além disso, oferecem facilidades como transporte interno nos aeroportos, embarques prioritários e cuidados diferenciados com as bagagens de viajantes premium.

As empresas ainda investem nas renovações e criação de novos lounges e salas VIPs. Um exemplo vem do Delta Sky Club, que inaugurou espaço ampliado em Miami: a capacidade foi elevada em 50%, atingindo uma área de 1.115 metros quadrados. E, em breve, a companhia deve estrear o lounge premium em Nova York-JFK, com 3.530 metros quadrados, o maior da rede.

No mesmo sentido, a LATAM oferece incrementos como o check-in premium em São Paulo-GRU, serviço de embarque e desembarque em carros elétricos da Audi em Congonhas (SP), novos benefícios do LATAM Pass e a concessão da categoria Black e Platinum vitalícia de seu programa de fidelidade para 800 clientes mais fiéis no Brasil.

A estratégia integrada de loyalty dá aos clientes a possibilidade de acumular e resgatar pontos aproveitando os benefícios do cliente Elite LATAM Pass (LATAM) e do SkyMiles (Delta). O último levantamento sobre passagens aéreas resgatadas com pontos para destinos internacionais constantes confirma o aproveitamento do benefício: de janeiro a março, o uso cresceu 72%.

"Estamos muito satisfeitos com a riqueza dessa construção a quatro mãos, que proporciona a cada passageiro uma experiência inesquecível tanto em viagens corporativas quanto em viagens pessoais", diz Aline.



Restaurantes Fasano foi eleito melhor italiano de Manhattan, o contemporâneo Frevo tem uma estrela Michelin e Fogo de Chão virou 'unicórnio'

Empreendedores ganham prestígio na gastronomia de NY



DIVULGAÇÃO

Gero Fasano, na casa aberta em NY em 2022: plano para os Estados Unidos prevê ainda hotel e restaurante em Miami

Maria da Paz Trefaut
Para o Valor, de São Paulo

No ano passado, quando comemorava seu primeiro ano de abertura, o Fasano de Nova York foi eleito pela revista "Gambero Rosso" o melhor restaurante italiano da cidade. Neste mês, a rede Fogo de Chão inaugurou a unidade de número 70, em Richmond, no Estado americano da Virgínia. Na origem das duas histórias de sucesso estão empresários brasileiros que traduziram na gastronomia o sonho americano.

Mas há outros chefs de cozinha e empreendedores menos conhecidos que também conquistaram um espaço em Manhattan. Como o capixaba Franco Sampogna, cujo restaurante Frevo, no West Village, tem uma estrela no guia Michelin. Como Victor Vasconcellos, chef e sócio do Berimbau, que fica no mesmo bairro, e ainda Mariana Vieira, da Brigadeiro Bakery, que levou o doce mais famoso do Brasil para o Soho.

Gero Fasano começou a acalentar o sonho de ir para Nova York nos anos 1990. "Batemos na trave várias vezes, chegamos a fazer três projetos sempre com investidores americanos e nada vingou. Eu já tinha desistido quando fui procurado, por intermédio do Issay Weinfeld, pelo dono do prédio onde havia funcionado e fechado o restaurante do Four Seasons."

O espaço estava vago, com tudo pronto para abrigar um novo restaurante, mas o dono não queria alguém que já tivesse uma operação na cidade. Queria novidade. No fim do encontro, ele puxou Fasano para uma conversa privada e disse: "Guarda segredo, mas o restaurante já é teu."

Na hora, Fasano lembra que soltou duas lágrimas. "'Não faz isso', ele me disse. 'Vai no espelho, seca e pensa que você merece'." Assim começou, com apenas uma mudança no espaço interior, a história do restaurante de Nova York, que deu certo de cara, tendo como chef Nicola Fedeli que havia comandado o Fasano Al Mare, no Rio. "Nesse universo o sucesso é algo que não tem regra. É imponderável. Mesmo quando não pega, não tem o que fazer."

De qualquer forma, Fasano atribui parte da receptividade do restaurante, que tem tíquete médio de US$ 130 no almoço e US$ 150 no jantar, a um tipo de cozinha italiana voltada para a gastronomia do Norte (Piemonte, Lombardia), que não usa alho e tem poucos exemplos na cidade, onde o forte da imigração tem origem no Sul da Itália.

O Fasano já tem um hotel butique em Nova York, em um dos quarteirões mais disputados do mundo — na Quinta Avenida, entre as ruas 62 e 63 — um empreendimento da JHSF Participações. E a aventura americana continua. Daqui um ano e meio mais ou menos chegará com um hotel e restaurante em South Miami Beach.

O Fogo de Chão foi a mais antiga e primeira marca brasileira a se firmar nos Estados Unidos. Abriu em 1997, em Dallas, no Texas, levando para lá o jeito brasileiro de fazer churrasco. Hoje são 68 unidades nos EUA, seis delas em Nova York e o plano de expansão prevê a abertura de mais seis entre maio e agosto deste ano em outros Estados americanos.

O modelo de negócio levado para lá pelos irmãos Coser mudou muito nos últimos anos, depois que a marca foi vendida totalmente em 2011 e passou a ser propriedade de fundos de investimento. "Nossa ideia era fazer cinco casas e passar para a frente, acabamos ficando muito mais tempo", diz Jair Coser, que se orgulha de ter feito um "unicórnio", que no ano passado foi vendido para o Bain Capital por mais de US$ 1,1 bilhão.

> "O sucesso é algo que não tem regra. É imponderável. Quando não pega, não há o que fazer" *Gero Fasano*

O atual CEO no Brasil, Paulo Antunes, explica que hoje a administração é 100% americana e que várias mudanças implantadas lá foram trazidas para cá. Atualmente não é mais uma casa exclusiva de rodízio. Existem várias modalidades de serviço, do rodízio de um corte só à liberdade de pedir apenas um prato. "A casa funciona como uma steak house onde é permitido comer apenas um hambúrguer", conta ele. O tíquete médio é por volta de US$ 60.

Sem o capital e o trânsito de influências que possuíam os irmãos Coser, a história de Franco Sampogna é muito diferente. Depois de ter trabalhado em Paris com mestres como Alain Ducasse e Guy Savoy, ele e um amigo português, Bernardo Silva, com quem cursou hotelaria na Europa, tiveram que ralar para conseguir dinheiro. "Era um sonho de nós dois e havia um pouco de ingenuidade", lembra.

"Foi muito difícil conseguir capital para abrir o Frevo, em 2019, mas depois que o restaurante vingou tudo ficou mais simples. É um conforto para a alma ver que tivemos várias propostas de expansão para Las Vegas e para a Califórnia. Mas a gente não está querendo expandir de qualquer maneira. Tem que ser um passo de cada vez. No fim do ano, vamos abrir um novo restaurante, em downtown, mais casual e com outro nome. O Frevo não tem como replicar."

O Frevo funciona apenas com menu degustação, tem 24 lugares e custa US$ 225 sem bebida. A cozinha se define por um sotaque contemporâneo, sem bandeira, onde cabem bem influências asiáticas e ingredientes brasileiros. "É um lugar superjovem, não é aquele restaurante estrelado que costuma ser formal", diz Sampogna.

Bem mais simples é o Berimbau, com casas no West Village e midtown. A primeira foi aberta há 15 anos pelo brasileiro Mario de Mattos. O chef paulista Victor Vasconcellos entrou recentemente, no fim de 2023, para conceber a segunda unidade. Ao definir o estilo da casa, Vasconcellos conta que ali se faz "comida gostosa, ou comfort food, a comida que abraça" e que há alguns pratos populares brasileiros, como feijoada, galinhada e peixe frito.

O público é muito americano, especialmente aqueles da região, que frequentam na hora do almoço. O tíquete médio com bebida fica entre US$ 40 e US$ 70. "Fizemos uma pesquisa de mercado antes de precificar e nossos pratos são relativamente bem servidos."

Vasconcellos foi o chef que se associou a Rodrigo Oliveira para a abertura do Cabuco, em Los Angeles, em 2021, e que não vingou. "Choro até hoje por isso. A época era ruim, da pandemia, mas o projeto lindo. Tenho sonho de voltar a abrir. O problema é que a gente vem para a América com cabeça de brasileiros. Os investidores americanos são business. Se não caminhou como o esperado, eles contabilizam o prejuízo, fecham e partem para outra. Não têm esse apego que a gente tem."

Fora do esquema de restaurantes, outro modelo, numa escala muito menor, é a loja de doces de Mariana Vieira: a Brigadeiro Bakery, que abriu há nove anos no Soho. "Meu brigadeiro tem gosto de casa da vó", diz ela, que produz o doce com leite condensado e achocolatado, no esquema "old school".

"Acompanhei essa gourmetização pela qual passou o brigadeiro no Brasil, mas não uso aqui." Ela também faz variações com dark chocolate e chocolate belga, mas o forte é o clássico. Sua loja também tem pão de queijo, pão de mel e café brasileiro de Minas.

A Brigadeiro Bakery tem cerca de 40 m², quatro mesas e o tíquete médio é de US$ 15. O balcão representa 60% das vendas, mas as encomendas on-line e para o mercado corporativo são fortes. "Já atendi grandes pedidos do Google, Amazon, YouTube."

A concorrência em Manhattan não existe. "Acho que sou a única na cidade, mas há mercados e padarias fora de Manhattan que vendem", diz Vieira, que adora o que faz, especialmente divulgar a cultura brasileira. "Foi tudo uma casualidade. Nunca sonhei o sonho americano. E fico muito feliz de ver essa segunda leva de brasileiros, da qual faço parte, que tem uma feição mais moderna, e tem conseguido tornar a cultura brasileira digerível para os americanos."



DIVULGAÇÃO

Berimbau, que oferece 'comfort food' e pratos como feijoada e galinhada



DIVULGAÇÃO

Antunes, da rede Fogo de Chão: 68 unidades nos EUA, seis delas em Nova York

Manu Buffara e Attivo Group preparam inaugurações

De São Paulo

A chef de cozinha paranaense Manu Buffara se prepara para abrir o restaurante Ella no fim do ano em Nova York, no Chelsea. O espaço está em obras e ela prefere não falar muito a respeito. "Sou eu mais dois sócios americanos e o menu, apesar de ser uma cozinha autoral, não será degustação. Nossa ideia é um ticket médio entre US$ 200 e US$ 250", antecipa.

Quem já pretende chegar com um plano ambicioso de expansão é Gabriel Abrão, neto de Abilio Diniz, com seu Attivo Group, que já possui nove restaurantes no Brasil divididos em várias marcas de sotaques diferentes, do japonês ao mediterrâneo (Aima, Kitchin, Gioia, Su e La Serena). Por enquanto, ele está captando investidores que "tenham interesse em fazer parte exclusivamente da operação do grupo nos Estados Unidos".

Para os EUA, Abrão levará apenas a marca Su, de cozinha japonesa contemporânea, que foi pensada para o mercado americano e terá tíquete médio de US$ 100. O seu plano é abrir cinco restaurantes com a marca Su ao longo dos próximos anos, sempre na Flórida. O primeiro está previsto para ser inaugurado no último bimestre deste ano, em Miami, no bairro de Coral Gables. Depois virão Palm Beach, Tampa, Orlando e Fort Lauderdale. *(MPT)*

Comida ajuda imigrante a matar saudades de casa

Vanessa Barone
Para o Valor, de São Paulo

Ouvir música, assistir a filmes ou partidas de esportes típicos estão entre as atividades que ajudam a matar a saudade de casa — tanto para brasileiros morando nos Estados Unidos, quanto para americanos que vivem por aqui. Mas são as experiências gastronômicas mais simples que ajudam a apaziguar os corações expatriados.

O trombonista baixo solista americano Darrin C. Milling, que se mudou para o Brasil em 1998, aos 28 anos, confirma: é no café da manhã com comidas típicas do sul dos EUA, de onde vem a sua família, que o músico ameniza a saudade de suas raízes. "Sinto falta do café-da-manhã assim, com mingau de aveia, ovos, purê de maçã e panquecas", diz o músico, que é cofundador dos conjuntos de câmara Low Brass Project, Low Brass Project Brasil, São Paulo Brass Quintet, Duo das Américas, Heritage Duo Ensemble e Duo Música Viva São Paulo. Muito respeitado na área, Milling recebeu, em 2014, o Prêmio Mérito Cultural e o prestigioso título de Comendador da Sociedade Brasileira de Artes, Cultura e Educação Carlos Gomes.

Natural de Baltimore, no Estado de Maryland, o trombonista já rodou vários países tocando. Aos 13 anos, por exemplo, embarcou para a Ásia em sua primeira turnê internacional como trombonista baixo, com a Greater Baltimore Youth Orchestra. Mas origem é origem e, no caso dele, a memória é ativada por uma caixa de "grits" (grãos) de aveia.

O tradutor e ex-chefe de cozinha Todd Harkin, que imigrou para o Brasil em 2009, comprou um moedor de carne para fazer a própria "breakfast sausage". Tudo para manter a tradição dos cafés da manhã super reforçados dos EUA — e bem diferentes do costumeiro duo café com pão com manteiga das refeições matutinas paulistanas. "Também adoro panquecas", completa.

Casado com uma brasileira e com um filho nascido aqui, Harkin tem, ainda, outros hábitos para se manter atualizado sobre os assuntos de seu país de origem. "Sempre que dá, assisto a jogos de baseball e futebol americano", conta o tradutor, que também não perde as novidades de seus programas de TV preferidos: "The Tonight Show", apresentado por Jimmy Fallon, e "Saturday Night Life", programa de humor e variedades por onde já passaram astros como Will Ferrell, Tina Fey, Jane Curtin, Chevy Chase, Bill Murray e Mike Myers. "Adoro assistir para saber o que está acontecendo no meu país".

Pão francês. É do mais famoso produto das padarias de São Paulo que o economista Francisco Abreu, de 48 anos, mais sente falta na vida de expatriado em Nova York. "A cidade tem opções de comida brasileira, com bons restaurantes que servem até feijoada", diz Abreu, que está há nove anos vivendo nos EUA com a mulher e o filho. "Mas não tem pão francês", lamenta.

De origem baiana, o executivo é fã de futebol e é torcedor do Bahia. "Adoro assistir os campeonatos brasileiros de futebol e costumo reunir amigos e familiares para torcermos juntos, via câmera, durante as partidas". A saudade da cultura da "malandragem" brasileira é amenizada por outro hábito: o de assistir ao seriado "A Grande Família", sucesso por vários anos na TV aberta, no Brasil, e atualmente parte do catálogo da Globoplay. "Gosto de assistir com o meu filho João, para ele treinar o português e se manter conectado com o Brasil."

Há 14 anos nos EUA, a jornalista Tatiana Cesso, de 46 anos, já morou em Chicago, Los Angeles e, atualmente, vive nos arredores de Miami, na Flórida. E foi justamente nesse Estado, a Flórida, onde encontrou uma maior facilidade de matar as saudades do Brasil, seja por meio da comida ou da cultura. "Como a comunidade brasileira aqui é grande, é fácil encontrar restaurantes, mercados e até marcas de moda brasileiras", afirma.

Tatiana já foi vegana e, atualmente, não come glúten. "Mas não dispenso o requeijão e a tapioca brasileira", afirma a jornalista, que trabalha para o jornal "Achei USA" (destinado aos brasileiros) e é também autora do blog brazilcore.com, feito em inglês, para estrangeiros. "Desde que vim para os EUA, me sinto mais brasileira do que nunca, pelo amor e orgulho que sinto do Brasil."

Imigração EUA concederam 24.169 vistos permanentes em 2022, quase 25% a mais do que em 2021

Green cards para brasileiros batem recorde

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

O ímã do sonho americano continua funcionando, e deve fechar 2024 com perto de 2 milhões de brasileiros com residência permanente nos EUA, segundo o Itamaraty. "Tenho clientes brasileiros que moram na Austrália, na Europa como um todo, no Canadá... No final, todos querem vir para cá", diz Marcelo Gondim, advogado especializado em imigração nos EUA, com escritório em Los Angeles.

Os próprios consulados americanos no Brasil comemoram o número de vistos recorde emitidos em 2023: 1,125 milhão — incluindo turismo e estudantes. Nesse último setor, houve um aumento de 7,6% de brasileiros matriculados em instituições americanas no período letivo que terminou em 2023, com perto de 16 mil estudantes, comparado com 14,8 mil no ano anterior. "Estamos entusiasmados em testemunhar um aumento tão substancial nas emissões de vistos. Esta conquista destaca não apenas os laços fortes entre nossas duas nações, mas também demonstra o crescente interesse dos brasileiros em explorar oportunidades de turismo e educação nos EUA", disse o ministro para Assuntos Consulares da Embaixada e Consulados dos Estados Unidos, Scott Riedmann.

Os EUA também querem profissionais estrangeiros. Há um déficit de mão de obra, um contingente de "desaparecidos" do mercado de trabalho desde a pandemia, somando 8,5 milhões de vagas abertas para somente 6,5 milhões de desempregados nos EUA, sobrando nessa conta 2 milhões para quem "aparecer", seja de dentro do país ou fora. "Qualquer profissão é bem aceita aqui, mas enfermeiras, fisioterapeutas, toda a área de medicina, dentistas, engenheiros, TI, empreendedores. Tudo está em falta aqui", diz Gondim, que também atua na defesa de deportação e casos humanitários. Para esses, o caminho é a entrada com pedido de trabalho permanente (o almejado green card) ou temporário, que engloba executivos, atletas, músicos, jornalistas que ficarão no país por um tempo determinado.

"Só aqui no escritório ajudamos a emitir perto de mil green cards em 2023, considerando que cada família tem uma média de três pessoas, e estamos somando categorias como a B1, B2, B3...", afirma Gondim, citando algumas das diversas categorias existentes para imigrantes. "Tem visto pra tudo quanto é coisa que você imaginar."

Ao contrário do que se pensa, os vistos permanente não são tão escassos assim para os brasileiros. Segundo o Departamento da Segurança Interna dos EUA, foram emitidos 24.169 green cards para o país em 2022, um aumento de quase 25% em relação ao ano anterior. Em sete anos, o total bateu em 140 mil vistos desse tipo em nome de brasileiros. Há alguns anos, os EUA abriram um tipo de visto chamado EB-2 NWI, ou dispensa por ser de interesse nacional do país, em que a pessoa não precisava nem de um patrocinador para pedir o green card, o visto mais popular entre os brasileiros que queriam trabalhar e fixar residência.

"Ele precisava ter graduação avançada, mostrar que tinha algum projeto para implementar, uma consultoria, empreender na sua área de expertise nos EUA — e nem era obrigado a dar certo. Mas o brasileiro entrava como turista, aplicava ao mesmo tempo e esperava o processo. Mas a farra acabou, pelo excesso: pois havia um limite anual para essa categoria, passou e os americanos colocam numa espécie de fila chamada 'visa bulletin'. Na categoria B2 são apenas 40 mil vistos por ano. Então agora a pessoa tem de aplicar, mas ficar no Brasil e esperar perto de um ano e meio para ver se é aprovado", afirma o advogado brasileiro, que hoje tem apenas 30% de seu volume de vistos nessa categoria, quando já foi de 50%. O green card não é um direito, é um privilégio. O brasileiro pode morar, trabalhar, mas não pode votar ou ocupar a maioria dos cargos públicos.

Mas há os que entram ilegalmente no país. Em 2023, 1.922 brasileiros tentaram cruzar a fronteira do México com os EUA de forma ilegal, um aumento de 31,5% em relação ao ano anterior — esses são deportados de volta. Em quatro anos, voos de lá para cá trouxeram 8.408 brasileiros ilegais. Mas não há uma estimativa de quantos passam por ano, ou de quantos estejam ilegalmente no país. "Eles não aparecem nos dados estatísticos. Eles entram no desespero, por não ver expectativa no Brasil. Ouvem amigos aqui dizendo que vale a pena, e eles tentam. Estando aqui, podem depois conseguir um papel no futuro. Tem muito trabalho na construção por diária. Trabalham de forma ilegal e acabam ganhando mais do que no Brasil", afirma Gondim. Ele explica que em Los Angeles, um motorista de Uber é capaz de ganhar entre US$ 1.000 e US$ 2.000 por semana. E qual a vantagem de estar na Califórnia? É o Estado mais amigável com imigrantes, ilegais ou não, ao contrário de Texas e Flórida, por exemplo, oásis de republicanos.

"Aqui acabaram de passar uma lei que dá plano de saúde para imigrante ilegal. Ele pode tirar licença profissional em qualquer área, tirar carteira de motorista, ter Social Security. A Califórnia vê o cara como ser humano, está aqui, tem seus direitos, não interessa se está legal ou não — isso é problema do governo federal. E em todo o país, a escola é pública, gratuita e muito boa — e é proibido criança em idade escolar sem estar estudando, mesmo ilegal", afirma.

Na corte de imigração, existem perto de 3 milhões de processos de deportação pendentes nas mãos de 400 juízes para o país inteiro — se não há histórico criminal da pessoa, o próprio advogado do governo dá baixa perante a corte.

Já o caminho para o Brasil de americanos como estudantes, por exemplo, é inversamente proporcional. Dados do Departamento de Estado mostram que a Europa é o grande atrativo para eles, sendo a Itália a campeã, com 30.610 estudantes em 2022 — 25,7% vão por conta da comida, segundo pesquisa da Italy-USA Foundation.

Os brasileiros estão bem para baixo na lista, 38ª colocação, com apenas 636 estudantes registrados em 2022 — este número já foi bem mais alto, como em 2016, com 3.400. Especialistas dizem que o fator segurança e poucas opções de alta graduação contribuem para esse número. No caso de americanos trabalhando ou morando no país, não existem dados oficiais.

Em 35 anos, Gerdau amplia expansão pela América do Norte

Das primeiras aquisições locais à entrada na bolsa de valores americana e construção dos parques fotovoltaicos, companhia soma hoje 14 unidades de produção nos Estados Unidos, no Canadá e no México

Muito se fala em IPOs brasileiros bilionários no mercado de ações dos Estados Unidos, mas quantas empresas podem comemorar um quarto de século na bolsa de Nova York? A Gerdau pode. Em 2024, a companhia está celebrando 25 anos da sua listagem na New York Stock Exchange (NYSE) com uma emissão de American Depositary Receipts (ADRs), papel mais usado por empresas brasileiras para captar recursos no maior mercado de capitais do mundo.



Solenidade de celebração de 25 anos de listagem na bolsa de Nova York, ocorrida no último dia 16

IMAGENS: DIVULGAÇÃO

A entrada da Gerdau na bolsa de valores americana aconteceu dentro de um contexto importante para a empresa, que estava iniciando seu processo de expansão internacional. A companhia, que já havia comprado siderúrgicas no Uruguai e no Canadá na década de 1980 e na Argentina em 1997, iria, ainda, em 1999 iniciar uma série de aquisições de usinas de aço nos Estados Unidos.

A compra do grupo Ameristeel, em 2001, aumentou a produção de aço em mais de 50%, triplicou sua capacidade fora do Brasil e catapultou a Gerdau do 46º para o 25º lugar no ranking das maiores siderúrgicas do mundo, de acordo com índices compilados pelo International Iron and Steel Institute na época.

EXPANSÃO

Nesses 35 anos, a América do Norte se tornou uma das áreas de maior crescimento da Gerdau, com 14 unidades de produção localizadas nos Estados Unidos, no Canadá e no México, e é uma das líderes de mercado na região em produção de alguns tipos de barras de aço e vigas estruturais.

A operação norte-americana atualmente responde por uma parcela significativa do faturamento da Gerdau. No primeiro trimestre deste ano, ela foi responsável por 54,3% do EBITDA consolidado da companhia. Sua capacidade de produção anual é de 5,4 milhões de toneladas de aço bruto e 4,5 milhões de toneladas de produtos acabados, contando com uma rede integrada de oito unidades de produção de aço, instalações de reciclagem de sucata e operações de downstream.

Aliás, a sucata é uma importante matéria-prima para a empresa. Na América do Norte, ela está entre as três maiores recicladoras de sucata da região, com 21 pontos de coleta do material espalhados entre Estados Unidos e Canadá. Nada menos que 98% do aço produzido pela divisão norte-americana da Gerdau vem de sucata reciclada.

Parque solar construído para atender a Gerdau na cidade de Midlothian, no Texas

ENERGIA LIMPA

Atualmente, a companhia tem sua atenção voltada para a energia limpa. A empresa investiu na construção de um parque solar na cidade de Midlothian, no Texas. Com capacidade de 80 megawatts, ele ocupa uma área de 3 milhões de metros quadrados ao lado da usina da Gerdau na cidade, e é uma das maiores instalações behind-the-meter (BTM) dos Estados Unidos.

Tecnologias verdes são também uma oportunidade de negócio, segundo Gustavo Werneck, CEO da Gerdau. O pacote de leis para mitigação de mudanças climáticas atrelado ao chamado Inflation Reduction Act (IRA) do governo Biden, que está avaliado em US$ 1,2 trilhão, também contempla investimento em infraestrutura. "Esse pacote deve começar a gerar uma demanda adicional de aço de até 5 milhões de toneladas no mercado norte-americano ao longo de um ano à medida que os estados avançam em seus projetos", afirma Werneck. "Além disso, ressalto o fenômeno do reshoring, que tem contribuído para o crescimento do consumo doméstico de aço."

Para atender a essa demanda, o CEO afirma que as usinas norte-americanas continuarão operando com a capacidade acima de 90%, e a empresa está investindo em melhorias em unidades no Canadá e na usina do Texas para ampliar a produtividade e o portfólio de produtos oferecidos. Outro investimento importante aconteceu na unidade de aços especiais em Monroe, em Michigan, que passará a oferecer peças de aço para o segmento de carros elétricos e híbridos.

Werneck alerta que a Gerdau considera ampliar investimentos no México. Apesar de possuir três unidades de produção de aço comum, o potencial local de demanda para a indústria automobilística e de autopeça faz a companhia avaliar a instalação de uma nova usina. O país já é o terceiro maior produtor de autopeças do mundo e o principal exportador para seus vizinhos de fronteira, mas atualmente 70% do aço que compra é importado, inclusive da própria Gerdau Brasil e Estados Unidos.

"Nosso plano é que os Estados Unidos, o México e o Canadá continuem sendo três países muito relevantes na companhia. É muito provável que nos próximos anos esses três países sejam priorizados na alocação de capital que a Gerdau irá realizar", avalia o CEO.

Gustavo Werneck esteve presente no Summit Valor Econômico Brazil – USA, realizado em Nova York

VANESSA CARVALHO

Cinema Atores e diretores são reconhecidos por profissionalismo e conquistam espaço em produções

Talento nacional se consolida em Hollywood

Thales de Menezes
Para o Valor, de São Paulo

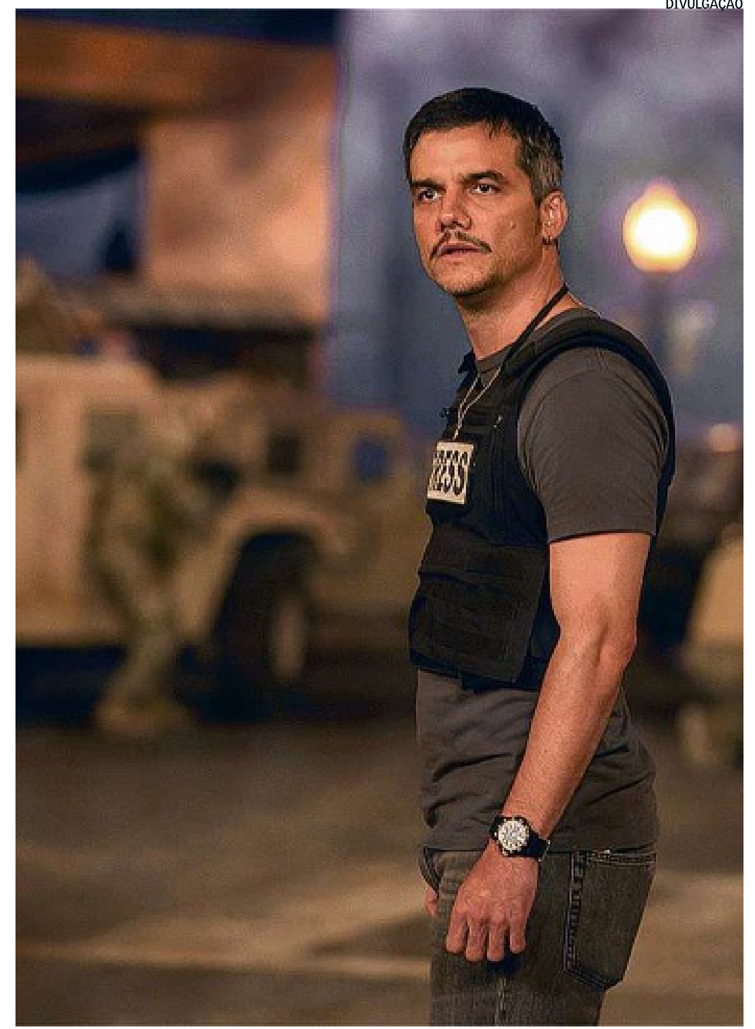
Wagner Moura é protagonista do blockbuster mundial “Guerra Civil”. Fernando Meirelles acaba de dirigir “Sugar”, minissérie policial com Colin Farrell, e um episódio de “O Simpatizante”, com produção de Robert Downey Jr. Alice Braga está de volta ao streaming com a série “Matéria Escura”. E Gabriel Leone trabalhou com o poderoso produtor Michael Mann em “Ferrari” e é o rosto de Ayrton Senna em produção da Netflix. É uma invasão brasileira em Hollywood?

Seria uma maneira equivocada de encarar esse fenômeno. “Invasão” remete a uma chegada brusca e repentina. O que acontece hoje no cinema americano é a consolidação de um lento processo que atores e diretores brasileiros desenvolvem há pelo menos 20 anos. As entradas recentes de Gabriel Leone e Bruna Marquezine nesse time até foram rápidas, mas Alice, Moura e Meirelles estão com seus nomes aparecendo em produções americanas de cinema e TV há bastante tempo.

A inclusão dos brasileiros é diferente da ida a Hollywood das estrelas espanholas Penélope Cruz e Antonio Banderas. Ambos conseguiram uma repercussão mundial antes de “invadir”. Alice Braga e, depois, Wagner Moura foram viver nos Estados Unidos e encarar um trabalho de formiguinha, começando em produções menores.

É uma geração “pé de boi”, que ganha espaço mostrando profissionalismo. A produção cinematográfica não é diferente de outras áreas profissionais nos Estados Unidos, nas quais cumprir prazos, saber trabalhar em equipe e falar inglês sem sotaque são requisitos importantes. “Os brasileiros são dedicados, sem estrelismo. Querem se mostrar como atores, são profissionais, e muitos mais vão aparecer”, diz o astro Matt Damon, que trabalhou com Moura e Alice na sci-fi “Elysium”.

DIVULGAÇÃO



Wagner Moura é protagonista do blockbuster mundial “Guerra Civil”

DIVULGAÇÃO



Sônia Braga chegou a Hollywood em “O Beijo da Mulher-Aranha”, nos anos 1980

O Brasil despontou anteriormente no cinema americano apenas com Carmen Miranda, nos anos 1940, e Sonia Braga, nos anos 1980. Carmen foi “importada” pelo exotismo. Sonia, tia de Alice, chegou a Hollywood levada pelo diretor Hector Babenco, que a escolheu para “O Beijo da Mulher-Aranha”, indicado ao Oscar.

Um ator tem papel essencial nessa jornada dos brasileiros: Rodrigo Santoro. Em 2003, ele aceitou um papel em “As Panteras Detonando”, no qual tinha pouquíssimas cenas, sem camisa e sem abrir a boca. No Brasil, foi ridicularizado pela participação sustentada apenas pela beleza física. Mas Santoro demonstrou tenacidade. Continuou por lá e foi garimpando trabalhos.

Atravessou o Atlântico para integrar o elenco de “Simplesmente Amor”, produção britânica com Hugh Grant, Liam Neeson, Colin Firth, Emma Thompson e Keira Knightley. Ele fez um papel simpático e não muito grande, mas o trabalho de network foi intenso ao se envolver numa produção com tantos atores consagrados. Em 2006, ele assumiu grande risco no papel do vilão em “300”, filme baseado nos quadrinhos de Frank Miller. Era um projeto que muitos viam com desconfiança, mas deu muito certo. Ele passou a trabalhar regularmente nos Estados Unidos, sem receio de aceitar papéis de coadjuvante, como fez em duas das séries mais badaladas da TV, “Lost” e “Westworld”. Nos últimos 20 anos, Santoro atuou em 57 produções, 21 delas no Brasil e 36 no exterior. “Não é preciso abandonar uma coisa pela outra. Hoje eu me sinto à vontade para analisar propostas de qualquer lugar”, diz.

Levado ao reconhecimento internacional pela série “Narcos”, na pele do megatraficante Pablo Escobar, Wagner Moura mora hoje nos Estados Unidos, mas também quer continuar a trabalhar no Brasil. Prepara seu segundo filme como diretor e será uma produção brasileira, como o primeiro, “Marighella”. E deve trabalhar em “O Agente Secreto”, o próximo projeto do diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho, de “Bacurau”. “Eu escolho trabalhos nos quais eu possa aprender alguma coisa nova para a minha vida, seja onde for.”

Além de atuar em produções de grande bilheteria, como os filmes de ação “Eu Sou a Lenda”, “Predadores” e “O Esquadrão Suicida”, Alice Braga é a brasileira com mais relevância no streaming. Ela foi a protagonista de “A Rainha do Sul”, de 2016 a 2021, no papel de uma poderosa narcotraficante. Ainda promovendo o lançamento da nova série “Matéria Escura”, ela tem declarado interesse em voltar a ficar mais no Brasil, depois de atuar em Hollywood desde 2006. Ela até montou uma produtora por lá, South.

Bruna Marquezine teve ótima performance em “Besouro Azul”, adaptação de gibi da DC Comics. Levou azar porque o filme chegou aos cinemas durante a greve de atores e roteiristas, no ano passado, o que impediu o elenco de fazer as costumeiras turnês de lançamento de blockbusters pelo mundo. Mas vem aí o segundo filme da franquia. Outras atrizes estão em fases iniciais da empreitada. Bianca Comparato, sócia de Alice na South, se destacou em “3%”, série brasileira da Netflix.

Ela acaba de atuar na 18ª temporada de “Grey’s Anatomy”, um dos maiores sucessos da história da TV americana. Sophie Charlotte participou do último filme do badalado David Fincher, diretor de “Se7en” e “Clube da Luta”. Foi um papel bem pequeno em “O Assassino”, como a mulher do pistoleiro de aluguel interpretado por Michael Fassbender, mas trabalhar com Fincher é um cartão de visitas de peso.

Se à frente das câmeras o caminho parece aberto, para os técnicos brasileiros, a coisa é diferente. Bernardo Vicentino, 47 anos, trabalha em ilhas de edição desde 2002, quando foi estudar cinema na Califórnia. Nos últimos anos, dedica seu trabalho a séries de TV. Para ele, a grande dificuldade para profissionais brasileiros é a barreira dos sindicatos. “É um processo longo e cheio de etapas para você conseguir ser sindicalizado, mas é a única maneira de conseguir trabalhar. Algumas produtoras burlam isso, mas não são confiáveis.”

Segundo Vicentino, o melhor é ficar “escondido”. “Você se destaca mostrando que é bom no que faz. Ser brasileiro não faz diferença e às vezes pode provocar alguma reação preconceituosa. Muitos não gostam de dizer que são brasileiros e até adotam nomes americanos. Benedito passa a ser Ben, entende? Não temos uma comunidade brasileira grande trabalhando por aqui.”

Futebol cresce nos EUA, mas não atrai jogador brasileiro

De São Paulo

THE CANADIAN PRESS/AP



Messi em partida do Inter Miami; ele é um dos 27 jogadores da Argentina que participam do campeonato da MLS

Em 1975, os dirigentes do incipiente futebol nos Estados Unidos não pensaram pequeno. O New York Cosmos conseguiu tirar Pelé da aposentadoria iniciada dois anos antes. Por US$ 4 milhões em três temporadas, o Rei do Futebol aceitou a missão de tornar o esporte mais popular do planeta algo também atraente aos americanos. Conseguiu, mas por pouco tempo. O recorde de público, que era de 16 mil pessoas antes de Pelé, chegou a 41 mil com o brasileiro em campo. Por falta de boas receitas, a liga nacional do soccer sucumbiu no início da década seguinte.

Hoje, quase 50 anos depois, a Major League Soccer é um sucesso, ocupando o quinto lugar entre os maiores campeonatos nacionais. Fica atrás de Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha, uma posição à frente do Brasil. O campeonato anual da MLS movimenta US$ 1,1 bilhão, contra pouco mais de US$ 750 milhões registrados no Brasileirão. Não são considerados nessa tabela os números dos torneios no mundo árabe. Não há transparência financeira nesses campeonatos dos sheiks, que têm muitas estrelas milionárias dentro de campo e pouca gente nas arquibancadas.

No mercado interno, no entanto, a liga de soccer ainda é superada por larga vantagem por outras. A liga de futebol americano, a NFL, alcança US$ 20 bilhões em uma temporada. A NBA, com o melhor basquete do mundo, já chegou a US$ 11 bilhões anuais. A Major League Baseball (MLB) fica num patamar de US$ 6 bilhões.

Nesse cenário bem-sucedido nos gramados americanos, é curioso, até intrigante, que os jogadores brasileiros sejam relegados a uma total condição de coadjuvantes. Entre os 29 times que disputam a atual temporada da MLS, apenas 17 têm brasileiros em seus elencos, num total de 25 atletas. Os mais conhecidos no Brasil são dois meias: Gabriel Pec, de 23 anos, que até o ano passado defendia o Vasco da Gama e agora veste o uniforme do LA Galaxy, e seu xará Gabriel Pirani, ex-Fluminense e hoje no DC United. O último brasileiro com fama internacional a jogar nos Estados Unidos foi Kaká, eleito o melhor jogador do mundo em 2007, quando estava no Milan. Ele atuou entre 2014 e 2017 no Orlando City, marcando 25 gols nessa passagem.

> Último brasileiro de fama internacional a atuar nos EUA foi Kaká, no Orlando City, de 2014 a 2017

Na verdade, 14 dos brasileiros inscritos na MLS em 2024 nunca disputaram uma partida por aqui. Quando adolescentes, já moravam com suas famílias nos Estados Unidos e passaram por peneiras que os selecionaram para os times americanos. Segundo Troy Hardley, que é recrutador oficial da MLS, ter DNA brasileiro ainda impressiona no ambiente do futebol. “Claro que não há nenhuma explicação racional para isso, mas é verdade que os garotos nascidos no Brasil costumam ser observados com mais atenção pelos treinadores. Como se o bom futebol estivesse no sangue”, diz Hardley, rindo.

Outros jogadores sul-americanos fazem companhia aos brasileiros nessa legião sem destaque. Os argentinos somam 27. Os colombianos, 19. Mas da Argentina e do Uruguai são os dois maiores ídolos no momento na liga, respectivamente Lionel Messi e Luis Suárez, que foram colegas de extremo sucesso no Barcelona. Ambos defendem a camisa cor de rosa do Inter Miami, time cujo sócio majoritário é a estrela inglesa David Beckham. O meia que brilhou no Manchester United terminou sua carreira no LA Galaxy e, como previsto em seu contrato, ganhou uma franquia para montar um time na disputa da MLS. Hoje, os dirigentes têm medo que ele se exceda na contratação de jogadores caros e repita o desequilíbrio mostrado pelo Cosmos nos anos 1970.

O caso de Beckham é um ótimo exemplo de como a MLS é administrada. Seus dirigentes trabalham em conjunto com os times, atuando diretamente no gerenciamento, facilitando contratações e orientando campanhas publicitárias. Abrem e fecham times quando necessário. Se uma franquia não vai bem financeiramente, recebe apoio até o momento em que a MLS decida que se trata de um caso perdido. Aí a franquia é encerrada sumariamente e outras cidades podem se candidatar a ter um time na disputa.

Para entender como a MLS chegou a essa posição sólida, vale uma retrospectiva breve. No início dos anos 1980, ficou claro que não adiantava o Cosmos ter estrelas como Pelé, Beckenbauer e Chinaglia para promover um espetáculo. Faltava competitividade, e a iniciativa fracassou. Nos anos seguintes, alguns dos clubes passaram a disputar campeonatos de showbol, uma espécie de futebol de salão meio modificado que os americanos inventaram. Novo fracasso. O futebol seguiu então com pequenas ligas espalhadas pelo país, sem investimento. Quando os EUA ganharam o direito de sediar a Copa do Mundo de 1994, a Fifa exigiu que o país criasse uma liga nacional. A MLS começou oficialmente apenas em 1996, um pouco atrasada em relação à Copa, mas manteve até agora uma evolução constante.

A MLS não é atrativa para os principais jogadores brasileiros por causa dos salários. Messi recebe US$ 60 milhões por ano, uma exceção patrocinada por Beckham, mas os vencimentos dos principais titulares dos times americanos estão abaixo de US$ 3,5 milhões anuais. No Brasil, apenas no elenco do Flamengo oito jogadores ganham muito acima desse valor. Se essas cifras baixas afastam as estrelas, para os jovens jogadores que se destacam no Brasil é muito arriscado ingressar no futebol americano. Além de deixar de ganhar mais dinheiro em outros mercados, a pouca visibilidade da MLS fora dos EUA torna difícil para o atleta conseguir a contratação por um time grande europeu ou até mesmo uma convocação para a seleção brasileira.

Na liga feminina, que não chega a movimentar um quinto dos valores alcançados pelos homens na MLS, a situação é diferente para as brasileiras. Muitas titulares da seleção na última Copa do Mundo jogam em times americanos. Apenas no Orlando Pride, time da estrela maior Marta, são seis atletas que já vestiram a camisa amarela.

Para as mulheres, os salários dos times americanos estão entre os considerados melhores do mundo. A folha salarial do NJ/NY Gotham FC. atual campeão, supera a do Real Madrid, a grande força europeia no feminino. Pelo menos para as brasileiras, jogar nos Estados Unidos é um bom caminho. *(TM)*